

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

ELIZABETH MARIA FLEURY TEIXEIRA

**HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES :
um estudo com participantes de Grupos Reflexivos em Belo Horizonte**

SÃO CARLOS - SP

2021

ELIZABETH MARIA FLEURY TEIXEIRA

**HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES :
um estudo com participantes de Grupos Reflexivos em Belo Horizonte**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos para a obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Orientadora: Maria Inês Rauter Mancuso

SÃO CARLOS – SP

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado da candidata Elizabeth Maria Fleury Teixeira, realizada em 09/06/2021.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Maria Ines Rauter Mancuso (UFSCar)

Profa. Dra. Eva Alterman Blay (USP)

Prof. Dr. Marcos Antonio Ferreira do Nascimento (FIOCRUZ)

Prof. Dr. Jacob Carlos Lima (UFSCar)

Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins (UFSCar)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

O método da complexidade pede-nos que pensemos sem nunca encerrar os conceitos, que quebrems as esferas fechadas, que restabeleçamos as articulações entre o que está desconjuntado, que tentemos compreender a multidimensionalidade, que pensemos com a singularidade, com a localização, com a temporalidade, que não esqueçamos nunca as totalidades integradoras. [...] A totalidade é simultaneamente verdade e não-verdade, é isso complexidade: a conjunção de conceitos que se combatem entre si. (Morin, E., 1994:150).

'Normas, princípios e valores' é uma simplificação que utilizo para referir-me a proposições normativas de diversos tipos: princípios, normas, imperativos, moral, modos, costumes, máximas, regras, valores, virtudes, crenças e, mesmo, sentimentos etc. Seria necessário um filósofo analítico e, portanto, toda uma vida para separá-los, explicá-los e desenhar um mapa completo de suas inter-relações. (VANDENBERGHE, Frédéric. 2015:69).

Para Francisco, a quem dei a luz, e nos chegou com sua própria claridade. Passadas três décadas, sua existência nos mostra sempre onde está o lume da Esperança.

AGRADECIMENTOS

Em um empreendimento tal como uma pesquisa de doutorado, ou mesmo a construção de seu projeto para se candidatar a uma vaga no curso, depois todo o processo de planejamento e execução da pesquisa, a fase de coleta de dados e análise, tudo enfim, possibilitam o contato com pessoas que nos oferecem ajuda de variadas formas. Quer dizer, não apenas te oferecem incentivo e estímulo, como você mesma sai em busca de auxílio, que se concretiza de tantas maneiras. Muitos serão auxílios objetivos, outros farão parte da cota do subjetivo. Então, temos tanto o que agradecer. A começar pela professora e integrante da equipe do Dicionário Feminino da Infâmia, a querida Simone Francisca de Oliveira, mestre em Psicologia Social pela UFMG. Com quem conversava certa vez e soube da existência desses grupos de reflexão de homens autores de violência, que depois vieram a ser o tema desse doutorado. Depois, o apoio do colega de Fiocruz, Benedito Tadeu de Oliveira, sugerindo contato com seus amigos arquitetos Jane Travassos e Luiz Falckoski, que me receberam e apoiaram, me guiaram mesmo de tantas formas pela cidade naquele ano de 2017 em São Carlos (SP), onde fui cursar o tão sonhado doutorado na estimulante e bacana Universidade Federal de São Carlos. Depois, o amparo recebido pelos professores do bravo Departamento de Sociologia e a coordenação da Pós. Tudo foi interessante, intenso, inesquecível – trocando a língua do P pela língua do I. Durante todo o doutorado minha instituição, a Fundação Oswaldo Cruz, manteve ativo o meu salário, o que foi um financiamento indireto e importante para esta pesquisa.

No retorno a Minas, o conforto dos vários apoios recebidos em minha instituição, Instituto René Rachou, por meio da querida então diretora, Profa. Dra. Zélia Profeta da Luz, e de sua equipe de gabinete, capitaneados pela incansável Carolina Lara, uma âncora segura quando tudo parece ruir. A equipe do Serviço de Capacitação em Métodos Quantitativos – SAMEQ da Fiocruz Minas é exemplar, e devo muito à capacidade e dedicação do grupo, com destaque para o paciente estatístico Dário Alves da Silva Costa e sua chefe direta, a profa. Dra. Taynãna César Simões, ambos dedicados e muito profissionais, a quem devo o bom tratamento dos meus dados de pesquisa. Também não posso me esquecer dos psicólogos Felipe Lattanzio e Rebeca Rohlfs (coordenador e fundadora do Instituto Albam) e Maria

Regina de Salles Pimentel, coordenadora e criadora do Programa Dialogar da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais. A estes psicólogos devo mais do que um simples “obrigada”, pela confiança que eles depositaram na seriedade da pesquisa, todo esse trabalho pode afinal acontecer. Aos 137 homens que se dispuseram a me responder com dedicação os dois questionários, todo o respeito pela compreensão e paciência. Também devo a Máisa Oliveira, a paciência de me auxiliar na organização dos questionários físicos em pastas, o interesse por tudo o que se passava e pela organização das versões finais, digitalizando todas as respostas dos entrevistados, realizando trabalho profissional e confiável para envio ao pessoal dos dados quantitativos.

Tenho que citar aqui o apoio direto e constante recebido de minha orientadora, Profa. Dra. Maria Inês Rauter Mancuso, sem o quê nada disso teria sido possível. O rigor de suas delicadas intervenções e também seus silêncios, tudo tinha significado na relação que ela estabelece com seus orientandos. Muito obrigada, professora, pela paciência e cuidado com seus alunos. Por último, e não menos importante, agradeço muito aos professores que estarão conosco na banca, por terem aceitado de pronto o convite para este último e importante debate de meus resultados. Espero estar à altura do esperado. Sabemos todos que nunca o que fizermos será o suficiente para desvendar as tramas do social e tudo estará sempre além do que conseguimos enxergar. Muito obrigada a todos por esta experiência inesquecível!

RESUMO

Durante o ano de 2019, em Belo Horizonte (MG), 456 homens autores de violência, punidos pela Lei 11.340 (Lei Maria da Penha), foram encaminhados pelo sistema de justiça para cumprir parte de sua pena alternativa em grupos de reflexão existentes em dois programas de atendimento na cidade: o Instituto Albam e o Programa Dialogar da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais. O Instituto Albam é uma organização civil, dirigida por psicólogos e certificada pela ONU; o Programa Dialogar é um programa público criado e executado por psicóloga/policial-civil em delegacia especializada da esfera estadual. Nessas instituições estavam os homens entrevistados no contexto desta pesquisa, cujo propósito central foi localizar padrões referidos a práticas com base em crenças e costumes, valores morais nos quais foram socializados homens autores de violência contra mulheres nas relações íntimas, punidos pela Lei Maria da Penha. Os dados obtidos resultaram da aplicação de questionários a 30% do total de frequentadores dos grupos de reflexão naquele ano, perfazendo a aplicação de 137 questionários relativos à infância e 137 questionários à juventude. O caminho para viabilizar esta proposta foi a reconstituição das memórias de socialização primária e secundária¹ desses homens, tendo em vista uma aproximação com a dimensão dos *habitus* (conf. Bourdieu 1979:164; e Bourdieu, 1980:88 e 89; Bourdieu, 1987:81) estruturados nessa trajetória. A hipótese testada foi construída a partir do objetivo de explorar um pouco mais a noção de recrudescimento da violência associada a um movimento de mudança dos padrões de masculinidade, tendo em vista noções trazidas por Connell e Messersmith (1985 e 2013); Walby (1991), Patman (1998), Bourdieu (1998) e Segato (2006).

Palavras-chave: violência nas relações íntimas; homens autores de violência; socialização primária; socialização secundária.

¹ Neste estudo, seguimos as noções de *socialização primária* e *socialização secundária*, desenvolvidas por Peter L. Berger e Thomas Luckmann, apresentadas em *A Construção Social da Realidade*, pags. 173 a 195. Editora Vozes 2001 -20ª edição.

ABSTRACT

During 2019, in Belo Horizonte (MG), a total of 456 men who committed violence, punished by the Law 11.340 (Maria da Penha Law), were referred by the justice system to serve part of their alternative sentence in existing reflection groups in two programs in the city: Albam Institute and Dialogar Program of Civil Police of Minas Gerais State. There were respondents found by this survey. The data obtained resulted from the application of questionnaires to 30% of the total number of participants in these reflection groups operating in Belo Horizonte that year - meaning the application of 137 questionnaires related to childhood and 137 questionnaires on youth. The main purpose of this research was to carry out an empirical study in Belo Horizonte that would allow to find patterns related to practices based on beliefs and customs, moral values in which men who committed violence against women in intimate relationships were socialized, punished by the Maria da Penha Law. The way to make this proposal viable was to reconstruct the memories of primary and secondary socialization of these men, in view of an approximation with the dimension of the *habitus* (conf. Bourdieu 1979:164; e Bourdieu, 1980:88 e 89; Bourdieu, 1987:81) structured in this trajectory. The tested hypothesis was built from the objective of exploring a little more the notion of an increase in violence associated with a movement to change the patterns of masculinity, in view of the notions brought by Connell and Messersmith (1985 and 2013); Walby (1991), Patman (1998), Bourdieu (1998) and Segato (2006).

Keywords: violence in intimate relationships; male perpetrators of violence; primary socialization; secondary socialization.

RESUMEN

Durante 2019, en Belo Horizonte (MG), un total de 456 hombres que cometieron violencia, sancionados con 11.340 (o Ley Maria da Penha), fueron remitidos por la justicia para cumplir parte de su sentencia alternativa en think tanks, programas de servicio en la ciudad: Instituto Albam e Programa Dialogar de la Policia Civil de Minas Gerais. Hubo encuestados encontrados por esta encuesta. Los datos obtenidos resultaron de la aplicación de cuestionarios al 30% del total de participantes en estos grupos de reflexión que operaron en Belo Horizonte ese año, es decir, la aplicación de 137 cuestionarios relacionados con la infancia y 137 cuestionarios sobre la juventud. El objetivo principal de esta investigación fue realizar un estudio empírico en Belo Horizonte que permitiera encontrar patrones relacionados con prácticas basadas en creencias y costumbres, valores morales en los que los hombres que perpetraron violencia contra la mujer en las relaciones íntimas, castigados por el Maria da Penha Law, se socializaron. La forma de viabilizar esta propuesta fue reconstruir las memorias de socialización primaria y secundaria de estos hombres, en vista de una aproximación con la dimensión del *habitus* (conf. Bourdieu 1979:164; e Bourdieu, 1980:88 e 89; Bourdieu, 1987:81) estructurado en esta trayectoria. La hipótesis probada se construyó a partir del objetivo de explorar un poco más la noción de aumento de la violencia asociada a un movimiento para cambiar los patrones de masculinidad, a la vista de las nociones planteadas por Connell y Messersmith (1985 y 2013); Walby (1991), Patman (1998), Bourdieu (1998) y Segato (2006).

Palabras clave: violencia en las relaciones íntimas; perpetradores masculinos de violencia; socialización primaria; socialización secundaria.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Educação Religiosa X Motivações Para o Conflito nos HAV, BH/MG,2019.	64
Tabela 2. Incidência de Castigos na Infância dos HAV, BH/MG, 2019	79
Tabela 3. Reação aos castigos na Infância X Reação em situação de conflito dos HAV, BH/MG, 2019	83
Tabela 4. Idade de Entrada na Escola X Nível de Escolaridade da Amostra, HAV, BH/MG, 2019	92
Tabela 5. Virgindade Moças X Nível de Escolaridade dos HAV, BH/MG, 2019	106
Tabela 6. Expectativas da Família X Como os HAV Reagem aos Conflitos, BH/MG, 2019..	109
Tabela 7. Escolhas Amorosas X Expectativas Familiares sobre os HAV, BH/MG, 2019....	116
Tabela 8. Palavras definem a Juventude dos HAV, BH/MG, 2019	119
Tabela 09. Níveis de Escolaridade dos HAV, BH/MG, 2019	125

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01. Rotina de cuidados na Infância dos HAV, BH/MG, 2019.....	61
Gráfico 02. Costumes religiosos na infância dos HAV, BH/MG,2019.....	62
Gráfico 03. Expectativas de Bom Comportamento 1 dos HAV , BH/MG, 2019.....	69
Gráfico 04. Expectativas de Bom Comportamento 2 aos HAV, BH/MG, 2019.....	70
Gráfico 05. Expectativas de Bom Comportamento 3 nos HAV, BH/MG, 2019.....	72
Gráfico 06. Matriz de Conteúdo - Sentimentos sobre Infância dos HAV, BH/MG, 2019.....	75
Gráfico 07. Matriz Doméstica sobre Infância dos HAV, BH/MG, 2019	76
Gráfico 08. Matriz de Percepção Socioeconômica da Infânciadados HAV, BH/MG, 2019	77
Gráfico 09. Matriz de Atitudes na Infância dos HAV, BH/MG, 2019.....	78
Gráfico 10. Paciência X Cortesia dos HAV na Infância, BH/MG, 2019	81
Gráfico 11. Sou do tipo “pavio curto”, HAV em conflito, BH/MG, 2019.....	82
Gráfico 12. Preocupação nas Festas, Juventude dos HAV, BH/MG, 2019.....	82
Gráfico 13. Matriz Conduta Moral dos HAV na Juventude, BH/MG, 2019.....	89
Gráfico 14. Matriz Educacional dos HAV na Juventude, BH/MG, 2019	89
Gráfico 15. Escolaridade dos HAV, BH/MG, 2019.....	90
Gráfico 16. Matriz Lealdade à Família dos HAV na Juventude, BH/MG, 2019 ...	92
Gráfico 17. Matriz Socioeconômica dos HAV na Juventude, BH/MG, 2019.....	93
Gráfico 18. Formas de Punição na Juventude dos HAV, BH/MG, 2019.....	95
Gráfico 19. Tratamento Diferenciado por Gênero, Juventude HAV, BH/MG, 2019.....	97
Gráfico 20. Iniciação Sexual na Juventude dos HAV, BH/MG, 2019... ..	100
Gráfico 21. Igualdade de Direitos entre homens e mulheres, HAV, BH/MG, 2019.....	99

Gráfico 22. Opinião dos HAV sobre Virgindade das Moças, BH/MG, 2019.....	104
Gráfico 23. Virgindade das Moças e Escolaridade dos HAV, BH/MG, 2019.....	107
Gráfico 24. Escolhas Amorasas dos HAV, BH/MG, 2019.....	107
Gráfico 25. Expectativas Familiares na Juventude dos HAV, BH/MG, 2019.....	112
Gráfico 26. - Preocupações da família dos HAV no amor, BH/MG, 2019.....	117
Gráfico 27. Idade dos HAV X Violência Verbal, BH/MG, 2019	122
Gráfico 28 – Raça/Cor dos HAV, BH/MG, 2019.....	124
Gráfico 29. Renda Individual dos HAV, BH/MG, 2019.....	127
Gráfico 30 – Estado Civil dos HAV, BH/MG, 2019.....	128
Gráfico 31. Com Quem Foi o Conflito dos HAV, BH/MG, 2019... ..	129
Gráfico 32. Número de Filhos dos HAV, BH/MG, 2019.....	130
Gráfico 33. A Situação de Conflito dos HAV Envolveu, BH/MG, 2019.....	133
Gráfico 34. Denúncia dos HAV envolveu (prisão, tornozeleira, medidas protetivas), BH/MG, 2019	134
Gráfico 35. Significado de Religião Para os HAV, BH/MG, 2019.....	136
Gráfico 36 - Reações os HAV em Situação de Conflito, BH/MG, 2019.....	140
Gráfico 37. Sobre Diálogo e os Erros na relação de casal, BH/MG, 2019,.....	142
Gráfico 38. Agressividade e de Subordinação aos HAV, BH/MG, 2019....	144
Gráfico 39. Testando Emoção e Paciência nos HAV, BH/MG, 2019.....	145
Gráfico 40. Da Honestidade e da Confiança dos HAV, BH/MG, 2019.....	146
Gráfico 41. Uso de Álcool, Drogas e Armas entre HAV, BH/MG, 2019.....	144

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 METODOLOGIA.....	21
1.2 ESTRUTURA DO TEXTO.....	26
2 CIDADANIA DE MULHERES BRASILEIRAS:ESTRATÉGIA PELA VIA LEGAL	29
2.1 AGENDAS DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS	30
2.2 BRASILEIRAS NA REDEMOCRATIZAÇÃO	32
2.3 GANHOS NA CONSTITUINTE.....	34
3 MASCULINIDADES, HIERARQUIAS E ORDEM SOCIAL	43
3.1 DOMINAÇÃO COMO PROCESSO HISTÓRICO.....	46
3.2 TEORIAS FEMINISTAS E VIOLÊNCIA.....	50
4 A INFÂNCIA DOS HOMENS	55
4.1 O MUNDO DA INFÂNCIA	58
4.2 ROTINA DE CUIDADOS	60
4.3 QUESTÃO DA RELIGIOSIDADE	61
4.4 TEMORES E CASTIGOS	65
4.8 COMPORTAMENTO ESPERADO	66
4.6 CENSURA À ESPERTEZA E À FEMINILIDADE	67
4.7 PALAVRAS DA INFÂNCIA	72
4.8 INCIDÊNCIA DE CASTIGOS SEVEROS	77
5 VALORES DA JUVENTUDE	84
5.1 TEMORES, ENCRENCAS E CONTRADIÇÕES	85
5.2 MUNDO FEMININO	96
5.3 PARA FALAR E NÃO FALAR DE SEXO	99
5.4 IGUALDADE DE DIREITOS	101
5.5 ESCOLHAS AMOROSAS	107

5.6 EXPECTATIVAS FAMILIARES	110
5.7 APOSTAS NO FUTURO, RELAÇÕES ÍNTIMAS COMO SÍNTESE	113
6 HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA - PRODUÇÃO SOCIAL DOS CONFLITOS	121
6.1 RELAÇÕES AFETIVAS, CONDIÇÕES SOCIAIS E VIOLÊNCIA	121
6.2 POPULAÇÃO e AMOSTRA DA PESQUISA	125
6.3 DIMENSÕES DO CONFLITO	128
6.4 IMPLICAÇÕES SOCIECONÔMICAS	131
6.5 MOTIVAÇÕES PARA O CONFLITO	134
6.6 PROCESSO DE RESPONSABILIZAÇÃO	137
6.7 REAÇÕES EM SITUAÇÃO DE CONFLITO	138
6.8 ÁLCOOL, DROGAS E ARMAS	145
7 A ORDEM APRISIONADA	147
7.1 A PRIMEIRA COISA	148
7.2 ANÁLISE DO DISCURSO	148
7.3 O MODELO DE SOCIEDADE	159
8 CONCLUSÕES	160
8.1 PADRÕES DE DUPLA RESPOSTA NA CRISE	161
8.2 A ORDEM APRISIONADA E OS CINCO DISCURSOS	165
8.3 LIÇÕES APRENDIDAS E POR APRENDER	168
9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	170
10 ANEXOS	199
Anexo I – QUESTIONÁRIO DA INFÂNCIA	199
Anexo II – QUESTIONÁRIO DA JUVENTUDE	215
Anexo III – QUADRO I – Tratados e Convenções Internacionais sobre Mulheres	233
Anexo IV – QUADRO II – Leis Brasileiras em Defesa dos Direitos da Mulher	238

1. INTRODUÇÃO

Em escala global, continental ou local, desde meados do século XX, reflexões acadêmicas sobre as várias dimensões da violência masculina praticada contra mulheres, jovens, crianças, vêm acontecendo, acumulando estratégias de intervenção por organismos públicos e/ou não-governamentais. Estudos acadêmicos realizados, que muitas vezes deram/dão suporte à produção de políticas governamentais e/ou à modelagem de ações sociais, foram, em muitos aspectos, impulsionados pela ação de movimentos sociais, liderados por mulheres, feministas ou simplesmente progressistas, no curso do fenômeno identificado por estudiosas/os como a “*segunda onda do feminismo*” cuja origem tem sido associada ao contexto das rebeldias de jovens nos anos 60 e 70 nos países centrais (GÚZMAN, 2001; MESSNER, M. A.; SABO, D., 2003; FRASER, N. , 2009; BLAY, E. A. 2014). Participei ativamente desses grupos de mulheres, de jovens feministas universitárias, constitutivos dos movimentos sociais referidos. Lembranças pessoais dessa vivência são, agora, objeto de reflexão que passo a relatar.

Durante a década de 70 e início dos 80, vivemos, a minha geração, o período de formação em um Brasil mergulhado no regime militar. Genericamente, em qualquer classe, a juventude é uma fase da vida em que as pessoas se associam a grupos de interesse, compartilhando descobertas/práticas de atividades que expressem e deem sentido a anseios e angústias universais e, em especial, às inquietações próprias da idade. Nesse processo, vão-se construindo vínculos com seus *outros*, com os quais se partilham afinidades e inquietações de várias ordens. Juntos, encontram esportes, lutas físicas ou simbólicas e até guerras, músicas, danças, livros, filmes que ficarão, afinal, como símbolos de uma época e dessa experiência. Também nós, já estando em universidades naquele momento, tentávamos nos associar àquelas/àqueles que pretendiam compreender melhor o que nos tornaria menos subordinadas/os à família ou diante de relações ainda coloniais no contexto Norte-Sul. Embaladas/dos por estudos a respeito de experiências de mais autonomia dos jovens e/ou de mulheres em outros países, compartilhadas em conversas/discussões que atravessavam noites/madrugadas, ou em outras tantas reuniões embaçadas pela fumaça de cigarros e copos de café, em sábados e domingos, inquietas/tos e cansadas/dos queríamos aprender o que nos tornaria menos isoladas/os e menos vigiadas/os em face do regime político e das restrições de toda ordem nas famílias e na vida social. Tentávamos entender se era possível que nos tornássemos moças/mulheres mais autônomas diante das autoridades constituídas - seja na vida pública ou na vida privada -, nos vários sentidos que autoridades pudessem significar

para nós e para as agências que se estabeleciam entre os poderes legitimados ou lutando por se legitimar. Melhor dizendo, fomos mulheres jovens, ou apenas pessoas jovens tentando estabelecer, nos sentimentos e nas práticas, alguma conexão com o resto do mundo (desenvolvido), vivendo no país do carnaval e do futebol que assim mascarava suas dores e cicatrizes. Buscamos nos associar para também viver (no Brasil, em Minas Gerais) nossa parcela de rebeldia, descobertas e realizações que tornaram aquele século possível dentro de vidas às vezes no limite, na fronteira do impossível. Concretamente, ao final dos anos 70, em uma Belo Horizonte falsamente pacata, deixamos os grupos de estudos reservados nas tardes de sábados ou domingos, para atuar concretamente e deixar a simples rebeldia intelectual se tornar ação prática. O assassinato quase que simultâneo de duas mulheres casadas com parceiros conhecidos na cidade meio que uniu grupos progressistas dispersos e algo fragmentados por divergências políticas que se acentuaram naquele período. O retorno de mulheres do exílio em todo o país, figuras femininas que se engajaram em experiências internacionais e traziam algumas reflexões e ensinavam estratégias de construção de organizações, nos ajudou a fazer frente ao conservadorismo vigente de então. Sem dúvida, isso apressaria algumas mudanças que transbordavam naquelas últimas duas décadas do século XX.

Desse modo, nas Minas Gerais de 1980, participamos da criação de um movimento e um *slogan* que se espalharia pelo país: *Quem Ama Não Mata* soaria como senha pelo Brasil afora, um país envolvido na esfera da Justiça com o apagamento da responsabilidade de maridos que ultrapassavam a medida da razoabilidade cometendo assassinatos que traziam, para a vida social daquele período, o apelo cruel da tese da “*Livre Defesa da Honra*”. Foi longo o percurso que nos trouxe até as primeiras duas décadas do século XXI.

Muitas Leis e alguns reveses - Apesar da criação de leis que ampliaram o conceito de cidadania das mulheres no Brasil (detalhes no capítulo 2) e da criação de políticas públicas para mulheres nas três esferas de governo e, por último, mesmo com a aprovação em 2006, no Congresso Nacional, da Lei no 11.340 (conhecida como Lei Maria da Penha) e da Lei do Femicídio (2015), seguem, em alta, as taxas de violência masculina praticada contra mulheres - fenômeno que se repete com variações regionais, em países desenvolvidos ou não

- conf. EUROPEAN UNION AGENCY FOR FUNDAMENTAL RIGHTS (FRA)²; BANDEIRA, 2006.

Em meados dos anos 80 (século XX), importantes interpretações do fenômeno se somaram na tentativa de esclarecer as questões em pauta, envolvendo hierarquias sociais entre homens e mulheres. Novos pontos foram trazidos à reflexão pela teoria das masculinidades construída por Connell e Messersmith (1985). Até então, era mais escassa a produção científica dedicada a analisar mecanismos que mantêm esse tipo de subordinação entre mulheres e homens. Na literatura nacional, é preciso reconhecer contribuições decisivas na discussão do tema da violência masculina praticada contra mulheres oferecidas pelas reflexões desenvolvidas por Chauí (1985), Gregori (1993) e Safiotti (1994), nem sempre concordando umas com as outras. Embora as mulheres não sejam vítimas passivas da violência masculina, Safiotti afirma que os homens são o grupo dominante e as mulheres o grupo subjugado. Na interpretação de Bandeira (2006), a paulista Safiotti defenderia que, porque mulheres e homens não ocupam a mesma posição de poder, a participação das mulheres em relações violentas de gênero é informada por ameaças e violência concreta, ao invés de "*consentimento*" e conhecimento para tomar decisões conscientes. Em suma, as mulheres não seriam, portanto, "*cúmplices*" da violência (Safiotti 1994:446).

Após mais de 40 anos de esforços nas casas legislativas, que produziram significativa revisão de leis brasileiras e a implementação de políticas públicas específicas para prevenção e combate a essas formas de violência, novas contribuições científicas têm sido feitas no sentido de fazer avançar a compreensão das dinâmicas que se processam nas relações íntimas e que carregam padrões de socialização com marcadores de raça e classe.

Por outro lado, teorias feministas que consideram a existência do chamado "*patriarcado moderno*" trouxeram, para as ciências humanas, a problematização a respeito das bases sobre as quais foi construído o arcabouço da sociedade ocidental contemporânea, nas quais mulheres não apenas ficaram excluídas da vida pública, como, na vida privada, foram mantidas em situação de subalternidade, o mesmo ocorrendo com sua entrada em massa no mercado de trabalho (PATMAN, 1988; WALBY, 1990). Walby desenvolve noção consistente em que articula os sistemas do "*patriarcado privado*" e do "*patriarcado público*"

² EUROPEAN UNION AGENCY FOR FUNDAMENTAL RIGHTS (FRA). Disponível em: <http://fra.europa.eu/en/project/2012/fra-survey-gender-based-violence-against-women> . Consulta em: mar. 2014.

em uma dinâmica na qual, por exemplo, a violência opera como um dos seis elementos de suporte associados à manutenção da hierarquia entre os sexos.

Problema de pesquisa – A prática da violência contra as mulheres – particularmente a violência por parte de parceiros e a violência sexual – é um problema de saúde pública e de violação dos direitos humanos das mulheres. Estimativas globais publicadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) indicam que aproximadamente uma em cada três mulheres (35%) em todo o mundo sofreram violência física e/ou sexual por parte do parceiro ou de terceiros durante a vida. A maior parte dos casos é de violência infligida por parceiros. Em todo o mundo, quase um terço (30%) das mulheres que estiveram em um relacionamento relatam ter sofrido alguma forma de violência física e/ou sexual na vida por parte de seu parceiro. Globalmente, 38% dos assassinatos de mulheres são cometidos por um parceiro masculino. A violência por parte do parceiro se refere ao comportamento de um parceiro ou ex-parceiro que causa danos físicos, sexuais ou psicológicos – incluindo agressão física, coerção sexual, abuso psicológico e comportamentos de controle. A violência pode afetar negativamente a saúde física, mental, sexual e reprodutiva das mulheres, além de aumentar a vulnerabilidade ao HIV. Entre os fatores associados ao aumento do risco de ser vítima de parceiros e de violência sexual são apontados a baixa escolaridade, exposição à violência entre os pais, abuso durante a infância, atitudes que permitem a violência e desigualdade de gênero³.

O propósito desenvolvido nesta pesquisa empírica realizada em Belo Horizonte, junto a homens autores de violência contra mulheres e frequentadores de grupos de reflexão credenciados pelo sistema de justiça, foi explorar a noção de recrudescimento da violência associada a um movimento de mudança dos padrões de masculinidade, tendo em vista noções trazidas por Connell e Messersmith (1985 e 2013); Walby (1990), Patman (1998), Bourdieu (1998) e Segato (2006). Nesta discussão, estamos levando em conta também ponderações de que os formatos de masculinidades existentes estão indo em direção a modelos mais flexíveis, apontados em algumas análises empíricas de pesquisadores europeus, canadenses e australianos citados ainda por Connell & Messersmith em revisão de suas noções de construção das masculinidades (2013).

³ Detalhes no site da Organização Panamericana da Saúde, OPAS ou PAHO: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5669:folha-informativa-violencia-contra-as-mulheres&Itemid=820. Ver também no site da WHO: https://www.who.int/gender/violence/who_multicountry_study/summary_report/chapter1/es/. Consulta em outubro de 2020.

Em vista dos resultados encontrados nesses estudos empíricos e do desenvolvimento de noções que podem bem amparar uma discussão de estruturação de costumes, valores morais e crenças, atravessados por marcadores socioeconômicos e determinações de classe, pretendi trazer para essa discussão a noção de *habitus* e a teoria da prática de Bourdieu.

Descrevendo o impacto na teoria social da obra *A Reprodução* de Bourdieu e Passeron⁴, Ortiz (2013:85 e 86) interpreta a tese central do livro. Haveria, naquela época, a perspectiva althusseriana, para a qual a escola seria apenas um *aparelho ideológico de Estado*, “enquanto para Bourdieu e Passeron sua eficácia dependeria de como o social inscreve-se no *habitus* individual”, razão pela qual o conceito de mediação, interpreta Ortiz, é central para os autores.

A noção de *habitus* visava justamente estabelecer uma mediação entre o sujeito e a dimensão coletiva partilhada pelos outros, projeto anteriormente empreendido por Sartre na sua tentativa de aproximar o marxismo do existencialismo. A associação com a temática da ordem e do conflito talvez pudesse ser explicada pela presença do estruturalismo, ou melhor, a controvérsia que o envolvia (ORTIZ, 2013:86).

Bandeira⁵ localiza um paradoxo sobre o qual trabalham, no Brasil, estudiosos/as formuladores de políticas públicas, setores político-sociais, esfera legislativa, diante da realidade do aumento dos números da violência e não sua redução. Isso ocorre a despeito de terem sido estruturadas no país, nos últimos 35 anos, em um longo processo de revisões jurídicas e aprovação de leis de proteção de direitos das mulheres em várias esferas da vida social, políticas públicas para prevenção e atendimento às mulheres em situação de violência. Nas relações de homem e mulher, nas estruturas cotidianas do patriarcado privado, da família, assim como de instituições, do patriarcado público, a

premissa de partida mais segura é a de que essa gama de violências sempre surge como “produto” de uma relação - vivida ou imaginada, entre sujeitos comuns e conhecidos e entre diferentes e desconhecidos sujeitos. Para compreendê-la, é necessário decifrar as relações existentes, por intermédio de numerosas aproximações empíricas entre e intra esses indivíduos, perguntando-nos sobre o papel desempenhado pelas simbolizações hegemônicas de homem e mulher, nas estruturas cotidianas do patriarcado privado, da família, assim como instituições, do patriarcado público (BANDEIRA e ALMEIDA; op. cit. 2006).

⁴ Em que pela primeira vez desenvolvem e apresentam a noção de *habitus* no escopo da construção da *teoria da prática*.

⁵ BANDEIRA, Lourdes. 2006. “*Patriarcado e Violência masculina: crimes de morte como construção pública*”. Texto apresentado em 2006 no 30º. Encontro Anual da ANPOCS (Associação Nacional de Pesquisas em Ciências Sociais). Ver em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-30-encontro/gt-26/gt27-11/3517-lbandeira-patriarcado/file>. Acessado em janeiro de 2019.

Bandeira e Almeida se referem diretamente às noções da inglesa Walby⁶ que, em obra publicada em 1990, desenvolve a noção de patriarcado moderno, amparada, entre outros, também na discussão de Patman (1988), para detalhar a existência de um moderno sistema patriarcal, resultado da passagem de um patriarcado privado para o patriarcado público. Doravante, pensar no patriarcado, enquanto uma categoria dinâmica composta por múltiplas estruturas em interação, implica pensar que ele não “se trata de um fenômeno estático, mas evolutivo, que não é simples e integrado, mas plural, ruidoso e ruminante que não está isolado, mas onipresente” (Walby, 1990:33; apud Bandeira, 2006). Na interpretação de Walby (1990), o patriarcado funciona como um sistema de estruturas e de relações sociais no qual os homens também exercem a dominação e a opressão sobre as mulheres.

“O patriarcado se configura num ‘sistema de estruturas no qual o homem domina, oprime e explora as mulheres’ (WALBY, 1990, p. 20). O sistema patriarcal não trata de relações individuais ou de explicações biológicas para a compreensão da dominação masculina, mas parte de um problema estrutural que se encontra em várias dimensões da vida e nas transformações da história. (...) O modo patriarcal de produção trata das relações na esfera doméstica. Historicamente as mulheres estiveram nesse espaço fazendo um trabalho não assalariado em troca de sustento; é dessa forma que as mulheres têm o seu trabalho expropriado por seus maridos. A autora percebe que as mulheres têm se inserido mais nas relações capitalistas de produção ocupando trabalhos remunerados e, por isso, têm transformado as relações patriarcais privadas, afetando a vida doméstica em relação ao divórcio e a maternidade. Já as atividades remuneradas esbarram nas relações patriarcais de trabalho assalariado em que é percebida a exclusão das mulheres em determinadas áreas, na separação em trabalhos de menor status e também em ocupações mais baixas, a fim de diminuir o valor do trabalho das mulheres. [...] Por analisar cada uma dessas estruturas, a autora avalia que o patriarcado se modificou de uma forma privada, com sua base na produção doméstica e o controle do patriarca sobre a vida da mulher para uma forma mais direta, uma forma pública, que tem em sua base a esfera pública como importante meio de manutenção do patriarcado. Portanto, permite que a mulher, ao ir para o público, torne-se dominada e explorada em todas as esferas, inclusive no âmbito doméstico, a esfera privada”. (AZEVEDO, 2017:16/17)⁷.

Esse sistema repousa em seis estruturas: 1) um modo patriarcal de produção: o trabalho doméstico (reprodução social); 2) relações patriarcais de trabalho remunerado: o emprego; 3) relações patriarcais no interior das instituições do Estado; 4) violência masculina; 5) relações patriarcais de sexualidade; e 6) relações patriarcais no âmbito da cultura.

⁶ WALBY, Sylvia. *Theorizing Pathriarchy*. Häftad. BLACKWELL PUBLISHERS.1990. 1994.

⁷ AZEVEDO, Fernanda Ma. Caldeira. O conceito de patriarcado nas análises teóricas das ciências sociais: uma contribuição feminista. In: Dossiê Múltiplos Olhares sobre Gênero. **Revista Três Pontos**. 2017, págs. 16 e 17).

Perguntas de pesquisa – A explicação minuciosa dos mecanismos de manutenção das hierarquias e do poder masculino, estruturados socialmente e reproduzidos nos processos de construção das masculinidades - noções desenvolvidas inicialmente por Connell e Messersmith em 1985 e tributária das teorias feministas -, trazem para a discussão a dimensão de uma Sociologia dos Processos. Tal contribuição clareia pontos ainda inexplorados a respeito dos mecanismos e das dinâmicas que garantem a manutenção da dominação exercida pelos homens e da subordinação das mulheres a um formato de vida social ainda em vigor, com maior ou menor ênfase, em todas as regiões do planeta.

Essas construções teóricas trazem reflexões que nos levaram a construir nossas perguntas de pesquisa: 1) De que maneira tais movimentos de mudança, captados por estudos empíricos internacionais, estariam se reproduzindo e se expressando nos costumes de homens brasileiros a serem buscados nos grupos de reflexão em funcionamento em Belo Horizonte? 2) Como foram formatados os padrões de masculinidade, as representações em torno da figura da mulher e propriamente do universo feminino, padrões morais, crenças, hábitos e costumes nas experiências de socialização de homens que frequentam grupos de reflexão credenciados pelo sistema de Justiça em Belo Horizonte? 3) Como os agentes constroem seus argumentos para compreender/explicar os conflitos vividos nas relações íntimas e de que forma consideram suas reações na vida ordinária, na dinâmica da construção desses conflitos em suas relações?

Hipótese – O pressuposto teórico básico desta pesquisa é de que a noção da estruturação de *habitus* desenvolvida na *teoria da prática* de Bourdieu tem importantes contribuições, não só para recortar o objeto, como para construir a estratégia metodológica de levantamento de dados que possibilitará a análise do problema de pesquisa. Este, por sua vez, centra-se na dinâmica de aumento da violência masculina praticada contra mulheres ante as mudanças culturais em curso, conforme noções desenvolvidas por Connell e Messersmith (1985 e 2013) e Connell (1995b).

Em outras palavras, trata-se aqui de uma discussão a respeito do que se passa hoje, no Brasil, na dinâmica da construção da visão de mundo ou visão ideológica, ou ideação de um mundo como ele poderá ser. Pressupõe-se que há uma dinâmica própria nas relações íntimas, estruturadas por sua vez, por *habitus* adquiridos ao longo da inserção na vida social, atravessados por marcadores de classe, raça, de gênero, tendo em vista a *teoria da prática* de Bourdieu. Há aqui uma tentativa de compreender o problema da construção social da

violência na perspectiva dos processos de socialização dos homens envolvidos em situações de violência praticada contra mulheres. Como se deram esses processos (construção dos *habitus*)? Que elementos compuseram a formação, no interior de suas famílias, de *esquemas de percepção, apreciação e ação* que distinguem e/ou aproximam os participantes desta pesquisa?

A hipótese parte do pressuposto de que há uma associação entre (i) a existência de uma mudança que se processa na construção das masculinidades subalternas e da masculinidade hegemônica (conf. Connell e Messersmith, 1985 e 2013); (ii) a manutenção e/ou incremento das taxas de violência masculina praticadas contra mulheres a despeito da aprovação de novas leis e políticas públicas, conferindo estatuto de cidadania às mulheres em várias nações do mundo desenvolvido ou não (Bandeira, 2006; Walby, 1990, Aguiar, 1997); (iii) os padrões de socialização primária e secundária aos quais homens autores de violência foram submetidos na infância e juventude, atravessados e constituídos pelos marcadores socioculturais ou, em outras palavras, por seu pertencimento de raça, classe e território. Essas são as três noções que, combinadas e relacionadas, constituem a hipótese (ou hipóteses) que iremos testar ao longo da pesquisa.

Considera-se que, nessa hipótese, estão subentendidas algumas indagações relevantes para a análise que posteriormente será realizada, a partir dos dados levantados ao longo do trabalho. As perguntas dela derivadas são: quais os significados que, nos dias atuais, se pode atribuir à violência praticada pelos homens contra suas parceiras nas relações íntimas? Estariam essas práticas expressando um estado mental em face das mudanças ainda não consolidadas e do abandono da tradição? Essa seria a prova empírica da afirmação de Connell (1995b) de que, diante da mudança iminente, há um recrudescimento da violência de homens contra suas companheiras ou ex-companheiras nas relações íntimas? Estas questões derivam da hipótese que formulamos para ser testada na pesquisa que apresentamos aqui.

Objetivo geral – Realizar em Belo Horizonte⁸ estudo empírico que permita localizar padrões referidos a práticas com base em crenças e costumes, valores morais nos quais foram

⁸ Capital do Estado de Minas Gerais, Brasil. Considerado o 3º estado com o maior PIB anual da União, abaixo de São Paulo e Rio, em 2020 o estado de Minas Gerais tinha população estimada em 21.292.666 pessoas vivendo em um território calculado em 586.521,123 km² (dados de 2019). A densidade populacional do estado estaria em 2010 em 33,41 hab/km², com IDH de 2010 calculado em 0,731. Já a capital, Belo Horizonte, tinha população estimada de 2.521.564 em 2020, densidade populacional calculada em 7.167,00 hab/km² numa extensão territorial de 331,354 km². Esgotamento sanitário adequado é de 96,2 % [2010]; a taxa de arborização das vias públicas na cidade é de 82,7 % [2010]; taxa de urbanização de vias públicas está em 44,2 %

socializados homens autores de violência contra mulheres nas relações íntimas, punidos pela Lei Maria da Penha. A reconstituição das memórias de socialização primária e secundária⁹ desses homens, tendo em vista uma aproximação com a dimensão dos *habitus* estruturados nessa trajetória, viabilizará esta proposta.

Objetivos específicos: (a) reconstituir as memórias dos homens autores de violência (HAV na literatura de referência) sobre seus processos de *socialização primária* (infância) e *secundária* (juventude); (b) compor um painel de análise a respeito das características desses processos de socialização, com base nesse patrimônio de memórias individuais (conf. HALBWACHS, 1990, memórias individuais são *um ponto de vista a respeito da memória coletiva*); (c) trazer à discussão dos respondentes conteúdos relativos a padrões morais, de hábitos e de costumes praticados nas famílias de origem, entre amigos e na região onde estavam inseridos tendo em vista os marcadores socioculturais e relativos a cada período (infância, adolescência, juventude) junto àquela releitura do passado; (d) analisar os resultados desses processos de pesquisa tendo em vista as noções construídas pelos citados autores de referência. Os resultados da observação constituem uma espécie de *bric a brac* de memórias que poderá nos levar perto de um mapeamento de padrões morais e culturais da amostra.

1.1 METODOLOGIA

Para construir as informações que permitem realizar tais objetivos, escolhemos unir dois caminhos metodológicos, conforme descrito em Benz & Newman (1998) e em Goodwin & Horowitz (2002)¹⁰, articulando os métodos qualitativo e quantitativo, da seguinte maneira: a) realização de *observação sociológica (método qualitativo)*, de grupos de reflexão de homens no Instituto Albam, em Belo Horizonte - foram 48 semanas de observação

[2010]. Na saúde, a taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 9.99 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 0.3 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os 853 municípios do estado de Minas Gerais, Belo Horizonte fica nas posições 462 de 853 e 491 de 853, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 3.141 de 5.570 e 3.907 de 5570, respectivamente. Fonte: IBGE, 2010-2020.

⁹ Nesse estudo, seguimos as noções de *socialização primária* e *socialização secundária*, desenvolvidas por Peter L. Berger e Thomas Luckmann, apresentadas em ***A Construção Social da Realidade***, pags. 173 a 195. Editora Vozes 2001 -20ª edição.

¹⁰ Conforme descrito em: NEWMAN, Isadore e BENZ, Carolyn R. 1998. ***Qualitative-Quantitative Research Methodology: Exploring the Interactive Continuum***. Carbondale e Edwardsville, IL: Southern Illinois University Press. Capítulos 1, 2, & 3. E ainda em: GOODWIN, J.; HOROWITZ, R. ***Introduction: The Methodological Strengths and Dilemmas of Qualitative***. Sociology. 2002. QualitativeSociology.

sociológica, realizada de março de 2018 a março de 2019.¹¹; b) realização da coleta de dados, visando estabelecer na amostra a prevalência em termos de dados socioeconômicos, tipificação dos casos de violência, realizar o resgate de memórias dos respondentes a respeito das formas de socialização primária (infância) e secundária (adolescência e juventude) aos quais foram submetidos no passado, bem como aprofundar o debate em temas recorrentes vistos nos grupos durante a observação.

A coleta de dados compreendeu as seguintes etapas: (1) construção do instrumento de pesquisa (*método quantitativo*) - *dois questionários estruturados, um sobre a infância e outro sobre juventude desses homens*¹²; 2) teste dos questionários/*survey* com aplicação em 20 entrevistados (em grupos do Instituto Albam); 3) revisão dos questionários; 4) e aplicação junto aos respondentes nos dois organismos credenciados pelo sistema de justiça em Belo Horizonte: Instituto Albam e Programa Dialogar da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.

Os métodos qualitativos foram desenvolvidos nas ciências sociais, *visando a entender a lógica de processos e estruturas sociais, a partir de análises em profundidade de um ou poucos casos particulares* (ALONSO, 2017). Também podem ser associados à noção “guarda-chuva”, que se refere à capacidade de abarcar vários métodos, técnicas e instrumentos a fim de propiciar a compreensão do objeto, com o menor afastamento possível do ambiente natural (GODOI et al, 2010 apud SOARES, PEREIRA, SUZUKI E EMMENDOERFER 2011). Este enfoque de pesquisa não busca regularidades, mas a compreensão dos agentes acerca do que os levou singularmente a agir como agiram.

Foi relevante o uso da metodologia de *observação sociológica* para o prosseguimento da pesquisa, tendo em vista a necessidade de melhor compreensão do universo simbólico dos frequentadores dos grupos. Ou seja, com o material recolhido, foi possível identificar algumas bases das referências cognitivas mais recorrentes¹³, bem como as referências de socialização trazidas pelos homens a esses grupos. A partir da interpretação dos registros feitos

¹¹ O Instituto Albam é uma ONG fundada em 1998, que tem como principal eixo temático projetos ligados às questões de gênero, como os grupos reflexivos desenvolvidos com homens autores de violência. Já recebeu diversos prêmios, com destaque para os prêmios nacional e estadual Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), concedido pela ONU, Governo Federal e Governo Estadual. O Instituto Albam oferece cursos, capacitações, palestras e supervisões regulares ou sob encomenda para instituições, municípios, organizações não governamentais, entre outros.

¹² Os dois modelos de questionários foram totalmente criados por esta pesquisadora a partir da análise da experiência de acompanhamento de sessões de grupos de reflexão (observação sociológica, etapa qualitativa da pesquisa), grupos criados e coordenados pelo Instituto Albam entre março de 2018 e março de 2019.

¹³ A cognição envolve fatores diversos como o pensamento, a linguagem, a percepção, a memória, o raciocínio etc., que fazem parte do desenvolvimento intelectual.

estabeleceu-se melhor compreensão das bases interpretativas em que se assentam as visões de seus próprios casos de conflito nas relações íntimas e quais argumentos são utilizados pelos homens nas discussões ocorridas durante as sessões dos grupos de reflexão, entre outros aspectos. Desse modo, foi possível compreender em que modelos/formatos deveriam ser apresentadas as questões a respeito dos sentidos atribuídos pelos entrevistados às motivações possíveis que os teriam levado aos delitos punidos pela Lei Maria da Penha.

Além disso, também foi possível acompanhar os jogos de linguagem/discursivos, disputas de espaço/tempo de discussão e visibilidade desenvolvidos entre os participantes dos grupos. Observar a evolução desses jogos durante as dinâmicas nos grupos nos permitiu também registrar os recursos de lógica e racionalidade utilizados, os recursos emocionais e de convencimento comumente usados entre eles, bem como certos padrões de comportamento¹⁴ revelados em momentos de confronto de visões diversas sobre seus problemas. E também foi possível observar com que argumentos lógicos constroem sua visão das situações de conflito em que se envolveram nas relações íntimas.

Como principal técnica de análise do material registrado durante a observação foi adotada a Análise do Discurso (AD). Segundo Godoi *et al.* (2010), pelo fato de a Análise do Discurso ser uma técnica complexa e plural, de metodologias de pesquisa sofisticadas, capazes tanto de interpretar as mensagens explícitas quando desvendar os sentidos ocultos e as omissões, não se vê muito o uso da técnica. Os sentidos ocultos são importantes, já que, de acordo com Orlandi (2007), a AD permite compreender a ideologia e o seu funcionamento imaginário e materialmente articulado ao inconsciente pelo fato de pensá-lo fazendo intervir a noção de discurso. Na AD é necessário ir além do discurso manifesto e considerar a possibilidade de que nem sempre o que as pessoas dizem é o que elas sentem e vivem (GODOI *et al.*, 2010). Desse modo, conforme Soares, Pereira, Suzuki e Emmendoerfer (2011), além do discurso manifesto (intradiscurso) é importante considerar as diferentes naturezas de exterioridade e as diferentes concepções do não dito.

Através deles é possível provocar uma redefinição e redirecionamento, utilizando o chamamento de seus próprios elementos para organizar sua repetição. Mas também pode provocar, eventualmente, o apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação de determinados elementos. Assim, o interdiscurso mostra o domínio inconsistente, aberto e instável, e não a projeção, a expressão estabilizada da visão do mundo de um grupo social (MAINGUENEAU, 1997). Ademais, para Orlandi (2007), o interdiscurso determina o

¹⁴ Em suas obras, Karl Marx e Friederich Engels recorreram à metáfora do edifício para explicar a sociedade. A superestrutura compreende também os modos de pensar, as visões de mundo e demais componentes ideológicos de uma classe. A ideologia é chamada de superestrutura ideológica e o Estado é chamado de superestrutura legal ou política, incluindo aí a polícia, o exército, as leis, os tribunais e a burocracia.

intradiscurso, ou seja, o dizer (presentificado) se sustenta na memória (ausência). (SOARES, PEREIRA, SUZUKI E EMMENDOERFER, 2011:02).

A partir dessa análise da *etapa I* da pesquisa, feita ao longo e após a observação sociológica, procedeu-se à *etapa II, coleta de dados*, feita com base em dois questionários detalhados e longos¹⁵, cujo objetivo foi resgatar lembranças/memórias dos períodos de infância e juventude, para obter dados sobre as formas de socialização vivenciadas pelos homens participantes dos grupos, e com isso tentar compreender sua visão a respeito da cultura masculina e do universo feminino, além de recursos de lógica e construções de valores morais utilizados na interpretação dos conflitos vivenciados. Embora longos, os questionários de infância e juventude foram aplicados na mesma sessão, um após o outro, totalizando cerca de duas horas de entrevista. Os questionários continham apenas 1% de perguntas abertas, e o restante era constituído de questões fechadas – divididos por períodos de socialização (*socialização primária* ou infância; *socialização secundária*, ou juventude)¹⁶.

População e Amostra - Os dados obtidos por esta pesquisa resultaram da aplicação de questionários a 30% do total de frequentadores desses grupos de reflexão em funcionamento na cidade naquele ano – significando a aplicação de 137 questionários relativos à infância e 137 questionários sobre juventude (aplicados de maio de 2019 a fevereiro de 2020).¹⁷ Durante o ano de 2019, em Belo Horizonte (MG), 456 homens autores de violência, punidos pela Lei Maria da Penha, foram encaminhados pelo sistema de justiça para cumprir parte de sua pena alternativa em grupos de reflexão existentes em dois programas de atendimento na cidade: o Instituto Albam e o Programa Dialogar da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais. O Instituto Albam é uma ONG dirigida por psicólogos e certificada pela ONU. O Instituto Albam é uma ONG fundada em 1998, que tem como principal eixo temático projetos ligados às questões de gênero, como os grupos reflexivos desenvolvidos com homens autores de violência. Já recebeu diversos prêmios, com destaque para os prêmios nacional e estadual Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), concedido pela ONU, Governo Federal e Governo Estadual. O Instituto Albam oferece cursos, capacitações, palestras e supervisões regulares ou sob encomenda para instituições, municípios, organizações não governamentais,

¹⁵ Os questionários estão reproduzidos em **Anexo I** (questionário da Infância, **pág. 183**) e **Anexo II** (questionários da Juventude, **pág. 199**).

¹⁶ Nesse estudo, seguimos as noções de socialização primária e socialização secundária, desenvolvidos por Peter L. Berger e Thomas Luckmann, apresentadas em **A Construção Social da Realidade**, pags. 173 a 195. Editora Vozes 2001 -20ª edição.

¹⁷ Esses 274 questionários aplicados (137 relativos ao período de infância e 137 sobre juventude) foram construídos a partir de uma observação sociológica que desenvolvi de março de 2018 a março de 2019 junto aos grupos do Instituto Albam.

entre outros. O Programa Dialogar é um programa público criado há oito anos em uma delegacia do bairro de Santa Efigênia (área hospitalar, região centro-sul da cidade) e executado por psicóloga/policial-civil em delegacia especializada da esfera estadual. No Programa Dialogar os grupos reflexivos são na modalidade fechada – isto é, todos os participantes entram juntos e terminam as oito semanas em conjunto. No Instituto Albam, o modelo é de grupos reflexivos abertos – isto é, os grupos reflexivos funcionam em fluxo contínuo; não há uma data única para a entrada dos participantes; quem termina as 12 semanas do programa finaliza sua participação e outros novos entrarão¹⁸.

Os participantes do *survey* foram voluntários que atenderam positivamente à exposição dos objetivos da pesquisa e ao convite feito pela pesquisadora. Os dois questionários eram respondidos durante duas horas em sessões de grupo cedidas pelas organizações e eram respondidos de próprio punho pelos participantes, com o monitoramento da pesquisadora. Os questionários se constituíram em instrumento que permitiu ir tateando com persistência (e mesmo contando com as resistências dos respondentes), em busca de clarear esferas da vida ordinária de forma que nos tragam respostas para as indagações de pesquisa. Uma especial atenção foi dada às respostas dos entrevistados, baseando-se na compreensão de que aparentes respostas muitas vezes podem significar estratégias variadas de ocultamento do que não querem ver e não querem que se veja. Há, no processo de reprodução social, um movimento para encobrir “*verdades*” a respeito da prática dos agentes, movidos por subjetividades atravessadas pelas matrizes culturais, estruturas de classe, gênero e raça na dinâmica de cumprir determinações. Portanto, há um aprendizado permanente a respeito dessa dinâmica quando se executa a aplicação e, posteriormente, a análise dos dados trazidos pelos questionários, buscando compreender que estratégias discursivas foram mobilizadas pelos entrevistados, por meio de respostas evasivas, rejeições e/ou aceitação de opções oferecidas como formas de contornar aquilo que não se quer deixar transparecer.

Talvez por isso tenha sido acertado o uso de dois longos e minuciosos questionários – uma experiência de quase *artesanaria*, no sentido de construção de um artefato também atravessado pelas determinações de raça, gênero e classe da pesquisadora¹⁹. Ao mesmo

¹⁸ Inicialmente seus cada participante deveria fechar um ciclo de 14 semanas; com a redução de recursos do Sistema de Justiça de Minas Gerais, em 2017 a organização foi obrigada a reduzir o programa a 12 semanas.

¹⁹ Conf. SENNET, 2013: p. 13 e 14: Revertendo o pensamento tradicional, Sennett (2013, p. 13) busca compreender o que acontece com o trabalho “quando estabelecemos uma separação entre a mão e a mente, a técnica e a ciência, a arte e a artesanaria”. Segundo o autor: “No meu modo de ver, quando distinguimos entre a práxis e a ideia, a prática e a teoria, o que fica prejudicado é a parte intelectual. Isto é, dissociar o âmbito material do analítico tem como consequência uma debilidade intelectual, uma diminuição de

tempo, porém e contando com isto, foi importante trazer para a coleta de dados um instrumento detalhado que permitiu prolongar o contato e a experiência com formas cognitivas, discursivas, caminhos estratégicos adotados pelos respondentes. Isso foi nos mostrando também que esses entrevistados, ao mesmo tempo que ocultam, deixam suas pegadas pelo caminho, e que nos cabe tentar compreender histórias de vida que se entrelaçam no delito e nos marcadores socioculturais.

A aplicação do *survey* gerou uma base de dados, cuja análise estatística ficou a cargo do Serviço de Capacitação em Métodos Estatísticos da Fiocruz Minas²⁰. Para *análise descritiva*²¹, apresentamos a *frequência absoluta e relativa*, transformada em porcentagens, das *variáveis categóricas*. Para avaliar a *associação* entre as *variáveis categóricas* utilizamos o teste de Qui Quadrado de Pearson. O teste de Qui Quadrado avalia se a frequência observada entre duas variáveis se deve ao acaso ou não. Qualquer teste estatístico nos retorna o que chamamos de *valor p*, que é um valor de probabilidade que devemos comparar com o *nível de significância* do estudo²². Para este estudo, consideramos um *nível de significância* de 5%. As tabelas e gráficos foram elaborados no software Microsoft Office Excel 2016. Os testes estatísticos foram realizados no software Stata 12.0.

1.2 ESTRUTURA DO TEXTO

Na **Introdução** apresento as bases teóricas que fundamentam o recorte do objeto, as perguntas de pesquisa e a construção da hipótese que pretendo investigar, além da metodologia que foi utilizada neste pesquisa.

No **Capítulo 2, *Cidadania das Mulheres Brasileiras: Estratégia pela via Legal***, foi feito um balanço das lutas das mulheres por seus direitos na esfera nacional e internacional, a criação das teorias feministas que deram fundamento aos movimentos sociais responsáveis pelos avanços na legislação e políticas públicas para mulheres, em grande parte baseada, por

nossa capacidade de visão e compreensão" (SENNETT, 2013, p. 14). Apud GOBBATO e BARBOSA, 2019: p. 353; op. cit.

²⁰ O estatístico **Dário Alves** (graduado em Estatística pela UFMG) foi responsável pela montagem do banco de dados, análise descritiva, cruzamento das variáveis solicitadas e relatório destas operações, bem como pela construção de tabelas e gráficos solicitados por esta pesquisa.

²¹ A Estatística Descritiva compreende as fases do método estatístico que incluem a definição do problema até a apresentação dos dados. Ver mais em: TRIOLA, MARIO F. (2008) Introdução à Estatística. 10a Edição. Editora LTC. BUSSAB, W.O. & MORETTIN, P.A. (2002) Estatística Básica. 5ª Edição, Editora Saraiva.

²² O valor **p** sendo inferior ao nível de significância consideramos que existe associação entre as duas variáveis avaliadas. Caso o valor p seja maior que o nível de significância consideramos que as frequências observadas são meramente ao acaso. Detalhes ver em: MAGALHÃES, M.N.; LIMA, A.C.P. (2004) Noções de Probabilidade e Estatística. 6ª edição. IME/SP. Editora EDUSP.

sua vez, na questão da violência masculina praticada contra mulheres. Nessas bases teóricas e nessa história de lutas se assentam as primeiras teorias das masculinidades que apresentam valiosas explicações para a construção social do fenômeno da violência masculina praticada contra mulheres.

No **Capítulo 3, *Masculinidades, Hierarquias e Ordem Social***, são apresentados, em detalhes, os fundamentos teóricos que dão origem às teorias de construção das masculinidades e as teses da teoria feminista e teoria social das quais foram recortadas algumas das principais abordagens que sustentam minha hipótese de pesquisa.

No **Capítulo 4, *A Infância dos Homens***, apresento um resumo dos principais achados da pesquisa no que diz respeito às características reveladas pelas respostas dadas ao survey na temática da *socialização primária*. A abordagem do resgate de memórias que a aplicação dos questionários torna possível traz, para este estudo, detalhes da vida cotidiana e dos valores, costumes, castigos e comportamentos incentivados na infância dos autores de violência praticada contra mulheres.

No **Capítulo 5, *Valores da Juventude***, tem-se um amplo painel dos valores que configuraram o universo masculino e as representações construídas por esses homens acerca do universo feminino, permitindo que avance a análise das estruturas de socialização dos entrevistados nessa fase. Desse modo, foi possível estabelecer comparações com os dados dos outros períodos, explorando as noções de liberdade e hierarquias entre os gêneros, expectativas familiares e critérios de busca da companheira considerada mais adequada para com ela construir relações afetivas buscadas no início da vida adulta. De posse dos dados, portanto, foi possível traçar um panorama da ambiência cultural da época e das inquietações e formas de sociabilidade no espaço das famílias. Com isso, foi possível realizar uma análise das contradições, angústias, estruturas culturais, incluindo influências no campo moral, religioso, além das interpretações dos próprios entrevistados sobre suas escolhas amorosas - o que buscavam em suas parceiras - permitindo com isso explorar mais profundamente os cruzamentos de variáveis de forma a esclarecer pontos dos capítulos anteriores.

No **Capítulo 6, *Homens Autores de Violência - Produção Social dos Conflitos***, é feita a apresentação e análise de dados sobre as situações de violência pela qual os entrevistados foram denunciados. Foram apresentados dados de detalhamento do perfil dos casos de violência masculina praticada contra mulheres, a incidência dos casos encontrados na amostra e os caminhos de análise capazes de dar sentido a esses casos, à luz dos recortes

socioeconômicos encontrados e em comparação a outros estudos empíricos existentes na literatura nacional e internacional. Também é utilizada, nessa análise, a discussão das motivações para o conflito, abordando o tema a partir do ponto de vista dos homens autores de violência punidos pela Lei 11.340, ou Maria da Penha, no sistema de justiça em Belo Horizonte. Além disso, são adicionados a esta discussão analítica alguns cruzamentos de variáveis relevantes encontradas na análise estatística.

No **Capítulo 7, A Ordem Aprisionada**, localizo a existência de um fenômeno em que o processo de conversão a uma visão mais moderna e democrática das relações de gênero é demonstrada, a partir da técnica de pesquisa qualitativa de Análise do Discurso. Nesse capítulo apresento uma visão das reuniões de grupos reflexivos, fazendo uma construção analítica com base nos discursos emitidos pelos participantes. Descrevo os discursos típicos que demonstram a existência desse processo vivido no interior do grupo por seus frequentadores, com exemplos desses discursos típicos vocalizados pelos homens integrantes dos grupos.

Finalmente, nas **Conclusões**, demonstro, a partir da descrição de três fenômenos observados nas análises de dados qualitativos e quantitativos como eles estão articulados, comprovando desse modo a hipótese de pesquisa apresentada na **Introdução**. Faço um balanço dos dados mais relevantes que levaram à primeira parte da demonstração da hipótese e descrevo os fenômenos observados na análise qualitativa que levam à demonstração final desta hipótese que constituiu o pressuposto inicial desta pesquisa.

2. CIDADANIA DE MULHERES BRASILEIRAS: ESTRATÉGIA PELA VIA LEGAL

Introdução – O surgimento da modernidade como horizonte histórico e ideológico que reconhece a igualdade entre as pessoas permitiu às mulheres reivindicar direitos similares aos dos homens. Na primeira onda feminista na região do Cone Sul e nos países andinos, nas primeiras décadas do século XX, as mulheres lutaram por acesso à educação, participação política e direito ao voto. Na Argentina, na Bolívia, no Brasil, na Costa Rica, em Cuba, na Guatemala e na Venezuela, a obtenção do direito ao voto coincidiu com processos de aprofundamento democrático, que condicionaram positivamente o sucesso das demandas das sufragistas (LINE BAREIRO, 2000; MOREIRA ALVES, 1980; SOIHET, 2000²³).

Nos anos 1970 e 1980, aconteceu a *segunda onda feminista* na América Latina. Considera-se, entre estudiosas, que esse movimento constituiu as mulheres como sujeito social que demandava, nesse período, o respeito às diferenças e o direito à igualdade. O surgimento e o desenvolvimento do movimento feminista na região podem ser analisados a partir da influência simultânea (1) das oportunidades oferecidas pelos sistemas políticos e institucionais dos países; (2) dos recursos organizativos e das dinâmicas coletivas; e (3) dos marcos interpretativos que orientam comportamentos (FLEURY-TEIXEIRA, 2007).

“As oportunidades de ação coletiva, bem como sua extensão e a forma que assumem, são estruturadas pelo sistema político”. Nesta síntese, Gúzman (2001) defende que somente a combinação dessas “*duas dimensões*” oferece a base estrutural para a ação. A autora indica que, para motivar a ação coletiva, é necessário que se construa uma nova visão compartilhada do mundo e se generalize a convicção de que a ação coletiva permite a superação de situações consideradas inaceitáveis.

Esse discurso, ao ser assumido por um número crescente de mulheres, cristaliza um espaço de intercâmbio que alimenta o desenvolvimento de uma consciência coletiva e o sentimento de pertencimento, o que ajuda a criar uma identidade específica. Por esta razão, a construção de novos marcos de sentido é ao mesmo tempo um processo de criação de poder, mediante o qual um ator se faz valer e afirma seus próprios interesses (GÚZMAN, 2001:14).

²³ Conforme Rachel Soihet: “A conquista de direitos pelas mulheres constituiu-se num longo processo de marchas e contramarchas, do qual inúmeras foram aquelas que participaram, na maioria, anônimas. Um dos movimentos, porém, desenvolvido numa conjuntura favorável, entre 1919 e os anos 1930, sob a liderança de Bertha Lutz, conseguiu assegurar às mulheres o reconhecimento de muitas das suas reivindicações. Nesse sentido, este artigo traz à tona a atuação dessas mulheres que, em meio a preconceitos nos mais diversos âmbitos, encaminharam a sua luta a fim de obter o acesso à cidadania. E, assim, na concepção de Hannah Arendt, possibilitaram às mulheres assumir sua plena condição humana através da ação política, da qual eram violentamente excluídas” (SOIHET, 2000:97).

Distintos estudos mostram a importância da aceitação crescente da igualdade e do respeito às diferenças no reconhecimento da equidade de gênero como critérios de políticas públicas. Apesar do fato de que os debates culturais e a divulgação de conhecimentos correm o risco da imprecisão e muitas vezes simplificam a compreensão dos problemas, eles têm uma grande potencialidade para sensibilizar e gerar correntes de opinião mais favoráveis. Os estudos de Carol H. Weiss (1986) indicam que os debates públicos e culturais influenciam as tomadas de decisão pelas autoridades públicas.

2.1 AGENDAS DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Gúzman (2001) analisa a ação dos mecanismos de gênero no interior dos Estados nacionais como parte de um processo maior cuja expressão se daria via legitimação e institucionalização de uma nova problemática na sociedade e no Estado. Em sua visão, são processos que incluem (a) construção de novas concepções sobre as relações de gênero em distintas sociedades; (b) incorporação dos problemas derivados das desigualdades nas agendas públicas; (c) institucionalização dessa problemática no Estado. Essa institucionalização produziria novos marcos de sentido que orientam o desenho de políticas e mudanças nas agendas e programas de governo.

As possibilidades de legitimar as desigualdades de gênero como problema público estão condicionadas econômica, política, legal e institucionalmente. Por esta razão, o processo que analisamos está muito imbricado com o que se passa em diferentes planos da sociedade e da institucionalidade pública, sobretudo com o grau de abertura cultural, de democratização, institucionalização e integração social (GÚZMAN, 2001:06).

Os assuntos que constituem as agendas públicas são aqueles percebidos como temas de legítima preocupação e merecedores da atenção pública por parte dos membros de uma comunidade política (conf. Aguilar, Cobb e Elder, 1986; Cobb e Ross, 1976; Muller e Surel, 1998). Os problemas “que têm maiores probabilidades de ascender às agendas são aqueles mobilizados pelos atores centrais do sistema social e político e que apresentam maior sintonia com as concepções e normas discursivas compartilhadas” (Gúzman, 2001:20)²⁴.

²⁴ GÚZMAN, Virginia (2001: 20) – “En Brasil, la conformación de los Consejos Estatales en 1982-1983 y el Consejo Nacional de los Derechos de la Mujer (CNDM) tiene lugar en un período de salida del régimen militar y de transición a la democracia. En Argentina esta demanda adquiere fuerza y viabilidad bajo el clima de refundación democrática que caracterizó al gobierno de Alfonsín (1983). El programa Alfonsinista, sensible a la demanda de las mujeres, se comprometió, entre otros temas, con la promulgación de la ley de divorcio, la patria potestad compartida, la ratificación de la CEDAW. En 1983 se crea el programa de Promoción de la Mujer y Familia y en 1987, en respuesta a las demandas de una organización transversal y multisectorial de mujeres, la Subsecretaría de la Mujer.”

Na época da redemocratização, ou uma década após a ONU instituir o Ano Internacional da Mulher, em 1975 (conf. CARMO, DUARTE & LUZ, 1998; PINTO, 2003; PIMENTEL, 2013; SCHUMAHER & BRAZIL, 2000), passou a existir no Brasil, em Belo Horizonte, a segunda delegacia de mulheres criada na América Latina – inaugurada em novembro de 1985, durante o governo Hélio Garcia²⁵, tendo como delegada responsável a advogada Elaine Matozinhos²⁶. O governo paulista de Franco Montoro, com três meses de antecedência (em agosto de 1985), havia criado a primeira delegacia. Desse modo, os dois governos de tendências democráticas, como é sabido²⁷, mantinham-se à frente de outros estados da federação nessas políticas públicas.

Mesmo com a criação, em 1985, dessas duas primeiras delegacias de mulheres na América Latina, o universo de direitos restritos reservado às mulheres manteve-se intocado pelos 12 anos seguintes. Por exemplo, as mineiras e paulistas só poderiam usar os serviços das delegacias especializadas se obtivessem autorização dos próprios maridos ou dos pais, caso precisassem fazer denúncias ou queixas de maus-tratos recebidos em família ou no casamento. Essa prescrição legal somente foi alterada em 1997, no Código de Processo Penal do Brasil, pela Lei Federal 9.520 (conf. HABKOUK, 2019).

Citando Koerner (2002), a socióloga e ex-senadora constituinte pelo MDB, Eva Blay (2003), escreve sobre violência contra mulheres e políticas públicas. Ela mostra como os ordenamentos jurídicos refletiam/refletem costumes dos tempos do Brasil-Colônia.

No Brasil, sob o pretexto do adultério, o assassinato de mulheres era legítimo antes da República. Koerner mostra que a relação sexual da mulher, fora do casamento, constituía adultério – o que pelo livro V das Ordenações Filipinas permitia que o marido matasse a ambos. O Código Criminal de 1830 atenuava o homicídio praticado pelo marido quando houvesse adultério. Observe-se que, se o marido mantivesse relação constante com outra mulher, esta situação constituía concubinato e não adultério. Posteriormente, o Código Civil (1916) alterou estas disposições considerando o adultério de ambos os cônjuges razão para desquite. Entretanto, alterar a lei não modificou o costume de matar a esposa ou companheira. (BLAY, 2003:87)

²⁵ Hélio Garcia havia tomado posse, em janeiro de 1983, como vice-governador com Tancredo Neves na cabeça de chapa, porém passa a governador, tendo em vista que este último deixa o governo mineiro para concorrer à presidência da República. Gravemente enfermo, Tancredo falece sem poder assumir o governo brasileiro em abril de 1985.

²⁶ Conforme: <http://draelainematozinhos.blogspot.com.br/2016/07/19111985-e-inauguradada-delegacia-dos.html>. Apud “*O feminicídio é um crime de ódio, não de amor*”, por Patrícia Habkoug (promotora de Justiça. Coord. do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – MPMG). In: **Relatório de Atividades da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher**. Primeiro Ano. 2019 – pag. 11. Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

²⁷ Pertenciam ao então MDB ou Movimento Democrático Brasileiro (depois PMDB), único partido de cunho democrático com existência legal durante os governos militares (de 1964 a 1985).

A urbanização do país e o maior acesso das mulheres a educação e renda, com a entrada em massa da mão de obra feminina no mundo do trabalho, favorecendo o maior contato com o cinema, as leituras e outras culturas, são fenômenos identificados por estudiosas como fatores responsáveis por potencializar mudanças de costumes e valores no interior das estruturas familiares (conf. BLAY, E. 1978; PENA, M.V.J. 1981; HANNER, J. 1981; SAFFIOTI, H. 1976; SAFFIOTI, H. 1981). Blay menciona também, com críticas, o argumento da “*desagregação familiar*”, usado em geral para a discussão do tema “*crise da família*” do início do século XX, quando se tentava, de alguma forma, barrar as modificações que o modo de vida urbano imprimia às relações sociais no conservador modo de vida dos brasileiros daquele período. No começo do século XX, dizia-se que mulher trabalhar fora de casa provocava desagregação da família. “Daí o Estado ter incluído no Código Civil (1916), para proteger a família (mesmo a pobre), que a mulher deveria ter autorização do marido para poder trabalhar” (BLAY, 2003: 88).

Para a jurista Leila Linhares Barsted (2001), a cidadania da mulher era “compreendida de forma restrita pela República brasileira inaugurada em 1889”. Diz mais:

As restrições aos direitos políticos das mulheres somente foram retiradas completamente na Constituição Federal de 1934; no plano dos direitos civis, até 1962, a mulher casada era considerada relativamente incapaz, necessitando da autorização do marido para exercer os mais elementares direitos, como, por exemplo, o direito ao trabalho. No que se refere aos direitos trabalhistas, até fins da década de 70, a lei, sob a rubrica de “proteção”, impedia a entrada da mulher em amplos setores do mercado de trabalho. Até 1988, as mulheres casadas ainda eram consideradas colaboradoras do marido, competindo a estas a direção da sociedade conjugal (BARSTED, 2001: 34-35).

2.2 BRASILEIRAS NA REDEMOCRATIZAÇÃO

No início da década de 1980, de acordo com Brabo (1996), a criação de novos partidos trouxe para as feministas brasileiras outras abordagens sobre a relação das mulheres com o poder, nesse caso com o poder político-partidário. Conforme Borba (apud BRABO, 1996), passou-se da fase da denúncia das discriminações e das exigências de transformações para a fase de propostas de implementação de políticas públicas que visassem a participação da mulher no poder. Um debate presente na agenda das feministas brasileiras de então dizia respeito à criação de órgãos voltados para a defesa dos direitos da mulher no interior das estruturas de Estado. As primeiras estruturas a surgir são os conselhos de direitos da mulher – uma esfera definida como “órgão democrático de participação da sociedade civil” (FLEURY-TEIXEIRA, 2015:65). Ao mesmo tempo em que compunham o conjunto dos movimentos por

democracia, os movimentos de mulheres expressavam a constituição desses novos atores/sujeitos políticos, esculpindo lideranças na luta, descobrindo instrumentos e interlocutores em um desenho sinuoso que se assemelhava ao curso dos rios (FLEURY-TEIXEIRA, 2007; FLEURY-TEIXEIRA e CHRYSTUS, 2020:24). Esse período, denominado “*segunda onda feminista*”, foi assim definido por Nancy Fraser (2009):

Em suma, a segunda onda do feminismo aderiu a um projeto político transformador, baseado em entendimento expandido de injustiça e na crítica sistêmica da sociedade capitalista. As correntes mais avançadas do movimento viram suas lutas como multidimensionais, voltadas simultaneamente contra a exploração econômica, hierarquia de status e sujeição política. Para elas, ademais, o feminismo surgiu como um projeto emancipatório mais amplo, no qual as lutas contra injustiças de gênero estavam necessariamente ligadas a lutas contra o racismo, o imperialismo, a homofobia e a dominação de classes, todas as quais exigiam uma transformação das estruturas profundas da sociedade capitalista (FRASER, 2009:13).

Nos anos 1980, o combate à violência praticada contra mulheres e a luta em favor do princípio de que os gêneros são diferentes, mas não desiguais, foram incluídos na agenda das feministas. Conforme Fleury-Teixeira (2015:67), isso se relaciona não só à visibilidade dada ao tema do controle exercido pelos homens e da violência que praticam contra as mulheres, mas também à ação dos movimentos feministas e à inserção dos temas de gênero na agenda acadêmica brasileira. Ao lado disso, o movimento das mulheres contra a tese da “*legítima defesa da honra*”, que nos tribunais liberava de condenação os assassinos confessos de mulheres, uniu no Brasil grupos e opiniões antes divididos pelo debate político e deu visibilidade à agenda das mulheres, facilitando a articulação voltada para o ingresso das lideranças nas estruturas de Estado.

Em Minas, isso impulsionou a discussão e a articulação dos movimentos feministas e de mulheres (entre eles, o Movimento *Quem Ama Não Mata*), levando o então governador Tancredo Neves a assinar, como um dos seus primeiros atos no início de 1983, a criação do Conselho Estadual da Mulher (DUARTE, CARMO & LUZ, 2008). Também naquele ano, o governo Montoro – produto do mesmo fenômeno político da onda redemocratizante – cria o Conselho da Condição Feminina do Estado de São Paulo. Conforme Alvarez (1988), a atuação política do conselho, na época, tinha como objetivo formular e dirigir a implementação de políticas públicas inovadoras, que respondessem às necessidades das mulheres paulistas, além de manter uma pressão política organizada e consistente quanto à consciência de gênero dentro da estrutura estatal local.

2.3 GANHOS NA CONSTITUINTE

No contexto de emancipação do Brasil dos domínios de Portugal, a história da criação da Constituição Brasileira remonta aos anos de 1824, outorgada por D. Pedro I. Naquela conjuntura, relata Oliveira (2013), “em que o cotidiano do Brasil era transformado nos seus mais variados aspectos, sejam eles econômicos, políticos e sociais, a primeira Constituição Federal tratou de estabelecer poderes, deliberar atribuições e garantir os direitos e deveres dos cidadãos masculinos” (OLIVEIRA, L.P. 2013:27).

No Período Imperial, as mulheres não eram consideradas cidadãs, “assim como os escravos, portanto não se enquadravam no que se refere aos direitos adquiridos nessa Constituição” (OLIVEIRA, 2013:28). Em qualquer período da história, a linha que vincula o delito à prescrição de sua punição pela Justiça é um processo de negociação que, na vida contemporânea, passa não só pelas vias jurídica e da elite política, mas também pela pressão/negociação da qual os movimentos sociais participam (incluindo os feministas).

A lei é, pois, fruto de uma vontade e de um acordo entre os homens, ou, pelo menos, do comum acordo entre aqueles que a fazem. É resultado de uma negociação entre seus autores em face de uma questão posta pelo convívio social. Sendo determinação e vontade, é uma forma objetiva de normatização da vida ou do controle social que pressupõe uma representação da sociedade desejável. Ou seja, a lei dispõe, interdita, concede, tendo como referência padrões que os homens estabelecem através da história (PESAVENTO, 2004: 27-37).

Descrita desse modo por Pesavento (2004), foi-se escrevendo a história da construção da liberdade das mulheres brasileiras pela via jurídica, antecipando o que terminaria por se consagrar na vida cotidiana. Grande parte desses avanços legais, que mais tarde se traduziram no reconhecimento de cidadania das mulheres, resultou de tratados e convenções internacionais para os quais contribuíram nomes reconhecidos de juristas brasileiras – tais como Silvia Pimentel, Flávia Pierucci, Jaqueline Pitanguy e Leila Barsted, para citar algumas. Consultando os textos dessas convenções produzidas sob o patrocínio da Organização das Nações Unidas (ONU), vai se tornando nítida a escolha da esfera internacional como foro adequado para se tentar produzir impactos nos hábitos e costumes na esfera regional - detalhes podem ser vistos no **Quadro I, Anexo III** (pág. 216). Desse modo, verifica-se ter havido uma escolha de atuar pela via jurídica de maneira a reforçar lutas de mulheres em vários países e também no Brasil.

Consultando as memórias e os artigos que vêm sendo produzidos por estudiosas e juristas brasileiras nos últimos anos, fica claro que muitas das estratégias adotadas, acordadas em debates nesses foros, só lograram ser implantadas pela conjugação dos esforços dessas líderes feministas locais, de expressão no exterior, dos movimentos sociais organizados da sociedade civil e de suas representações políticas no parlamento brasileiro (conf. PIMENTEL, S., 2013; SIMÓN, WIECKO e CALASANS de MATOS et all, 2019; PITANGUY, 2019; BARSTED, 2001; PIERUCCI, 2008).

O resultado palpável dessas negociações no cenário internacional foi se traduzindo em leis específicas para mulheres, produzidas por intermédio das negociações que diversas juristas nacionais faziam em discussões no Congresso Nacional – algumas dessas leis foram escritas por elas mesmas ou pelas representações políticas femininas. A lista completa das leis aprovadas a favor das mulheres no período poderá ser consultada no **Anexo III, Quadro II**, (pág. 222) desta tese. Ao lado disso, cresceu a luta pela redução das restrições à participação de mulheres na vida pública brasileira em vários níveis. O lançamento de uma campanha nacional pelo Conselho Nacional da Mulher, ainda em 1985, sob o lema “*Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher*”, ampliou o espaço público de discussão sobre as principais reivindicações da mulher brasileira, em todas as instâncias (poder político, mídia, associações, sindicatos, etc.)

Pitanguy (2019:81) registra que, no Brasil, “o movimento feminista atribuiu importância central à luta pela reforma das leis que regiam a família”, apresentando diversos projetos nessa linha, mesmo durante a ditadura, contestando as leis que regiam o casamento e que legitimavam a cidadania incompleta da mulher no âmbito da família, tendo o homem como o chefe da sociedade conjugal.

Como tal, tinha o direito de administrar os bens familiares, inclusive os de sua esposa, de obrigá-la a ter relações sexuais com ele, mesmo sem o seu consentimento, de deserdar a filha por comportamento desonesto – sendo o conceito de honestidade diretamente ligado à moralidade sexual – e, ainda o direito de acabar com o trabalho da mulher se esse interferisse em seus deveres familiares. Isso porque a família se regia ainda pelo Código Civil de 1916, profundamente patriarcal, ancorado em valores hierárquicos das relações familiares e na subalternidade da mulher (pater famílias). (PITANGUY, 2019:82)²⁸

²⁸ Nota 5 de Pitanguy (2019) – No marco de um estudo comparativo internacional sobre leis de família e violência contra mulher, coordenado pelo Women Learning Partnership (WLP), a CEPIA, através de pesquisa realizada por Mariana Barsted, desenvolveu uma análise sobre a relação entre códigos de lei e violência de gênero publicada em 2018. Cf. Maria Barsted “Brazilian Case Study” on Advocacy Based Research Family Law Reform to Challenge Gender-Based Violence WLP, Women’s Learning Partnership, 2017.

Escrevendo a respeito da importante marca deixada pela nova Constituição de 1988 na luta de mulheres brasileiras por seus direitos, Pierucci (2008) analisa que “a articulação desenvolvida no período pré-1988 foi um momento destacado na defesa dos direitos humanos das mulheres”. Como expressão da articulação das mulheres, o resultado foi a incorporação da maioria significativa das reivindicações formuladas por elas no Texto Constitucional de 1988. É consenso entre estudiosos (as) que, no Brasil, o movimento feminista foi um ator fundamental na mudança legislativa e social, denunciando desigualdades, propondo políticas públicas, atuando junto ao Poder Legislativo e, também, na interpretação da lei. Sobre isso, observa Barsted (2001):

Desde meados da década de 70, o movimento feminista brasileiro tem lutado em defesa da igualdade de direitos entre homens e mulheres, dos ideais de Direitos Humanos, defendendo a eliminação de todas as formas de discriminação, tanto nas leis como nas práticas sociais. De fato, a ação organizada do movimento de mulheres, no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988, ensejou a conquista de inúmeros novos direitos e obrigações correlatas do Estado, tais como o reconhecimento da igualdade na família, o repúdio à violência doméstica, a igualdade entre filhos, o reconhecimento de direitos reprodutivos, etc. (BARSTED, 2001: 35).

Conforme Pierucci (2008), o êxito do movimento de mulheres, no tocante aos ganhos constitucionais, “pode ser claramente evidenciado pelos dispositivos constitucionais que, entre outros, asseguram”:

a) a igualdade entre homens e mulheres em geral (art. 5º, I) e especificamente no âmbito da família (art. 226, § 5º);

b) o reconhecimento da união estável como entidade familiar (art. 226, § 3º, regulamentado pelas Leis 8.971, de 29 de dezembro de 1994, e 9.278, de 10 de maio de 1996);

c) a proibição da discriminação no mercado de trabalho, por motivo de sexo ou estado civil (art. 7º, XXX, regulamentado pela Lei 9.029, de 13 de abril de 1995, que proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização e outras práticas discriminatórias para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho);

d) a proteção especial da mulher no mercado de trabalho, mediante incentivos específicos (art. 7º, XX, regulamentado pela Lei 9.799, de 26 de maio de 1999, que insere na Consolidação das Leis do Trabalho regras sobre o acesso da mulher ao mercado de trabalho);

e) o planejamento familiar como uma livre decisão do casal, devendo o Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito (art. 226, § 7º, regulamentado pela Lei 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que trata do planejamento familiar, no âmbito do atendimento global e integral à saúde);

f) o dever do Estado de coibir a violência no âmbito das relações familiares (art. 226, § 8º, tendo sido prevista a notificação compulsória, em território nacional, de casos de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados, nos termos da Lei 10.778, de 24 de novembro de 2003, bem como adotada a Lei Maria da Penha – Lei 11.340, de 7 agosto de 2006, para a prevenção e o combate da violência contra a mulher). Além desses avanços, merece ainda destaque a Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, dispondo que cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo. Adicione-se, também, a Lei 10.224, de 15 de maio de 2001, que ineditamente dispõe sobre o crime de assédio sexual.

Como resultado desses esforços no campo jurídico (conf. **Quadro II nos Anexos III**, pág. 222), os direitos de cidadania se estendem às mulheres brasileiras. Isso produz, ainda que precariamente, os primeiros dados relativos ao registro de casos de violência. A academia também começa a produzir os primeiros estudos a respeito desse tema da violência masculina praticada contra mulheres (detalhes ver, p. ex. em MINAYO, M.C.A., 1994. E SCHRAIBER, L.B. & D'OLIVEIRA, A.F.P.L., 2003).

Quanto à construção da cidadania das mulheres e à igualdade de gênero, em âmbito nacional, a legislação reflete o estágio evolutivo dos processos sociais em curso, ou do pacto estabelecido entre os diferentes segmentos da sociedade e entre esta e o Estado. Entretanto, é sabido que o texto da lei não é garantia suficiente para o exercício da cidadania, principalmente (mas não só) nos segmentos mais vulneráveis da população. Em alguns casos, os conflitos decorrentes das disparidades de interesses e necessidades que permeiam as relações sociais impedem, de diferentes maneiras, a efetivação do acesso aos direitos universais. Em outras palavras, a criação das leis não pode ser vista como um ponto de chegada, senão como ponto de partida de todo um novo processo, no qual forças sociais necessitarão atuar para garantir o cumprimento das novas leis e não mais a sua criação. Assim, o conhecimento da legislação vigente constitui um primeiro passo na definição de estratégias políticas orientadas para o enfrentamento e superação das desigualdades que marcam as relações de gênero.

Na interpretação de Pasinato, Garcia, Vinuto e Soares (2016:302) dois fatores, um interno e outro externo, foram determinantes para desencadear o processo que viria a resultar na aprovação da Lei 11.340 no Brasil em 2006, ou Lei Maria da Penha. Conforme as estudiosas, apenas nos anos 2000 o contexto político nacional mostrou-se favorável a essa mudança. Na visão dessas especialistas, o fato interno envolve a chegada do Partido dos

Trabalhadores à Presidência da República, o que teria trazido apoio “às políticas sociais e iniciativas para o reconhecimento dos direitos das minorias políticas”. Também defendem como decisiva uma reforma ministerial (ocorrida no início da primeira gestão, em 2003), que deu status de ministério à Secretaria de Estado de Direitos da Mulher que, até então, integrava o Ministério da Justiça. A partir daí, tornou-se a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, órgão ligado à Presidência da República com a missão de promover ações para a promoção dos direitos das mulheres em todos os campos de desenvolvimento – esse fato teria sido decisivo para o avanço de políticas públicas no setor²⁹.

O enfrentamento à violência foi, desde o início, considerado como prioridade para a Secretaria cujas ações ganharam suas diretrizes a partir da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (2005). O fator externo de grande relevância foi a condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, em 2002, no caso de Maria da Penha Maia Fernandes, que trouxe em sua sentença a recomendação para que o governo brasileiro adotasse as medidas necessárias para a prevenção da violência e para a proteção dos direitos das mulheres, particularmente o direito a viver sem violência.³⁰ (PASINATO, GARCIA, VINUTO e SOARES.2016:234)³¹.

Entre as ações visando o fortalecimento da intervenção das instituições e comprometimento de estados e municípios, as autoras citam como exemplo o *Pacto de Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher* - acordo federativo assinado em 2007, um ano após a aprovação da Lei Maria da Penha. Entre variadas intervenções para coibir e prevenir diferentes formas de violência contra as mulheres, percebe-se a existência de um eixo de ação direcionado à implantação de serviços especializados e o fortalecimento de capacidades para implementação da nova lei. Além da estruturação de serviços e da elaboração de normas técnicas de padronização dos atendimentos, também foram editadas normas e diretrizes para as delegacias especializadas no atendimento às mulheres, bem como para centros de referência, casas abrigo e serviços de responsabilização dos agressores. Na mesma linha, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

²⁹ Entre 2015 e 2019, o orçamento da Secretaria da Mulher do governo federal diminuiu de R\$ 119 milhões para R\$ 5,3 milhões. De 2015 a 2019, [portanto], houve uma queda de 82% na aplicação de recursos e um aumento de 68% nos casos de violência reportados. Fonte: Agência Câmara de Notícias. Ver no site: <https://www.camara.leg.br/noticias/635067-deputadas-criticam-corte-de-recursos-para-combate-a-violencia-contra-a-mulher/> Consulta em dezembro de 2020.

³⁰ O processo de elaboração do anteprojeto da lei e as atividades de *advocacy* para sua aprovação, podem ser lidas em BARSTED (2011) e PIMENTEL e PIOVESAN, (2011). Sobre o caso de Maria da Penha e a decisão da Corte Interamericana, uma análise cuidadosa pode ser encontrada em PANDJIARJIAN (2007).

³¹ O artigo citado acima resultou da realização de uma pesquisa referente à área temática C.2. *Medidas protetivas às mulheres em situação de violência* realizada pela CEPIA – Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação, Ação, no âmbito do Projeto BRA/04/029: *Pensando a Segurança*, implementado e financiado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública/SENASP do Ministério da Justiça/MJ em cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/PNUD. Além da equipe de pesquisa, que assina esse artigo, o projeto também contou com equipe de apoio formada por Leila Linhares Barsted, Mariana de Andrade e Marina Gomes Damião.

editou um manual para a implementação dos juizados de violência doméstica e familiar. (conf. CNJ, 2010).

Dez anos após a aprovação da Lei 11.340, uma pesquisa sobre sua implementação, realizada sob a coordenação de Pasinato, Garcia, Vinuto e Soares (2016:189), chega a conclusões relevantes para a área. Os procedimentos analisados evidenciam o despreparo do sistema de justiça para a aplicação da Lei Maria da Penha – problemas que vão das interpretações da lei até a questão da falta de dados, motivados pela ausência de sistema tecnológico adequado, inexistência de padronização de registro de casos e de pedidos de medidas protetivas. Por um lado, por se considerar o procedimento de concessão de medidas protetivas como um conjunto de provas e evidências, “a urgência prevista na lei e a característica da situação acabam sacrificadas por trâmites burocráticos que comprometem o tempo transcorrido, que deveria ser usado a favor das mulheres e da proteção de suas vidas e direitos”. Por outro lado, as evidências da violência precisariam estar orientadas para o reconhecimento das situações de risco vivenciadas pelas mulheres, e não serem utilizadas no processo como provas de que as mulheres não estão mentindo. Outro aspecto que a pesquisa mostra é a fragmentação do Direito, explicitada p.ex. pela invisibilidade dos efeitos da violência doméstica na participação das mulheres no mercado de trabalho – o que provoca licenças e afastamentos -, com a consequente dificuldade em se demonstrar essa relação na Justiça do Trabalho.

Nas Varas de Família também há o esforço em ignorar a violência que afeta o casal quando se encontram em processo de separação ou nas disputas da guarda dos filhos e pensão alimentícia. A experiência do projeto de implementação das Diretrizes Nacionais para investigar, processar e julgar, sob a perspectiva de gênero, as mortes de mulheres, fez frente à ausência de discussões sobre a Lei Maria da Penha nas Delegacias de Homicídios e Varas do Júri. Em todos os casos, o desafio é como criar estratégias para a Lei Maria da Penha também ser aplicada nesses espaços. (PASINATO, GARCIA, VINUTO e SOARES; 2016:199).

O estudo mostra ainda que há problemas com a não articulação do sistema em redes de atendimento. “Desde a sua aprovação, a Lei Maria da Penha vem sendo aplicada prioritariamente, no sistema de segurança e justiça. Nos últimos anos, passou-se por um crescente processo de precarização, decorrente da falta de investimentos públicos”. Em virtude desse contexto e outros, a rede especializada de atendimento – formada também por serviços nas áreas da saúde, assistência psicossocial e por políticas nas áreas de educação, inclusão produtiva e geração de renda, além de segurança e justiça –, pouco se expandiu no país. Em resumo, há inúmeras características do sistema de justiça no Brasil que esse estudo identifica em suas conclusões e que iremos resumir aqui pela importância em se conhecer

como opera a Justiça no país em termos de atendimento a mulheres em situação de violência. Publicado em livro no Ministério da Justiça (PASINATO, Wânia; GARCIA, Isis; VINUTO, Juliana; SOARES, Jenefer Estrela. 2016:258-260), de um total de 19 pontos citados pelas estudiosas queremos registrar os seguintes:

1. A vinculação entre os pedidos de medidas protetivas e os procedimentos de natureza criminal reflete uma abordagem tradicional e bastante restritiva da justiça que permanece insensível aos novos procedimentos da lei e às especificidades da violência baseada no gênero;

2. As vítimas, na lógica do Direito Penal, são silenciadas e sua palavra não é reconhecida para solicitar as medidas protetivas. A necessidade de testemunhas para o convencimento do(a)s juízes(a)s sobre a violência e a situação de vulnerabilidade e risco que a mulher está vivendo, são exemplo desse entendimento tradicional e insensível à abordagem de gênero mencionado.

3. O intervalo entre a solicitação e a decisão, e depois, entre a decisão e a notificação do agressor, extrapola em muito os prazos legais. Nesse tempo as mulheres permanecem vulneráveis e algumas entrevistadas narraram novos episódios de violência enquanto aguardavam a decisão judicial;

4. A intervenção da justiça no caso se extingue com o indeferimento, uma vez que o procedimento criminal se arrasta no tempo e também não traz resultados positivos e rápidos para conter a violência. A ausência de articulação com outros serviços interrompe o percurso que a mulher vinha tentando trilhar. Cabe a ela decidir se retorna ao ponto de partida – a situação de violência – e permanece ali, ou se persiste na busca por apoio e solução para seus problemas. As entrevistadas dizem que essa segunda alternativa é a mais frequente e torna-se mais frequente na medida em que a violência se agrava;

5. A medida deferida não representa a efetividade da proteção esperada. A inexistência de mecanismos de monitoramento das medidas protetivas e a não integração do Sistema de Justiça Criminal com a rede de serviços resulta que as medidas protetivas não representam mais que um papel para mulheres, permanecendo uma aposta em seu efeito simbólico para conter o comportamento violento dos agressores. Para muitas mulheres a ameaça de novos atos de violência continua presente em suas vidas e algumas vezes se consolidam em novos episódios de agressão.

6. O acompanhamento às mulheres deveria ocorrer para informá-las sobre as consequências de desistir dos processos ou sobre o descumprimento das medidas que muitas delas, de forma voluntária, acabam promovendo. Isso ocorre especialmente nos casos em que o casal tem filhos em comum e as visitas são retomadas de forma regular, com o contato entre vítima e agressor sendo restabelecido.

7. O atendimento nas delegacias de polícia especializadas às mulheres também continua um problema a ser enfrentado. Observando o funcionamento dos serviços e a forma como as mulheres são atendidas, parece cada vez mais urgente discutir o que se entende por especialização do atendimento, e identificar onde o projeto de atendimento diferenciado se distanciou da proposta inicial, formulada nos anos 1980. “É preciso refletir sobre essa atuação. A pergunta a ser formulada é: essas delegacias contribuem para o enfrentamento da violência contra as mulheres, ou apenas reproduzem modelos discriminatórios de atendimento e reforçam preconceitos e estereótipos de gênero que deveriam ajudar a combater?” (PASINATO et al, 2016:60)

Apesar dos pontos críticos demonstrados pela referida pesquisa, a partir da promulgação sucessiva de tratados e das leis brasileiras referidas no Anexo III, Quadro II (pág. 222), muito esforço político e concreto foi empreendido para que alguns pontos fossem implantados na esfera da justiça. Foram implementadas em vários estados do País, na área jurídica, a partir da existência das leis, as primeiras experiências de atendimento a mulheres em situação de violência, apoiadas por juízas, desembargadoras e defensoras públicas empenhadas em fazer avançar a agenda das mulheres nessa esfera.

Escolha pela via legal - Reconstituindo a história de implementação de novas leis de reconhecimento dos direitos das mulheres e também para sua proteção, fica claro que grupos avançados de juristas e estudiosas em todo o mundo (inclusive juristas brasileiras) estiveram formulando, na esfera internacional, as estratégias que pudessem fazer o enfrentamento dos problemas de restrição à liberdade e aos direitos das mulheres em diversos países do mundo. Ao mesmo tempo, fica claro que o avanço, no Brasil, na esfera das leis e na esfera das políticas públicas para mulheres, é produto também dessas propostas – na dinâmica que se estabelece quando movimentos sociais se articulam com lideranças e estruturas de Estado para construir esses avanços em nível local.

Os números da violência, hoje computados com um pouco mais de organização, trazem em si muitas questões a serem examinadas: por que ainda são tão altos os registros de

violência doméstica e feminicídio ou tentativa de feminicídio – estimando-se, inclusive, que somente 10% da violência praticada chega aos registros? Por que a legislação, mesmo tendo avançado – traduzindo o acordo formulado entre as elites intelectuais e políticas e movimentos sociais –, não parece se refletir no comportamento das majorias na sociedade? Resta à sociedade, como um todo, lidar com o longo processo necessário para que a mudança de mentalidades, de costumes e de práticas se processe na vida social. E aos estudiosos, fica a tarefa de buscar compreender esse processo.

3. MASCULINIDADES, HIERARQUIAS e ORDEM SOCIAL

a virilidade, como se vê, é uma noção eminentemente relacional, construída diante de outros homens, para outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de medo do feminino, e construída, primeiramente, dentro de si mesmo (Bourdieu, 1998:67).

Introdução – Em fins dos anos 90, os estudos sobre masculinidade no Brasil nos enfoques sobre trabalho e família/paternidade não se restringiram mais às questões envolvendo apenas sexualidade e reprodução. Ganharam terreno e começaram a surgir discussões, entre outros temas, sobre a prática da violência masculina contra mulheres (SOUZA, 2007:138). No que se refere à violência de gênero, mudanças vêm sendo produzidas em legislações de países europeus, anglo-saxões e latino-americanos. Essas mudanças envolvem penas mais rígidas para autores de violência doméstica, havendo maior criminalização para esses agentes de violência contra mulheres (BEIRAS, 2012).

Medrado e Lyra (2008) chamam a atenção para o fato de que, nos momentos iniciais, no Brasil, os trabalhos de pesquisa envolvendo a temática das masculinidades são “produzidos de maneira pouco sistemática, com concentração em autores específicos e sem necessariamente se desdobrarem em uma discussão teórica, epistemológica, política e ética ampla e consistente sobre o tema” (MEDRADO e LYRA, 2008: 809-810). Souza (2009:130) entende que somente a partir da década de 1990 torna-se possível falar na existência de um “campo de pesquisas sobre masculinidades” no Brasil.

Por outro lado, novo impulso é dado à temática na medida em que os trabalhos sobre masculinidade passaram a ser discutidos do ponto de vista relacional. “Nesse sentido, autoras e autores como Piscitelli (1998), Matos (2000a, 2000b), Giffin (2005), Medrado e Lyra (2008), para citar alguns nomes do Brasil, trouxeram importantes contribuições”, conforme Souza (2009). Os estudos sobre as mulheres enfatizaram a dimensão do poder, a partir de análises de gênero (RUBIN, 1975; SCOTT, 1989/1990; HARAWAY, 1991), ou na lógica do conceito de patriarcado (PATEMAN, 1988/1993; MACHADO, 2000; SAFFIOTI, 2004). Os estudos sobre os homens também apontaram para a dimensão do poder, mas destacaram a existência de outras dimensões (ALMEIDA, 1995; BOUDIEU, 1998/2003).

No plano internacional, desde os anos 1970 já se observa, na literatura, a discussão sobre *contradições* existentes entre a identidade masculina hegemônica e as condições reais de vida dos homens. Isso incluiu a alienação no trabalho, a burocracia política e militar e a comercialização da sexualidade, conforme Bedarnik, 1970 (apud CARRIGAN, CONNELL e

LEE, 1985). Tal discussão “leva à visibilidade da questão das restrições e desvantagens de ser homem” (GIFFIN, 2005:50)³². A partir do conceito de masculinidade desenvolvido por Carrigan, Connell e Lee (1985), foi sendo construído um modelo de masculinidades em múltiplas relações de poder. Sistemáticamente integrado a uma teoria sociológica de gênero, as seis páginas resultantes em *Gender and Power* (1987) sobre “*masculinidade hegemônica e feminilidade enfatizada*” se tornaram a fonte mais citada no mundo para o conceito de masculinidade hegemônica.

Assim como Vigoya (2007), outros autores sustentam que foi a teoria feminista que deu origem aos estudos de masculinidades. “As teorias feministas têm sido fundamentais para a configuração dos estudos contemporâneos de homens e masculinidades como tentativas intelectuais e temas acadêmicos, e como problemas sociais” (VIGOYA, 2007:26). Essa noção é confirmada por Souza (2009:127), para quem a construção de um campo de estudos sobre a masculinidade é tributária das teorias feministas conforme pesquisas pioneiras na área (CARRIGAN, CONNELL & LEE, 1985; KIMMEL, 1987; ALMEIDA, 1995). “No seio dos estudos de gênero”, nos diz Piscitelli (1998), o interesse pela temática dos estudos de masculinidades vai se ampliando. Conforme a estudiosa, “os autores que desenvolveram as melhores versões dos estudos de masculinidade marcam a distância entre esses trabalhos, inseridos nos estudos de gênero e os men’s studies, considerados, esses sim, essencialistas e parciais” (PISCITELLI, 1998:149).

Connell (2013:242) concorda que a inspiração dos estudos da área teve como fontes básicas as teorias feministas do patriarcado e os debates sobre o papel dos homens na transformação do patriarcado (GOODE, 1982; e SNODGRASS, 1977). Alguns homens da nova esquerda tentaram se organizar em apoio ao feminismo, “e essa tentativa chamou atenção para as diferenças de classe na expressão da masculinidade (TOLSON, 1977)”. Connell (2013:243) também cita mulheres negras – tais como Maxine Baca Zinn (1982), Angela Davis (1983) e Bell Hooks (1984) – que criticaram os preconceitos raciais observados quando o poder é unicamente conceitualizado em termos de diferenças de sexo, “preparando, desse modo, o terreno para o questionamento de quaisquer reivindicações universalizantes sobre a categoria de homem”. Sobretudo ao colocar em questionamento a masculinidade

³² “Não deixa de ser relevante registrar que a “*questão da mulher*” viveu um ressurgimento na segunda metade do século XX, em um contexto em que os países centrais experimentaram duas décadas de crescimento econômico no pós-guerra. Isso ampliou a demanda no mercado de trabalho urbano de “colarinho-branco” para jovens mulheres com alguma instrução e permitiu a incorporação de importantes segmentos na sociedade de consumo, além de avanços na institucionalização de políticas de proteção ao trabalhador e do bem-estar social, o que também aumentou a demanda para trabalhadoras qualificadas” (GIFFIN, 2005:48).

hegemônica (KIMMEL, 1987)³³, Connell (1995) avança nessa discussão ao apontar para a multiplicidade das masculinidades, isto é, refere-se à existência de diferenciados padrões que serão caracterizados como *masculinidades hegemônicas*, de *subordinação*, de *cumplicidade* e *marginalizadas* (CONNELL, 1995:77-81; apud SOUZA, 2009).

Em suma, em Connell (1987:39), vamos encontrar o desenvolvimento de uma proposta teórica para o estudo do gênero dentro de padrões que fazem uma teoria da prática. A estratégia de análise de estruturas embasa então as escolhas de Connell, na tentativa de compreender como elas se articulam na sustentação do poder masculino. Pelo conceito de masculinidades hegemônicas, sistematizado por Carrigan, no artigo “Towards a New Sociology of Masculinity” de 1985, Connell e Lee tentaram-se contrapor às teorias dos papéis, especialmente referida aos homens e, por outro lado, ilustrar a diversidade. Conforme Kessler et al (1982), o conceito, como décadas depois assinalaram Connell e Messerschmidt (2005), em uma releitura crítica desse texto, originou-se de debates internos na *Australian High Schools* sobre estudos a respeito de iniquidade social. Esse conceito (de masculinidade hegemônica) primeiro apareceu em relatórios de um estudo de campo sobre desigualdade social nas escolas australianas (KESSLER et al 1982); em uma discussão conceitual relacionada à construção das masculinidades e à experiência dos corpos de homens (CONNELL, 1983); e em um debate sobre o papel dos homens na política sindical australianas (CONNELL, 1982). “O projeto nas escolas forneceu a evidência empírica de múltiplas hierarquias – de gênero e ao mesmo tempo de classe – entrelaçadas com projetos ativos de construção do gênero” (CONNELL & MESSERSCHMIDT, 2013:241). Pensando a interação das estruturas de categorias e práticas sociais, gênero e masculinidades, os autores tentaram construir um modelo teórico que pudesse interpretar a ação humana em termos de gênero e seus determinantes objetivos e subjetivos. “É por isso que Connell sustenta que uma teoria das relações de gênero requer uma teoria da ordem e das práticas sociais, em vez de um simples paradigma de papéis sociais e sexuais” (BERMÚDEZ, 2013:285).

Alguns teóricos perceberam a liberação gay como ligada a um ataque aos estereótipos de gênero (MIELI, 1980). A construção de reflexões e análises, de um lado, a respeito da violência e do preconceito na experiência da comunidade homossexual, e, de outro lado, na reprodução de modelos tradicionais de hierarquia de gênero entre casais gays, teria inspirado

³³A noção de masculinidade hegemônica se processa a partir das relações de poder das quais resulta um modelo hegemônico calcado na representação paradigmática do homem heterossexual, branco e pertencente à classe dominante (KIMMEL, 1987). Este conceito encontrou grande recepção nos estudos de gênero que enfocam as masculinidades, como os de Connell (1995) e Hearn (1996). Acerca da questão sobre a multiplicidade de gêneros (masculino/feminino), consultar também Stoller (1993).

teóricos no reconhecimento da existência de uma hierarquia das masculinidades. “Teóricos desenvolveram contribuições cada vez mais sofisticadas sobre as relações ambivalentes entre os homens gays e o patriarcado e com a masculinidade convencional” (CONNELL, 2013:244).

Giffin (2005:49) entende que houve uma verdadeira “obsessão feminista com o poder masculino” e registra que isso, no entanto, foi produtivo e necessário, “no sentido de trazer à visibilidade estruturas e relações sistêmicas de poder que foram legitimadas pela ciência e naturalizadas nas ideologias de gênero binárias, dominantes”. Afinal, os estudos de gênero mostraram que tais ideias (expressas em símbolos e normas sociais) estruturam instituições, oficializam leis e constroem identidades pessoais. Ou seja, como se explicita na Sociologia, essas noções “participaram e participam da construção de uma realidade social, são aspectos da nossa ordem social”. Giffin faz, porém, uma autocrítica: “No entanto, ao representar todos os homens como poderosos e todas as mulheres como oprimidas, estávamos reproduzindo o binarismo”.

3.1 A DOMINAÇÃO COMO PROCESSO HISTÓRICO

A literatura detalha as estratégias utilizadas pelos homens para se sustentar no poder. Estudiosos defendem que a dominação masculina não constitui uma forma que se reproduz automaticamente - ela é um processo histórico³⁴. Essa dominação seria aberta à contestação e exige forte empenho dos homens para sua manutenção. Por parte dos homens seria necessário uma constância no uso das estratégias de exclusão das mulheres (CONNELL & MESSERSCHMIDT, 2013; BERNARDES GONÇALVES, 2016:51).

Na revisão que fazem sobre masculinidade hegemônica, conceito-chave nessa discussão, os autores registram pesquisas que têm contribuído para a revelação dos mecanismos de hegemonia. Entre esses mecanismos, Connel & Messerschmidt, (2013:247, 248) citam a “*ostentação*” da masculinidade nos programas televisivos de esportes (SABO e JANSEN, 1992), assim como aqueles mecanismos sociais que Roberts (1993) chama de “*censura*” direcionada a grupos subordinados – variando desde xingamentos informais por crianças até a criminalização da conduta homossexual. “Ainda outros mecanismos de hegemonia operam por invisibilidade, removendo a forma dominante da masculinidade da

³⁴ Referem-se, desse modo, à noção discutida por estudiosos/as entre anos 80 e 90 do Século XX e analisada extensamente por Pierre Bourdieu, em obra de 1998, que leva o conceito para o título (A Dominação Masculina).

possibilidade de censura” (BROWN, 1999). A respeito das abordagens de estudiosos e da mídia na discussão do massacre da Escola Columbine (EUA), Consalvo (2003) registra o modo como a questão da masculinidade ficou ausente das reflexões de especialistas, deixando a mídia sem outra forma de representar os atiradores, senão como “*monstros*”.

Em recente revisão da teoria, Connell & Messerschmidt (2013:245) registraram que a masculinidade hegemônica foi entendida como um padrão de práticas³⁵ “que possibilitou que a dominação dos homens sobre as mulheres continuasse”. A masculinidade hegemônica se distinguiu de outras masculinidades, especialmente das masculinidades subordinadas. A masculinidade hegemônica não se assumiu normal em um sentido estatístico; apenas uma minoria dos homens talvez a adote. “Mas, certamente ela é normativa. Incorpora a forma mais honrada de ser um homem; ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens” (CONNELL & MESSERSCHIMIDT, 2013:245). Nesse sentido, pode ser considerada uma matriz de dominação, enquanto estrutura institucionalizada de poder.

Bonino (2008:51/2), ao se alinhar com os trabalhos de Godelier (1986), descreve a “*maquinaria da dominação*” no processo de socialização masculina - o mecanismo básico se baseia no rito de iniciação, no qual são realizados exames da masculinidade. O que define esse mecanismo são os ensinamentos de códigos vitais de conduta para a autonomia e poder, sobretudo poder de manutenção e retenção do domínio sobre as mulheres (conf. BONINO, 2008:53). Um aspecto importante dessa “*educação para o privilégio*” é a exclusão das mulheres da aprendizagem da autonomia e poder, ao passo que existe um ocultamento das estratégias fundamentais para alcançá-los. A partir da reafirmação de mitos de superioridade masculina e sem se utilizar de força, essas estratégias, chamadas de “*os segredos do poderoso*”, garantem uma manipulação sem rebeldia feminina.

Lembrando a Antropologia e seus estudos de rituais tribais de passagem para a vida adulta, Grossi (1995/2004: 08) registra o trabalho de teóricos que hoje se voltam para as modernas sociedades ocidentais, identificando rituais de iniciação do gênero masculino, que se dão pela separação do mundo das mulheres. A esse respeito, Welzer Lang (1994/2001:462), antigo parceiro de Bourdieu em pesquisas, constrói a noção “*poderosamente imagética*” (nas palavras de Grossi), de “*a casa dos homens*” como metáfora de espaços de construção das masculinidades. Desse modo, cita como, na França, os meninos

³⁵ Isto é, coisas feitas, não apenas uma série de expectativas de papéis ou uma identidade.

são iniciados na violência pelos mais velhos, por exemplo, em locais de práticas de esportes masculinos, enquanto espaços onde “*se aprende a masculinidade*”.

Nessa casa dos homens, a cada idade da vida, a cada etapa de construção do masculino, em suma está relacionada uma peça, um quarto, um café ou um estádio. Ou seja, um lugar onde a homo-sociabilidade pode ser vivida e experimentada em grupos de pares. Nesses grupos, os mais velhos, aqueles que já foram iniciados por outros, mostram, corrigem e modelam os que buscam o acesso à virilidade. Uma vez que se abandona a primeira peça [ou espaço], cada homem se torna ao mesmo tempo iniciado e iniciador (WELZER-LANG, 2001:462)

O teórico francês Welzer-Lang conecta diretamente a defesa dos privilégios masculinos à prática da violência, coincidindo assim com o pensamento das teóricas do feminismo. A análise que faz da questão das masculinidades e das relações homem-mulher se articula com outras relações sociais, em especial as divisões hierárquicas ligadas às pertinências de classes sociais, aos grupos étnicos, à idade. Welzer-Lang nos fala das assimetrias que produzem a dominação e defende que homens e mulheres não percebem esse contexto,

mas, sobretudo, não percebem que o conjunto do social está dividido segundo o mesmo simbólico que atribui aos homens e ao masculino as funções nobres e às mulheres e ao feminino as tarefas e funções afetadas de pouco valor. Esta divisão do mundo, esta cosmogonia baseada sobre o gênero, mantém-se e é regulada por violências: violências múltiplas e variadas as quais – das violências masculinas domésticas aos estupros de guerra, passando pelas violências no trabalho – tendem a preservar os poderes que se atribuem coletivamente e individualmente aos homens à custa das mulheres (WELZER-LANG, 2001:461).

Em sua interpretação, esses são fenômenos conhecidos e, ademais dos debates sobre a natureza das violências, nas relações entre divisão por sexo e por gênero, o lugar dos homens, Welzer-Lang vê “um consenso para designar a divisão entre dois grupos (ou classes) de sexo, em gêneros, como fundadora da dominação masculina”.

Desta maneira, não é casual que sejam os homens que manejam o capital e não as mulheres, ligadas a uma divisão de trabalho diferenciada, desigual no ingresso e no cuidado dos filhos. Portanto, quanto às relações de produção, Connell (1987) sustenta que a divisão sexual do trabalho deve começar a ser vista como parte de um sistema generalizado de produção, consumo e distribuição relacionado tanto com o mundo público como com o mundo privado (BERMÚDEZ, 2013:287).

Com raciocínio semelhante, a socióloga inglesa Sylvia Walby (1990) publica uma obra na qual procura descrever os mecanismos do patriarcado moderno. Conforme Walby (1990:177), há seis estruturas que compõem o patriarcalismo e, entre essas, a violência masculina é um importante pilar de sustentação do sistema.

Eu queria sugerir que as diferentes formas são dependentes da interação de seis estruturas-chave do patriarcado. Estas são (1) o modo patriarcal de produção; (2) relações patriarcais no trabalho pago; (3) relações patriarcais no Estado; (4) violência masculina; (5) relações patriarcais na sexualidade; e (6) relações patriarcais em instituições da cultura, incluindo

religiões, mídia, educação. Em diferentes tempos e lugares, algumas das estruturas são mais importantes que outras. A eliminação de uma não faz com que ceda o sistema em seu conjunto. Logicamente isto poderá ter muitas formas, desde que identifiquei seis estruturas do patriarcado e dois outros sistemas maiores com os quais tem toda a articulação [refere-se aos formatos do patriarcado nas esferas pública e privada]. Estou querendo sugerir que em recente História do Ocidente existem duas formas maiores, uma delas pode usualmente ser subdividida em duas. O propósito de fazê-lo é para demonstrar que o patriarcado não é a-histórico, conceito universalista. Na verdade, estou argumentando que os diferentes aspectos da desigualdade de gênero são suficientemente inter-relacionados para serem compreendidos em termos de um sistema do patriarcado. (WALBY, S. 1990/94: cap. 8) ³⁶.

Outra dimensão nas discussões sobre masculinidades diz respeito à existência de uma crise da (s) masculinidade (s). Vários autores, nacionais e internacionais (NOLASCO, 1995; KHEL, 1996; ARILHA et al, 1998; BADINTER, 1996), entram nessa questão. Também Connell admite a existência de uma crise mais geral, ou uma crise de gênero, na medida em que os direitos das mulheres avançam em várias partes do mundo. Ele argumenta que a escalada da violência contemporânea *indica tendência à crise na ordem de gênero*, mas alerta que tais tendências não levam necessariamente ao desmonte da dominação e, ao contrário, podem até provocar tentativas de reforçar uma masculinidade dominante. Enquanto a dominação masculina tem perdido legitimidade com a difusão mundial da cultura feminista, restaram ou até aumentaram o que Connell (1995b) chama de *dividendos patriarcais*: os salários maiores, a representação política, a riqueza empresarial, o controle dos meios de violência. Já em 1987, no texto em que inauguram a discussão das masculinidades, Carrigan, Connell e Lee chegam a citar uma tentativa de grupos da elite econômica de lidar com as novas regras sociais relativas a gênero no sentido de manter seus privilégios. Conforme registra Giffen (2005), esses autores criticam a perda de radicalidade do "pequeno movimento de liberação dos homens (que está agora) preocupado em encontrar maneiras do grupo dominante - homens brancos, instruídos, heterossexuais, e abastados - se adaptar às circunstâncias novas" (CARRIGAN, CONNELL & LEE, 1987; apud GIFFEN, 2005:50).

Finalmente, na revisão crítica do conceito de masculinidade hegemônica, Connell e Messerschmidt (2005) começam a reconhecer o vínculo estabelecido pelas teorias feministas entre as noções de patriarcado, a construção de masculinidades e a violência praticada contra mulheres. Mesmo fazendo reparo a essas conexões, os teóricos reconhecem o vínculo entre patriarcado e a noção de masculinidade. Eles reconhecem que, em dadas circunstâncias, essas noções de violência e de dominação das mulheres podem estar associadas ao conceito de masculinidade. Notemos, por exemplo, o que dizem, em 2013, no artigo publicado na Revista de Estudos Feministas (UFSC):

³⁶ Tradução livre a partir do original em inglês.

Homens que receberam os benefícios do patriarcado sem adotar uma versão forte da dominação masculina podem ser vistos como aqueles que adotaram uma cumplicidade masculina. Foi em relação a esse grupo, e com a complacência entre as mulheres heterossexuais, que o conceito de hegemonia foi mais eficaz. A hegemonia não significava violência, apesar de poder ser sustentada pela força; significava ascendência alcançada através da cultura, das instituições e da persuasão (CONNELL e MESSERSCHMIDT, 2013:245, 246).

Devido ao fato de o conceito de masculinidade hegemônica ser baseado na prática que permite a continuidade da dominação coletiva dos homens sobre as mulheres, não é surpreendente que, em alguns contextos, a masculinidade hegemônica realmente se refira ao engajamento dos homens a práticas tóxicas – incluindo a violência física – que estabilizam a dominação de gênero em um contexto particular. Entretanto, a violência e outras práticas nocivas não são sempre as características definidoras, uma vez que a hegemonia tem numerosas configurações. Para tal, como Wetherell e Edley (1999) ironicamente observam, uma das mais efetivas formas de “*ser um homem*” em certos contextos locais pode ser a demonstração da distância da masculinidade hegemônica regional. (CONNELL e MESSERSCHMIDT. 2013:255)

3.2 TEORIAS FEMINISTAS E VIOLÊNCIA

Entre as pesquisas sobre o tema das masculinidades, há correntes teóricas feministas fundadas na tese da ‘dominação masculina’ que se constituíram como referência desses estudos. Em reconhecido artigo de Chauí (1985), ‘*Participando do Debate sobre Mulher e Violência*’, a filósofa discute violência contra mulheres como resultado de uma ideologia de dominação masculina construída socialmente e reproduzida tanto por homens como por mulheres. Em resumo, segundo Chauí, as mulheres agiriam como “*cúmplices*” da violência, participando da reprodução de sua “*dependência*”, pois tenderiam a agir enquanto instrumento da dominação masculina.

Outra linha teórica associa conceitos da teoria feminista e da teoria marxista, identificando a violência como manifestação do patriarcado. Para Saffioti (2004b), mulheres não estariam “*consentindo*” em se submeter à violência, mas, sim, forçadas a “*ceder*” por não terem poder suficiente para consentir. Essa abordagem traz a noção de ‘*dominação patriarcal*’ vista enquanto sistema, no qual, ainda que enquanto sujeito autônomo, a mulher agiria sob o controle social masculino (IZUMINO, 2005b). Diferentemente da abordagem de dominação adotada por Chauí, essa perspectiva vincula a dominação masculina aos sistemas capitalista e racista.

No Brasil, Gregori (1993)³⁷ minimiza as noções de dominação masculina e vitimização feminina, e discute as contradições entre as práticas e os discursos feministas. A autora não pensa a violência como relação de poder. Ela analisa o fenômeno da violência conjugal como uma forma de comunicação em que homens e mulheres conferem significado às suas práticas. Conforme a estudiosa, a dinâmica da violência conjugal constrói mais uma espécie de jogo relacional do que uma luta de poder. Diferentemente de Chauí e Saffioti, Gregori considera que a mulher tem autonomia e participa ativamente na relação violenta. A mulher não seria, então, “*vítima*” da dominação masculina. Para a autora, a mulher é protagonista nas cenas de violência conjugal e se representa como “*vítima*” e “*não-sujeito*” quando denuncia, por meio de queixas, tais cenas. Segundo Gregori (1993:134), é preciso considerar que “os relacionamentos conjugais são de parceria e que a violência pode ser também uma forma de comunicação, ainda que perversa, entre parceiros”.

Nesse cenário, a conceituação de Scott (1990) introduz a categoria gênero nos estudos sobre violência – categoria entendida como construção social do masculino e do feminino e como categoria de análise das relações entre homens e mulheres. Tal noção passa a ser utilizada para se compreender as complexidades da queixa. O uso da categoria gênero introduz uma nova terminologia nos estudos sobre violência contra as mulheres e a expressão “*violência de gênero*” é incorporada nas discussões desse fenômeno social. “A noção de patriarcado, porém, não é completamente abandonada”, - o que, na visão de Izumino (2005b; pág. 165), “gera uma imprecisão conceitual”.

No entanto, algumas acadêmicas e ativistas reagiram fortemente contra essa concepção das mulheres agredidas como “cúmplices” da violência. A socióloga feminista Heleieth Saffioti, pioneira nos estudos da mulher no Brasil, criticou Gregori por sugerir a cumplicidade das mulheres e, portanto, negar a existência de violência de gênero. Nas palavras de Saffioti (1987a), “o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração, que diz respeito diretamente ao terreno econômico”. Conforme a autora, o principal beneficiado do patriarcado-capitalismo-racismo é o homem rico, branco e adulto.

De acordo com Saffioti (1994), a violência de gênero é um problema estrutural e não intersubjetivo. É parte da organização social de gênero, que é parte integrante da estrutura social hierárquica. Homens e mulheres ocupam posições desiguais na estrutura social de

³⁷ Gregori, conf. Izumino (2005b), representaria no Brasil a corrente teórica conhecida como ‘relacional’.

gênero e não exercem o mesmo poder. Embora as mulheres não sejam vítimas passivas da violência masculina, Saffioti afirma que os homens são o grupo dominante e as mulheres, o subjugado. Afirma ainda que, porque mulheres e homens não ocupam a mesma posição de poder, a participação das mulheres em relações violentas de gênero é informada por ameaças e violência concreta, ao invés de "*consentimento*" e conhecimento para tomar decisões conscientes. Em suma, as mulheres não são "*cúmplices*" da violência (Saffioti 1994, 446).

Pesquisas sobre violência contra mulheres desenvolvidas na década de 80 usam o conceito de Chauí sem incorporar sua reflexão sobre a '*cumplicidade*' das mulheres na produção e reprodução da violência. “As mulheres, sujeito de seus estudos, assim como Saffioti faz, são colocadas na posição de vítima, concebendo violência contra mulheres como expressão do patriarcado numa visão inflexível e parcial do processo”. (Izumino, 2005b; pág. 165)

O conceito de patriarcado, na interpretação de Aguiar (2015), tem sido muito empregado pelas Ciências Políticas e pela Sociologia de forma tipificada, para se referir a uma forma originária de exercício de poder por um chefe de família extensa sobre os demais membros ou sobre a comunidade circundante (Tönnies, 2002; Weber, 1979; Maine, 1970).

Na falta de instituições políticas o patriarca é soberano em suas decisões, constituindo a autoridade máxima em assuntos econômicos, jurídicos e políticos sobre os seus comandados. A família estendida é compreendida por esposa, filhos e filhas, esposas e esposos de filhos e filhas, netas e netos, concubinas, escravos e agregados. A autoridade do chefe é ilimitada, com poder de vida e morte, de reconhecimento ou exclusão econômica, e de arbítrio sobre os destinos de seus comandados. A esposa do patriarca exerce algum poder sobre a família, mas a autoridade suprema é a do chefe, já que algum poder poderia ser compartilhado com a esposa, sem que isso representasse uma redução dos poderes da autoridade suprema exercida pelo patriarca. Esse poder se torna mais complexo com o desenvolvimento político e com a ampliação do território sob a gestão patriarcal. (AGUIAR, 2015:270)

Ainda discutindo questões levantadas pelas intérpretes da noção de patriarcado moderno, Segato (2003) apresenta duas teses centrais: a primeira tenta a formulação de um modelo capaz de explicar a etiologia da violência. Nesse modelo, é central a compreensão das relações de gênero. A segunda tese, que surge principalmente a partir dos dois últimos capítulos, refere-se a possíveis caminhos e estratégias “para deixar para trás esse longo período da pré-história patriarcal” (Segato, 2003).

Na obra *Violência de Gênero e Crime no Distrito Federal*, org. por Suarez e Bandeira (1999)³⁸, há também um estudo de Segato³⁹ que registra, na análise, o aspecto mais relevante

³⁸ SUÁREZ, Mireya e BANDEIRA, Lourdes (Orgs.). *Violência, gênero e crime no Distrito Federal*. Brasília: Paralelo 15. Editora da Universidade de Brasília, 1999. 536 p.

do sistema patriarcal tal como ela o descreve em sua dinâmica: a superposição de dois ordenamentos sociais, um moderno e outro arcaico. A visão moderna “eleva a mulher a um status de individualidade e cidadania igual o homem” e a outra “lhe impõe sua tutela” (Segato, 1999:395-396). Ao tentar explicar o sentido da violação sexual (ou estupro), objeto de um de seus primeiros ensaios, Segato formula a ideia de ‘*mandato*’ enquanto uso dessa forma de violência na reprodução do sistema de poder que mantém os homens em seu regime de *status*. Assim funcionaria, em sua interpretação, a dinâmica da violência na manutenção das duas ordens ou na reprodução da economia simbólica do poder - manutenção das ordens patriarcal e de status.

Na perspectiva que defendo, esse ato [a violação sexual] - que nem todas as sociedades contemporâneas, nem todas as épocas de nossa história percebem ou perceberão como um crime -, não é simplesmente uma consequência de patologias individuais nem, em outro extremo, um resultado automático da dominação masculina exercida pelos homens, mas sim um **mandato**⁴⁰. A ideia de mandato faz referência aqui ao imperativo e à condição necessária para a reprodução do gênero como estrutura de relações entre posições marcadas por um diferencial e instância paradigmática de todas as outras ordens de status - racial, de classe, entre nações ou regiões. Isto significa que o estupro, contribuição forçada e naturalizada como um tributo sexual, desempenha um papel necessário para a reprodução da economia simbólica do poder, cuja marca é o gênero - ou idade ou outros substitutos do gênero em condições que assim o induzem, como, por exemplo, em instituições totais - ou se trata de um ato necessário em ciclos regulares para a restauração desse poder. (SEGATO, 2003: 45, 46)

O modelo formulado por Segato (2003) explica o fenômeno da violência a partir da relação entre dois eixos interligados: um horizontal (sistema de *contrato*), formado por condições que interligam as relações de aliança ou competição entre os homens e seus pares; e um vertical (sistema de *status*), caracterizado por laços de entrega ou expropriação. “Estes dois ciclos se articulam formando um único sistema cujo equilíbrio é instável, um sistema de consistência deficiente”. O ciclo cuja dinâmica violenta se desenvolve sobre o eixo horizontal (sistema de *contrato*) se organiza ideologicamente em torno de uma concepção de contrato entre iguais e que gira sobre o eixo vertical (sistema de *status*), que corresponde ao mundo pré-moderno de classes e castas. “Em ambos os eixos, os membros são portadores de índices diacríticos⁴¹ de sua posição relativa”.

³⁹ Na terceira parte do livro, “Reflexões teóricas sobre o estupro”, está o capítulo de Segato: “A estrutura de gênero e a injunção do estupro” (Rita Laura Segato).

⁴⁰ Diferentemente do que a autora publicou em seu artigo, coloquei a expressão “**mandato**” em negrito, para destacar a inovação do conteúdo de sua análise.

⁴¹ Cf. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Diacr%C3%ADtico>- diacrítico (do grego διακριτικός, que distingue) é um sinal gráfico que se coloca sobre, sob ou através de uma letra para alterar a sua realização fonética (...).

De acordo com Pilar Grossi (1995/2004:5), nos teóricos estruturalistas, a noção de gênero está implicada na ideia de alteridade – em outras palavras, para que exista o masculino é necessário o oposto, o feminino. “O processo de constituição de identidade se dá pelo reconhecimento de que existem pessoas idênticas e diferentes de nós mesmos” (HÉRITIER, 1996). Para essa corrente, o gênero se constrói sobre o corpo biológico, que é sexuado. Ainda que estruturalistas se baseiem na existência de dois gêneros - o que estabelece uma visão dual (macho e fêmea) -, isso não exclui a possibilidade de que, uma vez que se constituem cognitivamente sobre o corpo sexuado, sejam constituídos em vários modelos de feminino e de masculino, modelos que variam histórica e culturalmente e que têm também diferentes matizes no interior de cada cultura.

Na visão de Grossi (1995/2004:05), a corrente pós-estruturalista entende gênero como constituído pela linguagem, por aquilo que muitas autoras identificadas com essa corrente definem como “*discurso*”. Conforme nos diz Scott (1990), uma das teóricas norte-americanas mais citadas nas últimas décadas, “o discurso é um instrumento de orientação do mundo, mesmo se não é anterior à orientação da diferença sexual”. Em resumo, tudo que vivemos é permeado pela linguagem, ou seja, por discursos. Na interpretação de Grossi (1995:05), as pós-estruturalistas pensam discursos não apenas enquanto palavras, mas linguagem, ou atos que têm significado. Para essas autoras, o discurso permeia toda a questão do gênero.

4- A INFÂNCIA DOS HOMENS

Introdução - O que se pretende neste capítulo é apresentar e analisar dados baseados nas memórias, nas lembranças da infância dos integrantes da amostra desta pesquisa e que responderam ao *survey* proposto. Ao fim desta análise, espera-se encontrar algumas respostas para as indagações feitas a respeito dos processos de socialização primária aos quais estes agentes foram submetidos – processos no interior dos quais foi construída a estruturação de comportamentos com base em normas, valores e crenças.

Nesta pesquisa, partimos do princípio de que, por meio do levantamento das lembranças da infância e reconstituição das memórias a respeito do processo de socialização vivido, poderemos ter acesso a algumas características das disposições estruturadas nesse processo. No campo da memória social, temos como referência o pensamento de Halbwachs (1990) para quem a memória individual é uma visão acerca da memória coletiva. Esse teórico defendia que as lembranças ficam guardadas numa espécie de arquivo virtual que, sendo estimulado e/ou pressionado de variadas formas, faz com que memórias emergjam. Observava também que é necessário distinguir entre “*a realidade passada e a consciência presente da realidade passada*”. Em sua interpretação, “*não é o passado que é reconstruído a partir do presente e sim a consciência do passado*”. E ainda:

Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. Não é de admirar que, explicar essa diversidade, a partir desse instrumento comum [a memória] voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social. (HALBWACHS, 1990:57)

Isso requer uma breve consideração sobre a educação oferecida no interior das famílias, e ainda sobre teorias e processos que levam em conta a construção dos *habitus* (*sistemas de esquemas de percepção, apreciação e ação* - conf. BOURDIEU, 2007), como queria Bourdieu em sua extensa obra, e/ou do processo civilizador em sua dimensão sociológica e psicológica, como interpretou Norbert Elias em *O Processo civilizador*.

A noção de *família*, conforme Zélia Biasoli-Alves (1997), é um grupo primário mantido pelo parentesco e pelas relações interpessoais entre os familiares, sustentados por afeição, apoio, partilha de tarefas domésticas, cuidados com a prole e cooperação mútua em várias outras atividades. A família é, também, definida por um tipo especial de relação – as relações intergeracionais – entre, pelo menos, pai ou mãe e seu filho (KREPPNER, 2000,

2003). Nesse caso, a família é constituída pelas relações e pela transmissão de padrões de uma geração para outra.

A despeito do impacto de diversas mudanças estruturais, sociais e culturais nos últimos tempos, “*a família ainda continua sendo uma instituição forte e de influência, mas um pouco mais complexa e flexível do que as imagens do passado nos levariam a pensar*” (STRATTON, 2003:337). De acordo com essa estudiosa, mesmo com a diversidade de tipos de famílias nas sociedades ocidentais contemporâneas, permanece enraizada a tendência de manter um compromisso e o suporte social e econômico entre os membros de uma família, buscando fornecer uma infraestrutura para o desenvolvimento dos filhos.

Kreppner (2000) vê a família como um construto frágil, em constante processo de adaptação e readaptação em função de eventos normativos e não normativos próprios de seu desenvolvimento como grupo. Nessa mesma linha, interpreta Dessen (2010):

Todos os membros familiares desse grupo são participantes ativos nas relações, sendo as influências exercidas entre eles mútuas e bidirecionais. Em consequência, estudar a família envolve, necessariamente, estudar os processos de comunicação e as interações e relações existentes entre os seus membros, levando em consideração as tarefas de desenvolvimento não só do indivíduo, mas também do grupo familiar que constitui a unidade mínima de análise. (DESSEN, 2010:212).

O processo civilizador emerge da mútua interação entre as transformações sociais provocadas por *sociogênese* e por *psicogênese* nos diz Elias (1994b). Para ele, indivíduo e sociedade não existem isolada, mas sim relacionalmente: toda e qualquer modificação que ocorrer na estrutura de personalidade do indivíduo acarreta transformações na estrutura social – “*processo denominado por Elias de psicogênese; toda e qualquer modificação na estrutura social acarreta transformações na estrutura de personalidade – processo denominado de sociogênese*” (HEINICH, 2001, p.11-37).

Voltando a Bourdieu (2007), encontramos, na obra *A Distinção*, alguns pontos que remetem também a Elias, tais como a passagem em que discute a dinâmica do espaço social e suas transformações:

Não há necessidade de sentir profundamente tais experiências para compreendê-las com uma compreensão que, porventura, nada fique devendo à experiência vivida e, menos ainda, à simpatia: relação objetiva entre duas objetividades, o habitus permite estabelecer uma relação inteligível e necessária entre determinadas práticas e uma situação, cujo sentido é produzido por ele em função de categorias de percepção e de apreciação; por sua vez, estas são produzidas por uma condição objetivamente observável. (BOURDIEU, 2007:96).

Ainda conforme Bourdieu (1997/2007:169), interpretado também por Grenfell et al (2018:158, 159), há dois princípios estruturantes do *campo* ou *espaço social*: habitus e doxa.

Habitus, o primeiro deles, “a motivação para empreender a ação é estrutura estruturante que organiza as práticas e a percepção das práticas para os agentes”. Bourdieu diz que a história pessoal, preferências e disposições se encontram no contexto dessa realidade social e formam uma estrutura que antecede e, em certa medida, pré-determina o curso potencial da ação dos indivíduos. *Classe social, educação formal, educação informal*, bem como as melhores escolhas dos indivíduos, fazem parte da estrutura e determinam o comportamento político da investida do agente. Há, porém, comportamentos que são análogos e podem ser reestruturados – p.ex. treinamento prévio e seu condicionamento, bem como a qualidade das habilidades (capacidade técnica/talento ao empreender a ação ou jogar um jogo). *Doxa*, o segundo princípio estruturante da teoria do campo, é o universo de pressuposições tácitas que organizam a ação dentro do campo. Dito de outra forma: são as regras do jogo. Pinçon e Pinçon-Charlot (1999), estudiosos franceses da dinâmica desenvolvida por famílias francesas para manter patrimônio e influência social, interpretam desse modo a teoria de *habitus*:

Na verdade, o social existe sob duas formas principais, nos corpos de um lado, nos objetos e nas instituições de outro lado. O social incorporado é o que Bourdieu designa através do conceito de *habitus*, isto é, o conjunto de disposições interiorizadas que organizam as relações do indivíduo com o mundo. As disposições são incorporadas através das experiências do mundo social, desde a mais tenra infância até o fim da vida⁴². (...) Estas disposições não são estáticas, são suscetíveis de evolução, em função das novas experiências. As disposições estruturadas a partir do mundo social são estruturantes da prática, isto é organizam as práticas sociais⁴³. O *habitus*, conjunto das disposições incorporadas, funciona como a língua materna. Na maioria das situações, não é necessário refletir para produzir o discurso adequado, adotar a postura ou atitude que melhor convêm. Falamos e agimos do mesmo modo como respiramos. Vivemos o mundo social, na maioria das situações, na ilusão da evidência e “do que é obvio”. (PINÇON et PINÇON-CHARLOT, 1999:12 e 13).

Entre as disposições e as condições da prática, dizendo de outra forma, pode existir um *gap*. Haveria então a necessidade de inovar a partir do *habitus*, de adaptar as práticas - remete a outra forma essencial de existência do social, *o social objetivado*. A prática se produz na relação entre o *social incorporado* e o *social objetivado*, isto é, na inscrição das relações sociais nos objetos e instituições. Essa objetivação no mundo exterior define as condições sociais da prática. A teoria de Pierre Bourdieu empresta da economia “a noção de *capital econômico, enquanto relação social, a posse de riquezas que dá poder sobre aqueles que não*

⁴² Ver Pierre Bourdieu. *Le Sens Pratique*. Paris: Minuit. 1980.

⁴³ “Dizem respeito aos valores, às crenças, aos gostos. O fato de elas serem profundamente interiorizadas está no princípio da *hexis corporal*, isto é, da relação com o corpo, da postura deste, da maneira andar, de comportar-se à mesa, de falar, de todos esses elementos íntimos constitutivos da pessoa, mas socialmente constituídos”. (Pinçon et M. Pinçon-Charlot, 1998:13).

as possuem”. Utiliza também essa noção de capital para outras formas de riqueza que não apenas a econômica, levando a capital cultural e a capital social⁴⁴.

Estas diferentes formas de capital são objetivadas, mas também incorporadas na medida em que a riqueza ou a pobreza de cada indivíduo evidencia-se na maneira de se vestir e, de maneira mais geral, no *hexis* corporal. As famílias que estudamos há dez anos acumulam todas estas formas de capital. Aliás, nossos trabalhos mostram que, para se transmitir a riqueza econômica deve ser, rapidamente, acompanhada de capital social, de todas essas relações sociais necessárias à acumulação e à transmissão do capital econômico⁴⁵.

Para efeito de discussão da educação/socialização das crianças, consideramos também os conceitos de “*socialização primária*” e “*socialização secundária*” como discutidos por Berger e Luckmann (1966/2001). Esses autores postulavam que “*estar em sociedade significa participar da dialética da sociedade* (p. 173)”. Faziam a ressalva, porém, de que “*o indivíduo não nasce membro da sociedade*”, e sim, com “*predisposição para a sociabilidade*”, o que implica que os processos de socialização seriam, objetivamente, condição para que se torne membro da sociedade. Em outras palavras, defendiam que o indivíduo, mediante a experiência de uma sequência temporal, “*é induzido a tomar parte*” nessa dialética. O ponto inicial deste processo “*é a interiorização, a saber, a apreensão ou interpretação imediata de um acontecimento objetivo como dotado de sentido, isto é, como manifestação de processos subjetivos de outrem, que desta maneira torna-se subjetivamente significativo para mim*” (conf. BERGER e LUCKMANN, 2001:174).

4.1 MUNDO DA INFÂNCIA

A partir dos dados obtidos, foi possível observar detalhes, contextualizar e apreender algo do universo social dos homens entrevistados. A análise desses dados tornou possível encontrar características que permitem compreender a existência de tabus mantidos pelas famílias na educação dos entrevistados como, por exemplo, o tabu do sexo, por sua vez articulado ao tabu da gravidez⁴⁶.

⁴⁴ “O capital cultural implica numa relação privilegiada com a cultura erudita, a vida das artes e a cultura escolar. O capital social designa a rede de relações, extremamente densas, que são uma das riquezas essenciais da alta sociedade. Quanto ao capital simbólico, designa o conjunto de signos e de símbolos sociais que permitem situar os agentes no espaço social e são suscetíveis de exercer uma violência imaterial impondo a estrutura social, suas hierarquias e suas relações de dominação nas representações, fazendo-as serem percebidas como legítimas, como naturais”. (Pinçon et M. Pinçon-Charlot, 1998:16).

⁴⁵ Ver M. Pinçon et M. Pinçon-Charlot. *Grandes fortunes. Dynasties familiales et formes de richesse en France*. Paris : Payot. Coll. “Petite bibliothèque Payot”. 1998.

⁴⁶ A partir da análise dos diversos tópicos levantados, ele [Elias] mostra que as mudanças nos costumes não ocorrem aleatoriamente, mas seguem uma direção: um aumento no sentimento de vergonha e repugnância,

Observou-se que os homens entrevistados cresceram em um mundo em que 57,7% das famílias da amostra nada diziam sobre sexo às crianças e 74,1% dos entrevistados informaram que suas famílias não celebravam gravidez de mães, tias, primas, amigas. Em 82,4% dos casos, as mães/responsáveis não ensinavam para suas crianças o que era ter um bebê e, em 76,9% dos casos, as professoras das escolas também não falavam sobre o assunto. Interessante registrar que 60% dos respondentes tinham menos de 40 anos de idade no momento da entrevista, o que significa as famílias de mais da metade da amostra praticavam esses costumes entre os anos 80 e 90, isto é, no final do século XX. Era um ambiente em que, privadas de informação, confirmam 35% dos respondentes, as crianças tinham muita curiosidade sobre o assunto e desenvolviam estratégias em busca de compreender a origem da vida. Dos respondentes, 34,1% disse que “cada um contava ao outro o que sabia do assunto”. Ainda havia o recurso do amigo mais velho, a quem 30,8% recorriam, já que “ele sabia mais” sobre o assunto proibido e explicava aos outros. As questões relativas ao sexo eram cercadas de “segredo” e de “vergonha”.

Sobre as mudanças nos costumes e na educação da Idade Média até a Contemporânea, Elias exemplifica com as mudanças de atitude nas relações entre os sexos:

O sentimento de vergonha que cerca as relações sexuais humanas tem aumentado e mudado muito no processo de civilização. Isto se manifesta com especial clareza na dificuldade experimentada por adultos, nos estágios mais recentes de civilização, em falar com crianças sobre essas relações. Hoje, porém, esta dificuldade parece quase natural. Afigura-se que, por razões quase biológicas, a criança nada sabe sobre as relações entre os sexos e que é tarefa extremamente delicada e difícil esclarecer a meninas e meninos em crescimento o que está acontecendo com eles e o que acontece em volta. A extensão em que esta situação, muito longe de ser evidente por si mesma, constitui mais um resultado do processo civilizatório, só é entendida se observarmos o comportamento das pessoas em um estágio diferente de desenvolvimento. (ELIAS, 1994, p. 169-170)

Conforme Elias (1994), o surgimento da vergonha ou pudor está associado com a construção da vida privada, na transição da Idade Média para a Idade Moderna - era um indicativo do surgimento de processos sociais que resultaram na noção de privacidade, de intimidade, que até então não existia e, para construí-la, a vida social foi engendrando noções de vergonha ou pudor que as sociedades mais arcaicas não cultivavam e nem reconheciam.

em concomitância com uma maior tendência a esconder, nos bastidores da vida social, aquilo que as causa. O que o autor aponta, a partir de exemplos corriqueiros ou cotidianos, é a relação existente entre a dinâmica psicológica (o sentimento de vergonha e repugnância) e a dinâmica social (explicitada nas noções de refinamento e civilização), ou, de forma a enfatizar um dos conceitos mais importantes desenvolvidos por ele, a relação entre a dinâmica social e a estrutura da personalidade. O termo *habitus*, normalmente associado a Bourdieu, é também utilizado por Norbert Elias referindo-se tanto ao *habitus* individual quanto ao social – o último constituindo o terreno no qual crescem as características pessoais e significando basicamente “segunda natureza” ou “saber social incorporado” (DUNNING e MENNELL, 1997: p. 09).

Ao mesmo tempo, isso levado ao extremo pode resultar em ignorância e desconhecimento sobre aspectos fisiológicos, emocionais e sociais do próprio corpo, ignorância a respeito de funções biológicas e interações sociais relevantes para a construção da individualidade e a inserção do sujeito na vida social.

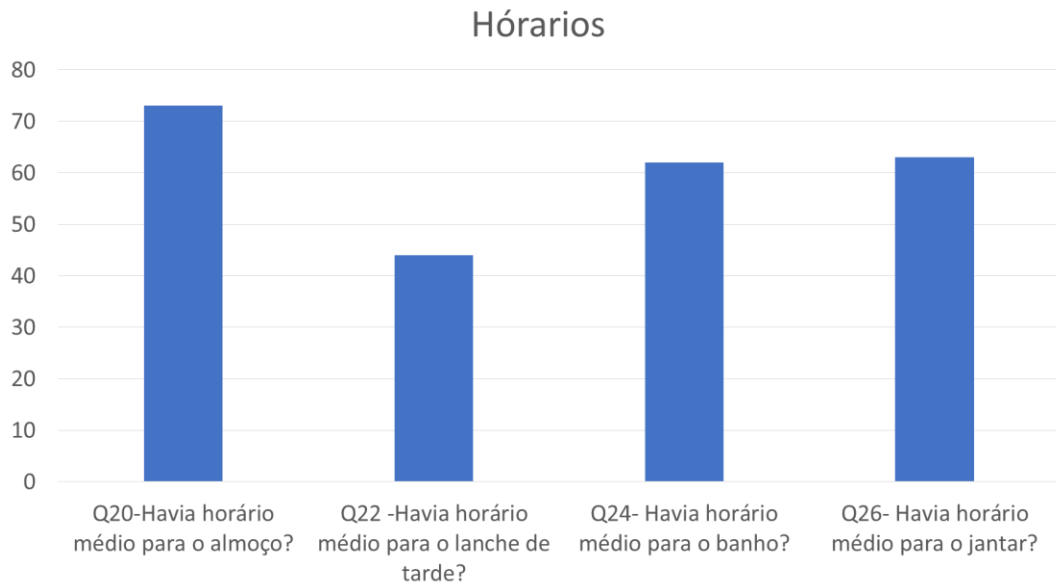
Outra característica do universo social dos respondentes, conforme dados do *survey*, era um perceptível tratamento diferenciado dirigido aos meninos. Dos entrevistados, 52,83% afirmaram que achavam isso normal, "*pois era o certo*". Afinal, nesse ambiente de infância, meninas brincavam com meninas e os meninos brincavam com meninos, conforme registraram 66,15% dos entrevistados.

4.2 ROTINA DE CUIDADOS

Há estudos que associam o comportamento de homens autores de violência contra mulheres a uma infância violenta e vulnerável, uma vivência muitas vezes em lares desfeitos (MARIHEIRO, VIERA, e SOUZA, 2006). No entanto aqui, em nosso estudo, os dados expressam um histórico de cuidados e conforto familiar, mesmo que na simplicidade. Da análise das primeiras respostas dadas pelos entrevistados sobre o tema, emergem recordações de lares nos quais as crianças tinham um cotidiano regulado por hábitos de alimentação, higiene e regras de comportamento definidas.

No contexto familiar dos homens entrevistados, havia horários estabelecidos para as refeições principais - almoço, em 80,2% dos casos; jantar em 69,2% dos casos -, horário para lanche da tarde em menor incidência, chegando a 48,4%. Incluso na rotina familiar, havia horário para o banho antes do jantar em 68,1% dos casos. Por outro lado, tendo em vista a prevalência de respostas "Não" (bem acima dos 50% em muitos temas menos rotineiros), vê-se que os entrevistados não tiveram dúvida ao marcar as opções em pauta. Isso parece indicar que, se há dificuldades em situar lembranças e experiências vividas na infância, não há receio quanto a registrar fatos concretos da rotina cotidiana vivida em família.

Gráfico 1. Rotina de cuidados na Infância dos HAV, BH/MG, 2019



Fonte: Elaboração própria.

4.3 QUESTÃO DA RELIGIOSIDADE

Nas pesquisas sobre valores e cultura, existem vários indicadores de religiosidade fortemente correlacionados: crença em Deus, participação em igrejas e cultos, prática da oração, importância da religião e de Deus na vida das pessoas, até crenças muito específicas com relação à vida após a morte, ao céu e ao inferno etc.

Nesta pesquisa, escolhemos trabalhar o indicador “*religiosidade na educação familiar*”. O que se observa, a partir da análise estatística de dados, é um forte padrão de religiosidade na educação recebida na infância: 45% da amostra assinala que a família “*valorizava o fator religião e foram educados dentro dos padrões religiosos*”. Além disso, houve ainda uma prevalência acima de 25% dos respondentes que registraram ter crescido em famílias com padrão religioso mais flexível: 27,5% informaram ter “*recebido educação religiosa, embora não fossem cobrados a frequentar igrejas*”. Esses dois indicadores formam um grupo significativo de entrevistados educados dentro de padrões religiosos na infância e na juventude, o que significa dizer que, tendo 45% da amostra recebido educação religiosa com mais rigor e 27,5% com menos, tem-se um contingente de 72,5% dos respondentes com algum nível de educação religiosa.

Gráfico 2. Costumes religiosos na infância dos HAV, BH/MG, 2019



Fonte: Elaboração própria.

Segundo um estudo conduzido em 2018 pelo *Pew Research Center*⁴⁷, para 45% dos 38.426 entrevistados em 34 países é preciso acreditar em Deus para ter bons valores. “É preciso ser religioso para ter moralidade?” - indagaram os pesquisadores. O *Pew Research Center* (PRC) é um *think tank* (centro de reflexão e produção intelectual) localizado em Washington DC (EUA) que fornece informações sobre questões, atitudes e tendências que estariam moldando os EUA e o mundo. Nesse estudo, os pesquisadores concluíram que a religiosidade é mais forte no Brasil do que em países de renda semelhante⁴⁸. Essa opinião, porém, varia enormemente, de 9% na Suécia a 96% nas Filipinas, conforme registrou Timothy Power, diretor de escola de Oxford ao analisar essa pesquisa global⁴⁹.

Discutindo o tema de uma perspectiva comparada de religiosidade, o estudioso registra que teorias antigas de modernização socioeconômicas, mesmo criticadas pela simplicidade e aparente determinismo, ainda explicam grande parte da realidade. Conforme Power (2020), os resultados desse estudo são congruentes com décadas de pesquisas sobre valores, realizadas pelo cientista político americano Ronald Inglehart e seus colaboradores⁵⁰. Países com PIBs

⁴⁷ O *Pew Research Center* (PRC) e seus projetos recebem verba do *Pew Charitable Trusts*. O *Pew Research Center* informa não defender causas, enquanto que o *Pew Charitable Trusts* apoia tanto projetos ligados a causas quanto neutros.

⁴⁸ Sobre os resultados da pesquisa, divulgados na primavera de 2019, ver no site da própria organização responsável pelo estudo: <https://www.pewresearch.org/global/2020/07/20/the-global-god-divide>

⁴⁹ Ver no site: https://piaui.folha.uol.com.br/moral-religiosa-e-mais-forte-no-brasil-do-que-em-paises-com-renda-parecida/?utm_campaign=a_semana_na_piaui. Consulta feita em setembro 2020.

⁵⁰ Por exemplo, Inglehart com Pippa Norris, *Sacred and Secular: Religion and Politics Worldwide*, 2ª edição revisada, Cambridge University Press, 2011.

maiores (Produto Interno Bruto) são menos propensos a relacionar fé em Deus com moralidade.

Quanto mais rica é a sociedade, menos importante é a religião (lembrando que se trata de uma associação estatística, e não de uma “lei de ferro”). Isso se observa na linha de regressão do Pew: nas sociedades mais desenvolvidas, as pessoas têm menos probabilidade de afirmarem que a crença em Deus é necessária para se ter moralidade e bons valores. A segunda coisa que sabemos é que existem certos pontos fora da curva onde a religiosidade não é muito bem explicada pelo nível de modernização socioeconômica (POWER, 2020:02).

Nesta pesquisa realizada em Belo Horizonte (MG), na tentativa de estabelecer a existência de associação entre o comportamento dos homens autores de violência entrevistados e a prática da violência, tentamos cruzar os indicadores da discussão da temática religiosa e as variáveis “*motivações para o conflito*” e “*educação religiosa*”. Encontramos, como resultado, uma associação entre os que responderam “*Sim*” para “*Minha família valorizava isso e crescemos recebendo educação religiosa*” e aqueles entrevistados que marcaram resposta “*Sim*” para “*Ciúmes*” no tema *Motivações para Conflito* ($p=0,027$ em Teste de Qui Quadrado significativo a 5%). A variável “*Ciúmes*” havia obtido um índice de 35% de registros entre os respondentes - essa motivação constituiu-se na segunda opção mais aceita pelos participantes da pesquisa como explicação razoável para as razões do conflito nas relações íntimas.

Tabela 1. Educação Religiosa X Motivações Para o Conflito nos HAV, BH/MG, 2019

Motivações para o conflito	Minha família valorizava isso e crescemos recebendo educação religiosa				P	
	Não		Sim			
	n	%	N	%		
Q72 - Falta de confiança	Não	15	50.0	25	61.0	0.357
	Sim	15	50.0	16	39.0	
Q72 – Ciúmes	Não	21	67.7	17	41.5	0.027*
	Sim	10	32.3	24	58.5	
Q72 - Falta de dialogo	Não	12	38.7	23	56.1	0.144
	Sim	19	61.3	18	43.9	
Q72 - Incapacidade Comunicação	Não	17	54.8	25	61.0	0.601
	Sim	14	45.2	16	39.0	
Q72 - Relacionamento acabado	Não	25	80.6	33	80.5	0.987
	Sim	6	19.4	8	19.5	
Q72 - Visões diferentes	Não	24	77.4	29	70.7	0.524
	Sim	7	22.6	12	29.3	
Q72 - Incapacidade enfrentar crises	Não	20	64.5	32	78.0	0.204
	Sim	11	35.5	9	22.0	

* Teste de Qui Quadrado significativo a 5%.

Fonte: *Elaboração própria.*

Um estudo realizado em 10 capitais de estados brasileiros (formatado como um inquérito epidemiológico aplicado a 3.205 adolescentes do ensino médio) concluiu que o ciúme é a principal causa entre as motivações para a prática de violência apontada por namorados adolescentes. A prática da violência entre namorados adolescentes vem ganhando visibilidade no âmbito científico, configurando-se como problema de saúde pública. Esse inquérito epidemiológico foi realizado com adolescentes cujas idades variavam de 15 a 19 anos, estudantes do 2º ano do ensino médio de escolas públicas e privadas em 10 capitais brasileiras. Também foram realizadas entrevistas grupais e individuais com 519 participantes. Oliveira, Assis, Najaine e Pires (2016), autoras da pesquisa, concluíram que humilhações e agressões entre namorados foram consideradas graves, entretanto, infidelidade e ciúme destacaram-se como “*disruptores de conflitos e brigas, refletindo normas de gênero tradicionais legitimadoras da violência*”. As autoras destacaram a necessidade de ações voltadas à desconstrução de estereótipos de gênero e à problematização da banalização da violência entre adolescentes.

Durante nossa observação em Belo Horizonte, entre março de 2018 e março de 2019, no Instituto Albam, o tema do ciúme exacerbado voltava frequentemente aos debates, não

importa qual fosse a composição do grupo. Essa característica sempre era atribuída pelos frequentadores às mulheres suas companheiras, ex ou namoradas. Ao fazê-lo, como em uma espécie de ritual, esses homens reafirmavam, em público, seu valor aos olhos das mulheres e, ao mesmo tempo, confirmavam sua masculinidade, exibindo uma independência perante elas. Por trás desse discurso da independência, havia uma regularidade na referência ao tema que sempre se seguia a esta discussão – “*O que fariam se encontrassem sua mulher com outro homem?*” Ao final de cada debate, concluíam existir, de parte a parte, a mesma sensação de ameaça por um possível surgimento de competidores na intimidade de suas relações e uma renovada insegurança, presente dos dois lados da relação.

4.4 TEMORES E CASTIGOS

Na infância dos entrevistados, sete situações figuravam como símbolo de grande parte dos temores da meninada em se envolver em alguma encrenca ou relato de temores de suas próprias famílias em relação ao comportamento deles. No topo dessas situações aparece “*envolver-se em briga de rua*”, com 47,3% das preferências. Em ordem decrescente vem: “*roubar frutas do quintal de conhecidos*”, para 37,4% dos respondentes; “*brigar na escola*”, para 34,1%; “*quebrar a janela do vizinho*”; para 30,8%; “*fugir pra jogar futebol no campinho do bairro*”, para 27,5%; “*sair com colegas que os pais não gostavam*”, para 25,3% de registros. Na lanterninha das preocupações, figura “*bater na irmã/irmão menor*”, com 23,3%. Ressalta-se que, também nesta questão, os respondentes podiam marcar mais de uma possibilidade de resposta.

De modo geral, como assinalam estas respostas, o espaço exterior ou espaço da rua surge quase como ameaça, revelando temores reais ou imaginários que poderiam colocar em risco a integridade das crianças ou comprometer a qualidade das relações de vizinhança. Muitas destas famílias, é certo, viviam em locais considerados menos seguros. Conectados a esses temores, articulam-se as punições relativas à gravidade de cada ato, a depender da cultura familiar. Ao mesmo tempo, a prevalência de quase 50% da amostra revelando temores com *brigas de rua* (47,3%) e *brigas na escola* (34,1%) também pode estar informando a prática de rituais severos/agressivos de construção das masculinidades⁵¹, visto que a infância é

⁵¹ Ver mais detalhes em: WELZER-LANG. 2001. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. In: Revista de Estudos Feministas. Florianópolis, UFSC; CONNELL, R. W. Masculinities - 2nd ed. Berkeley and Los Angeles, California: California Press. Copyright© R. W. Connell 1995, 2005; BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Revista de Ciências Sociais, V. 30 N. 1/2 1999; BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

um período fundamental no aprendizado dessas práticas para marcar território, conquistar respeito do grupo, mostrar comprometimento com as regras vigentes.

4.5 COMPORTAMENTO ESPERADO

Entre as proposições desenvolvidas pelas famílias para introduzir as crianças na vida social, o incentivo a bons comportamentos traz informações preciosas para contextualizar o panorama de normas, princípios e valores praticados em cada grupo familiar. Para tentar acessar esse conjunto de informações que nos leva a formar uma visão de contexto familiar mais próximo da vivência desse grupo, o *survey* apresentou aos entrevistados a opção de frases sínteses dessa estratégia. Que ideais estes meninos deveriam encarnar diante de suas famílias? Para tentar captar essas noções de virtude incentivadas, construímos 16 frases cujo conteúdo estaria representando valores como *boa educação*, o *valor da coragem*, o *valor da esperteza*, *correção moral e respeito às regras*, e ainda *valores de gênero*.

‘Normas, princípios e valores’ é uma simplificação que utilizo para referir-me a proposições normativas de diversos tipos: princípios, normas, imperativos, moral, modos, costumes, máximas, regras, valores, virtudes, crenças e, mesmo, sentimentos etc. Seria necessário um filósofo analítico e, portanto, toda uma vida para separá-los, explicá-los e desenhar um mapa completo de suas inter-relações. (VANDENBERGHE, 2015:69).

As seis frases criadas com o fim de representar *regras de boa educação* aprendidas em família, opções registradas pela maioria dos entrevistados, demonstram rejeitar normas de conduta que possam traduzir um caráter opressivo, dificultando a livre expressão das crianças. Nessa temática, a única frase que teve prevalência nas respostas “Sim”, com 71,43% de marcação, foi “*Meninos educados devem falar com calma, sem gritar*” (com rejeição de 23,08% dos respondentes). Os outros cinco conteúdos que tentaram sintetizar regras de boa educação foram amplamente rejeitados com percentuais acima de 62%, na seguinte ordem decrescente:

- 1- *Não se deve gritar pela casa na hora das brincadeiras*: Não - 80,22%; Sim- 13,19%;
 - 2- *Meninos devem se apresentar sempre limpos, cabelos penteados*: Não- 78,02%; Sim- 15,38%;
 - 3- *Meninos devem tratar seus colegas com educação/cortesia*: Não - 74,73%;
Sim - 18,68%;
 - 4- *Educação se demonstra nas refeições em família*: Não - 65,93%; Sim – 27,47%;
 - 5- *Meninos educados devem dizer “Sim senhora /Não senhora” ou “Sim senhor /Não senhor”*: Não - 62,64%; Sim - 30,77%.
-

Na solicitação da pesquisa, os entrevistados deveriam marcar três frases⁵² que expressassem “bom comportamento, tido como o mais adequado para os meninos de sua época”. Na esfera dos *valores da coragem*, a preocupação em não estimular comportamentos de risco mostrou que, ainda que certos comportamentos pudessem reforçar o ideal da masculinidade, a racionalidade falou mais alto e as crianças não eram estimuladas pelos familiares a ultrapassar o limite da prudência. Prova disso é que a frase menos escolhida foi justamente “*Meninos corajosos devem reagir se os colegas ameaçarem*”, com 83,52% de Não. O mesmo aconteceu com “*É preciso demonstrar coragem para ser fazer respeitar*”, com 79,12% de Não. E a preocupação das famílias com os comportamentos de risco pode ser observada na menor adesão à frase “*Meninos medrosos não são respeitados nas ruas*”, onde o Não obteve 79,12% das preferências.

Ao mesmo tempo, a baixa escolha de “*Os meninos respeitados não falam tudo o que pensam, nem em família*” (com 86,81% de Não), mostra que os responsáveis se preocupavam com a segurança que a cumplicidade em família pode trazer. Observa-se, também, que existe nessa frase uma noção moral por trás do desejo de transparência no comportamento de crianças na interação com adultos - é a inocência como fundamento do ideal de pureza. Já a prevalência de 90,11% de Não à frase “*Meninos não devem deixar seus pais fazerem muitas críticas*”, reforça a ideia de respeito aos esforços dos pais/responsáveis pelos entrevistados por atuarem com uma noção de rigor e autoridade no processo de educar seus filhos.

4.6 CENSURA À ESPERTEZA E À FEMINILIDADE

Dados trazidos pelos registros na temática “*valor da esperteza*” mostram que, nas famílias dos entrevistados, esse atributo não parecia figurar em lugar de destaque, embora seja uma característica que se possa desenvolver (mas não exibir) para sobrevivência nas lutas por ocupar territórios, espaços sociais, lugares de poder e enquanto capital cultural. Ainda na década de 1930, Sérgio Buarque de Holanda, no livro *Raízes do Brasil* fazia distinção entre o papel do “aventureiro” e o do “trabalhador”. O primeiro poderia ter o significado de “esperto” e, o segundo, o significado de “experto”. Estes dois tipos guardam, como questão de fundo, dois princípios e duas éticas. O primeiro tipo tem como ideal “*colher o fruto sem plantar a árvore*”. O autor deu mais detalhes sobre esse tipo e outras características a respeito dos dois:

⁵² Nessa questão os respondentes foram orientados a marcar três respostas. Por esta razão, a soma dos dados ultrapassará 100%.

No mundo, tudo se apresenta a ele em generosa amplitude e, onde quer que se erija um obstáculo a seus propósitos ambiciosos, sabe transformar esse obstáculo em trampolim. Vive dos espaços ilimitados, dos projetos vastos, dos horizontes distantes.

O trabalhador, ao contrário, é aquele que primeiro enxerga a dificuldade a vencer, não o triunfo a alcançar. O esforço lento, pouco compensador e persistente, que, no entanto, mede todas as possibilidades de desperdício e sabe tirar o máximo proveito do insignificante, tem sentido bem nítido para ele. Seu campo visual é naturalmente restrito. A parte maior do que o todo.

Existe uma ética do trabalho, como existe uma ética da aventura. Assim, o indivíduo do tipo trabalhador, só atribuirá valor moral positivo às ações que sente ânimo de praticar e, inversamente, terá por imorais e detestáveis as qualidades próprias do aventureiro – audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade, vagabundagem –, tudo, enfim, quanto se relacione com a concepção espaçosa do mundo, característica desse tipo. (HOLANDA, 1995, p. 44).

Esta passagem de Sérgio Buarque ajuda a compreender, na pesquisa, as altas taxas de rejeição a todos os conteúdos que indicariam um incentivo à esperteza. Não por acaso, as referências culturais e de costumes dos homens estudados aqui registraram, em outro trecho do estudo, o grande estímulo de suas famílias para que se aproximassem do ideal de adultos trabalhadores. Tanto é assim que a frase “Meninos espertos não devem ser passados pra trás pelos colegas” obteve “Não” de 82.42% dos entrevistados. Ao lado disso, a frase que obteve quase 90% de rejeição nessa temática recusa claramente o ideal de esperteza para ficar com o da dedicação aos estudos, como comprovam os 89,01% de “Não” ao conteúdo de “Meninos que estudam demais não são tratados como espertos”.

Gráfico 03. Expectativas de Bom Comportamento 1 dos HAV , BH/MG, 2019



Fonte: Elaboração Própria.

Reaparece aqui a preocupação com segurança das crianças na rejeição de 90,11% à frase “*Garotos espertos não ficam pedindo permissão para tudo*”. A cultura da esperteza recebe censura de forma tão enraizada, que mesmo frases cujos conteúdos reforçam comportamentos positivos, foram altamente rejeitadas como: “*Meninos que estudam pouco não são tratados como espertos*”, com 82,42% de “Não”; ou “*Meninos espertos não ficam correndo risco à toa*”, cuja taxa de “Não” ficou em 73,63%.

Quando se trata de discutir valores como *correção moral* e *respeito às regras*, os dados confirmam traços identificados em outras pesquisas, como é o caso da rejeição a frases que contém virtudes socialmente estimuladas nas meninas: “*Os bons meninos devem se comportar com espontaneidade e sinceridade em família*”; Sim -26,37% e Não – 67,03%. Ainda na mesma linha, foi alto o nível de rejeição à frase: “*Meninos não devem ser rudes ao se dirigir às crianças mais novas*”, rejeitado por 85,71% da amostra. Tradicionalmente, na vida social brasileira, sabe-se que não é tarefa atribuída aos garotos oferecer cuidados às crianças pequenas, embora isso não possa ser evitado em se tratando de classes de baixa renda, associado à moradia em regiões onde não se tem boa concentração de creches públicas. O que esses dados parecem indicar é a rejeição à noção de que o cuidado com a prole da família poderia ser atribuição masculina.

Note-se que essa temática foi criada no *survey* com o intuito de discutir *valores morais nas famílias* nas quais esses homens cresceram. Tendo em vista que o *valor da esperteza* não faz parte das virtudes incentivadas nas famílias desta amostra, conforme dados oferecidos pelos respondentes, também foi demonstrada grande rejeição a valores morais que na cultura brasileira aparecem associados às virtudes femininas. Desta forma, registraram-se as seguintes prevalências: “*Meninos não devem responder a seus pais quando criticados*” reforçou o peso da rejeição em 75,82% a conteúdos que denotem submissão aos pais (virtude mais incentivada nas meninas locais); alguma independência foi celebrada com a rejeição de 73.63% ao conteúdo de “*Sem permissão de seus pais não se deve ir a locais distantes com amigos*”. Outros números demonstram pouco apego aos ideais da educação formal, com a rejeição de 62,64% a “*Meninos devem manter em dia seus deveres da escola*”. “*Meninos inteligentes devem tirar boas notas*” dividiu as preferências com 46,15% de “Sim” e 47,25% de “Não”. Mesmo a aprovação de 30,77% dos respondentes exatamente a essa frase não foi suficiente para afastar o fantasma da virtude de que boas escolares são habilidades atribuídas e incentivada às meninas.

Gráfico 04. Expectativas de Bom Comportamento 2 aos HAV, BH/MG, 2019



Fonte: Elaboração própria.

Esperava-se finalmente que, na discussão de certos valores familiares - o respeito aos mais velhos, a adesão ao valor da honestidade, ou à autoridade dos pais -, os respondentes

mostrassem de algum modo que se vinculavam às virtudes do bom comportamento esperado pelas famílias. Porém, o conteúdo “*Garotos devem se dirigir aos pais de forma respeitosa, mesmo nas brigas*” teve rejeição de 71,43% dos respondentes, e aceitação de 21,98%; “*Os garotos devem tratar os mais velhos com respeito*” teve 38,46% de “Sim” e 54,95% de “Não”; “*Garotos não se esquecem de devolver troco aos pais depois de uma compra*” foi aceito por 18,68% dos entrevistados e obteve rejeição da maioria, de 74,73%.

A preocupação de homens/meninos em se afastar de qualquer ideia de comportamento com traços de feminilidade foi observada em algumas pesquisas que discutem a formação das masculinidades (conf. CONNELL, 1995/2005). Também na obra *A Dominação Masculina*, Bourdieu (1998) trata diretamente desse temor. As reflexões de Bourdieu (1998: 66,67) rompem com pressupostos já consagrados, fazendo ainda a crítica ao discurso feminista – “que restringiu a relação de dominação apenas na esfera doméstica, descurando-se de olhares sobre a escola ou o Estado, que também exercem domínio dentro do universo mais privado”, registra Barreira (1999). A dominação masculina, na perspectiva de Bourdieu, está estruturada no contexto mais amplo da ordem social, transformando os próprios homens em agentes de exercício de uma ordem pela tensão afirmadora da virilidade. Ao lado desse fenômeno, e dentro dele, “emergem situações de medo e angústias advindas da ameaça de exclusão do mundo dos homens” (conf. BARREIRA, 1999:180). Nessa perspectiva, Bourdieu afirma que “a virilidade, como se vê, é uma noção eminentemente relacional, construída diante de outros homens, para outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de medo do feminino, e construída, primeiramente, dentro de si mesmo” (BOUDIEU, 1998:67).

Também dedicado autor de estudos sobre esse tema, Welzer-Lang (2001) discute/cria noções de como se dá a construção social da masculinidade, como se observa no trecho a seguir:

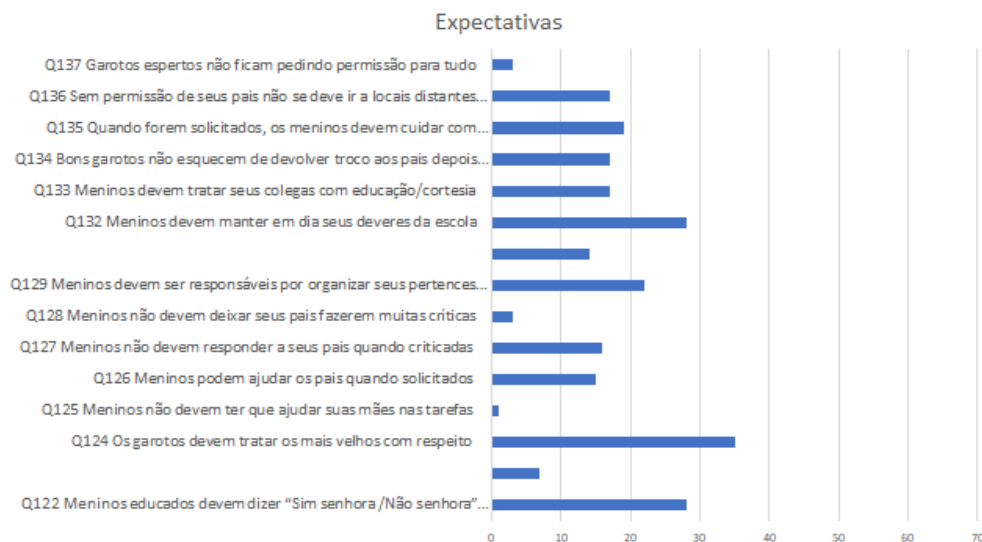
Não somente homens e mulheres não percebem da mesma maneira os fenômenos, que são, no entanto, designados pelas mesmas palavras, mas sobretudo não percebem que o conjunto do social está dividido segundo o mesmo simbólico que atribui aos homens e ao masculino as funções nobres e às mulheres e ao feminino as tarefas e funções afetadas de pouco valor. Esta divisão do mundo, esta cosmogonia baseada sobre o gênero, mantém-se e é regulada por violências: violências múltiplas e variadas as quais – das violências masculinas domésticas aos estupros de guerra, passando pelas violências no trabalho – tendem a preservar os poderes que se atribuem coletivamente e individualmente aos homens à custa das mulheres. (WELZER-LANG, 2001: 461)

Antes de entrar no tema dos *valores de gênero*, alguns dados desta pesquisa confirmaram aquilo que os estudos mostram – o aprendizado das hierarquias de gênero se dá

muito cedo em casa e, posteriormente, é confirmado na socialização secundária, junto com a experiência nas escolas. Conforme Guacira Louro (2008):

Gênero e sexualidade são construídos através de inúmeras aprendizagens e práticas, empreendidas por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais, de modo explícito ou dissimulado, num processo sempre inacabado. Na contemporaneidade, essas instâncias multiplicaram-se e seus ditames são, muitas vezes, distintos. Nesse embate cultural, torna-se necessário observar os modos como se constrói e se reconstrói a posição da normalidade e a posição da diferença, e os significados que lhes são atribuídos. (LOURO, 2008:17)

Gráfico 05. Expectativas de Bom Comportamento 3 nos HAV, BH/MG, 2019



Fonte: Elaboração própria.

Nesta pesquisa, observou-se que, de forma sutil, os respondentes mostraram preocupação em se afastar de características socialmente consideradas femininas, tratadas de forma subjacente em outros temas, não diretamente citando estas diferenças de hierarquia entre meninos e meninas. Ao lado disso, na temática dos *valores de gênero*, conteúdos explicitamente sexistas e/ou que incentivem desigualdades entre homens e mulheres foram rejeitados.

Este é o caso, por exemplo, da rejeição de 92,31% à frase, muito conhecida pela geração que cresceu no Brasil entre os anos 50 e 70: “Lugar de meninos é na rua e de meninas é em casa”. A mesma negativa aconteceu com um conteúdo que traduz outra máxima conservadora: “Lugar de meninos é na rua”, rejeitado por 91,21%. Ainda, novamente aqui o

mesmo fenômeno foi observado na frase “Meninos muito limpos e muito arrumados não parecem meninos”, rejeitada por 93,41% - pela excessiva exposição de sexismo.

Todavia, não é possível esconder a grande recusa a uma frase socialmente mais identificada com o universo feminino, como é o caso de “*Quando forem solicitados, os meninos devem cuidar com atenção de seus irmãos menores*” - apenas aceita por 20,88%, e rejeitada por 72,53% dos entrevistados. Já a ideia explícita de machismo expressa na frase “*Meninos não devem ter que ajudar suas mães nas tarefas*” foi rechaçada por 92,31%. Ao mesmo tempo, os respondentes ficaram um pouco divididos diante de “*Meninos devem ser responsáveis por organizar seus pertences em seus quartos*”, que teve entre 24,18% de “Sim” e 69,23% de “Não”. Atribuir tarefas a esses garotos não parecia simples, tanto que grande parte dos respondentes também rejeitou a ideia contida na frase “*Meninos podem ajudar os pais quando solicitados*”, recusada por 76,92% e apenas aceita por 16,48%.

4.7 PALAVRAS DA INFÂNCIA

Nessa etapa da pesquisa, o resgate de vivências da infância e juventude mostra sua complexidade na esfera das lembranças trazidas pelos componentes do grupo de entrevistados. Às palavras que poderiam fazer sentido para esses homens como síntese ou símbolo de suas lembranças da infância, aplicou-se uma adaptação do Teste de Associação Livre de Palavras (ou TALP, conf. NEVES, 2014: p. 64-70)⁵³, destacando aquelas cujo uso regular foi observado durante o acompanhamento, durante 12 meses, das sessões de grupos de reflexão dos homens encaminhados pelo sistema de justiça ao Instituto Albam (MG).

Para tentar reduzir a opacidade do que tentamos compreender, construímos uma abordagem analítica usando a lógica das palavras que possam sintetizar a experiência dessas duas fases da vida. Foram oferecidas 28 palavras muito utilizadas pelos homens autores de violência e punidos pela Lei Maria da Penha em sessões de grupos de reflexão acompanhados

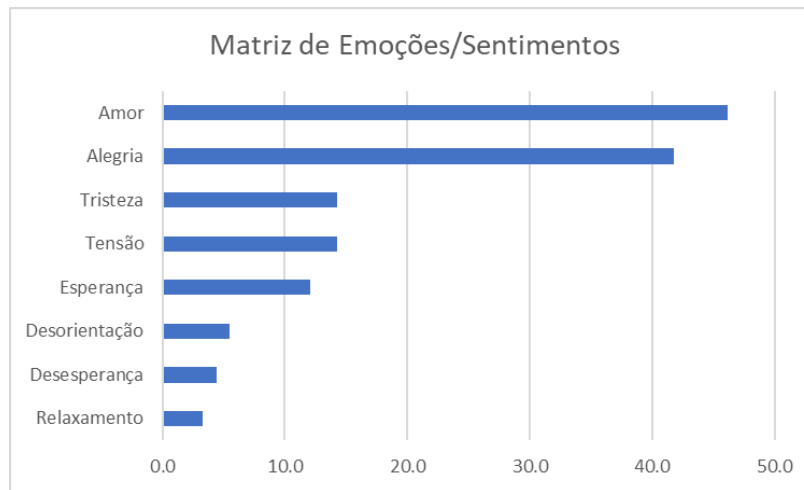
⁵³ O TALP é uma técnica de coleta de dados que forneçam informações projetivas, relacionadas aos processos mentais dos indivíduos pesquisados. O Teste de Associação Livre de Palavras (TALP) pode auxiliar nos processos que favorecem a revelação de desejos fundamentais, elementos de conflitos, momentos significativos da história de vida e as representações sociais relacionadas a objetos e fenômenos. Mais detalhes in: NEVES et al, 2014. *Protocolo Verbal e Teste de Associação Livre de Palavras: perspectivas de instrumentos de pesquisa introspectiva e projetiva na ciência da informação*. In: **PontodeAcesso**, Salvador, v.8, n.3 ,p. 64-79, dez. 2014. Ver também: MERTEN. T. O Teste de Associação de Palavras na Psicologia e Psiquiatria: História, Método e Resultados. In: Revista Análise Psicológica, 31-541. 1992. E ainda: NEVES, D. A. de B. Aspectos metacognitivos na leitura do indexador. 2004. 131 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)– Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004. RAPAPORT, D. Testes de diagnóstico psicológico. Buenos Aires: Editora Paidós, 1965.

pela pesquisa no Instituto Albam em Belo Horizonte, ao longo de 2018. Para analisar as preferências assinaladas por nossa amostra de pesquisa, criamos algumas categorias que denominamos *matrizes conceituais*. Com esse recurso de análise foi possível classificar os conteúdos marcados pelos entrevistados em conjuntos de conceitos. Colocando as preferências em grupos de conteúdos, foram produzidos gráficos revelando as escolhas dos respondentes em cada categoria de análise, permitindo acesso a suas visões e sentimentos a respeito de suas próprias vivências na infância. Assim, chegamos a quatro matrizes lógicas cada uma correspondendo a um grupo de palavras que indicavam disposições: valores, normas de comportamento, atitudes, desejos, sentimentos, sensações.

- 1- *Matriz Doméstica*: Conforto, Desconforto, Cuidado, Desorganização, Ausência de Cuidado/Descuido, Organização.
- 2- *Matriz de Atitudes*: Nervosia, Muito controle, Abandono, Rejeição, Violência, Abuso, Autoridade, Descontrole, Vigilância, Aceitação.
- 3- *Matriz de Emoções/Sentimentos*: Alegria, Tensão, Relaxamento, Desesperança, Tristeza, Esperança, Amor, Desorientação.
- 4- *Matriz Socioeconômica*: Pobreza, Classe Média, Simplicidade, Riqueza.

Na análise de resultados obtidos, o que observamos foi que o *campo das emoções* capturou as preferências gerais, alcançando níveis acima dos 40% das escolhas. Em seguida, distinguiram-se *temas da vida doméstica*, em alguns casos com registros acima de 30%.

No campo das emoções, a expressão **Amor** liderou as preferências com 42,6% de escolha. Ou seja, se avizinha de 50% de preferências dos respondentes, mostrando que quase a metade dos 137 entrevistados assinalou *Amor* como a máxima expressão de suas memórias de infância.

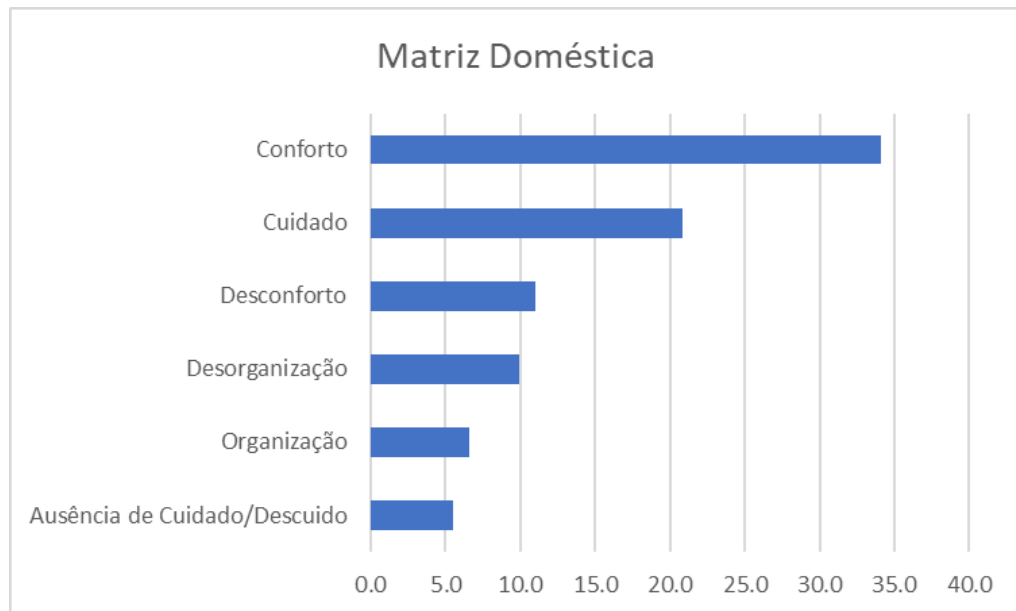
Gráfico 06. Matriz de Conteúdo - Sentimentos sobre Infância dos HAV, BH/MG, 2019

Fonte: Elaboração própria.

Ao lado desta, há outro conteúdo síntese que para 41,8% representa o ápice de suas lembranças do período: é a expressão **Alegria**, por um lado aproximando os respondentes do mito da infância feliz que todos esperam reaver em seus dias de memórias e, ao mesmo tempo, apresentando grande diferença percentual em relação às escolhas das outras expressões oferecidas (as outras expressões, não muito otimistas, não chegam a atingir cerca de 15% da amostra). Ou seja, na esfera de sentimentos/emoções, *tristeza*, *tensão*, *esperança* ou *desesperança*, as outras palavras-síntese da infância desses homens, não atingiram 15% das preferências do grupo.

Em outros índices apresentados aqui, viu-se que a categoria *cuidados* figurava entre as características marcantes da infância desses homens. No contexto da vida familiar, havia horários estabelecidos para as principais rotinas do dia - almoço (80,2%); lanche da tarde (48,4%); horário do banho (68,1%); jantar (69,2%). Não por acaso, portanto, compreende-se as razões pelas quais aqui as expressões *Conforto* (34,1%) e *Cuidado* (20,9%) tiveram a maioria das preferências, constituindo-se na 4ª e 5ª mais escolhidas pelos respondentes em todos os conteúdos da temática *palavras-síntese da infância*.

Gráfico 07. Matriz Doméstica sobre Infância dos HAV, BH/MG, 2019



Fonte: Elaboração própria.

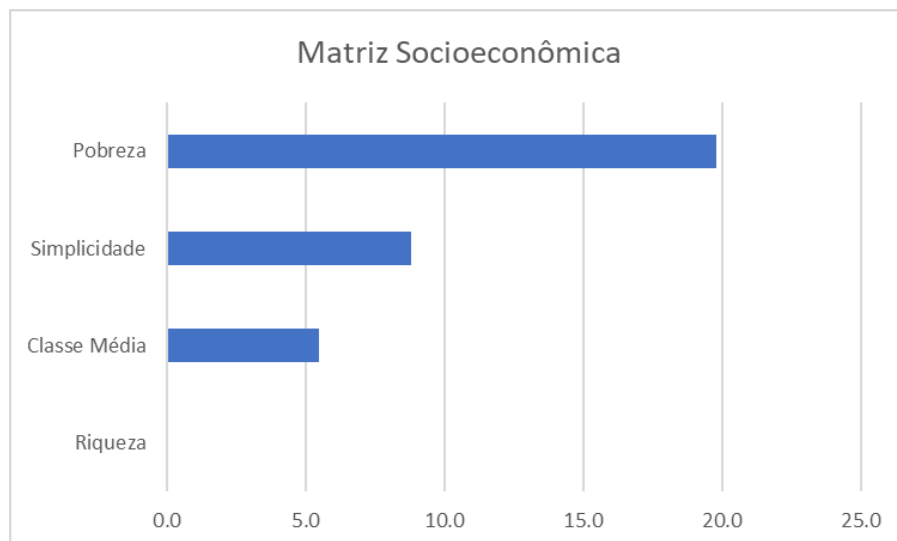
Ainda que fiquem claramente expressas as preferências dos respondentes por seis palavras-síntese de suas recordações, é preciso registrar que há muitas ambiguidades no resgate de emoções da infância: *Simplicidade* - 25,3%; *Cuidado* - 20,9%; *Pobreza* - 19,8%. Isso fica explícito ao se recorrer aos números que revelam alto índice de rejeição dessas mesmas palavras assinaladas com os maiores percentuais de respostas “Sim” - em alguns casos as preferências entre “Não” e “Sim” são divididas quase igualmente.

A mesma contradição foi encontrada em relação ao sentimento de Alegria, segunda colocada nas preferências dos entrevistados - 41,8% dos entrevistados lembram-se da infância como um período de alegria, enquanto que, para, 52,7% não foi assim. Para nos aproximarmos de outras dimensões dessa vivência, verificamos os percentuais registrados para conteúdos opostos – por exemplo, *Cuidado* e *Ausência de Cuidado*, que sugerem noções distintas. Tendo em vista que o conteúdo *Ausência de Cuidado* foi rejeitado por 89% dos entrevistados, seria de se esperar maior preferência pela opção *Cuidado*. Fato é que, embora essa tenha sido a 5ª expressão mais marcada pelos respondentes, contando com 20,9% das preferências, ao mesmo tempo não foi escolhida por 73,6% da amostra. Tampouco *Desorganização* (não marcada por 84,6%) ou *Abandono* (não registrada por 81%) expressavam o que esses homens sentiram no período da infância, mostrando também a dificuldade, ou o pudor ou a falta de hábito, em definir sentimentos.

Na mesma temática, “*palavras que definem a infância*”, ainda sabendo que os respondentes poderiam marcar três expressões que expressariam seus sentimentos sobre o

período, achamos relevante observar o que assinalaram sobre sua percepção da situação econômica de suas famílias⁵⁴. Os dados indicam que 19,8% dos entrevistados acreditam ter crescido na *pobreza*, enquanto 74,5% não assinalaram essa noção. Há razões para acreditar que, alternativamente à crueza da expressão *pobreza*, os respondentes podem ter optado pelo conteúdo eufemístico de *simplicidade*, com 25,3% das preferências – expressão que, em Minas, pode funcionar como sinônimo para *pobreza*. Nesta discussão, assinala-se que somente 5,5% dos respondentes entendem ter vivido em famílias de *classe média*, sendo que 89% não registraram essa opção.

Gráfico 08. Matriz de Percepção Socioeconômica da Infância dos HAV, BH/MG, 2019



Fonte: Elaboração própria.

Por outro lado, 94,5% não registraram ter vivido em famílias que desfrutavam de *riqueza*. A partir desses dados, se somarmos o percentual dos 19,8% que disseram terem sido criados na *pobreza* e dos que assinalaram que cresceram em um ambiente de *simplicidade* (25,3%), tem-se que 45,1% informaram ter vindo de *famílias sem muitas posses*.

⁵⁴ A questão foi apresentada no questionário em uma lista com o conteúdo a seguir.

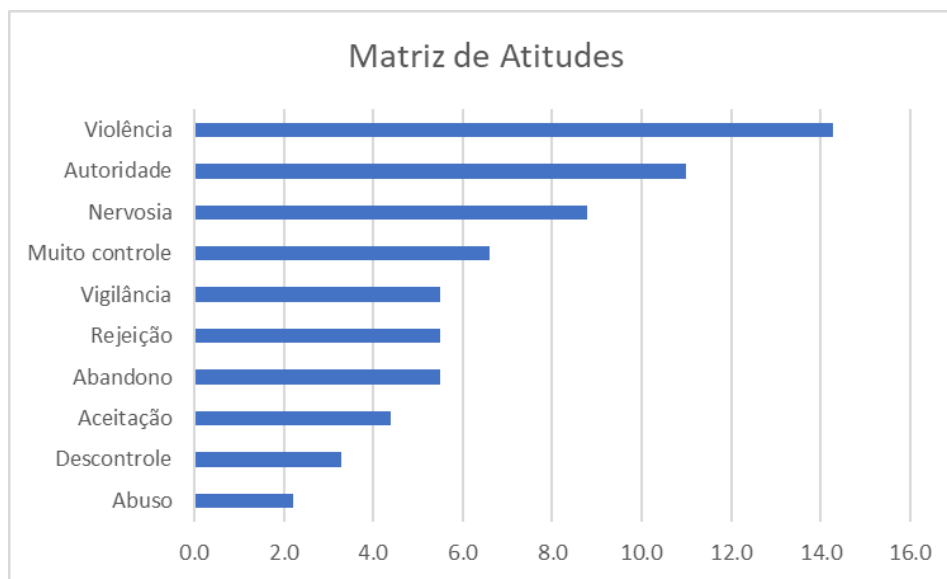
Marque até três (03) palavras que mais te recordam o ambiente de infância em que você foi criado:

Q 141 () - Conforto; Q 142 () - Desconforto; Q 143 () - Alegria; Q 144 () - Tensão; Q 145 () - Nervosia; Q 146 () - Relaxamento; Q 147 () - Desesperança; Q 148 () - Tristeza; Q 149 () - Esperança; Q 150 () - Desorganização; Q 151 () - Pobreza; Q 152 () - Muito controle; Q 153 () - Abandono; Q 154 () - Cuidado; Q 155 () - Classe Média; Q 156 () - Simplicidade; Q 157 () - Amor; Q 158 () - Ausência de Cuidado; Q 159 () - Rejeição; Q 160 () - Riqueza; Q 161 () - Violência; Q 162 () - Abuso; Q 163 () - Autoridade; Q 164 () - Desorientação; Q 165 () - Organização; Q 166 () - Descontrole; Q 167 () - Vigilância; Q 168 () - Aceitação.

4.8 INCIDÊNCIA DE CASTIGOS SEVEROS

Observou-se finalmente, ainda a partir da temática “*palavras que definem a infância*”, que, para 14,3% dos entrevistados, a experiência da infância foi vivida *em situação de violência* - embora 80,2% dos respondentes não tenham marcado essa opção. Ao mesmo tempo em que 2,2% da amostra assinala ter vivido *abuso* na infância, houve desinteresse por parte de 91,1% dos entrevistados em registrar essa expressão.

Gráfico 09. Matriz de Atitudes na Infância dos HAV, BH/MG, 2019



Fonte: Elaboração própria.

No entanto, quando novamente voltamos ao assunto sobre práticas de violência dos adultos de suas famílias contra crianças, surgiram novos dados, modificando a visão até então formada sobre a infância desses homens. Desta vez, os níveis percentuais foram pulverizados em detalhes e emergiram das respostas tipos de castigos e punições severas antes não referidas. Por exemplo, observamos que, na temática sobre a prática de *repreensões, castigos, punições*⁵⁵, mais de 15% dos respondentes assinalaram positivamente para algumas experiências agressivas de castigos recebidos, tais como *tapas no rosto, socos, pontapés e surras com cintos*. Ainda assim, as palmadas no bumbum ficam no topo das punições físicas, com 41% dos registros. Em seguida, e por ordem decrescente, apareceram: (1) *Perder a mesada* - 80,2% ; (2) *Beliscões* - 31,9%; (3) *Ficar sem futebol ou esporte favorito* - 30,8%; (4) *Ficar sem televisão* - 27,5%; (5) *Pontapés* – 19,8%; (6) *Socos* - 17,6%; (7) *Tapas no rosto* – 16,5%.

⁵⁵ A orientação dada aos entrevistados foi de que poderiam assinalar mais de uma resposta, razão pela qual a soma dos percentuais ultrapassa 100%.

Tabela 2. Incidência de Castigos na Infância dos HAV, BH/MG, 2019

Características	Resposta	n	%
Q58 - Colocavam de castigo	Não	28	30.8
	Sim	60	65.9
Q59 - Não permitiam jogar futebol ou outra diversão de que gostava	Não	55	60.4
	Sim	33	36.3
Q60 - Proíbiam assistir televisão algum tempo	Não	62	68.1
	Sim	26	28.6
Q61 - Davam umas palmadas	Não	43	47.3
	Sim	45	49.5
Q62 - Davam umas cintadas	Não	68	74.7
	Sim	20	22.0
Q63 - Tiravam o passeio com os amigos/primos	Não	83	91.2
	Sim	5	5.5
Q139 - Quarto escuro muitas vezes	Não	75	82.4
	Sim	7	7.7
Q139 - Quarto escuro algumas vezes	Não	78	85.7
	Sim	2	2.2
Q139 - Tapas no rosto	Não	65	71.4
	Sim	15	16.5
Q139 - Tapas no bumbum	Não	43	47.3
	Sim	38	41.8
Q139 – Socos	Não	74	81.3
	Sim	16	17.6
Q139 – Pontapés	Não	72	79.1
	Sim	18	19.8
Q139 - Palmadas nas mãos	Não	74	81.3
	Sim	9	9.9
Q139 – Beliscões	Não	52	57.1
	Sim	29	31.9
Q139 - Puxões de cabelo/empurrões	Não	78	85.7
	Sim	3	3.3
Q139 - Ficar sem televisão	Não	56	61.5
	Sim	25	27.5
Q139 - Ficar sem passeio com os amigos/primos	Não	65	71.4
	Sim	16	17.6
Q139 - Ficar sem futebol no bairro/ou esporte favorito	Não	53	58.2
	Sim	28	30.8
Q139 - Perder a mesada.	Não	8	8.8
	Sim	73	80.2

Fonte: *Elaboração própria.*

Ao mesmo tempo, além da adoção de punições físicas consideradas mais agressivas, chama atenção a adesão em massa dos respondentes à opção do castigo. *Perder a mesada*, o que informa um hábito que as famílias das faixas médias da população brasileira

incorporaram há poucas décadas aos métodos de educação de crianças e jovens - no Brasil pouco se adotava o sistema de mesada há cerca de 30 anos, especialmente na infância.

Já no quesito *reações dos respondentes às repreensões na infância*, observa-se a prevalência do clássico *pedido de desculpas* (72,5%) à *promessa de não repetir o comportamento* (64,8%) e ao *choro* (48%). Em último lugar ficaram os que preferiam a esperteza de tentar *fazer as vontades da mãe por um tempo* (14,3%) até passar o desconforto em família.

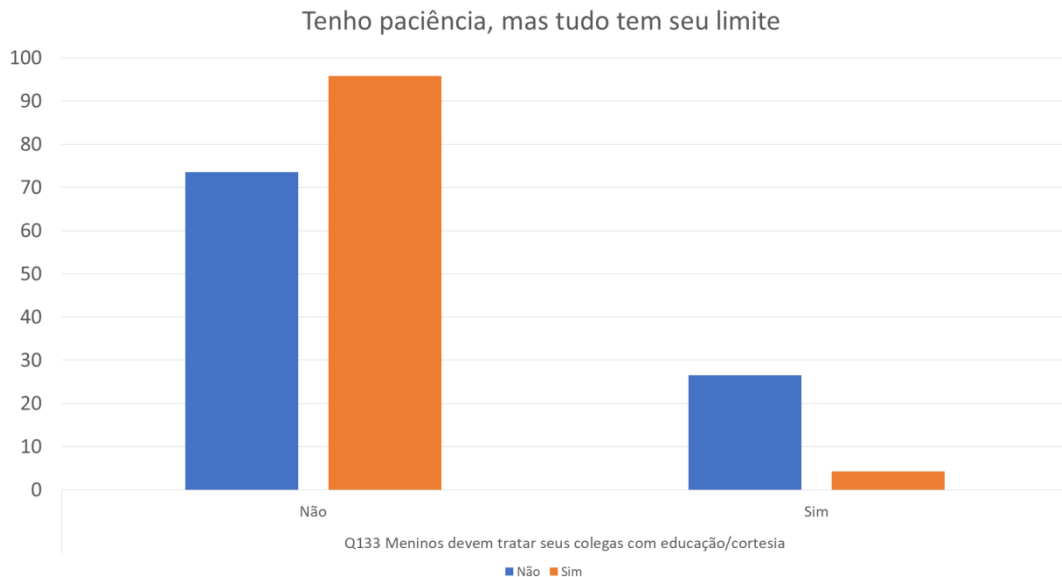
Motivações Para o Conflito -

Em outro cruzamento de indicadores, foi encontrada a associação entre variáveis que podem reunir elementos interessantes para se pensar as razões pelas quais determinados homens reagem agressivamente a situações de conflito na relação amorosa. Aqueles que, na discussão da temática “*motivações para o conflito*”, escolheram a opção *Incapacidade para Enfrentar Crises* estão mais associados com responder “Sim” para “*Meninos devem ser responsáveis por organizar seus pertences em seus quartos*”; e “*Bons garotos não se esquecem de devolver troco aos pais depois de uma compra*”; e “*Sem permissão de seus pais não se deve ir a locais distantes com amigos*”. Isso poderá sugerir, numa visão de conjunto, comportamentos que tenderiam na infância a reverenciar regras e restrições propostas pela família, em geral bastante regeitadas pelas famílias de maneira enviesada. Isto é, vimos antes uma tendência à rejeição dos respondentes a frases que representassem o universo do feminino – ou habilidades e comportamentos em geral incentivados para as meninas nas famílias. O que, na vida adulta, poderá levar a uma tendência em cumprir determinações, ordenamentos ou prescrições estabelecidas. O que virá acompanhado de maior expectativa de que parceiras íntimas reajam com igual reverência diante das limitações impostas por ordenamentos sociais de caráter variado. A frustração com a recusa de suas parceiras em desenvolver a mesma atitude pode produzir conflitos difíceis de serem superados.

Aqueles que responderam “Sim” para “*Tenho paciência, mas tudo tem seu limite*” estão mais associados com responder “Não” para “*Meninos devem tratar seus colegas com educação/cortesia*”. Para interpretar o que nos diz a associação dessas variáveis, deve-se dar atenção ao fato de que uma delas é um indicador de tolerância (os entrevistados se apresentam como parceiros pacientes nas relações sociais), enquanto o outro indica rejeição a um padrão de civilidade nas interações sociais na infância. Isso indica que a aparente tolerância fica

interpelada pela outra variável, por seu conteúdo rejeitar francamente a cortesia como prática social.

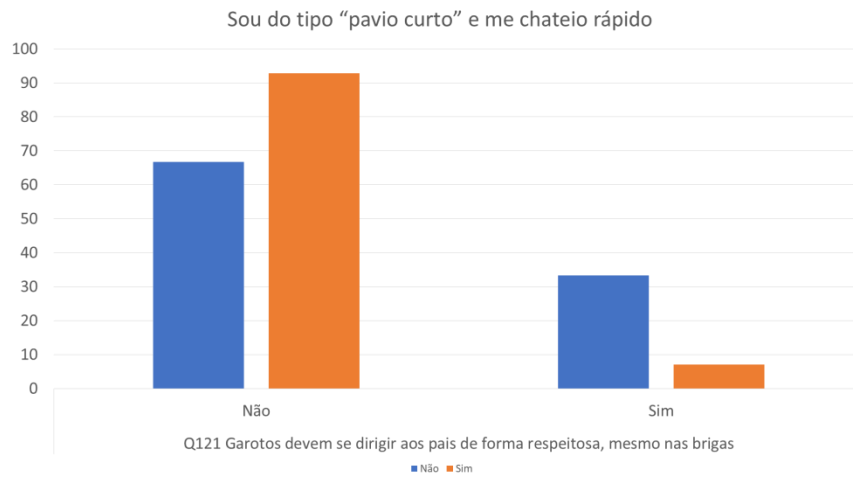
Gráfico 10. Paciência X Cortesia dos HAV na Infância, BH/MG, 2019



Fonte: Elaboração própria.

Em outra associação de indicadores - desta vez entre as variáveis “*reações em situação de conflito*” e “*expectativas sobre comportamento*” -, aparece um resultado interessante. Aqueles que, no tema “*reações em situação de conflito*”, responderam “Sim” para “*Sou do tipo pavio curto*” estão mais associados com responder “Não” para “*Garotos devem se dirigir aos pais de forma respeitosa, mesmo nas brigas*”. Isso mostra imediatamente duas características: (1) há sinais de coerência/sinceridade na atitude de homens que se reconhecem como pessoas de “*pavio curto*” ou pouco pacientes em situação de conflito; (2) ao mesmo tempo, aparecem associados aos que na infância não acreditam que garotos deveriam ser respeitosos com os pais na hora das brigas. Por um lado, isso reforça a crença na coerência das respostas dos entrevistados. Por outro, de forma objetiva, vincula o comportamento dos menos pacientes com os menos dispostos a ter uma postura civilizada nos momentos de conflito.

Gráfico 11. Sou do tipo “pavio curto”, HAV em conflito, BH/MG, 2019



Fonte: Elaboração própria.

Ainda na metodologia de cruzamento de variáveis, houve outro cruzamento positivo na temática “*reações em situação de conflito*”. Observamos que aqueles que confirmaram a resposta “*Sou do tipo pavio curto e me chateio rápido*” estão mais associados com resposta “*Sim*” para “*Chorava*” quando castigado na infância $(p=0,024)$.

Tabela 3. Reação aos castigos na Infância X Reação em situação de conflito dos HAV, BH/MG, 2019

Características	Q68 - Chorava				P	
	Não		Sim			
	N	%	n	%		
Se o clima está tenso, conversar acho que ajuda.	Não	16	48.5	24	60.0	0.325
	Sim	17	51.5	16	40.0	
Sou do tipo “pavio curto” e me chateio rápido.	Não	25	75.8	20	50.0	0.024*
	Sim	8	24.2	20	50.0	
Tenho paciência, mas tudo tem seu limite	Não	22	66.7	27	67.5	0.940
	Sim	11	33.3	13	32.5	
Quando a outra pessoa está errada, tem que reconhecer	Não	24	72.7	25	62.5	0.355
	Sim	9	27.3	15	37.5	
Se envolve erro meu, sou capaz de reconhecer	Não	22	66.7	27	67.5	0.940
	Sim	11	33.3	13	32.5	

* Teste de Qui Quadrado significativo a 5%.

Fonte: *Elaboração própria.*

5 VALORES DA JUVENTUDE

Introdução - Conforme Abramo (1997:25), é na juventude que os indivíduos iniciam e processam as inserções que serão mantidas nas diversas dimensões da idade adulta - nas relações no mundo escolar, na constituição de famílias, no mundo do trabalho e nos espaços de cidadania. Nesse período se evidenciam as desigualdades econômicas, disparidades regionais, dicotomias entre campo e cidade, assim como preconceitos e discriminações (de gênero, raça-etnia, orientação sexual, religião, etc.), “*que distanciam os jovens de classes e grupos sociais distintos*”. Desse modo, é na etapa da juventude “*que se define o que será possível ou não em termos de inserção na vida social e produtiva*”.

Habitantes de um mundo em constante transformação, os jovens vivenciam problemas e incertezas de seu tempo. Atualmente, dificilmente se irá negar, interpreta Abad (2003), que inclusive os jovens do meio rural tenham se convertido em uma “*categoria social interclassista e comum a ambos os sexos, definida por uma condição específica que demarca interesses e necessidades próprias, desvinculadas da ideia de transição, e suas instituições responsáveis. Efetivamente, a juventude passa, mas também fica.*”

Segundo Thompson (2005:54), o papel dos jovens “deve ser reconhecido e fortalecido, de forma que os transforme numa alavanca decisiva para combater a pobreza e o subdesenvolvimento”. Abramo (2005) concorda com essa concepção e avança no reconhecimento dos jovens como atores dinâmicos da sociedade e com potencialidades para responder aos desafios trazidos pelas inovações tecnológicas e transformações produtivas. Porém, ainda segundo a autora, nessa abordagem toma-se o modelo de desenvolvimento como um dado, não questionando suas características que produzem vulnerabilidades e desigualdades entre jovens. “*E sem questionar os fatores que produzem exclusões, transferem-se as responsabilidades de inclusão para próprios jovens*”. (ABRAMO, 2005:67).

Para alguns estudiosos, o período juvenil não deve ser pensado como uma mera transição, mas como um período de desenvolvimento que tem a mesma importância que as demais etapas do ciclo vital - essas nunca teriam sido chamadas de transitórias (KRAUSKOPF, 2003). Esse termo, *transição*, presente em diversas interpretações que estudiosos dão às dimensões da juventude, costuma ser criticado por autores das ciências humanas, entre outras questões, pelo fato de a expressão não atribuir a devida relevância a esse período da vida. Para alguns teóricos do campo *psi*, por exemplo, essa *transição* marca

um importante processo que os jovens necessitam vivenciar: a superação da chamada “*crise do eu*” ou a construção da própria identidade. E explicam *transição* como uma superação do “*velho eu*”, em referência ao passado recente (a infância) e a tarefa de encontrar o próprio caminho em meio às expectativas e influências de origem familiar (ALMEIDA e PINHO, 2008:175). “A *principal tarefa da adolescência é a resolução da crise da identidade* (identidade x confusão da identidade). Erikson (1959, citado por Claes, 1985) afirma que na adolescência deve-se estabelecer uma ligação entre o passado – “*o que eu era como criança*” – e o futuro – “*o que serei como adulto*” –, podendo o adolescente assim projetar planos coerentes para a vida adulta. É o período de estabelecer um senso de identidade pessoal, assegurando, conforme Erikson, “*o sentido de ser um consigo próprio, que cresce e se desenvolve*” (Erikson, citado por Pinheiro, 2003: 16). Assim, o processo de crescimento saudável se dá através de uma resolução positiva da crise (Sprinthall & Collins, 2003), “*permitindo a continuidade para o estágio seguinte*”⁵⁶.

Nesta pesquisa, são algumas vezes referidas as expectativas familiares depositadas sobre os rapazes que um dia se tornariam “*homens autores de violência* (HAV)”. Ao mesmo tempo, na análise de dados dessa etapa de memórias da juventude, foram reencontradas expectativas de comportamentos ideais, influências e valores de família já observados no período da infância. Com base no mapeamento das lembranças de experiências vividas nas famílias de origem dos respondentes, padrões morais e de comportamento (também observados na infância) foram reencontrados aqui. Isso também foi observado nas diversas associações testadas entre indicadores e encontradas entre algumas variáveis. Esses cruzamentos de variáveis são testados visando melhor interpretação dos padrões verificados, mostrando tendências que serão discutidas a seguir.

5.1 TEMORES, ENCRENCAS E CONTRADIÇÕES

Certas mudanças típicas desse período se instalam nos corpos infantis e meninos percebem que estão crescendo – algo novo está se passando. Perguntados sobre como as famílias lidavam com a entrada dos filhos na puberdade, 45% indicam que foram aconselhados a “*ficar calmos porque isso é natural*”. Outros, nascidos em famílias maiores, assinalaram que entendiam alguns sinais: 30% asseguraram que “*estavam preparados para as mudanças*”; 22% registravam que, por terem irmãos, “*já conheciam tudo isso*”. Havia também

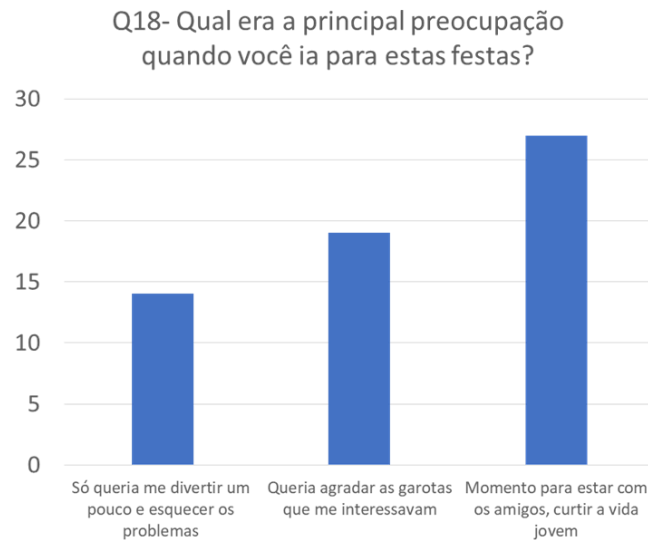
⁵⁶ Conforme ALMEIDA, Maria Elisa G.G. e PINHO, Luís Ventura. *Adolescência, Família e Escolhas: Implicações na orientação profissional*. In: PSIC. CLIN., RIO DE JANEIRO, VOL.20, N.2, P.173 – 184, 2008.

22% menos experientes que demoraram “*para entender o que acontecia*”. Observou-se ainda a situação de quem não conseguia obter qualquer ajuda dos familiares, visto que “*ninguém disse nada*” para 14,3% dos respondentes.

A dinâmica da vida cotidiana começa a sofrer alterações a partir da puberdade. Para muitos, o ingresso no mercado de trabalho começa justamente ali. Foi o que se passou com 44% dos entrevistados, sendo que 24,2% começaram suas atividades em horário parcial de trabalho; e 19,7% começaram a trabalhar em período integral e se transferiram para o horário noturno da escola. Ao lado disso, estando ou não no mercado de trabalho, mudanças significativas aconteceram a todos, seja no plano fisiológico, psicológico ou comportamental. Foram relatadas as mudanças usuais, provocadas pela ação dos hormônios, como de voz e outras. Registros foram feitos sobre como reagiram a isso. Por exemplo, 27,5% dos entrevistados optaram pela explicação “*fiquei mais tímido com as moças, garotas que eu conhecia*”. Outros 24,2% achavam confortável discutir tudo isso num bom papo - “*com os amigos, passamos a trocar ideias sobre isso*”, assinalaram. Ao contrário dos tímidos, uma parcela menor, 15,4%, marcou o conteúdo “*fiquei mais atirado, mais ousado com as garotas*”.

Ao se fazer o cruzamento das variáveis “*preocupações da puberdade*” e “*motivações para o conflito*” apareceram algumas conexões. Aqueles homens, autores de violência, entrevistados no *survey* que registraram “*fiquei mais tímido com as moças*” estão mais associados aos que apontaram a “*falta de diálogo*” nas relações íntimas como motivações para o conflito e, ainda, “*incapacidade de comunicação*”. Essa associação parece assinalar que aqueles que na puberdade tendiam à timidez no trato com as moças seriam os mesmos que, na vida adulta, manifestariam crises de relacionamento amoroso motivadas por problemas de comunicação.

Ademais de mudanças na puberdade poderem provocar timidez ou ousadia, para quase 30% dos respondentes a entrada na adolescência trouxe variados desafios, incluindo também novas motivações para o lazer. Ir a uma festa, por exemplo, passa a ser o “*momento para estar com os amigos, curtir a vida jovem*” registraram 29,7%. A maior preocupação de 20,9% dos que iam a festas era mesmo “*agradar as garotas que interessavam*” e 15,4% só queriam se “*divertir um pouco e esquecer os problemas*”.

Gráfico 12. Preocupação nas Festas, Juventude dos HAV, BH/MG, 2019

Fonte: Elaboração própria.

A partir da análise das respostas, foi possível localizar a existência de uma dinâmica familiar carregada de conselhos e observações passadas aos rapazes ao sair de casa, o que dá vida ao contexto dos problemas encontrados no entorno onde esses jovens viviam. Segundo relatos de entrevistados, temores familiares demonstrados durante a infância não se atenuam, pelo contrário, se mantêm ou se aprofundam. Conforme os dados⁵⁷, ao sair de casa, 60,4% dos respondentes ouvia de seus pais/responsáveis a frase síntese das preocupações familiares: “*Procure ficar longe de problemas*”. Em segundo lugar e com 37,4% das escolhas, outra frase sintetizava temores: “*Se houver briga, saia do local*”.

Outro tema povoava a mente dos responsáveis pela garotada, assinalam 31,9%, que ouviam: “*Seja educado com as moças*”. Ou ainda, 28,6% assinalaram a advertência dos pais ou responsáveis: “*Não force a barra com as garotas*”. Para garantir o bom comportamento, 28,6% ainda eram aconselhados: “*Observe as regras e não desrespeite*”. Um percentual igual (28,6%) dos familiares advertia: “*Não ofenda ninguém*”.

Como os rapazes reagem a esse repertório de conselhos? Aparentemente aceitavam de bom grado, garantiram 58,2% dos respondentes; enquanto 20,9% assinalaram que seguiam às vezes essas advertências. Somando os dois percentuais, quase 80% do grupo assegurava alguma observância às regras familiares nos momentos de lazer.

⁵⁷ Os respondentes foram orientados a marcar múltiplas respostas e, por esta razão, a soma total vai ultrapassar os 100%.

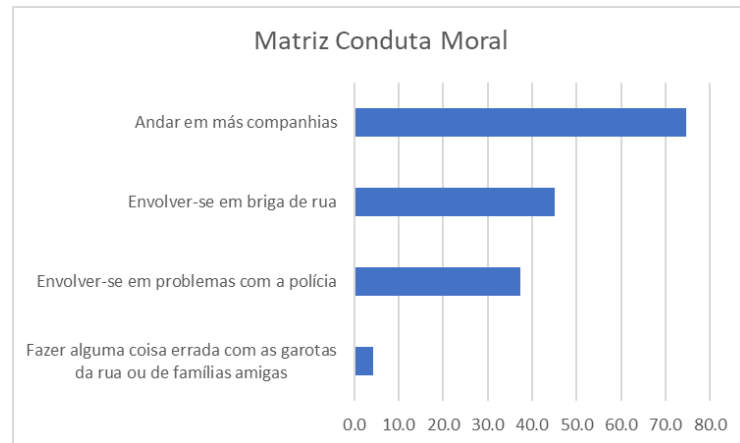
Á medida que a prole cresce, aumentam motivos para preocupações familiares, visto que problemas de segurança (a exemplo de variados tipos de violência) e falta de equipamentos urbanos adequados ou ausência de atividades de lazer para os jovens nos bairros periféricos são uma realidade no cotidiano das famílias brasileiras (conf. GOMES e PEREIRA, 2005: 357; e ainda FRANÇA, 2016)⁵⁸. Para tentar compreender um pouco mais esse contexto, outras discussões foram propostas no *survey*. As respostas dos entrevistados à pergunta “*Quais eram as maiores preocupações nas quais um jovem poderia se envolver?*” confirmam preocupações na esfera da segurança dos pais/responsáveis.

Os mesmos recursos de criar categorias conceituais para efetuar a análise dos dados foram utilizados aqui nos moldes criados para análise de dados da Infância. Para adicionar outras possibilidades de análise, foram oferecidos aos entrevistados 28 conteúdos tratando de preocupações expressas a respeito do período da Juventude. Em seguida, foram criadas matrizes das lógicas subjacentes aos sentidos desses conteúdos. Chegou-se a quatro matrizes lógicas de conteúdos subjacentes: *Matriz de Conduta Moral*; *Matriz Educacional*; *Matriz Lealdade à Família*; *Matriz Socioeconômica*.

Poderíamos interpretar a *Matriz de Conduta Moral* também enquanto *matriz da ordem/desordem social* ou alguma outra interpretação. Porém, trata-se aqui do juízo das famílias dos respondentes, e acreditamos que seria útil manter esta referência aos valores morais da origem desses homens da amostra, e reproduzem a ordem vigente visto que se confundem com esta. Na *Matriz Educacional* as preocupações se alinham ao que, em família, se espera do desempenho escolar da prole. No entanto, a análise traz surpresas nesse campo, como se verá em seguida. A *Matriz de Lealdade à Família* é precisamente o que indica o termo. No entanto, surpreendentemente, ao se verificar a incidência das respostas, poderia ser traduzida em termos opostos. Na *Matriz Socioeconômica*, as respostas se deram conforme esperado.

⁵⁸ GOMES, M. A. e PEREIRA, M. L. D. 2005. Ver em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000200013. E também: FRANÇA, Viviane Helena de. *Qualidade de vida da população em extrema pobreza de Ribeirão das Neves, região metropolitana de Belo Horizonte*. 2016. 224 f. Tese (Doutorado em Ciências Concentração Saúde Coletiva)-Centro de Pesquisas René Rachou, Fundação Oswaldo Cruz, Belo Horizonte, 2016. Acesso em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/32469>.

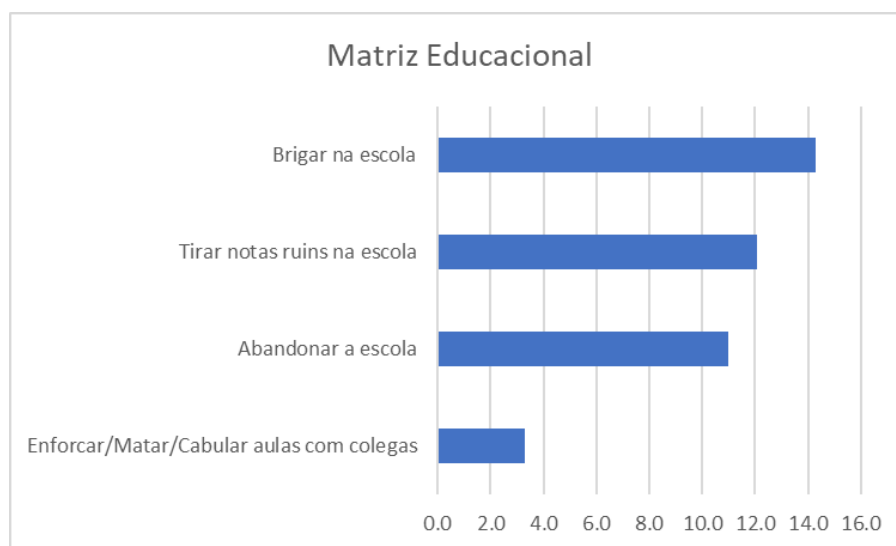
Gráfico 13. Matriz Conduta Moral dos HAV na Juventude, BH/MG, 2019



Fonte: Elaboração própria.

Quase 80% dos entrevistados registrou que “*andar em más companhias*” constituía a principal encrenca na visão de suas famílias em sua época de juventude – 74,7% marcaram essa opção. Em seguida, “*envolver-se em brigas de rua*” (45,1% dos registros) ou ter “*problemas com a polícia*” (37,4%) detalham o contexto de questões presentes na vida das famílias e cuja não observância provocava punições aos rapazes. (A questão permitia mais de uma escolha pelos entrevistados).

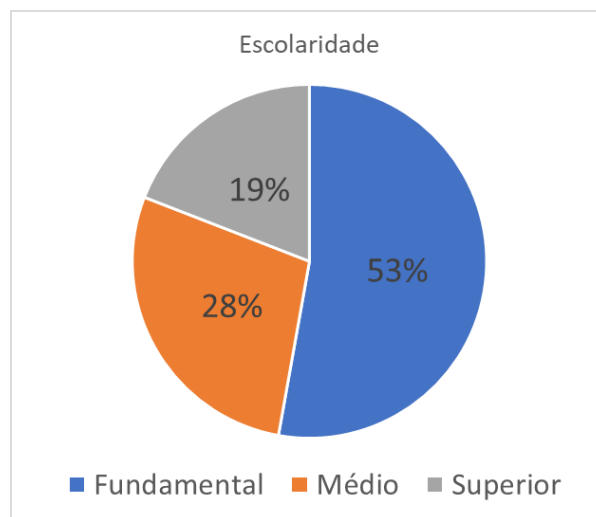
Gráfico 14. Matriz Educacional dos HAV na Juventude, BH/MG, 2019



Fonte: Elaboração própria.

Neste cenário, em que as questões de segurança atraem preocupações e cuidados, e questões dos jovens no mercado de trabalho envolvem atenção das famílias, os dados mostram que a esfera escolar perde protagonismo na vida familiar. Na escala de preocupações dos pais/mães/responsáveis, temas escolares ainda perdem para “*brigar na escola*”, preocupação de 14,3% das famílias. Observou-se, por exemplo, que “*tirar notas ruins na escola*” foi assinalado por apenas 12,1% dos entrevistados como indicador de “*encrena*” na relação com suas famílias – isto é, menos de 14% das famílias entendiam *notas ruins* como uma questão séria, que mereceria intervenção. Desse modo, não surpreende que a atitude extrema de “*abandonar a escola*” tenha sido assinalada somente por 11% dos respondentes, demonstrando que pouco mais de 10% dos pais e responsáveis entendia isso como problema, ou supunha que teria poder para alterar isso com alguma intervenção familiar. Somente 3,3% dos entrevistados da amostra indicaram haver problemas diante de sua família em “*matar aulas com os colegas*”. Esses dados nos levam a interpretar que o universo da educação não parecia ocupar muito espaço no contexto de cobranças/estímulos identificados pelos respondentes no interior de suas famílias.

Gráfico 15. Escolaridade dos HAV, BH/MG, 2019



Fonte: Elaboração própria.

Essa preocupação pequena com a educação traz como consequência os níveis de escolaridade alcançados pelos respondentes na vida adulta. Os números indicam que 53% da amostra tem escolaridade de I grau, assim distribuída: 27% tem I grau completo; 23,6% tem ensino profissionalizante de I grau; e 2,2% tem I grau incompleto. Aqueles que completaram o II grau chegaram a 28% dos respondentes. Há ainda uma taxa significativa de 10,1% da

amostra na categoria de II grau incompleto – ou seja, que não se diplomou no ensino de II grau. Ao lado disso, menos de 20% do grupo chegou aos bancos das universidades – o percentual exato são 19% sendo que, desses, 6% se diplomaram na graduação universitária e 13% chegaram aos cursos de pós-graduação em diversos níveis (pós-graduação, mestrado ou doutorado).

A entrada mais cedo no mercado de trabalho, caso de 44% dos respondentes, impactou a vida escolar e, por sua vez, problemas de insegurança e violência existentes em territórios periféricos interferiram nas dinâmicas familiares, impactando resultados. Esses pontos devem ser levados em consideração quando se pensa nos fatores que determinariam, no futuro, a baixa escolaridade de metade da amostra desta pesquisa. No entanto, pensando nos mecanismos de reprodução social das desigualdades, não se pode atribuir esse resultado unicamente aos fatores citados, ainda que relevantes.

Formulada em meados dos anos 60 por Bourdieu, a Teoria da Reprodução surgiu como uma análise original da problemática das desigualdades escolares e constitui-se em um dos principais marcos do pensamento educacional. Bourdieu contrariou a visão otimista sobre a escola, considerada até então instituição neutra e meritocrática, capaz de promover a mobilidade social dos indivíduos independente de sua condição social. Para ele, o sistema de ensino legitima as desigualdades sociais, pois, sob a aparência de neutralidade e imparcialidade, contribui para reproduzir a estrutura social, mantendo a distância entre as classes sociais. Em oposição à ideologia do dom, o autor demonstrou a relação entre cultura e desigualdades escolares, evidenciando que o sucesso escolar está relacionado a competências ou habilidades adquiridas no meio familiar. (VARGAS, 2009:110)⁵⁹.

Ao mesmo tempo, outros dados consistentes são observados no campo educacional, trazidas pelos cruzamentos de variáveis que realizamos. Nessa fase da análise de dados da pesquisa, observou-se uma resposta positiva no cruzamento da variável *idade de entrada na escola X nível de escolaridade* da amostra. Foi encontrada associação entre aqueles respondentes que na infância *entraram mais cedo para a escola* e os respondentes com *escolaridade de nível superior*. Nesta pesquisa, comparando as prevalências de escolaridade da amostra (53% tinha ensino fundamental e 28% ensino médio), 19% dos entrevistados tinham nível superior.

⁵⁹ In: VARGAS, M. de Lima Ferreira. Estudos sobre o funcionamento do sistema de ensino: da reprodução das desigualdades sociais ao efeito escola. In: **Cadernos de Educação** | FaE/PPGE/UFPel | Pelotas [32]: 105 - 122, janeiro/abril 2009.

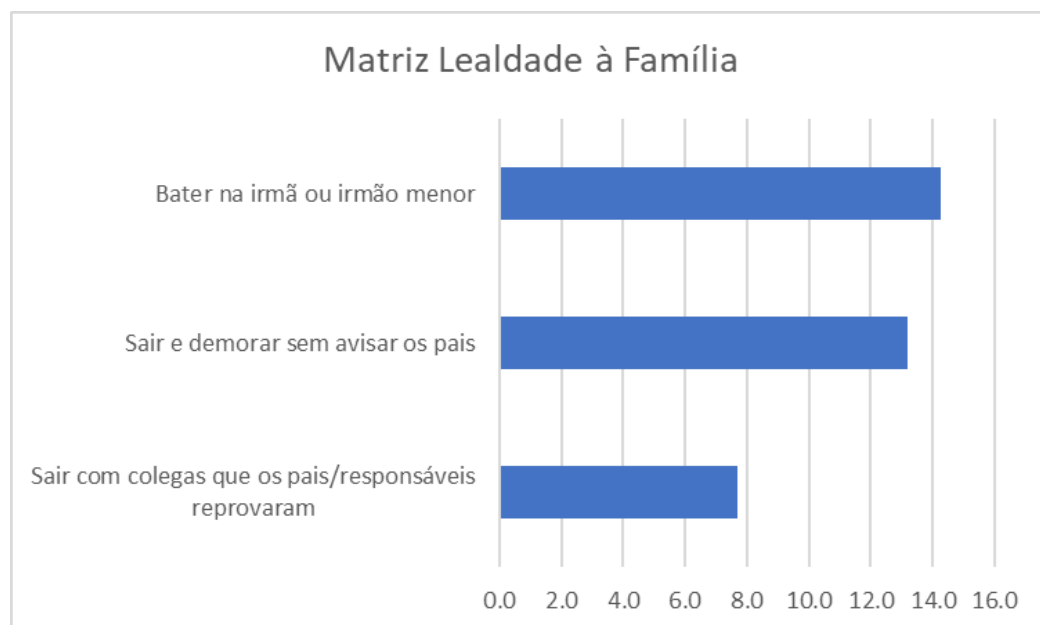
Tabela 4. Idade de Entrada na Escola X Nível de Escolaridade da Amostra, HAV, BH/MG, 2019

Características		Idade Escola				Valor p
		6-		7+		
		n	%	N	%	
Q172 – Nível Educacional	Fundamental	14	31.8	20	52.6	0.013*
	Médio	17	38.6	16	42.1	
	Superior	13	29.5	2	5.3	

* Teste de Qui Quadrado significativo a 5%.

Fonte: *Elaboração própria.*

Quanto ao campo que denominamos de “*Matriz de Lealdade à família*”, a discussão se passa em torno de comportamentos que denotem apego às normas familiares ou enfeiteamento desses códigos. Ali, numa dinâmica que pode sugerir desejo de proteger a intimidade de olhares externos, observou-se menor pontuação nos registros feitos pelos entrevistados. Tendo em vista a gravidade dos problemas analisados há pouco, no contexto das vivências familiares, fica de certa forma demonstrado o que parece atrair mais a preocupação dos participantes da pesquisa.

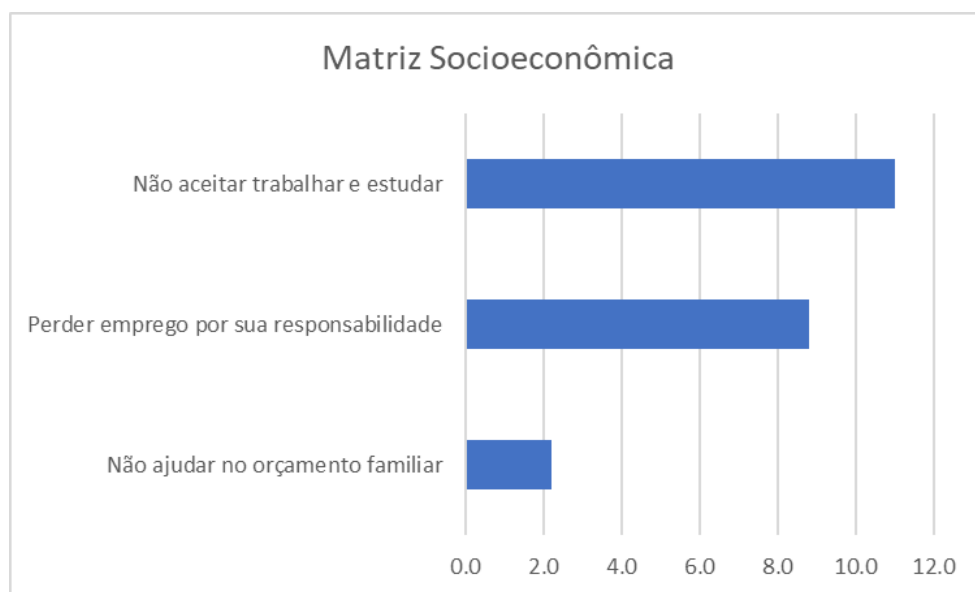
Gráfico 16. Matriz Lealdade à Família dos HAV na Juventude, BH/MG, 2019

Fonte: *Elaboração própria.*

Em termos gerais, *vis a vis* os índices dos registros feitos pelos respondentes nos outros conteúdos discutidos nessa esfera (índices de adesão de 80%, 74%, 45% e 37%, envolvendo temas de segurança e violência), os 15% dedicados a “*bater na irmã ou irmão*

menor”, ou 13% de “*Sair e demorar sem avisar os pais*” ou 7% de “*Sair com colegas que os pais/responsáveis reprovaram*”, ainda parecem generosos em relação à “*Matriz Educacional*” – que ficou em média com 14 a 11% dos registros. Sinaliza para a compreensão de que temas domésticos tais como dividir responsabilidades em família (cuidados dedicados aos irmãos menores) segue tendo seu lugar, ou pode significar “*encrenca*” enquanto pacto não cumprido de maneira adequada pelos jovens do núcleo familiar.

Gráfico 17. Matriz Socioeconômica dos HAV na Juventude, BH/MG, 2019



Fonte: Elaboração própria.

Visto que 44% dos respondentes informaram ter se iniciado no mercado de trabalho ainda no começo da adolescência, foi baixa a adesão a esta matriz conceitual, que denominamos de “*Matriz Socioeconômica*”. Desta forma, 11% destes optaram pelo conteúdo “*Não aceitar trabalhar e estudar*”, muitas vezes, mais do que um escolha individual, sugestão das próprias famílias. Seguindo essa tendência, menos de 10% marcaram “*Perder o emprego por sua responsabilidade*” – na verdade 9% essa experiência em suas histórias de vida. Também o conteúdo “*Não ajudar no orçamento familiar*” só foi escolha de 3% da amostra, demonstrando a preocupação e adesão dos entrevistados ao esforço das famílias em solucionar em conjunto suas questões financeiras..

Existe uma dinâmica estruturada e estruturante dos *habitus* na ação prática de instituições (família, escola, trabalho) e dos próprios agentes. Ainda que suas famílias

almejassem para os filhos um futuro diferente de sua origem de classe, as disposições práticas estabelecidas na cultura/estrutura familiar e de classe as levariam a não exigir esforços em demasia na vida escolar – deixar de fazer escolhas que poderiam estruturar caminhos diversos para seus filhos. Portanto, a partir dos pressupostos da *teoria da prática*, de certo modo o ocultamento de que suas ações reforçariam a dinâmica da reprodução social garantindo que “*desconhecessem*” a importância de reforçar mais disciplina na vida escolar, a despeito das dificuldades materiais⁶⁰, impedindo, dessa maneira, uma aposta em condições objetivas que poderiam alterar a situação socioeconômica de sua prole. Por outro lado, como complicador, mesmo não abandonando as escolas, ali também a dinâmica da reprodução social estaria reforçando o caminho de volta para sua classe de origem, tendo em vista os pressupostos que sustentam essa teoria.

Conforme demonstraram estudos sistemáticos desenvolvidos por Bourdieu e Passeron (1970/1992), ao contrário do que se propaga, observava-se no sistema escolar [francês] um dos fatores mais eficazes de conservação da ordem social, pois esta era naturalizada, legitimando as desigualdades sociais, com isto sancionando a herança cultural e de classe (BOURDIEU, 1996). Registra Alves (2015:122) que, conforme Bourdieu (1996:35) “a reprodução da estrutura de distribuição cultural se dá na relação entre as estratégias da família e a lógica específica da instituição escolar”.

Neste sentido, o fundamento de “*reproduzir*” consiste no mecanismo de conservação e reprodução das relações de força entre os dominados e dominantes numa estrutura de classes, muito mais que a força econômica, mas através do capital cultural repassado e inculcado permanentemente por meio de ações pedagógicas desde a educação familiar (formação do *habitus* primário), reforçado posteriormente pela educação escolar e em outros contextos sociais (formação do *habitus* secundário). [...] Para que a reprodução seja bem sucedida, o processo de inculcação do arbitrário cultural dominante passa por um processo de legitimação que se dá por meio da dissimulação das condições sociais e culturais objetivas. (ALVES, 2015:122).

No entanto, esses estudiosos concordam que, no contexto da massificação escolar, jovens de elite têm tido que se esforçar mais nos estudos para conservar sua posição de origem, enquanto jovens inteligentes e esforçados das classes populares dispõem, por meio da escola, de uma via individual de mobilidade social (VIEIRA, 2003). Na visão de Abrantes

⁶⁰ Devemos pensar esta visão sobre a qual discorri até aqui como uma das possibilidades, tendo em vista limites claros existentes nesta pesquisa, que se baseia num resgate de memórias familiares. Embora os pressupostos da teoria tendem referendar as “verdade” destas visões que a análise dos números proporciona, ao mesmo tempo carregam também uma carga de viés da própria pesquisadora. Nisso estão envolvidas as convicções a respeito do impacto produzido na vida dos sujeitos pelas condições de vida enfrentadas nas periferias e a construção da vida prática a partir de estruturas que correspondem ao modo de vida das classes de menor poder aquisitivo.

(2011:272), torna-se forçosa a investigação empírica sobre como os percursos, as competências e os diplomas escolares resultam “(ou não) das formas de socialização primária e se convertem (ou não) em trajetórias, identidades e estatutos sócio profissionais, considerando a sua (des)articulação com outros processos, entre os quais as aprendizagens familiares, as redes sociais e as dinâmicas laborais”. Para ele, estudioso do sistema de ensino português, a socialização prolongada de todos os jovens num contexto escolar (em que as possibilidades de êxito permanecem muito assimétricas em função da origem social), “não deixa de contribuir para a conservação, naturalização e legitimação das desigualdades sociais, vividas hoje de forma profundamente individualizada”⁶¹.

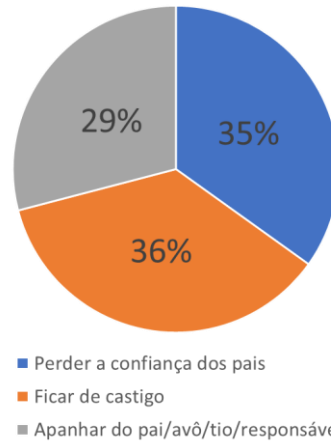
O impacto da desigualdade social brasileira, da alta concentração de renda com desdobramentos em falta de oportunidades para a juventude, está descrito também nos dados de nossa pesquisa. Aqui praticamente os mesmos temores das famílias se repetem desde a infância, somados à preocupação adicional de tentar coibir comportamentos que possam deixar os filhos em situação mais vulnerável. Essa repetição informa alguma coisa sobre a ambiência nos bairros onde cresceram estes jovens e as estratégias que as famílias desenvolvem para tentar evitar o impacto da convivência diária com a insegurança, a violência e o crime (conf. GOMES e PEREIRA, 2005: 357; e ainda FRANÇA, 2016)⁶². Dessa forma, castigos eram acionados sempre que as regras familiares e comportamentos indesejados eram praticados pela rapaziada.

⁶¹ Conf. Abrantes (2011): “A reprodução tem sido frequentemente interpretada como o processo escolar através do qual os jovens das classes dominantes, em virtude da sua herança cultural, obtêm vantagens no campo escolar e, desta forma, asseguram uma posição privilegiada no espaço social. Contudo, Bourdieu e Passeron partem de uma aceção mais lata, no sentido de um mecanismo de preservação (e legitimação) da cultura dominante e dos sistemas de dominação, mesmo num cenário de mobilidade social” (pág. 271).

⁶² Ver também: FRANÇA, Viviane Helena de. **Qualidade de vida da população em extrema pobreza de Ribeirão das Neves, região metropolitana de Belo Horizonte**. 2016. 224 f. Tese (Doutorado em Ciências Concentração Saúde Coletiva)-Centro de Pesquisas René Rachou, Fundação Oswaldo Cruz, Belo Horizonte, 2016. Acesso em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/32469>.

Gráfico 18. Formas de Punição na Juventude dos HAV, BH/MG, 2019

Q36- Qual era a punição que você recebia por faltas cometidas?



Fonte: Elaboração própria.

Assim, 36% das famílias apostavam em “castigos” para corrigir as condutas que julgavam impróprias, informaram os entrevistados; 35% poderiam “perder a confiança dos pais” caso se metessem em encrencas; 29% sinalizaram que “apanhava do pai/avô/tio ou responsável”.

5.2 MUNDO FEMININO

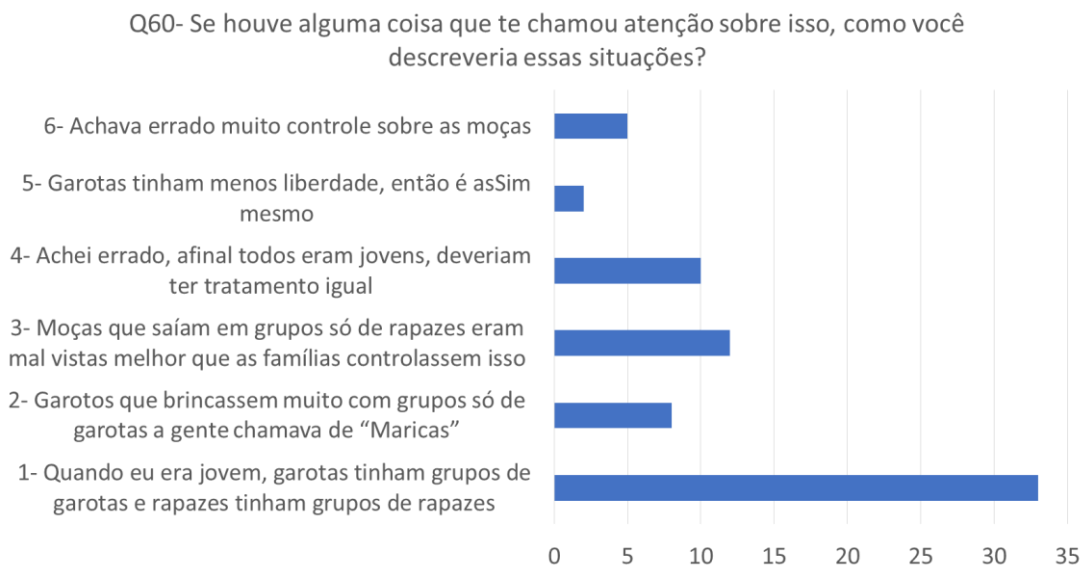
Muita coisa é percebida nesse processo de tornar-se um jovem, por exemplo, observando as próprias transformações e as de amigos, amigas. Esta é apenas uma das formas como se dá, por exemplo, o aprendizado sobre as características de outra parcela da vida ordinária: o mundo feminino passa a ocupar a atenção dos rapazes. Foram sugeridos aos entrevistados alguns temas para descrever sua percepção de mundo nos tempos de juventude, tempos que, para os entrevistados, aconteceram em meados dos anos 80 e ao longo dos 90.

A maioria quase absoluta registrou “não perceber diferença de tratamento entre rapazes e moças”. Admitir diferença de tratamento no interior de suas famílias pode ser entendido como crítica desleal, uma espécie de traição a normas internas compartilhadas em casa. A julgar por esses dados, fica claro que grupos beneficiados pelas diferenças de hierarquia de poder e hierarquia social dificilmente admitem ter usufruído de algo que significou injustiça para outro grupo. Por essa razão, em seguida perguntamos o que de fato havia sido percebido, sugerindo alguns conteúdos. Neste caso, as respostas, embora

pulverizadas, de algum modo dão conta do universo de problemas que circundavam esses jovens.

Observou-se que, em assuntos polêmicos ou delicados, as respostas genéricas constituem uma boa saída para os entrevistados, visto que não comprometem exatamente nem um grupo ou outro e não abrem críticas sobre os pais ou responsáveis. Foi o caso dos 36,3% que assinalaram a opção “*quando eu era jovem, garotas tinham grupos de garotas e rapazes tinham grupos de rapazes*” – repete-se aqui uma versão das mesmas divisões de grupos da infância. As preferências foram se pulverizando entre os itens oferecidos, formando um grande painel dos costumes e ambiente em que estes homens experimentaram sua vida de jovens. Há, por exemplo, a informação, vinda de 13,2% dos respondentes, de que “*moças que saíam em grupos só de rapazes eram mal vistas; melhor que as famílias controlassem isso*”. E ainda havia os 11% que sinalizavam claramente achar equivocada a diferença de tratamento dispensada a moças e rapazes, “*afinal todos eram jovens, deveriam ter tratamento igual*”, embora antes tivessem negado a existência desse fenômeno.

Gráfico 19. Tratamento Diferenciado por Gênero, Juventude HAV, BH/MG, 2019



Fonte: Elaboração própria.

O aprendizado sobre o mundo feminino se aprofunda à medida que os interesses amorosos vão sendo despertados. Os filhos de famílias numerosas foram tendo contato com essa esfera mais cedo. Para alguns, porém, a adolescência traz essa nova experiência para mais perto do mundo masculino. Para esses garotos compreenderem uma experiência diversa, muitos filtros serão acionados, como o filtro da moral, dos costumes. Aprendem com suas

mães, tias, irmãs, avós a adotar uma visão de mundo que mais tarde vai fazer parte de suas vidas íntimas.

Ao serem perguntados⁶³ sobre o que teriam aprendido sobre as moças, 40,7% deles sinalizam que pensam em “*escolher uma moça trabalhadeira dentro e fora de casa, para ajudar a criar a família*”, sugerindo que a mudança nos valores e costumes é possível, porém sem grandes rupturas – confirmando que as moças escolhidas por eles poderiam trabalhar fora, mas o trabalho doméstico se mantinha como importante referencial na esfera feminina. Estes “aprendizados” parecem indicar que a fidelidade conjugal e a fidelidade ao lugar social da mulher eram grandes apostas a serem concretizadas nas relações íntimas. Na segunda frase mais escolhida pelos respondentes, há um retorno ao modelo de conteúdo genérico - 33% dos entrevistados responderam que aprenderam que as moças “*eram muito diferentes dos rapazes*”. Uma parcela de 20,9% registrou entender que “*elas precisam de delicadeza, mas não demais, senão ficam mimadas*”.

Talvez se baseando em modelos femininos da família de origem, outros 20,9% confirmaram ter aprendido que “*mulher sincera e despachada é o melhor para um homem criar família*”. Outros foram diretos, assinalando uma opção eivada de moral conservadora. Uma frase que representava bem os costumes dos anos 50 e 60 no Brasil recebe 18,7% das preferências: “*Sobre as moças, aprendi que existiam aquelas para se divertir e existiam aquelas para casar*”. A alta rejeição a esta mesma frase é também um ponto de inflexão no debate, visto que 65,9% não aprovou esta noção moral subjacente à sentença.

Em vista dos altos índices de rejeição encontrados nessa questão, adquire importância, para a análise, descer a detalhes do que foi recusado nos conteúdos oferecidos aos entrevistados. Entre as 15 frases oferecidas aos respondentes, houve duas que receberam os mais altos índices de rejeição. Ambas têm em comum o fato de, em outro momento da vida social brasileira, terem funcionado quase como ícones do pensamento dos homens sobre as mulheres, ao mesmo tempo em que sintetizavam estratégias de dominação destes sobre aquelas. Dessas duas frases, a mais rejeitada (por 83,5% da amostra) sentencia “*que moça trabalhar fora era perda de tempo; mulher séria fica em casa*”. A outra sentença, da qual 80,2% registraram discordar, diz que “*a gente tem que ser duro com elas, senão perde a autoridade*”.

⁶³ Os respondentes eram estimulados a marcar mais de uma resposta, razão pela qual a soma dos percentuais irá ultrapassar os 100%.

Em seguida, as recusas recaíram sobre uma frase que representava antigo recurso moral usado para assegurar origem de sua descendência, quando exames de DNA não eram ainda conhecidos. Um percentual de 78,5% dos respondentes assinalou discordar do conteúdo: *“Era preferível se divertir primeiro e se casar com as virgens depois”*. Nesse campo, de fato, ambiguidades são parte do processo, visto que mais adiante, no mesmo questionário, 31% dos respondentes sinalizou ser *“totalmente favorável”* à virgindade das mulheres, conforme discutiremos adiante.

No entanto, não parece ser ambígua a noção de qual a dose certa de ambição buscariam em uma parceira. Note-se que 75,8% do grupo discordava da noção: *“mulher sem ambição faz a gente andar pra trás”*. Ao mesmo tempo, 74,7% dos respondentes desaprovam a afirmação: *“Moça muito ambiciosa não é confiável”*. Na verdade, observou-se rejeição de duas frases que parecem opostas, quando a lógica indicaria rejeição de uma e aprovação da outra. Em outras palavras, quase 75% do grupo acha parceiras ambiciosas confiáveis. Por outro lado, embora 49% tenha recebido educação religiosa em casa, ao menos 72,3% dos integrantes dessa amostra não referendou a afirmação de que *“as religiosas são mais confiáveis”*. Nesse contexto, faz sentido que 70,3% dos respondentes tenham recusado a noção de que as moças *“gostam muito de dinheiro”*.

Ao mesmo tempo, quando o tema envolve dinheiro, os dados já mostraram que os entrevistados rechaçaram explicações de insucesso financeiro ou falta de emprego como motivações para seus conflitos com as parceiras na vida íntima (conf. se viu entre os que rejeitam a ideia de que *“as moças bem educadas também podem ser bem geniosas”*).

5.3 PARA FALAR E PARA NÃO FALAR DE SEXO

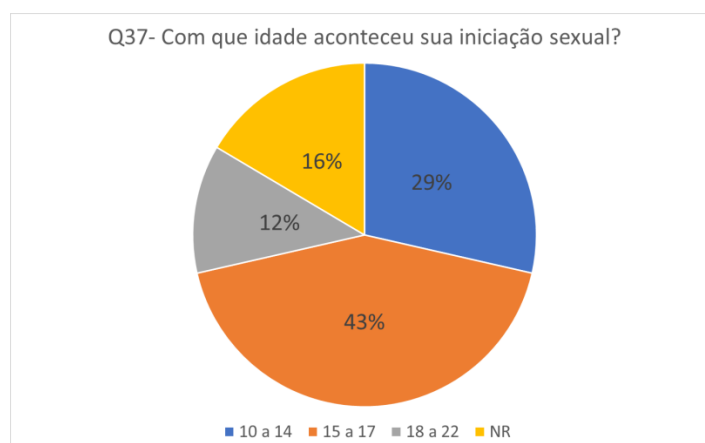
Novamente investigamos como eram percebidos padrões de costumes diferenciados para rapazes e moças e outros dados foram completando os já existentes, clareando um pouco a ambiência em que os entrevistados viveram sua juventude. É interessante lembrar que, quando o tema envolve *sexo*, pelo menos 51,6% das famílias *“nem tocavam no assunto”*, assinalaram os entrevistados. Não é de se espantar, portanto, a dificuldade encontrada para fazer essa discussão com os integrantes da amostra. No início da aplicação dos questionários, observou-se que essa seção vinha sem estas respostas na grande maioria das perguntas.

Para contornar o problema, desenvolveu-se como estratégia solicitar diretamente aos respondentes que considerassem a relevância de oferecer à pesquisa informações sobre o tema

sexo. Ao mesmo tempo, em momentos diferentes do questionário novas questões foram inseridas, para insistir na tentativa de mapear características importantes nessa área. Colocou-se então a pergunta: “*Em sua época de juventude, você percebia se havia costumes diferentes recomendados para a vida sexual de rapazes e moças?*” Como retorno, 23,1% reconheceram: “*Havia as moças para deitar, as fáceis; e as moças para namorar, as difíceis*”. Outros 19,8% assinalaram com mais clareza a frase que contextualiza a questão: “*Todos sabíamos os limites e as moças viviam com menos liberdade*”. Como esperado, 19,8% defenderam que “*moças deveriam se manter virgens até o casamento*”.

Neste ponto da discussão, mostra-se relevante apontar o outro lado revelado pelos dados: os limites distintos da moral aplicada à vida social, quando se trata do tema sexo associado à experiência masculina ou quando o tema está associado à experiência feminina. Observando o **Gráfico 20**, os dados mostram a experiência dos respondentes quando o tema é iniciação sexual. Em 72% dos entrevistados observou-se uma prevalência de iniciação sexual antes dos 18 anos de idade. Desdobrados, esses dados revelaram que 43% dos respondentes tiveram sua iniciação sexual entre os 15 e 17 anos de idade, enquanto 29% registraram ter iniciado sua experiência sexual antes dos 15 anos de idade, mais precisamente entre 10 e 14 anos – ou seja, na pré-adolescência ou início dela. Um índice bem menor, 12% dos entrevistados, informou ter iniciado sua vida sexual entre 18 e 22 anos de idade.

Gráfico 20. Iniciação Sexual na Juventude dos HAV, BH/MG, 2019



Fonte: *Elaboração própria.*

A despeito de terem se iniciado muito jovens na vida sexual, os entrevistados pouco tiveram orientação sobre o assunto em família. Se o tema era sexo, conforme revelam os

dados, 51,6% das famílias de origem dos respondentes “*nunca tocavam no assunto*” e somente 18,7% dos respondentes registravam que “*os adultos se preocupavam em dar orientação*”.

Situação semelhante é relatada por Waiselfisz (1998:75) sobre o cotidiano de jovens de classe média e média alta em Brasília, em uma pesquisa empreendida com apoio da Unesco⁶⁴. No estudo, verificou-se que as maiores necessidades dos jovens giravam em torno de poder conversar com os pais sobre *drogas* e também sobre *sexo* – esses os temas menos debatidos. Os assuntos mais abordados eram o *futuro profissional*, *relacionamento no interior da família* e *escola*. Os pesquisadores ressaltaram que quase a totalidade dos entrevistados revelou desejo de poder discutir com os pais sobre *sexo* (97,0%) e *drogas* (97,5%).

Esses dados reforçam a percepção de que o problema de falta de intimidade e ausência de diálogos nas famílias sobre sexualidade é uma questão que atravessa classes sociais. Os dados de nossa pesquisa também revelam silêncio das famílias quando o tema é *sexo*, do mesmo modo que os jovens da pesquisa em Brasília, naquele caso envolvendo grupos familiares com maior poder aquisitivo⁶⁵. Em nosso estudo, os respondentes situam-se em faixas de renda próximas da denominada classe média baixa⁶⁶.

5.4 IGUALDADE DE DIREITOS

Quando a discussão entra no terreno da igualdade de direitos entre homens e mulheres e questões desse universo temático, percebe-se que grupos leigos não fazem articulação entre questões de cunho mais abstrato, dissociando temas que, para os estudiosos, estariam necessariamente vinculados. Vimos por exemplo que, a respeito da vivência sexual desses

⁶⁴ A pesquisa foi realizada um ano após jovens do DF, nos anos 90, assassinarem o índio Galdino (queimado na rua). Assunto responsável por provocar verdadeira comoção nacional e que produziu, como efeito indireto, a discussão/estudos sobre o estilo de vida como indutor de tendência à crueldade nos jovens de famílias abastadas do Distrito Federal.

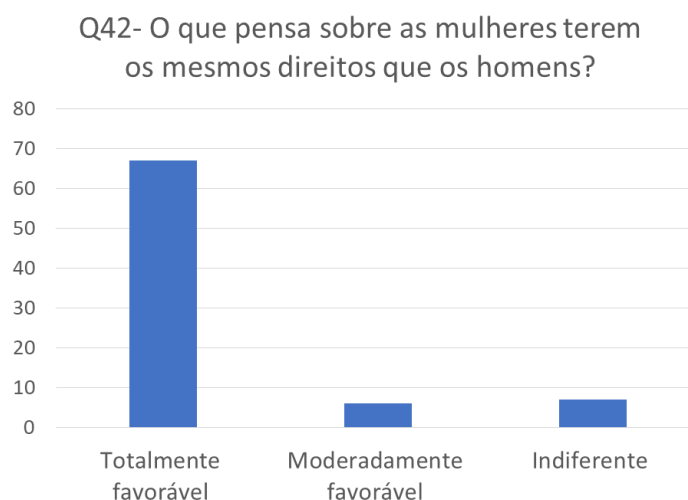
⁶⁵ Note-se que nossa pesquisa trabalha com homens adultos e a pesquisa de Brasília, com jovens no momento em que ainda viviam com suas famílias – daí essa diferença: temos dados sobre a renda dos homens e a pesquisa da UNB sobre renda das famílias dos jovens em DF. A grande maioria dos jovens de Brasília da pesquisa provém de núcleos familiares pertencentes às classes A (38,4%) e B (49,9%), seguindo a categorização proposta pela ABIPEME. As classes C (11%) e D (0,7%) compõem o segmento denominado de classe média e média baixa. Não foram registrados casos de classe E.

⁶⁶ Em termos de renda, observando que o valor do Salário Mínimo em 2019 era de R\$ 998, temos que a maior concentração de renda individual dessa amostra fica na faixa de 1 a 2,5 salários mínimos – no momento da entrevista, 36,3% informava estar nessa faixa. Pelos dados levantados, 16,5% recebia valor menor ou igual a 1 salário mínimo do período. O percentual cai muito na faixa de 2,5 a 3,5 salários mínimos (6,6% dos respondentes alcançavam esta faixa de renda), e volta a subir para 14,3% na faixa dos que têm renda individual acima de 3,5 salários mínimos.

homens, 43% fizeram sua iniciação sexual entre 15 e 17 anos; 29% entre 10 e 14 anos; e 12% entre 18 e 22 anos de idade⁶⁷. Num outro tópico, conf. o **Gráfico 21**, observou-se que 73,6% dos homens respondentes se dizem totalmente favoráveis à *igualdade de direitos entre homens e mulheres*. No entanto, parcela significativa dos entrevistados defende *virgindade para moças*.

⁶⁷ Os entrevistados que responderam essa questão somam 83,3%, enquanto 16,7% não responderam.

Gráfico 21. Igualdade de Direitos entre homens e mulheres, HAV, BH/MG, 2019



Fonte: Elaboração própria.

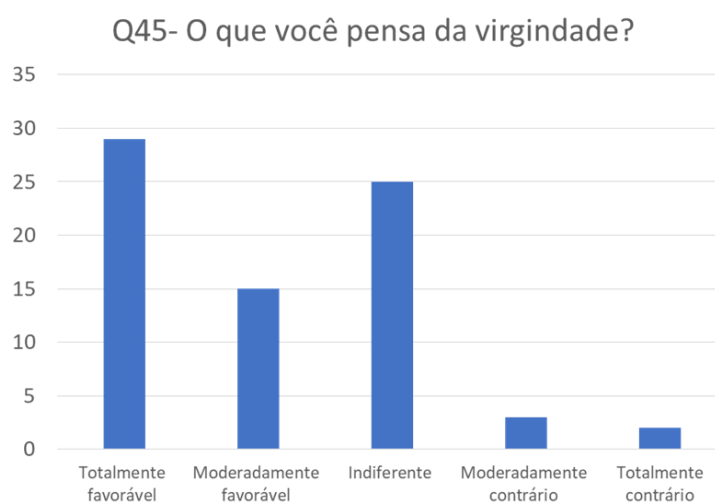
Quase 32% se dizem “*totalmente favoráveis*” à *virgindade para as moças* (precisamente 31,9% dos respondentes). Pode-se aqui formular essa interpretação: defender a virgindade para as mulheres seria entendido por eles como defender um direito? Ou simplesmente a moralidade de que se reveste a questão da virgindade das moças tolda a discussão, utilizando lógicas diferentes que não permitem articular a experiência sexual ao campo das liberdades ou da igualdade de direitos? Não por acaso, raramente alguém iria se referir a uma suposta “*iniciação sexual das moças*”, visto que, na cultura brasileira, esse termo costuma ser usado para se referir aos adolescentes e jovens do sexo masculino. Portanto, possivelmente não é na chave de direitos iguais que os respondentes estão discutindo aqui.

Mas, supondo que a lógica de defender os direitos fosse tema da discussão estabelecida pelos entrevistados nesse tópico, a que tipo de direito se referiria a manutenção da virgindade para as moças de sua geração, em meados dos anos 80 e 90? Seria possível estabelecer uma conexão entre essas opiniões e dados do universo social brasileiro, no qual crianças e adolescentes vivem a experiência do abuso sexual, inclusive em suas próprias famílias? Dados de 2018 do Ministério da Saúde ⁶⁸ mostram que, a cada 10 crianças e

⁶⁸ Ver em: [Boletim Epidemiológico 27 - Ministério da Saúde](https://www.saude.gov.br/pdf/2018/junho/2018-024) .www.saude.gov.br > pdf > 2018 > junho > 2018-024.

adolescentes atendidos em serviços de saúde pública (após sofrerem algum tipo de violência sexual), quatro deles já havia sofrido esse tipo de agressão. A base de dados mostra que entre cada três pessoas vítimas de violência sexual uma delas é menina, com idade de 12 a 17 anos. Essas agressões ocorrem mais em casa (68%), e têm como abusador o pai (12%), o padrasto (12%) ou outra pessoa conhecida da criança (26%).

Gráfico 22. Opinião dos HAV sobre Virgindade das Moças, BH/MG, 2019



Fonte: Elaboração própria.

Posto isso, também é interessante observar os índices da amostra que assinalam **apoio moderado** à *virgindade para moças* (15%), ou nenhum apoio, caso dos *indiferentes* a essa restrição (25%). Quando somados, esses índices constituem uma fatia não desprezível de 40% dos entrevistados - tendência considerável a representar uma visão menos conservadora nessa temática. Esse índice em parte poderia ser explicado porque opiniões nem sempre se transformam em ação na vida prática (conf. os dados, a maioria buscava também “*uma moça direita*”). Ou, numa outra versão explicativa, são opiniões que podem corresponder a uma tendência geracional, visto que 60% da amostra desta pesquisa tem idade menor que 40 anos. De volta à ambiguidade, na mesma esfera da igualdade de direitos, um número considerável se diz *totalmente favorável a mais liberdade para as moças de sua época* - 54.9% marcaram *sim*.

Para tentar melhor compreender que indicadores interferem na opinião manifestada por esses homens na discussão da virgindade, tentou-se vários cruzamentos de variáveis socioeconômicas. Foi encontrada uma associação entre as variáveis “*escolaridade*” e “*opinião sobre a virgindade*”. Na escala de opiniões, montada com os dados sobre a virgindade para moças, os pontos de vista variam de “*totalmente favorável*” a “*totalmente contrário*”. De um extremo ao outro, vai-se de “*totalmente favorável*” para “*moderadamente favorável*”, passando por “*Indiferente*”, “*moderadamente contrário*” até “*totalmente contrário*”.

Foi encontrada prevalência de respondentes com alta escolaridade que se declararam “*Indiferentes*” à *questão da virgindade*: 64,7% dos “*indiferentes*” são portadores de diploma de nível superior. Por outro lado, lembremos que 31,9% de respondentes de toda a amostra se manifestaram “*totalmente favoráveis*” à “*virgindade*”. Destes, 39,3% são portadores de diplomas de I grau; 46,4% têm diplomas de II grau, e 14,3% têm diplomas de nível superior⁶⁹.

⁶⁹ Conforme dados de escolaridade, já discutidos no Capítulo 4, devemos recordar que a maior prevalência da amostra desta pesquisa fica com portadores de diplomas de I grau (o caso de 53% dos entrevistados); em seguida tem-se 28% com II grau completo e 19% com diplomas de nível superior.

Tabela 5. Virgindade Moças X Nível de Escolaridade dos HAV, BH/MG, 2019

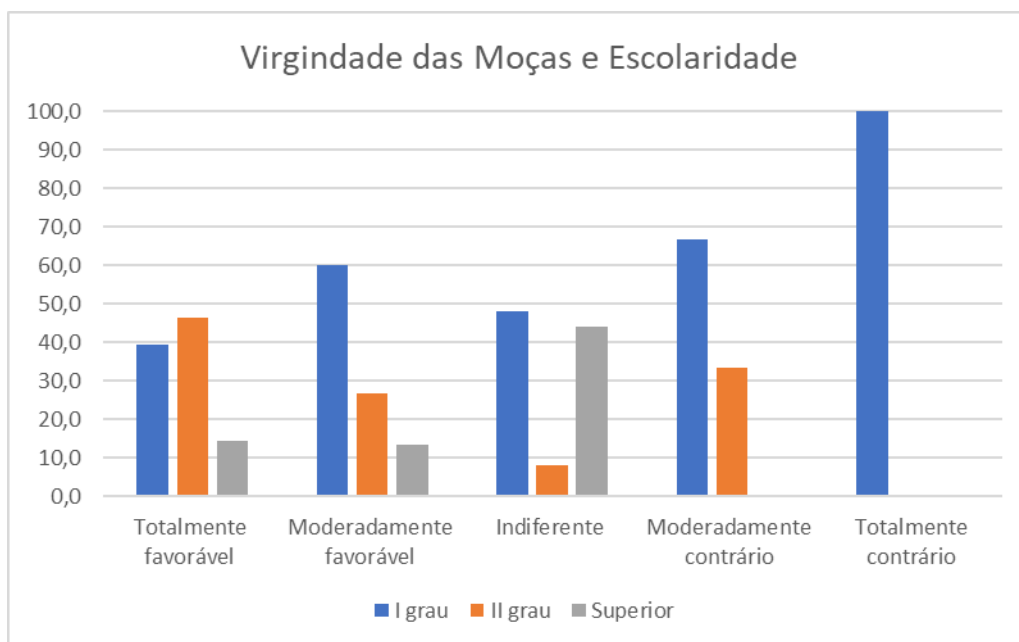
Variáveis		Q45 - O que você pensa da virgindade?					
		Totalmente favorável		Moderadamente favorável		Indiferente	
		N	%	N	%	n	%
Q169 – Idade	<40	17	154,5	8	72,7	17	154,5
	40+	8	17,0	7	14,9	6	12,8
	NR	4	16,0	0	0,0	2	8,0
Q172 – Nível Educacional	I grau	11	23,4	9	19,1	12	25,5
	II grau	13	52,0	4	16,0	2	8,0
	Superior	4	23,5	2	11,8	11	64,7
	NR	1	50,0	0	0,0	0	0,0

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 5. Virgindade Moças X Nível de Escolaridade (continuação)

Variáveis		Q45 - O que você pensa da virgindade?								
		Moderadamente contrário		Totalmente contrário		NR		Total		p
		N	%	%	%	n	%	N	%	
Q169 – Idade	<40	1	9,1	1	9,1	4	36,4	48	436,4	0,508
	40+	2	4,3	1	2,1	8	17,0	32	68,1	
	NR	0	0,0	0	0,0	5	20,0	11	44,0	
Q172 – Nível Educacional	I grau	2	4,3	2	4,3	11	23,4	47	100,0	0.028*
	II grau	1	4,0	0	0,0	5	20,0	25	100,0	
	Superior	0	0,0	0	0,0	0	0,0	17	100,0	
	NR	0	0,0	0	0,0	1	50,0	2	100,0	

Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 23. Virgindade das Moças e Escolaridade dos HAV, BH/MG, 2019

Fonte: Elaboração própria.

5.5 ESCOLHAS AMOROSAS

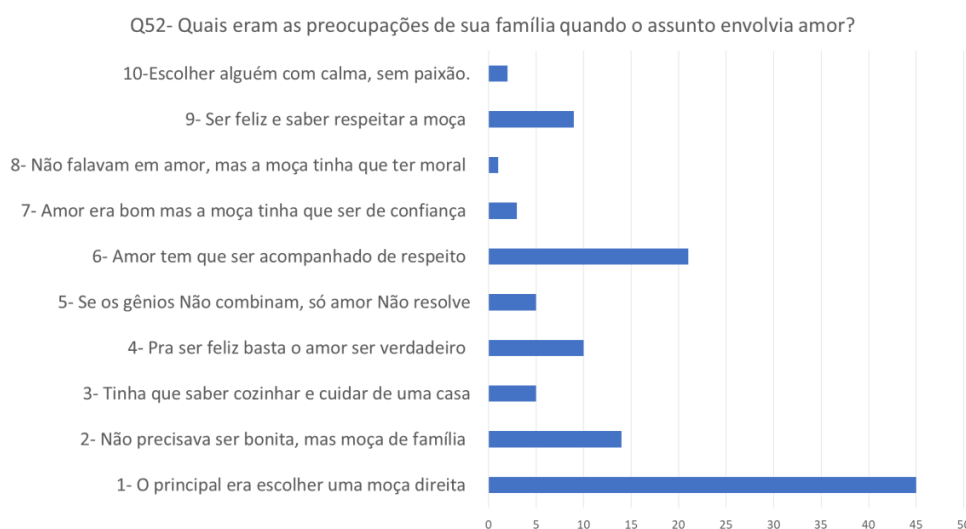
Analisamos até aqui em que dimensões da vida e sob que aspectos e formatações os valores e os costumes dos entrevistados, inculcados, aprendidos em suas famílias de origem, aparecem ao longo dos dois *surveys*. Importa ainda observar que outras características comporiam, na juventude, a esfera das escolhas amorosas desta amostra. Com este objetivo. Propôs-se aos entrevistados registrar as preocupações que cercavam suas escolhas amorosas - conforme foram estruturadas a partir da infância na juventude. Para isso foram criadas perguntas que pudessem nos dar acesso a sinalizações, simbolizações e orientações de seus pais ou responsáveis na etapa da juventude.

À pergunta “*quais eram as preocupações de sua família quando o assunto envolvia amor?*”, os respondentes deveriam escolher suas preferências entre as 10 frases que tentavam expressar as orientações oferecidas pelas famílias na esfera amorosa. Das três frases mais selecionadas pelos entrevistados, sobressai claramente uma delas, na qual subjaz a questão moral que deve nortear uma busca pela companheira ideal. Conforme registraram os respondentes, para 49,5% de suas famílias “*o principal era escolher uma moça direita*”. Em um amálgama de subjetividade *estruturada* e expectativas *estruturantes* expressadas de diversas maneiras por familiares e o espaço social, essa frase parece que sintetiza e talvez até

possa ajudar a compreender a razão de os rapazes buscarem alguém que não teria sido tocada por outro homem – pontuando desse modo o valor de troca da virgindade no mercado dos casamentos. Note-se que 31,9% dos entrevistados haviam registrado ser “*totalmente favoráveis*” à *virgindade para moças* e ainda 15% se definiram como “*moderadamente favoráveis*”. Compuseram assim um painel de quase 47% de opiniões dos integrantes desta amostra, forte ou moderadamente favoráveis à virgindade para as moças de sua época.

Em segundo, aparece uma sentença registrada por mais de 20% dos respondentes, cujo conteúdo parece revelar antecipadamente (na juventude desses respondentes) alguma preocupação de familiares quanto a tensões nas relações íntimas: “*Amor tem que ser acompanhado de respeito*” teriam recomendado 23,1% dos pais ou responsáveis. A frase, preferida por 15,4% dos entrevistados, reforça a mesma abordagem moral já mostrada, registrando que a moça escolhida “*não precisava ser bonita, mas moça de família*”.

Gráfico 24. Escolhas Amorasas dos HAV, BH/MG, 2019



Fonte: Elaboração própria.

Como esperado, foi encontrada outra associação que parece relevante na relação entre os temas “*virgindade das moças*” e “*escolhas amorosas*”. Nessa temática, observamos que aqueles que assinalaram ser “*totalmente favoráveis*” à “*virgindade das moças*” mostram opinião mais associada aos que responderam *sim* para a opção “*O principal era escolher uma moça direita*”. Isto é, também na lógica estatística e não somente no campo cognitivo, os dois temas estão relacionados na discussão das escolhas amorosas.

Também parece haver consistência no cruzamento de outras variáveis que complementam essa discussão. Por exemplo, quem respondeu ser “*indiferente*” à questão da virgindade está associado aos que disseram *não* à opção “*o principal era escolher uma moça direita*”. Note-se que já identificamos pelo cruzamento das variáveis *escolaridade* e *opinião sobre a virgindade*: mais de 64% dos “*indiferentes*” a essa discussão têm diplomas de curso superior. Concluindo, há uma prevalência de baixa escolaridade em 53% dos integrantes da amostra e entre os que defenderam virgindade para moças. Ao mesmo tempo, os que se assumem favoráveis à virgindade para moças e têm baixa escolaridade estão associados aos que buscavam o que foi identificado com “*o ideal das moças direitas*” – expressão claramente vinculada ao fato de serem consideradas *direitas* por não terem vivência sexual.

5.6 EXPECTATIVAS FAMILIARES

Em pesquisa realizada em 2003, “*Perfil da Juventude Brasileira*”⁷⁰, numa parceria entre o Instituto Cidadania, o Sebrae e o Instituto de Hospitalidade⁷¹, constatou-se que os jovens brasileiros aproximam-se no perfil demográfico⁷², na satisfação com a família e com a educação, na autoimagem (satisfação sexual e de saúde), no pessimismo com o mundo, no otimismo com o Brasil, no otimismo exagerado quanto ao próprio futuro, na compreensão do significado de cidadania, na ideia de que ser jovem significa conviver com riscos, na desconsideração das mudanças na política, na pouca consideração em alterar as desigualdades e na preocupação com o desemprego. Por outro lado, os jovens divergem em relação às expectativas de melhora de vida no seu bairro e no mundo, nas visões de mundo e nas estratégias adotadas para conseguir emprego, na interpretação do cientista político Antonio Lassance (ver 3º. capítulo do livro publicado em 2005 a partir desses resultados de pesquisa).

Conforme o relatório *Perfil da Juventude Brasileira* (publicado pela Fundação Perseu Abramo, 2004)⁷³, o trabalho remunerado e sua falta já ocupavam, na primeira década deste século, lugar de relevo no imaginário da juventude: três em cada quatro jovens brasileiros estavam trabalhando ou tentavam trabalhar no momento de realização daquele estudo. Portanto, a temática da busca pelo emprego nessa pesquisa se destacava tanto entre as áreas de maior interesse dos jovens, como entre as de maior preocupação.

Em nosso estudo, no quesito *vida profissional*, diferentemente das famílias de Brasília (conf. pesquisa citada anteriormente), nossos entrevistados assinalam que, quando eram jovens (cresceram entre os anos 80 e 90 do século XX), esse era um tema vagamente tratado nas conversas em família. “*Havia perguntas sobre o que eu pensava de meu futuro*”, afirmaram 42,9% – embora isso não signifique ter havido de fato uma orientação profissional.

⁷⁰ A pesquisa foi transformada em seguida em livro: ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005, 448 pp.

⁷¹ As informações empíricas foram coletadas entre novembro e dezembro de 2003, por meio de questionários aplicados entre 3.501 jovens de 15 a 24 anos de idade, em seus domicílios, distribuídos por 198 municípios de 25 estados brasileiros

⁷² As diferenças se revelam mais nitidamente na comparação entre centro e periferia, cidades grandes, médias e pequenas, zona rural e urbana, do que na comparação entre regiões.

⁷³ Ver o documento completo em: https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/perfil_juventude_brasileira2.pdf. Consultado em setembro de 2020.

Ao mesmo tempo, os respondentes dizem recordar de expectativas familiares, conforme mostraremos a partir dos dados colhidos nesta pesquisa.

A influência das expectativas familiares sobre o futuro desses jovens se mostra mais clara no momento em que se faz o cruzamento de algumas variáveis, revelando associações que emergem desse estudo. Especialistas no assunto, Almeida e Pinho (2008:174) discutem o tema de orientação vocacional com base em suas experiências de consultório - o que de fato limita o escopo da comparação, visto que a essa esfera de atendimento psicológico apenas as camadas de renda média e alta da população têm acesso. No entanto, esses especialistas oferecem reflexões que auxiliam a discussão sobre o alcance das influências familiares.

O indivíduo, ao nascer, já carrega consigo uma série de expectativas da família, que ele deverá (ou não) cumprir ao longo da vida. Os pais depositam seus sonhos nos projetos que fazem para o futuro do filho e este se desenvolve dentro desse contexto, muitas vezes ouvindo que deve seguir a profissão do pai e/ou do avô, ou ouvindo que determinada profissão não é apropriada para o seu sexo. (ALMEIDA e PINHO, 2008:174).

Em nosso estudo, tentamos compreender que tipo de características as famílias alocavam da vida social quando se tratava de configurar o tipo ideal de rapaz. A que valores isso corresponderia? Reforçaria que ideário? Queríamos compreender, afinal, que comportamentos seriam mais adequados na visão dessas famílias. “*Que modo de ser você acreditava que agradaria teu pai e/ou mãe, ou avós, ou tios ou responsáveis?*” Essa foi a primeira pergunta formulada para tentar identificar esses valores, as características em pauta nas expectativas das famílias. A prevalência nesta amostra reforça ainda mais a visão que já vinha sendo esboçada na leitura dos dados: o ideal do homem trabalhador era a referência.

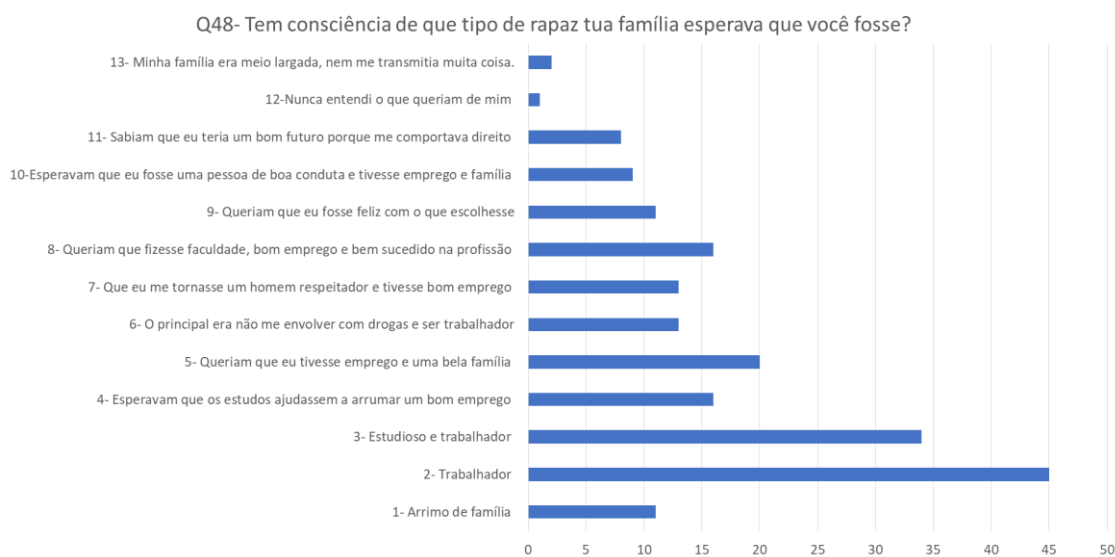
Na visão de 62,6% dos entrevistados, o tipo preferido por suas famílias era “*rapaz trabalhador*”. Em segundo lugar, mas caindo para quase a metade das preferências, vem o tipo “*rapaz estudioso*”, assinalado por 37,4% da amostra. Outras visões mais escolhidas expressavam a mesma preocupação de que se mantivessem imunes às influências ligadas à violência e criminalidade, como se observa nas escolhas de 28,6% por “*rapaz tranquilo*”, ou de um “*rapaz atencioso*” (18,7%) e ainda “*rapaz cuidadoso*” (15,4%).

Esse registro se mostra compatível com o universo no qual os jovens estavam inseridos. Como foi mostrado no início deste capítulo, o grande marco nas recordações de 44% dos respondentes sobre sua juventude foi de terem começado a trabalhar no início da puberdade - 24,2% dos respondentes se iniciam no trabalho em meio período, enquanto

19,8% revelaram ter mudado as matrículas na escola para o turno da noite, visto que se iniciariam no trabalho em período integral.

Em outra questão do *survey*, novamente se tentou compreender a carga de esperanças e desejos das famílias em relação a seus rapazes. A pergunta foi: “*Tem consciência de que tipo de rapaz tua família esperava que você fosse?*” Desta vez, dividindo as escolhas com o tipo *estudioso*, os entrevistados mostraram que o “*ideal do trabalhador*” seguia na frente dos registros, com 49,5% de prevalência; e, em segundo lugar, com 34%, o tipo “*estudioso e trabalhador*”. Nessa mesma questão, aumentamos deliberadamente o leque de proposições para o futuro, mas os registros foram menos escolhidos pelos respondentes. “*Queriam que eu tivesse emprego e uma bela família*”, indicaram 22%. Dois outros conteúdos guardam em comum a expectativa de que os estudos potencializassem chances de um bom trabalho: “*Esperavam que os estudos ajudassem a arrumar um bom emprego*” e “*Queriam que fizesse faculdade, [tivesse] bom emprego e [fosse] bem sucedido na profissão*” - cada frase obteve 17,6% dos registros. E, marcando uma preferência de 14,3%, vale destacar ainda os conteúdos: “[*queriam*] *Que eu me tornasse um homem respeitador e tivesse bom emprego*” e “*O principal era não me envolver com drogas e ser trabalhador*”.

Gráfico 25. Expectativas Familiares na Juventude dos HAV, BH/MG, 2019



Fonte: Elaboração própria.

Para auxiliar nas análises, fez-se o cruzamento das variáveis “renda” com “expectativas familiares”. Observou-se que *maior renda individual* está mais associada a *esperanças de sucesso no futuro*. Mais especificamente, foram encontradas duas associações entre os indicadores de “renda” e a variável “o que a família esperava desse jovem no futuro”.

Respondentes que declararam perceber renda individual acima de 2.000 mil reais apresentaram associação com os que assinalaram a seguinte expectativa familiar: “*Queriam que fizesse faculdade, tivesse bom emprego para ser bem sucedido na profissão*”. Mais especificamente, foram encontradas duas associações: entre a faixa de renda de 2.000 a 3.000 reais com a mesma variável de expectativa referida; e também com os que recebiam acima de 3.000 reais em 2019. Em outras palavras, foi observada associação no cruzamento entre as variáveis “expectativas de família” e “renda” na seguinte lógica: os entrevistados que recebiam as duas mais altas faixas de renda da amostra estão associados aos que responderam “sim” para altas esperanças familiares, cujo enunciado trazia expectativas de um futuro promissor - diploma de curso superior, bom emprego e sucesso profissional.

Ainda na temática “expectativas de família”, foram encontradas duas outras associações da variável “rapaz trabalhador” e a variável “renda”. Uma delas entre os respondentes situados na faixa de renda individual mais básica - 1.000 reais ou pouco mais de 1 salário mínimo, calculados a valores de 2019 (R\$ 998,00). A outra associação se observa na faixa de renda individual de quase três salários mínimos, no caso 3.000 reais.

Os cruzamentos entre indicadores de renda com expectativas familiares mostrou existir várias associações possíveis. Dizendo de outro modo, poderá haver aqui uma indicação de que altas expectativas familiares depositadas sobre os rapazes em sua juventude podem funcionar como estímulo e se traduzir em maior nível de renda na vida adulta. O que esses dados parecem sugerir, por fim, é que diferentes esperanças familiares depositadas sobre esses rapazes podem estar associadas a diferentes desempenhos na renda que obterão na vida adulta.

5.7 APOSTAS NO FUTURO, RELAÇÕES ÍNTIMAS COMO SÍNTESE

Descreveremos no capítulo seguinte (no Capítulo 5), as condições socioeconômicas em que se encontravam integrantes desta amostra no momento de realização das entrevistas (de março de 2019 a março de 2020) e discutimos dados do perfil de casos que levaram os entrevistados a receber punições pela Lei Maria da Penha. Para tentar compreender as atitudes

dos entrevistados em seus momentos de crise nas relações íntimas, ali tratamos da temática “*reação em situação de conflito*”.

No espectro de opções oferecidas no *survey*, cinco dessas reações se revelaram as mais registradas pelos respondentes⁷⁴. Entre os 15 conteúdos oferecidos no *survey* como reações possíveis em situações de crise nas relações íntimas, receberam mais registros os seguintes: 36,3% marcaram “*se o clima está tenso, conversar acho que ajuda*”; 31,9% registraram “*sou do tipo ‘pavio curto’, me chateio rápido*”; 27,5% optaram por “*tenho paciência, mas tudo tem seu limite*”; 27,5%, “*quando a outra pessoa está errada, tem que reconhecer*”.

Entre as explicações registradas pelos respondentes a respeito de suas reações “*em situação de conflito*”, foi encontrada uma associação positiva para “*se o clima está tenso, conversar acho que ajuda*” e a variável “*expectativas familiares*”. Conforme mostra a Tabela 7, no cruzamento das duas variáveis (reações no conflito X expectativas familiares), os que se propõem ao diálogo estão associados aos respondentes que foram objeto de expectativas positivas para o futuro por parte de suas famílias: *Queriam que eu tivesse emprego e uma bela família* ($p=0,048$). Isso poderia indicar que aqueles sobre os quais as famílias depositavam altas expectativas para o futuro, poderiam adotar postura flexível, usariam mais ferramentas dialógicas nos momentos de conflito nas relações íntimas.

⁷⁴ Também aqui a soma passará de 100%, visto que foi dada aos respondentes a opção de marcar pelo menos duas frases.

Tabela 6. Expectativas da Família X Como os HAV Reagem aos Conflitos, BH/MG, 2019

Tabela: Expectativas da Família X Como Reagem aos conflitos

Características	Se o clima está tenso, conversar acho que ajuda					p
	Não		Sim		p	
	n	%	N	%		
Q33 Rapaz trabalhador	Não	14	32.6	10	31.3	0.904
	Sim	29	67.4	22	68.8	
Q33 Rapaz estudioso	Não	22	51.2	20	62.5	0.328
	Sim	21	48.8	12	37.5	
Q33 Rapaz atencioso	Não	34	79.1	23	74.2	0.623
	Sim	9	20.9	8	25.8	
Q33 Rapaz tranquilo	Não	32	74.4	19	59.4	0.167
	Sim	11	25.6	13	40.6	
Q48 - Tem consciência de que tipo de rapaz tua família esperava que você fosse?						
2 - Trabalhador	Não	22	52.4	12	36.4	0.167
	Sim	20	47.6	21	63.6	
3 - Estudioso e trabalhador	Não	21	50.0	19	59.4	0.423
	Sim	21	50.0	13	40.6	
4 - Esperavam que os estudos ajudassem a arrumar um bom emprego	Não	34	81.0	24	75.0	0.538
	Sim	8	19.0	8	25.0	
5 - Queriam que eu tivesse emprego e uma bela família	Não	34	82.9	20	62.5	0.048*
	Sim	7	17.1	12	37.5	
8 - Queriam que fizesse faculdade, bom emprego e bem sucedido na profissão	Não	32	76.2	26	81.3	0.600
	Sim	10	23.8	6	18.8	

* Teste de Qui Quadrado significativo a 5%.

Fonte: Elaboração própria.

A noção de *rapaz trabalhador* ressurgiu novamente aqui, em um cruzamento que reúne o comportamento ideal e a melhor escolha amorosa, conforme registraram mais de 60% dos entrevistados. No cruzamento entre “*escolhas amorosas*” versus “*expectativas de família*” encontrou-se associação entre os que acreditavam que “*o importante era encontrar uma moça direita*” e os que registraram que o ideal almejado por suas famílias era o de “*rapaz trabalhador*”. Dizendo de outro modo, observou-se uma associação entre as esferas da realização amorosa e a realização do ideal do homem provedor. A moça direita se associa a um filho que corresponda ao ideal de “*rapaz trabalhador*” – isto é, que seja capaz de obter um emprego e com ele sustentar sua família. Em resumo: rapaz ou homem trabalhador procura moça direita.

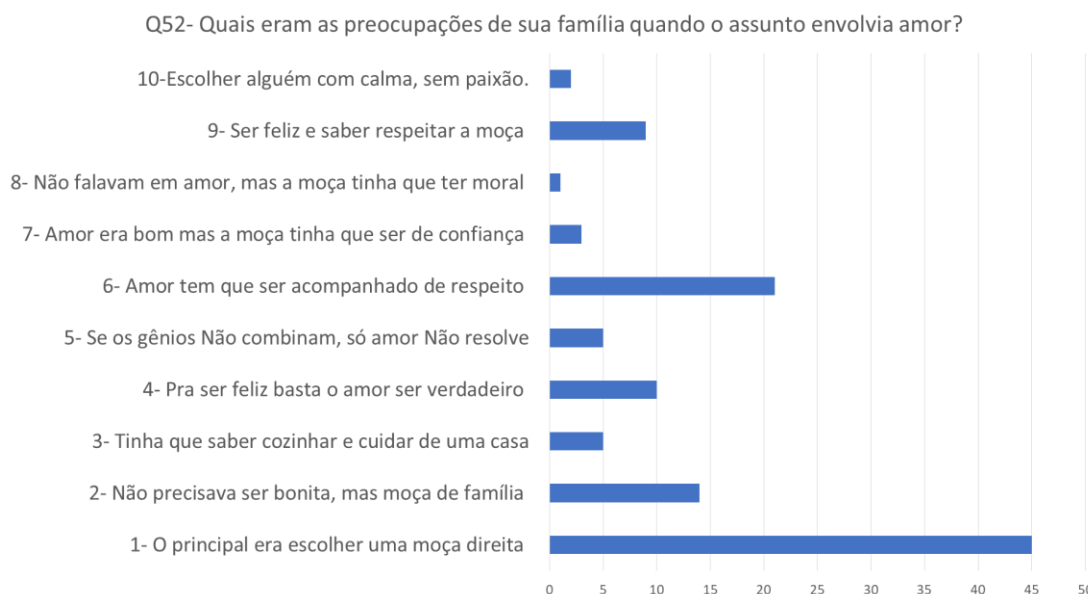
Tabela 7. Escolhas Amorasas X Expectativas Familiares sobre os HAV, BH/MG, 2019

Características	Q52 - O principal era escolher uma moça direita					p
		Não		Sim		
		N	%	N	%	
Q33 Rapaz trabalhador	Não	12	35.3	12	27.3	0.447
	Sim	22	64.7	32	72.7	
Q33 Rapaz estudioso	Não	20	58.8	24	54.5	0.706
	Sim	14	41.2	20	45.5	
Q33 Rapaz atencioso	Não	28	84.8	32	72.7	0.204
	Sim	5	15.2	12	27.3	
Q33 Rapaz tranquilo	Não	26	76.5	28	63.6	0.223
	Sim	8	23.5	16	36.4	
Q48- Tem consciência de que tipo de rapaz tua família esperava que você fosse?						
2- Trabalhador	Não	22	64.7	12	27.9	0.001*
	Sim	12	35.3	31	72.1	
3- Estudioso e trabalhador	Não	15	44.1	28	65.1	0.065
	Sim	19	55.9	15	34.9	
4- Esperavam que os estudos ajudassem a arrumar um bom emprego	Não	28	82.4	33	76.7	0.547
	Sim	6	17.6	10	23.3	
5- Queriam que eu tivesse emprego e uma bela família	Não	25	75.8	31	72.1	0.719
	Sim	8	24.2	12	27.9	
8- Queriam que fizesse faculdade, bom emprego e bem sucedido na profissão	Não	26	76.5	35	81.4	0.597
	Sim	8	23.5	8	18.6	

* Teste de Qui Quadrado significativo a 5%.

Fonte: *Elaboração própria.*

Gráfico 26. - Preocupações da família dos HAV no amor, BH/MG, 2019



Fonte: Elaboração própria.

Tudo se encaixa em um universo social em que a honestidade no mundo do trabalho e no atendimento às expectativas dos pais tem sua contrapartida no mundo das relações amorosas, universo no qual vigora uma moral destinada às mulheres ou moças direitas, isto é, virgens que se preservam para o encontro com o rapaz trabalhador. Esse é o universo do qual estamos falando. Os dois entes sociais, ao corresponderem moralmente ao modelo prescrito nas classes/famílias de origem, receberiam, cada um e ambos, o prêmio de um encontro ideal no campo amoroso.

Às palavras que poderiam fazer sentido para esses homens como síntese ou símbolo de suas lembranças da juventude, aplicou-se uma adaptação do Teste de Associação Livre de Palavras (ou TALP, conf. NEVES, 2014: p. 64-70)⁷⁵, destacando aquelas cujo uso regular foi observado durante o acompanhamento, durante 12 meses, das sessões de grupos de reflexão

⁷⁵ O TALP é uma técnica de coleta de dados que forneçam informações projetivas, relacionadas aos processos mentais dos indivíduos pesquisados. O Teste de Associação Livre de Palavras (TALP) pode auxiliar nos processos que favorecem a revelação de desejos fundamentais, elementos de conflitos, momentos significativos da história de vida e as representações sociais relacionadas a objetos e fenômenos. Mais detalhes *in*: NEVES et al, 2014. *Protocolo Verbal e Teste de Associação Livre de Palavras: perspectivas de instrumentos de pesquisa introspectiva e projetiva na ciência da informação*. In: **PontodeAcesso**, Salvador, v.8, n.3 ,p. 64-79, dez. 2014. Ver também: MERTEN. T. O Teste de Associação de Palavras na Psicologia e Psiquiatria: História, Método e Resultados. In: Revista Análise Psicológica, 31-541. 1992. E ainda: NEVES, D. A. de B. Aspectos metacognitivos na leitura do indexador. 2004. 131 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)– Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004. RAPAPORT, D. Testes de diagnóstico psicológico. Buenos Aires: Editora Paidós, 1965.

dos homens encaminhados pelo sistema de justiça ao Instituto Albam (MG). Em um universo de 28 conteúdos⁷⁶, oito palavras prevaleceram nas escolhas - duas com mais de 40% das preferências e outras duas com percentuais que variaram entre pouco mais e pouco menos de 30%. São elas Alegria (44%), Amor (40,7%), Conforto (31,9%), Simplicidade (27%). O que une essas expressões preferenciais é um sentido positivo das experiências vividas na juventude. Colocada como metáfora, ligando o bloco das preferidas ao das não tão buscadas, figura isolada a Esperança (23,1%). Ao lado desta, os maiores registros da amostra foram para, em ordem decrescente: Tensão (22%); Cuidado (20,9%); Tristeza (17,6%); Organização (13,2%); Violência (13,2%); Autoridade (12,1%); Aceitação (11,0%); Nervosia (11,0%); Pobreza (11,0%); Vigilância (11,0%).

Examinando em detalhes a **Tabela 8**, o que se verifica é que as preferências vão decaindo para palavras que problematizem o contexto dos verdes anos, revelando cenários mais tensos, menos felizes, não alinhados a imagens ideais da vida ordinária. Note-se que cada um dos entrevistados, individualmente, marcou em média de três a quatro conteúdos, escolhendo palavras que exprimiam imagens de variados níveis de proximidade ou distância em relação a cenários da vida tidos como desejáveis ou mais ordenados.

⁷⁶ Os respondentes foram estimulados a marcar quantas palavras lhes parecessem razoável. Razão pela qual a soma dos percentuais irá ultrapassar 100%.

Tabela 8. Palavras definem Juventude dos HAV, BH/MG, 2019

Características	N	%
Alegria	40	44.0
Amor	37	40.7
Conforto	29	31.9
Simplicidade	25	27.5
Esperança	21	23.1
Cuidado	20	22.0
Tensão	19	20.9
Tristeza	16	17.6
Organização	12	13.2
Violência	12	13.2
Autoridade	11	12.1
Aceitação	10	11.0
Nervosia	10	11.0
Pobreza	10	11.0
Vigilância	10	11.0
Abandono	9	9.9
Rejeição	8	8.8
Desconforto	7	7.7
Muito Controle	7	7.7
Ausência de Cuidado	6	6.6
Classe Média	6	6.6
Relaxamento	6	6.6
Desorganização	5	5.5
Descontrole	4	4.4
Desesperança	4	4.4
Desorientação	4	4.4
Abuso	2	2.2
Riqueza	1	1.1

Fonte: Elaboração própria.

Nas lembranças dos respondentes, encontramos três faixas de prevalência de expressões mais escolhidas para representar suas experiências na juventude. Como referido acima, os maiores índices de escolha ultrapassaram os 40% de registros, tendo como características comuns palavras que exprimiam *experiências positivas, afetuosas*. Em outro grupo vêm os conteúdos nos quais a prevalência se situa acima de 15% e abaixo de 25%, com características diferenciadas. É o caso de *Esperança* (23,1%), *Cuidado* (22%) – que exprimem sentimentos positivos e estão equiparadas em termos de preferências; *Tensão* (20,9%), *Tristeza* (17,6%) também se aproximam, sinalizando expressão de sentimentos mais graves. Há outra faixa de prevalências, com um leque mais variado de palavras, cujas escolhas variam entre acima de 10% e abaixo de 15%. Desse modo, *Organização* (13,2%), *Violência* (13,2%),

Autoridade (12,1%), e ainda *Aceitação*, *Nervosia*, *Pobreza* e *Vigilância* tiveram a preferência de 11% dos respondentes.

Com relação à visão que os respondentes expressaram sobre o padrão econômico em que foram criados, novamente se observou regularidade na repetição de escolhas encontradas no período de infância. Conforme se discutiu no Capítulo 5, no qual foram analisados os dados de socialização primária⁷⁷, os percentuais dos que afirmaram viver com “*simplicidade*” (25,6%) e os que percebiam viver na “*pobreza*” (19,8%) não foram baixos. Nas expressões escolhidas para representar o ambiente da juventude, tanto a prevalência dos que acreditavam viver na *simplicidade* (27,5%) como a dos que assumiram viver na *pobreza* (11%) são significativos e não devem ser desprezados. Quanto à percepção dos entrevistados *sobre pertencimento à classe média ou classe alta*, seguem-se baixos os índices vinculados a estas expressões. Nos números da infância, chegaram a 5,5% os que se referiram à *classe média* e zero os registros que se refeririam à expressão *riqueza* entre as palavras escolhidas para representar aquele período de suas vidas. Nos dados da juventude, a expressão *classe média* foi registrada por 6,6% dos respondentes e *riqueza* chegou a 1,1% da amostra.

Isso indica que, no conjunto, houve poucos deslocamentos na percepção dos respondentes sobre a situação econômica de sua própria família. Da infância para a juventude, variou ligeiramente a percepção dos que julgavam viver na *simplicidade* (de 25,6% para 27,5%), enquanto a percepção vinculada à expressão *pobreza* decresce um pouco mais, podendo sugerir ligeira melhora nas condições financeiras das famílias. Com menor intensidade, o mesmo se observa quanto aos registros das palavras *classe média*, ou *riqueza*. A primeira variou apenas 1,1%, saindo de 5,5% (nas referências à infância) para 6,6% (na juventude); enquanto o registro dos que entendiam viver na situação de *riqueza* sai do zero para 1,1% - normalmente esse percentual de variação é pouco considerado pela lógica estatística.

⁷⁷ Em certos contextos culturais e sociais em Minas Gerais, a noção de *viver com simplicidade* e a noção de *viver na pobreza* têm significados próximos, porém não idênticos; sugerindo para o primeiro a noção de uma classe média média para baixa; e pobreza aponta exatamente para o que parece ser: poder aquisitivo baixo de famílias de trabalhadores não especializados.

6 HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA - A PRODUÇÃO SOCIAL DOS CONFLITOS

Neste capítulo, em específico, estamos apresentando os indicadores socioeconômicos da amostra, o perfil dos delitos cometidos, em razão dos quais foram condenados pelo sistema de justiça, bem como questões envolvendo a interpretação à qual recorrem para explicar as motivações do conflito e dados que dizem respeito às regularidades encontradas no comportamento dos respondentes nos momentos de conflito. Além da identificação de outras dimensões desse debate e possíveis tendências reveladas pela análise de dados. Apresentamos ainda alguns cruzamentos de variáveis que podem enriquecer a discussão.

6.1 RELAÇÕES AFETIVAS, CONDIÇÕES SOCIAIS E VIOLÊNCIA

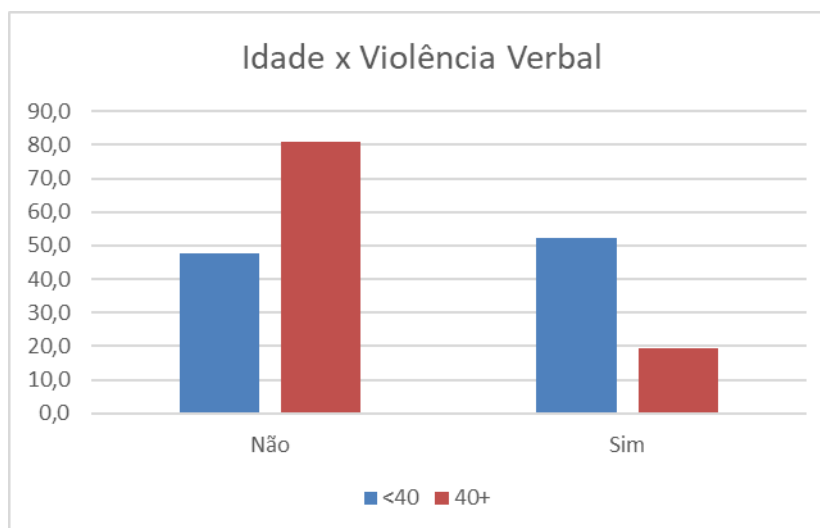
O fator idade é um indicador que tem sido levado em consideração em uma vasta gama de estudos realizados no campo da saúde pública, envolvendo o tema da violência cometida contra mulheres por parceiro íntimo. Em estudo realizado nas Filipinas, concluiu-se que homens agressores tinham de 25 a 30 anos de idade. Conforme Ansara et al. (2009), a maior prevalência de violência ocorre entre as mulheres com esposos de até 30 anos de idade. Um estudo conduzido no Brasil por Audi et al (2008) concluiu que a idade do parceiro maior que 19 anos está positivamente associada à violência psicológica.

Outras pesquisas revelam que a diferença de idade entre o casal pode ser um fator que desencadeia a violência. Existem indícios de relação entre a idade do companheiro e o tipo de violência. No entanto, é provável que a idade, isoladamente, não seja um fator desencadeador de violência contra a parceira íntima, e sim a diferença de idade entre os parceiros. Alguns estudos revisados mostram resultados fragmentados e não conclusivos nesse campo. Por exemplo, de acordo com Dalal et al. (2009), *“um estudo realizado em Bangladesh apontou que os maridos com idades entre 30 e 49 anos seriam quatro vezes mais abusivos verbalmente que os homens mais jovens; enquanto os homens acima de 40 anos seriam duas vezes mais propensos a abusar fisicamente de suas esposas”*.

Em nossa pesquisa, do total dos homens que responderam o *survey*, e atendidos nas duas instituições já citadas, 60% da amostra tem menos de 40 anos e 40% tem mais de 40 anos. A relação entre as variáveis, *“idade do agressor”* e *“tipo de violência”*, mostra que os

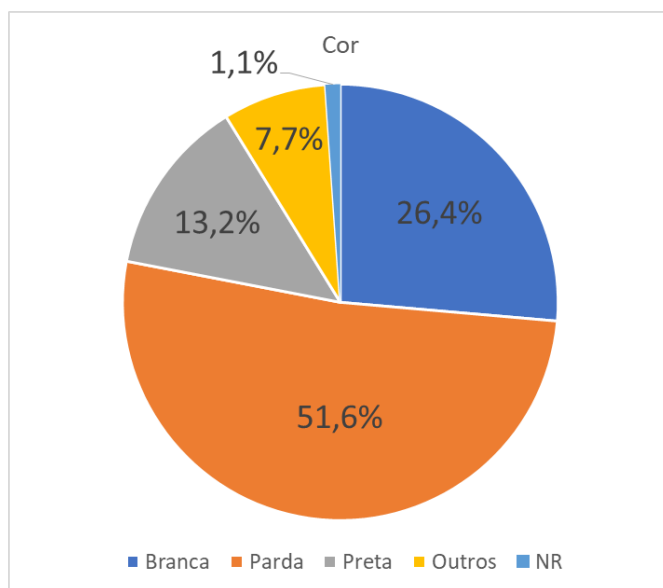
respondentes punidos pela prática de *violência verbal* estão mais concentrados nas faixas etárias até 40 anos. (Gráfico 27).

Gráfico 27. Idade dos HAV X Violência Verbal, BH/MG, 2019



Fonte: Elaboração própria.

No quesito cor ou raça, 51,6% da amostra identificou-se como parda; 26,4% como branca; 13,2% como preta; 8,8% como de outras cores. Em 2010, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 41,9% da população de Belo Horizonte declarou-se de cor parda; 46,7%, branca; 10,1%, preta. A distribuição relativa de características populacionais não se altera significativamente ao longo dos anos. Portanto, é válido comparar os dados obtidos em 2019 para os homens participantes desta pesquisa, com os levantados em 2010 pelo IBGE. Nesta pesquisa, o grupo de homens de cor negra (cor preta mais cor parda) atinge 64,8% da amostra obtida, significativamente superior aos 52% encontrados para Belo Horizonte. A comparação indica diferenças significativas quanto à distribuição por cor.

Gráfico 28 – Raça/Cor dos HAV, BH/MG, 2019

Fonte: Elaboração própria.

Cor da pele tem sido utilizada como indicador de diferenças socioeconômicas o que nos leva a perguntar, a partir dessa característica, sobre as condições de vida dos homens entrevistados ou mesmo sobre as tendências socioeconômicas de denúncia de violência contra a mulher. Conforme análise de dados feita pelo IBGE em 2019, os negros constituem 75% entre os brasileiros mais pobres; brancos, 70% entre os mais ricos. Em 2019, conforme o estudo “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil” desenvolvido pelo IBGE, entre os 10% de brasileiros com maior rendimento per capita, brancos eram 70,6%, enquanto os negros eram 27,7%. Já entre os 10% mais pobres, isso se inverte: 75,2% eram negros, e 23,7%, brancos. Há o triplo de negros entre os 10% com menores rendimentos per capita no Brasil do que entre o seletivo grupo dos 10% com maiores rendas. Para as mulheres incluídas nos 75,2% da população de cor negra e nos 23,7% de cor branca, entre os mais pobres, o poder público tende a ser o recurso contra a violência.

Em termos de escolaridade, entre os participantes desta pesquisa predominam aqueles com ensino fundamental completo (53%); em seguida, aqueles com ensino médio completo (28%). O percentual dos que chegaram ao ensino superior não atinge 20% da amostra – são 19% dos entrevistados (destes, 1,1% estão na categoria “ensino superior incompleto”). Esta prevalência de baixa escolaridade encontrada em nossa pesquisa é também referida no estudo de Frye et al.(2007). Para esses autores, a violência contra a parceira íntima pode estar especialmente associada à baixa escolaridade, ensino fundamental incompleto ou menos de

sete anos de estudo por parte do parceiro. Por outro lado, mesmo diante das pesquisas empíricas encontradas na revisão bibliográfica, conforme concluíram alguns estudos, não se pode dizer que a diferença de nível de escolaridade entre os parceiros íntimos possa levar à violência (conf. Dalal, 2009; Dossi, 2008).

Tabela 09. Níveis de Escolaridade dos HAV, BH/MG, 2019

Escolaridade	n	%
I grau incompleto	2	2.2
I grau completo	24	27.1
Ensino Profissionalizante Nível Básico	21	23.6
II grau incompleto	9	10.1
II grau completo	14	15.7
Ensino Profissionalizante II Grau	2	2.2
Grau universitário incompleto	1	1.1
Grau universitário completo	5	5.6
Pós-graduação no nível de Especialização	5	5.6
Pós-graduação no nível de Mestrado	4	4.5
Pós-graduação no nível de Doutorado	1	1.1
Pós-Graduação no nível de Pós-doutorado	1	1.1
<i>Total de respondentes</i>	89	100

Fonte: Elaboração Própria

De acordo com Vung et al. (2008), no Vietnã, maridos com educação primária completa “*têm mais que o dobro de probabilidade de perpetrar violência física ou sexual*” do que os maridos com mais anos de estudo. A baixa escolaridade relaciona-se aos recursos pessoais para a resolução de problemas em geral e no âmbito do relacionamento íntimo. Também é possível pressupor uma interferência da baixa escolaridade no processo de qualificação profissional, resultando em salários inadequados ou desemprego, tornando-se um fator de estresse diante da necessidade de produção das condições mínimas de sobrevivência (Vungh, 2008). O padrão de fatores “*associados apenas ao abuso psicológico foi, no entanto, diferente*”. O baixo status profissional do marido na inter-relação com o nível intermediário de escolaridade de suas mulheres apareceu, na interpretação dos autores, como fator de risco.

A violência cometida por homens contra mulheres em relacionamentos íntimos é comum no Vietnã rural. Existe uma necessidade óbvia de atividades preventivas e de tratamento. Nossas descobertas apontam que o abuso puramente psicológico é diferente da violência física/sexual em termos de características diversas dos agressores e pode ser que também sejam necessárias estratégias diferentes para reduzir e prevenir essa violência. (VUNGH, 2008:08).

Na extensa revisão bibliográfica realizada por Silva et al (2014), observou-se que a violência perpetrada pelo companheiro relaciona-se à situação de trabalho e a dificuldades financeiras, o que vai de encontro aos achados de muitos estudos existentes. O fato de o parceiro estar desempregado, ser aposentado ou ter um trabalho informal associa-se a um risco de violência duas vezes maior em relação ao parceiro com trabalho formal. Essa relação aparece descrita nos estudos de Connell (1987) que retoma e avança a discussão original de correntes da Sociologia nos anos 50 a 70 (relacionando condições socioeconômicas e dinâmica familiar, vida privada, conf. CONNELL, 1995b apud GIFFEN, 2005). Connell (1995) traz novas abordagens a respeito do processo de construção das masculinidades, construção que teria estreita vinculação com os processos de produção econômica, a divisão de classes e outros desdobramentos destas associações, inserindo o tema em análise nas discussões contemporâneas sobre mudanças na produção capitalista em sua articulação com as práticas dos vários formatos de masculinidades existentes.

6.2 POPULAÇÃO e AMOSTRA DA PESQUISA

Em nossa pesquisa, os dados relativos à temática *trabalho* mostraram que os homens entrevistados apresentam condições semelhantes ao que foi encontrado na PNAD Contínua de 2019 (IBGE, 2019)⁷⁸, visto que 14% dos respondentes informaram estar desempregados: sem trabalhar e à procura de trabalho no momento da entrevista. A taxa média de desemprego em 2019 no Brasil era de 11,9% (PNAD Contínua, IBGE). Se somarmos o percentual dos entrevistados com carteira assinada (26%) ao percentual dos autônomos (20%) a taxa de ocupação será de 46%. Nesta pesquisa a população economicamente ativa (ocupados mais desocupados, isto é, à procura de trabalho) é de 60%. Portanto, 40% nem trabalhava nem procurava trabalho, ou trabalhava de maneira precária, o que não se configura como trabalho para algumas pessoas.

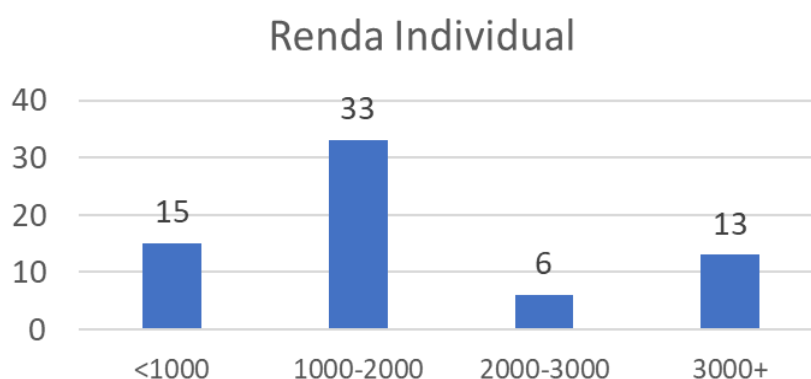
No momento das entrevistas desta pesquisa, realizadas em 2019, o salário mínimo era de R\$ 998. Entre os respondentes, 36,3% percebiam de 1 a 2,5 salários mínimos - configurando a maior concentração de renda individual da amostra⁷⁹. Pelos dados informados, 16,5% dos entrevistados recebia valor menor ou igual a 1 salário mínimo naquele período. O

⁷⁸ IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNAD Contínua do Censo 2019. Ver no site: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26122-desemprego-fica-em-11-6-e-subutilizacao-tem-queda-no-tri-encerrado-em-outubro>. Acesso em outubro der 2020.

⁷⁹ A opção de uso desse indicador "*renda individual*" se justifica em razão de a grande maioria dos respondentes ter preferido declarar essa modalidade de renda, deixando "*renda familiar*" em branco.

percentual cai visivelmente na faixa entre 2,5 a 3,5 salários mínimos - 6,6% dos respondentes alcançavam esta faixa de renda. Volta a subir quase três vezes na faixa dos que têm renda individual acima de 3,5 salários mínimos (14,3% da amostra). Os restantes 26,3% não declararam renda ou não responderam à questão.

Gráfico 29. Renda Individual dos HAV, BH/MG, 2019



Fonte: Elaboração própria.

De acordo com Leôncio et al.(2008), no Brasil o homem com emprego regular ou ocasional pode se associar também à conduta violenta. Haveria relação entre situação de trabalho e violência, sustentam os autores, tendo em vista a existência do sentimento de impotência do homem ao não conseguir manter uma boa posição social ou não ter um emprego adequado. Outra explicação pode ser a consequente dificuldade financeira e a desestruturação familiar. Também no Brasil, Marinheiro et al. (2004) interpretam que a violência doméstica é predominante nos níveis sociais de baixa renda, nos quais maior dificuldade financeira e desestruturação familiar favoreceriam comportamentos agressivos.

Quanto à moradia, a maior parte dos brasileiros vive principalmente em casas e em imóveis próprios, já pagos, de acordo com a PNAD Contínua 2019.⁸⁰ As casas representam 85,6%, o equivalente a 62 milhões de moradias no país. A maior parte dos lares é própria e quitada, o equivalente a 66,4%, ou 48,1 milhões de moradias no país. Proporção aproximada também aparece em nossa amostra, cujos dados revelam 68% dos entrevistados com imóvel próprio, contra 32% que vivem em residências alugadas ou cedidas. O mesmo se dá com o

⁸⁰ IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNAD Contínua de 2019. SITE: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26122-desemprego-fica-em-11-6-e-subutilizacao-tem-queda-no-tri-encerrado-em-outubro>.

tipo de residência, que nesta pesquisa se concentra majoritariamente em casas, em 82% dos casos, versus os apartamentos, em 18% dos casos. Não temos dados a respeito das regiões onde se localizam as moradias de nossa amostra, embora seja possível supor, tendo em vista as faixas predominantes de renda, que ocupam áreas menos valorizadas e/ou periferias urbanas.

Quanto ao estado civil, os dados mostram que, no momento da entrevista, 37,4% dos respondentes tiveram rupturas em seus relacionamentos - dividindo-se entre 20,9% de divorciados, 13,2% de separados, 2,2% de viúvos e 1,1% de separados de união estável; 31,9% estavam solteiros. Os envolvidos em diversos formatos de união somavam 28,6%. Dividiam-se entre: 11% de casados, 12,1% em união estável, 4,4% namoravam e 1,1%, amigos. Do total, portanto, 2,1% não responderam.

Gráfico 30 – Estado Civil dos HAV, BH/MG, 2019

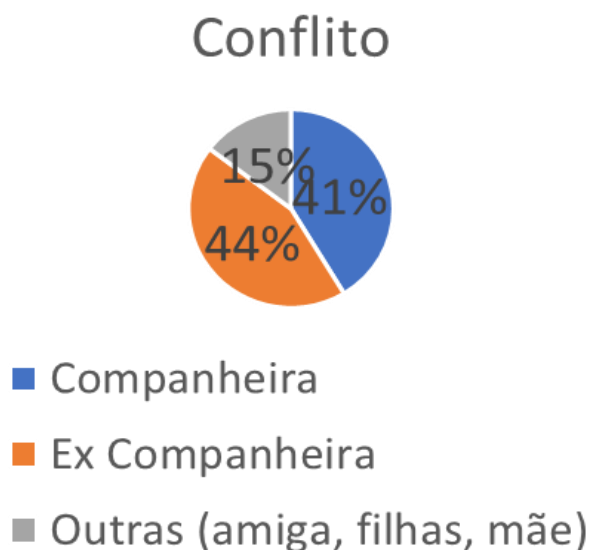


Fonte: Elaboração própria.

6.3 DIMENSÕES DO CONFLITO

Os mais altos índices (acima dos 40%) de delitos cometidos pelos entrevistados foram dirigidos às parceiras ou ex-parceiras nas relações íntimas. Quase empatados com registros nas primeiras posições, 44% dos entrevistados responderam ter cometido algum tipo de agressão contra ex-companheiras e outros 41% o fizeram contra suas companheiras. Menores, e ainda assim expressivos, foram os percentuais envolvendo conflitos desses homens em outras relações familiares - 15% tiveram conflitos com amigas, filhas ou suas mães.

Gráfico 31. Com Quem Foi o Conflito dos HAV, BH/MG, 2019



Fonte: Elaboração própria.

Nas respostas à pergunta “*O conflito é antigo?*” encontrou-se uma prevalência de 69% de respostas “não”. As respostas “sim” chegaram a expressivos 31%, mostrando que problemas nas relações íntimas não acontecem por uma situação de momento, conforme interpretam estudiosas (AZEVEDO, 1985; BIGLIA, B. & SAN MARTIN, 2007; SAGOT, 2000; SCHRAIBER et al. 2005). Em geral, desavenças que levam à prática de violência nas relações íntimas vão se acumulando sem diálogo e sem solução, alternando momentos de crise e de reconciliação com promessas de paz. Há um conceito que define essa dinâmica e regularidade na repetição de crises: trata-se da noção de *ciclos de violência*.

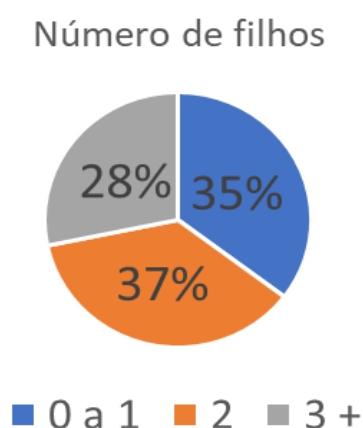
O ciclo da violência é descrito como uma sequência de eventos associados a situações de agressão entre parceiros íntimos, em que o comportamento dos membros passa a girar em

torno dos episódios de violência que acontecem em três momentos, denominados tensão, violência e reconciliação (Walker, 1977-1978; Silva; 1999)⁸¹.

Nessa temática, foram observados altos índices de respostas “não”, contrariando uma realidade encontrada na esmagadora maioria de estudos empíricos existentes, o que poderia sinalizar a existência entre os entrevistados de uma visão pouco clara das dimensões dos conflitos vividos. Outra interpretação aponta a possibilidade de os respondentes se negarem a apoiar explicações que expressem visão negativa de seu comportamento em situação de conflito. Grupos diferentes podem ter se juntado nesse “não”, representando as diversas tendências sugeridas.

Um tópico deve ser levado em consideração na discussão a respeito das dimensões do problema: nossa pesquisa registra que, no momento da entrevista, 71% dos respondentes assinalavam estar sem companheira, o que não significa necessariamente ruptura nas interações conflituosas, uma vez que os dados ainda mostram que 37% dos entrevistados têm 2 filhos com suas ex-companheiras ou companheiras e 28%, 3 ou mais filhos. Somando esses percentuais, chega-se a uma prevalência de 65% de respondentes que, entre maio de 2019 a janeiro de 2020 (período de coleta desses dados), lidavam com relações com companheiras ou ex-companheiras com quem compartilham de 2 a 3 filhos.

Gráfico 32. Número de Filhos dos HAV, BH/MG, 2019



Fonte: Elaboração própria.

⁸¹ Trecho do verbete “Ciclos de Violência”. Ver em: FLEURY-TEIXEIRA e MENEGHEL, 2015. *Dicionário Feminino da Infâmia*, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

6.4 IMPLICAÇÕES SOCIOECONÔMICAS

Em relatório de pesquisa publicado pela ONU Mulheres⁸² em 2017, Carvalho e Oliveira (2017:06) indicam a renda como fator relevante nas determinações sociais dos casos de violência doméstica. Lembrando que um ano antes, Carvalho e Oliveira (2016) corroboraram a relação positiva entre prevalência de violência doméstica e renda familiar de mulheres em situação de violência que entrevistaram numa pesquisa. No Brasil, conforme os autores desse relatório, a mobilidade de renda intergeracional é muito baixa. Citam estudo de Pero & Szerman (2008), no qual se verificou

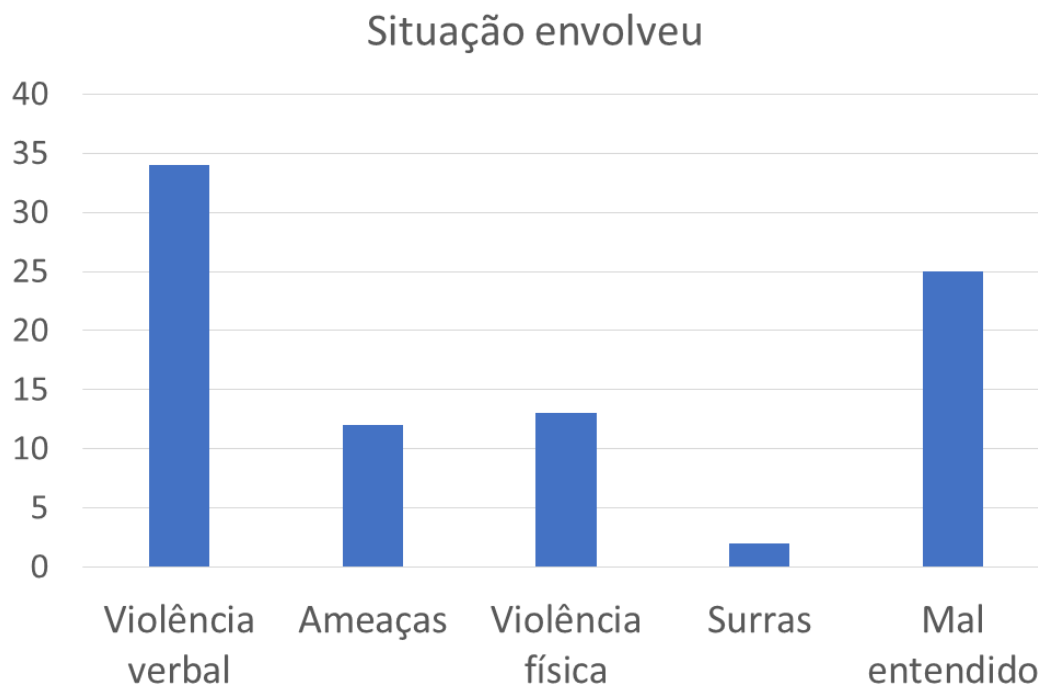
que a persistência intergeracional da renda familiar *per capita* é maior do que a de outros conceitos de renda. Além disso, todas as medidas baseadas em matrizes de transição apontam o Brasil como o país com menor mobilidade intergeracional, em comparação com países desenvolvidos.

Aquele estudo produziu evidências de que, em famílias mais pobres, havia maior prevalência de violência doméstica presenciada pelas entrevistadas.

Já Dossi et al.(2008) chamam a atenção para o fato de que a maior prevalência da violência nos estratos sociais menos favorecidos pode estar relacionada à tendência das pessoas mais pobres de denunciar mais por se encontrarem em situação de vulnerabilidade social, enquanto os estratos privilegiados economicamente tendem a ocultar o problema da sociedade. Essa noção figura como matriz explicativa de outro fenômeno associado: estudiosos do assunto e os operadores dos sistemas de segurança e do Direito têm ciência de que somente em torno de 10% dos casos de violência masculina praticada contra mulheres chegam sob a forma de denúncia às delegacias especializadas e/ou delegacias comuns no Brasil. Pesquisa de vitimização produzida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em parceria com o Instituto Datafolha indicou, em fevereiro de 2019, que apenas 10,3% das mulheres que afirmaram terem sofrido algum tipo de violência no período de 12 meses entre 2018 e 2019 procuraram uma delegacia da mulher, 8% procuraram uma delegacia de polícia comum e 5% das respondentes ligaram para o 190 (conf. FLEURY-TEIXEIRA e CHRYSTUS, 2020). Essa baixa procura também figura entre os consensos internacionais a respeito das dificuldades de acesso aos dados a respeito da violência masculina praticada contra mulheres que melhor representem o que se passa na vida social.

⁸² Pesquisa de Condições Socioeconômicas e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher PCSVDFMulher, ONU Mulheres, 2017, pág. 06. Ver no site: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2017/11/violencia_domestica_trabalho_ago_17.pdf. Acesso em julho de 2020.

Gráfico 33. A Situação de Conflito dos HAV Envolveu, BH/MG, 2019

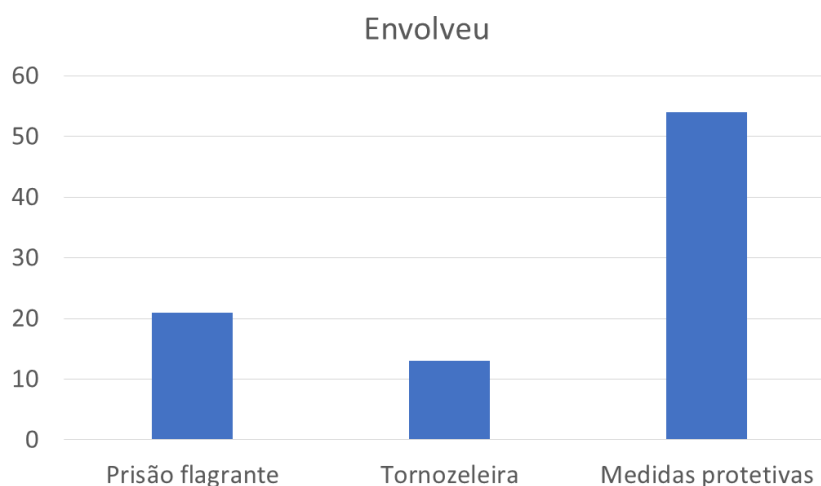


Fonte: Elaboração própria.

A maior prevalência de casos de violência cometidos pelos respondentes da pesquisa, atingindo o índice de 37,4%, envolveu a prática de Violência Verbal (xingamentos, palavrões, alteração de voz). A preferência pela explicação dos atos violentos como “*mal entendido*” foi também significativa, registrada por 27,5% dos respondentes. “*Mal entendido*” é uma expressão muito usada no senso comum. Eufemística, típica de uma cultura desejosa de ocultar contradições e angústias reveladoras do estado precário das relações, indica o desejo/necessidade de resguardar para si próprio e longe de olhares exteriores a existência de graves problemas de relacionamento íntimo. Na montagem dos questionários acabamos por separar, equivocadamente, mas tentando descer a detalhes, as expressões *violência física* de *surras*, práticas de violência contra mulheres nas relações íntimas que, juntas, somam 16,5% do percentual da amostra. Separadas, essas formas de violência assim foram observadas nos casos punidos em Belo Horizonte: sob a denominação de *violência física* (socos, pontapés, bofetadas) aparecem em 14,3% das situações de conflito; e em violências descritas como *surras* são observadas em 2,2% dos casos, aplicadas contra companheiras, ex-companheiras ou outras mulheres da família (irmãs, mães etc).

Nos julgamentos dos casos de violências abordados nesta pesquisa, observou-se uma tendência do sistema de justiça em aplicar extensamente o recurso das *medidas preventivas* - uma forma de proteção oferecida às mulheres em situação de violência pela Lei Maria da Penha desde sua aprovação em 2006. O **gráfico 34** foi criado a partir dos dados oferecidos, tanto pela esfera de segurança quanto pela área jurídica, sobre que tipo recurso foi utilizado no trato dessas questões ⁸³.

Gráfico 34. Denúncia dos HAV envolveu (prisão, tornozeleira, medidas protetivas), BH/MG, 2019



Fonte: Elaboração própria.

O recurso legal das *medidas protetivas* foi aplicado pelos juízes mineiros em quase 60% dos casos dos homens desta amostra (59,3%). A *prisão em flagrante* foi utilizada pela polícia em 23,1% das situações. Já o percentual mais baixo encontrado nessa temática diz respeito ao uso de *tornozeleira eletrônica*, somente aplicada a 14,3% dos respondentes.]

⁸³ Pergunta que gerou os dados e esse gráfico: Q74 – Questão envolveu? (prisão, tornozeleira, medidas protetivas).

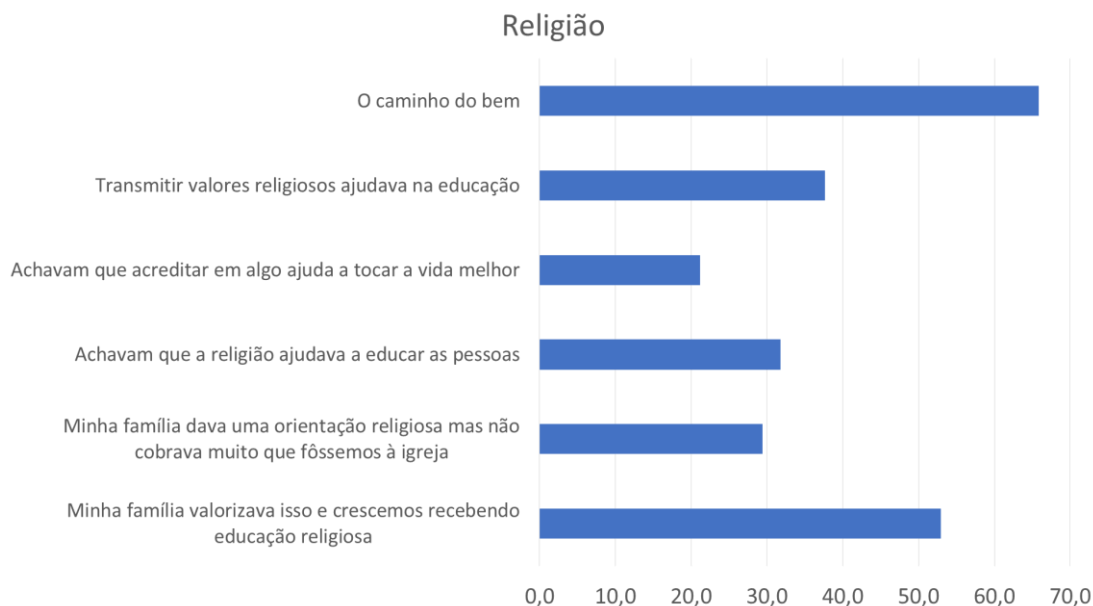
6.5 MOTIVAÇÕES PARA O CONFLITO

Quando a discussão enfoca *motivações para o conflito*⁸⁴, os indicadores capazes de dar sentido à compreensão dos respondentes sobre os motivos das desavenças foram, pela ordem: *Falta de Diálogo* (41,8%); *Ciúme* (38,5%); *Falta de confiança* (34,1%); *Incapacidade de Comunicação* (33 %); *Incapacidade de lidar com crises* (22%); *Visões diferentes de mundo* (20,9%). Ressalta-se que, na explicação do conflito, eram admitidas múltiplas respostas, o que não permite a soma das porcentagens. Estas foram as vertentes explicativas convincentes do ponto de vista dos entrevistados, conforme os dados registrados, em lugar das clássicas explicações dos determinantes sociais da violência. São nuances importantes que compõem o quadro das relações/questões em análise neste estudo.

Para ampliar as dimensões desta discussão, o cruzamento de variáveis trouxe uma associação entre *indicador de religiosidade* e *motivações para o conflito*. Homens que foram socializados com *maior religiosidade* apontaram *ciúmes* como um importante fator de conflito. No cruzamento dos dois indicadores, aqueles que responderam “Sim” para “*minha família valorizava isso e crescemos recebendo educação religiosa*” apareceram mais associados à resposta “Sim” para *Ciúmes* na temática *Motivações para Conflito* (p=0,027).

Com relação ao tema *religiosidade*, o segundo indicador que usamos para medir essas tendências dos homens entrevistados trabalha com o significado atribuído por eles ao campo religioso em suas vidas, ou como compreendem a questão religiosa em sua trajetória. Os dados das respostas estão registrados no **gráfico 35**. Dos respondentes, 65% acreditam que a religião significa “*o caminho do bem*”, e 38% interpretam que suas famílias reforçavam o ensino dos valores religiosos porque acreditavam que “*transmitir valores religiosos ajudava na educação*”. Aqui também a questão admitia mais de uma resposta.

⁸⁴ A soma dos percentuais de opções marcadas pelos entrevistados irá ultrapassar 100% , visto que os respondentes foram orientados a marcar quantas opções lhes parecessem adequadas. Sugerimos seja feita consulta ao final desta tese, no Anexo II, Questionário Juventude, Q72 (questão 72). Vejam as 17 opções sugeridas aos respondentes como explicações possíveis.

Gráfico 35. Significado de Religião Para os HAV, BH/MG, 2019

Fonte: Elaboração própria.

Nesta pesquisa, os homens entrevistados mostraram rejeição às explicações de que vulnerabilidade econômica agrava os fatores de risco ou motivações para a violência. Extraídos das escolhas de conteúdos oferecidos aos entrevistados na pesquisa, há, no indicador *motivações para o conflito*, dois dados que sinalizam rejeição à noção que identifica situações socioeconômicas vulneráveis dos casais como fator de risco. Apenas 8,8% dos respondentes credita à *falta de dinheiro* a explicação para seu conflito, enquanto 73,6% rejeita essa visão. Também no campo econômico outro item, *falta de emprego*, foi rejeitado por 71,4% dos entrevistados no *survey* como uma das motivações para o conflito - ao lado dos 11% que concordam com essa explicação.

Esta forte rejeição observada nas escolhas dos respondentes em parte pode ser explicada como reação a adotar uma visão pessimista de suas próprias histórias de vida, uma vez que houve, na infância e juventude (como esperado), expectativas por parte de suas famílias de que se tornassem adultos estáveis no trabalho e de que seriam provedores capazes de manter esposa e filhos. Ao mesmo tempo, assim reagindo, os entrevistados podem estar se alinhando à visão explicativa de formadores de opinião de extratos de classes superiores sobre motivos que explicam a falência de seus próprios relacionamentos, conforme disseminada/popularizada na mídia. *Falta de diálogo* e *incapacidade de comunicação* são duas vertentes explicativas que figuram entre as razões mais alegadas nas mídias, bem como no indicador *motivações para o conflito* os seis fatores apontados pelos respondentes desta

amostra na discussão das motivações que ajudariam a explicar práticas de violência nas relações íntimas.

A despeito do razoável consenso científico existente em torno do potencial de fatores socioeconômicos desestabilizarem relações familiares, os homens entrevistados disseram “Não” à possível explicação de que as práticas de violência cometidas por eles fiveram como motivação a *falta de emprego* e de *falta de dinheiro*. Não se pretende atribuir aos leigos, ainda que munidos de suas vivências pessoais, a responsabilidade por explicar as dimensões que devem ser levadas em consideração a respeito desse ponto. Porém, ao não se atribuir à subjetividade, maior peso na estruturação das práticas dos agentes, desloca-se a discussão para a esfera dos determinantes sociais de construção da violência. No entanto, nesta pesquisa, estamos tentando apreender a intercessão desses dois campos explicativos e justamente encontrar, no resgate da história de vida, com ênfase em informações detalhadas, os esclarecimentos que nos permitam montar o *bric a brac* dos processos de socialização primária e secundária. Isso na tentativa de justamente apreender, via pesquisa empírica, alguns indicadores que nos mostrem impressos nas experiências de vida, sinais nos quais subjazem marcas de estruturas estruturantes e estruturadas que geraram práticas nas relações íntimas.

Por seu lado, os próprios agentes, com a racionalidade de que são dotados/estruturados, percebem e descrevem pontos da complexidade de suas experiências de vida. Prova disso, em inúmeras reuniões durante a fase de *observação sociológica* (ver no capítulo 6), foi solicitado regularmente que esses grupos de reflexão incluíssem casais em conflito e não ficassem restritos unicamente aos homens implicados no problema. Isso foi amplamente observado durante a fase inicial desta pesquisa, quando acompanhamos o funcionamento de grupos de homens durante os 12 meses junto ao Instituto Albam, em Belo Horizonte - foram 48 semanas de observação sociológica, realizada de março de 2018 a março de 2019.

Conforme as análises realizadas, o significado da demanda vocalizada nesses grupos⁸⁵ nos traz outras duas questões. Em primeiro lugar, ao solicitar aos psicólogos coordenadores que os grupos incorporassem as companheiras/ex-companheiras com quem tiveram o conflito, demonstravam um reconhecimento de que é necessário explorar e reinterpretar as várias

⁸⁵ Normalmente os grupos reuniam entre 17 a 19 homens e se renovavam a cada momento em que um deles completava suas 12 semanas exigidas no acordo com a o sistema de Justiça.

dimensões da dinâmica familiar, além de eles não serem sozinhos responsabilizados por todo o conflito - essa noção é também defendida por algumas autoras na teoria feminista, conforme CHAUI, 1984 e ainda conf. GREGORI,1993).

6.6 PROCESSO DE RESPONSABILIZAÇÃO

O dilema torna esse campo de disputas interpretativas receptivo à visão da Psicologia Social que traz para a discussão a tese do desconhecimento pelos agentes do potencial violento de suas ações no cotidiano das relações íntimas (LATTANZIO e BARBOSA, 2013). Discordamos da noção de que leigos ou grupos populacionais envolvidos não compreendem o exercício da violência enquanto tal. Sabem mas não podem saber o que é violência, diria Bourdieu, desde que educados em famílias e em sociedades marcadas pela violência em suas relações – tanto o potencial de seu impacto em suas vidas ou até onde devem/podem chegar com ela. Acostumam-se, esquecem e não suportam perceber o nível das relações atravessadas por várias violências nas quais estão inseridos.

Violência simbólica, violência psicológica, violência física, violência sexual, sabe-se por experiência o que é, como funciona, quando deve ser usada e para quê (BOURDIEU, 1998/2010; SEGATTO, 2003; WALBY, 1990). Desde a mais tenra idade o ser humano se vê envolvido, de uma forma ou outra, em situações de violência latente ou explícita, simbólica ou não. Os rudimentos civilizatórios foram construindo limites para o exercício dessas práticas no que elas têm de capacidade de reprodução da ordem e em seu sentido *pedagógico*. Isso determinou inclusive a quem se deve atribuir o papel do exercício legítimo da violência – ao Estado (BIANCHI, 2014:83, 84)⁸⁶

Os homens, conforme Welzer-Lang (2001), são apresentados muito cedo às diversas formas de violência e treinados em como vivenciá-las de modo a sobreviver aos rituais de passagem explícitos ou implícitos que as sociedades constroem nas dinâmicas de reprodução da ordem social e de hierarquias de gênero.

Não está, portanto, destituída de significado a noção de desconhecimento que a Psicologia Social atribui a esses homens a respeito do uso de práticas violentas em suas interações com esposas/companheiras, pais ou familiares. Trata-se de um apagamento das

⁸⁶ Sem se restringir, entretanto, à análise da conjuntura política da Alemanha e da Europa da época, Max Weber procurou nela, tomando uma perspectiva universalizante, demonstrar que “o recurso específico, embora não o único do Estado foi, em todos os tempos, a dominação baseada na violência física legítima, e que a política sempre significa a luta por uma parte do poder político” (Weber, [Marianne] 2003, p. 799). Apud Bianchi (2014:83, 84) In: *Lua Nova*, São Paulo, 92: 79-104, 2014.

consciências que os dois lados de uma relação compartilham: de um lado, os homens punidos pela Lei Maria da Penha, porque desse modo se protegem de intromissões em suas questões de honra e poder, ao mesmo tempo em que abdicam de um capital social que lhes pertence para reivindicar, da forma que lhes parecer útil, uma inocência diante da sociedade sobre suas práticas; de outro lado, os psicólogos que, ao ocuparem seu lugar no campo do saber e para o exercício de práticas que legitimem o uso de seu capital intelectual, necessitam crer que estão exercendo seu papel ao transmitir um saber legitimado. Em outras palavras, as *performances* esperadas e legitimadas nesse processo são interações sociais exercidas entre *aqueles que sabem* e que *não devem saber* e entre *aqueles que sabem* e *devem ensinar* o potencial destrutivo da violência exercida sobre/entre os entes queridos.

Esse é o pressuposto esperado para que se realize o necessário processo de “*responsabilização da violência*” assim denominado pelos psicólogos responsáveis pela condução desses grupos de reflexão (noção com a qual trabalha a ONU em seus treinamentos oferecidos aos profissionais que irão conduzir esses grupos de reflexão ao redor do mundo). Além disso, é indispensável frisar, trata-se do início de um importante processo pedagógico em que se encena a própria dinâmica observada na vida social. Para que a ordem e as hierarquias sejam reproduzidas, é imperativa a prática do esquecimento como norma, para banir da memória social a crueldade à qual, meninos e rapazes, foram e ainda são submetidos nos rituais de passagem quando são incluídos nos variados grupos aos quais irão pertencer (BOURDIEU, 1998/2010; WELZER-LANG, 2001). Tal dinâmica é desse modo instalada para que os homens agressores possam aprender a “*verdade*” a respeito daquilo que, tendo sido experimentado num passado remoto, haverão de reproduzir na fase adulta, em suas práticas rituais de exercício de poder na vida doméstica.

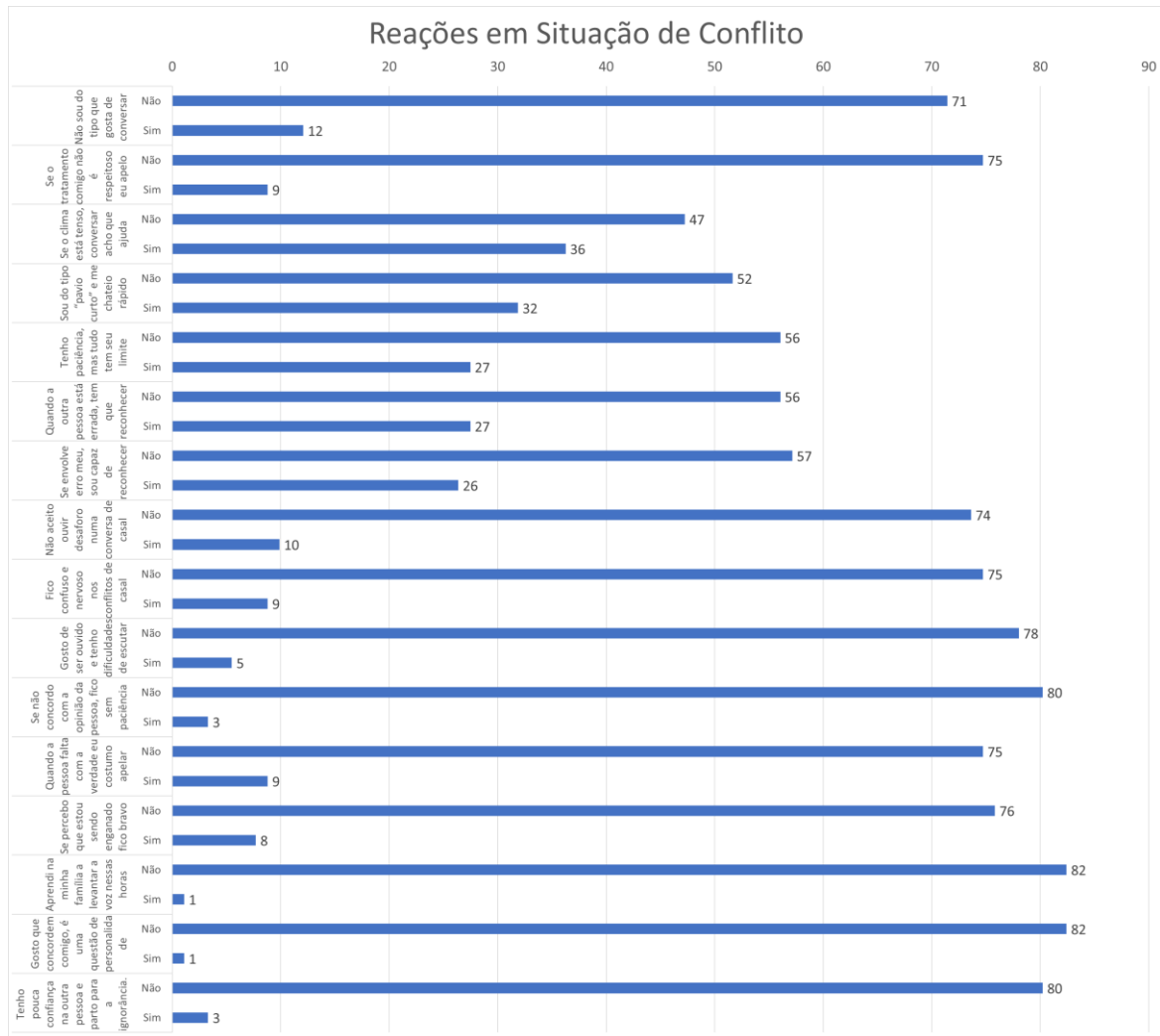
6.7 REAÇÕES EM SITUAÇÃO DE CONFLITO

Tentou-se avançar na análise de outros indicadores que pudessem auxiliar na explicação das situações de violência encontradas nesta pesquisa. Para melhor entendimento dos conteúdos e o que isso podem sugerir em termos de potencial analítico, vale a pena conhecer algumas das opções oferecidas aos entrevistados no *survey*.

Observando as prevalências apenas do indicador “*Como ele reage em situações de conflito*”, viu-se que, diante das opções de reações possíveis oferecidas aos respondentes, a resposta “Não” esteve sempre acima de 47%. Já a escolha das respostas “Sim”, na grande maioria dos casos, não ultrapassou 27,5%. Entre as frases oferecidas para que os homens

expressassem sua concordância ou discordância, que descrevem sua reação, apenas em duas delas as respostas “Sim” ultrapassaram 27,5%. A pergunta aparecia assim formulada: *Q76 - Como você costuma tratar os conflitos de relacionamento? Marque até 3 respostas que melhor demonstrem seu estilo.* (Gráfico 10)

Gráfico 36 - Reações os HAV em Situação de Conflito, BH/MG, 2019



Fonte: Elaboração própria.

Para a montagem das 16 respostas opcionais oferecidas na discussão relativa à forma de lidar com conflitos de relacionamento, observou-se a lógica dos argumentos desenvolvidos por estes homens enviados pelo sistema de justiça para as 14 sessões regulamentares de

grupos de reflexão⁸⁷, previstos na aplicação da Lei Federal 11.340 (ou Lei Maria da Penha). Na fase qualitativa da pesquisa⁸⁸, ao longo de doze meses foram acompanhadas 48 sessões semanais de grupos de reflexão. As sessões tinham duas horas de duração, reunindo entre 17 a 20 homens, todos julgados e punidos pela Lei Maria da Penha. As sessões de grupos de reflexão acompanhadas pela pesquisa aconteciam sob a coordenação de dois psicólogos - realizadas no Instituto Albam, em Belo Horizonte. Esta foi a sequência de frases que os respondentes encontraram no *survey*:

- 1 - *Não sou do tipo que gosta de conversar.*
- 2- *Se o tratamento comigo não é respeitoso eu apelo.*
- 3- *Se o clima está tenso, conversar acho que ajuda.*
- 4- *Sou do tipo “pavio curto” e me chateio rápido.*
- 5- *Tenho paciência, mas tudo tem seu limite.*
- 6- *Quando a outra pessoa está errada, tem que reconhecer.*
- 7- *Se envolve erro meu, sou capaz de reconhecer.*
- 8- *Não aceito ouvir desaforo numa conversa de casal.*
- 9- *Fico confuso e nervoso nos conflitos de casal.*
- 10 - *Gosto de ser ouvido e tenho dificuldade de escutar.*
- 11- *Se não concordo com a opinião da pessoa, fico sem paciência.*
- 12 - *Quando a pessoa falta com a verdade eu costumo apelar.*
- 13- *Se percebo que estou sendo enganado fico bravo.*
- 14- *Aprendi na minha família a levantar a voz nessas horas.*
- 15- *Gosto que concordem comigo, é uma questão de personalidade.*
- 16- *Tenho pouca confiança na outra pessoa e parto para a ignorância.*

⁸⁷ Depois, ainda em 2018, descrevendo a necessidade de cortes financeiros a serem feitos pelo governo do Estado de Minas, a Justiça determinou que o pacote passaria a exigir a frequência a doze sessões e não mais a quatorze.

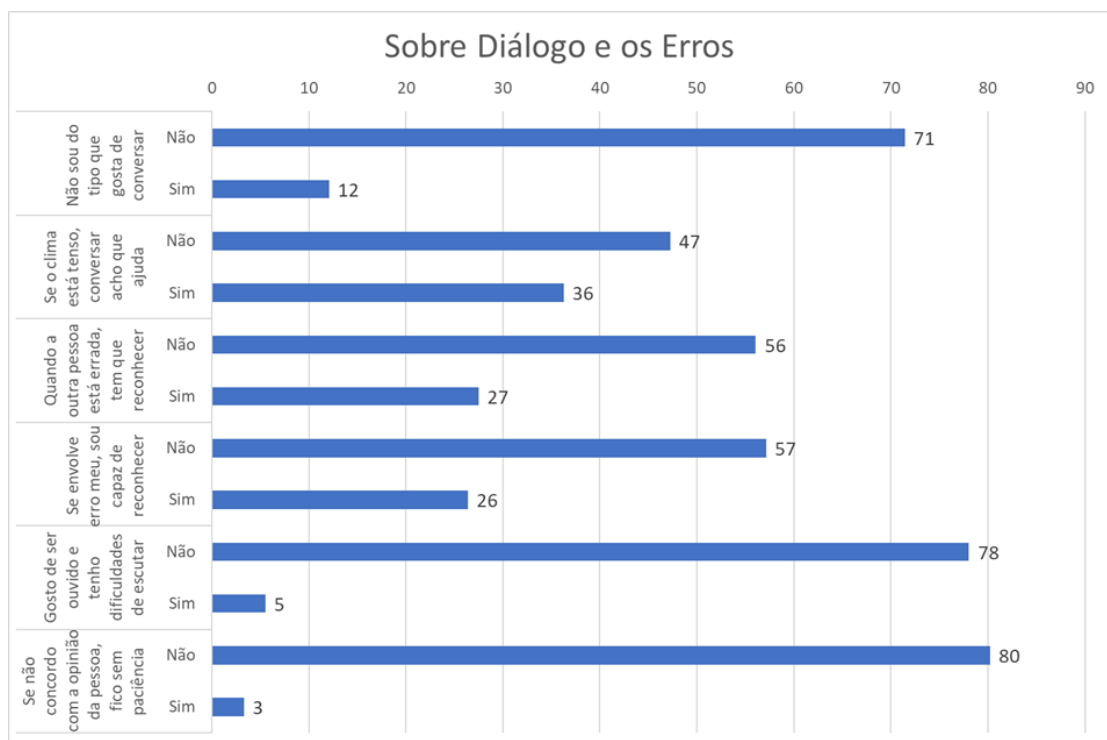
⁸⁸ A observação sociológica foi iniciada por mim em março de 2018 e encerrada em março de 2019, sempre acompanhando o grupo das 10h da manhã das quartas-feiras. No Instituto Albam os grupos funcionam em modelo aberto. Isso significa que, após terminarem as 12 sessões então exigidas de frequência aos homens punidos, novos integrantes eram incluídos nos grupos já em funcionamento. De tal maneira que, a cada quatro meses, todos os integrantes teriam sido substituídos por novos frequentadores. Após a etapa qualitativa, a coleta de dados quantitativos foi realizada, de maio de 2019 a fevereiro de 2020 por esta pesquisadora, via aplicação dos dois questionários.

Estas frases foram agrupadas em quatro categorias de análise conforme os temas de que tratam. Essas categorias são: 1) *O diálogo e os erros*; 2) *Agressividade e subordinação*; 3) *Testando emoção e paciência*; 4) *Honestidade e confiança*. O critério escolhido foi tentar trabalhar com o *sentido subjacente* destas sentenças formuladas pela pesquisadora. Assim ficaram agrupados os conteúdos:

O Diálogo e os Erros

- 1- *Não sou do tipo que gosta de conversar.*
- 3- *Se o clima está tenso, conversar acho que ajuda.*
- 6- *Quando a outra pessoa está errada, tem que reconhecer.*
- 7- *Se envolve erro meu, sou capaz de reconhecer.*
- 08 - *Gosto de ser ouvido e tenho dificuldade de escutar.*
- 09- *Se não concordo com a opinião da pessoa, fico sem paciência.*

Gráfico 37. Sobre Diálogo e os Erros na relação de casal, BH/MG, 2019



Fonte: Elaboração própria.

Conforme já vimos, quando a temática da discussão enfoca “*Motivações para o Conflito*”, os indicadores capazes de dar sentido à compreensão dos entrevistados sobre os

motivos das desavenças foram, pela ordem: *Falta de Diálogo* (41,8%); *Ciúme* (38,5%); *Falta de confiança* (34,1%); *Incapacidade de Comunicação* (33 %).

Dessa forma, esses dados, quando articulados às respostas apresentadas, mostram que os entrevistados sustentam terem usado estratégias discursivas durante as crises, aparentando agir de forma justa na qualidade dos relacionamentos estabelecidos na esfera íntima. Conforme se pode verificar, por exemplo, no **Gráfico 37**, o apelo ao diálogo para encaminhar crises de casais foi a opção mais aprovada pelos respondentes, perfazendo um total de 36% de aceitação. Ao mesmo tempo, a respeito da prevalência de situações de violência, os dados recolhidos apontam ***Violência Verbal*** (em 37,3% dos casos)⁸⁹ como a principal causa das denúncias que levaram esses homens à condenação pela Lei Maria da Penha. Enquanto eles escolhem opções que informam terem tentado o diálogo, as denúncias sustentam que essas estratégias discursivas eram práticas violentas. Deveríamos então perguntar: aquilo que os entrevistados entendiam como *apelo ao diálogo* era, para suas companheiras/ex/ou namoradas, *atos de violência verbal*? Ou o *apelo ao diálogo* na verdade encobria um *apelo à obediência das prescrições* em um contexto em que se pretende manter a hierarquia das relações íntimas?

De Agressividade e de Subordinação

2- *Se o tratamento comigo não é respeitoso eu apelo.*

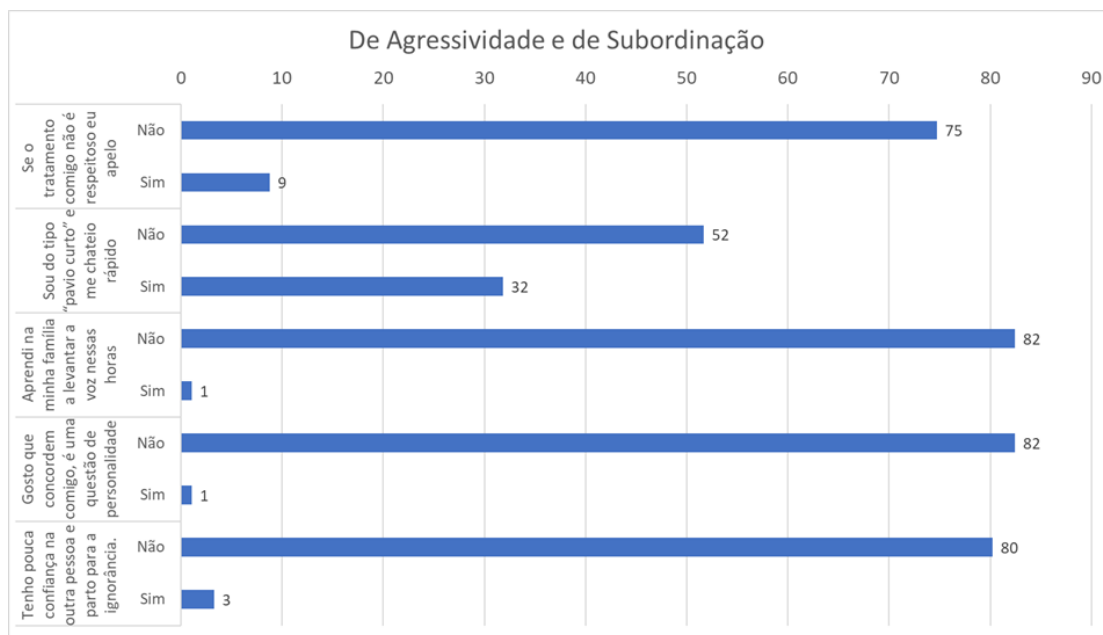
4- *Sou do tipo “pavio curto” e me chateio rápido.*

14- *Aprendi na minha família a levantar a voz nessas horas.*

15- *Gosto que concordem comigo, é uma questão de personalidade.*

16- *Tenho pouca confiança na outra pessoa e parto para a ignorância.*

⁸⁹ Nas situações de violência envolvendo essa amostra de homens punidos pela Lei Maria da Penha em Belo Horizonte, um maior percentual aponta a prevalência da prática de *violência verbal* em 37,4% dos casos. Em segundo lugar vêm as *ameaças*, com incidência de 13,3%. Na montagem da pesquisa acabamos por separar, para descer a detalhes, os termos “*violência física*” e “*surras*”, que somam juntas 16,5% do percentual da amostra – separadas, essas opções registraram *violência física* com 14,3% e *surras* com 2.2%, revelando que os problemas entre os entrevistados e suas parceiras/ex-parceiras muitas vezes ultrapassaram a violência verbal.

Gráfico 38. Agressividade e de Subordinação aos HAV, BH/MG, 2019

Fonte: Elaboração própria.

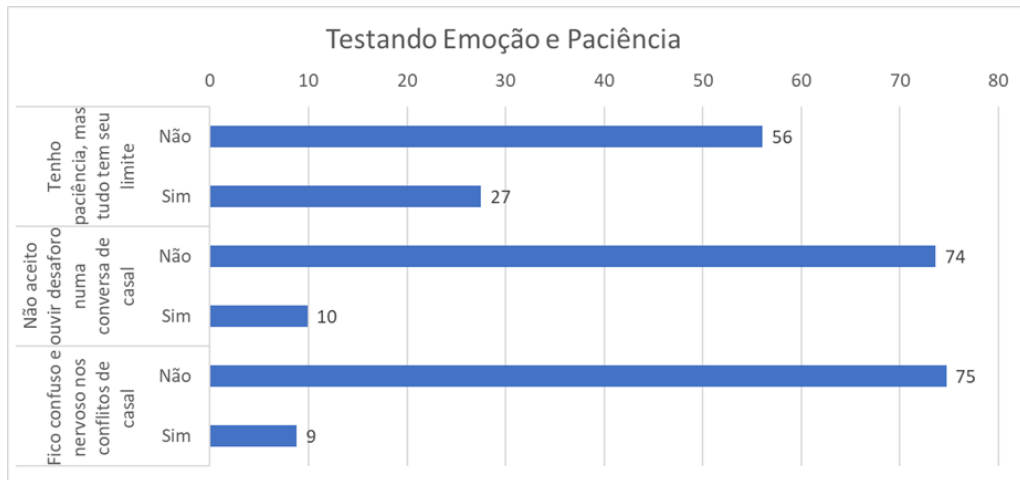
Neste bloco, chama atenção a regularidade dos respondentes em negar o caráter violento de suas atitudes nos momentos de conflito nas relações íntimas. Apesar da prevalência de rejeições - que variaram de 80 a 82% nessa temática -, também surpreende a sinceridade dos que marcaram “Sim” afirmando sua pouca disposição ao diálogo: “*Sou do tipo ‘pavio curto’ e me chateio rápido*”, confirmaram 32% dos respondentes. Esse foi o maior percentual de “Sim”, logo abaixo dos 36% de aceitação do convite ao diálogo nos momentos de tensão.

Testando Emoção e Paciência -

5- *Tenho paciência, mas tudo tem seu limite.*

8- *Não aceito ouvir desaforo numa conversa de casal.*

9- *Fico confuso e nervoso nos conflitos de casal.*

Gráfico 39. Testando Emoção e Paciência nos HAV, BH/MG, 2019

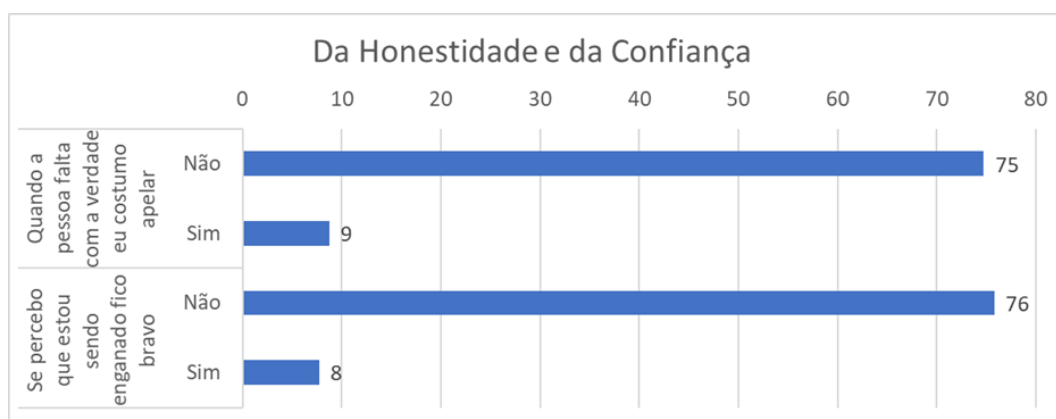
Fonte: Elaboração própria.

Além da visível rejeição manifestada pelos entrevistados aos conteúdos propostos, diante de significados mostrando emoções e paciência/ tolerância, o que parece relevante é a *performance*. Melhor dizendo, em um cenário em que 56% é a menor prevalência de “Nãos” encontrada nessa temática subjacente às frases montadas, os que declaram ter paciência, mas exigiram um limite, somavam 27% da amostra. Também não é desprezível a prevalência de 10% de entrevistados clamando por discussões de melhor nível, com menos *desaforo*. O mesmo se pode dizer dos 9% que confessam *nervosismo e confusão* durante os conflitos de casal. Mas, por outro lado, no contradiscurso, 75% da amostra reafirma, pela negação, ser contrário aos atributos identificados como femininos em *nervosismo e confusão* ocasionados pelas tensões nos momentos de crise. Ao mesmo tempo, em outro alto percentual de rejeição, atingindo 74% dos respondentes, os entrevistados reforçam atitudes esperadas de homens verdadeiramente no controle da situação quando se recusam a aceitar “*ouvir desaforo numa conversa de casal*”. Reafirmam, desse modo, o orgulho masculino como exercício do um papel no mínimo oposto ao incentivado para as mulheres.

Da Honestidade e da Confiança -

12 - *Quando a pessoa falta com a verdade eu costumo apelar.*

13- *Se percebo que estou sendo enganado fico bravo.*

Gráfico 40. Da Honestidade e da Confiança dos HAV, BH/MG, 2019

Fonte: Elaboração própria

A julgar pelos registros nessa área temática, aparentemente os entrevistados se veem como portadores de comportamento bastante civilizado – pois apenas 9% deles assumiram que costumam “apelar” caso sua parceira falte com a verdade (ou, mais objetivamente, minta); 75% não marcaram essa opção. Em outra versão de problema semelhante, somente 8% dos respondentes admitiram perder a calma nas discussões (“fico bravo”) quando percebem estar sendo enganados na relação íntima. O mesmo conteúdo foi recusado por 76%. Ao lado desses números, lembremos que, na temática em que tentam explicar as razões para o conflito com a parceira, 38,5% dos entrevistados apontam o *Ciúme* e 34,1% a *Falta de confiança* como importantes fatores.

6.8 ÁLCOOL, DROGAS e ARMAS

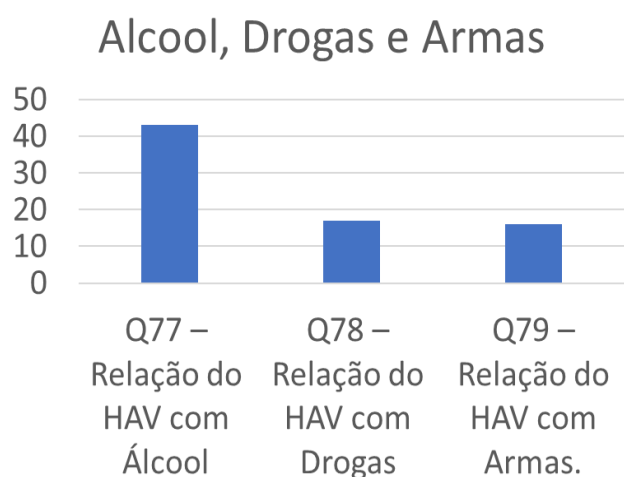
Há certo consenso entre estudiosos a respeito da relação entre o uso de álcool e práticas de violência – considerado um fator de risco nesse campo. Os estudos mostram que o uso de álcool reduz as inibições e dificulta o discernimento, levando ao uso de recursos mais primitivos para a resolução de problemas, facilitando a perpetração de violência. De acordo com Deeke et al.(2009), em estudo realizado no Brasil, em Florianópolis (SC), cerca de 30% dos agressores estavam alcoolizados no momento da agressão. Observou-se, ainda, que a violência entre casais muitas vezes foi desencadeada pelo homem ao não aceitar que a parceira interferisse em seus hábitos e comportamentos em relação ao uso do álcool.

Nesta pesquisa, na discussão do uso de drogas lícitas e/ou ilícitas associadas ao uso de armas, os dados mostram prevalência do uso social do álcool – “*uso socialmente*”, registraram quase 50% dos entrevistados. No entanto, cabe ponderar aqui que o que leigos considerariam

como “*uso social*” certamente não coincidiria com o padrão recomendado pela ciência. O mesmo pode ser dito em relação aos padrões de álcool no sangue aceitos pelas autoridades no trânsito. Ao mesmo tempo, a pesquisa encontrou alta taxa de rejeição na variável “*drogas ilícitas*” – 67% dos entrevistados assinalou *não usar drogas ilícitas*; e outros 34,1% garante não usar nada. No caso de uso de armas, a rejeição chegou a quase 60% - 59,3% *diz não ter qualquer relação com armas*. Não deve, no entanto, ser desprezado, a confirmação dos respondentes em relação a estes três itens. Senão, vejamos: 47,3% admitiu *usar álcool socialmente*; 18,7% *admitiram usar drogas ilícitas*; enquanto 17,6% *admite ter posse de armas*. Em temas tão sensíveis e amplamente condenados socialmente, era esperado a recusa a verdades inconvenientes. Portanto, isso aumenta ainda mais o valor desses dados confirmando o uso de substâncias encontradas nas cenas de violência.

Ao lado disso, nas sessões dos grupos de reflexão, em raras ocasiões foram observados episódios de frequentadores chegarem às sessões após ingerir álcool, visto ser condenado pelos protocolos exigidos dos HAV. São bem claras as restrições quanto a isto, comunicadas diretamente aos frequentadores. No entanto, durante as discussões dos grupos, era frequentemente referido o uso do álcool em momentos de lazer, isto é, todos os finais de semana, quando não em muitos finais de tarde, após o trabalho. Também durante esta pesquisa, observou-se que a ida a bares no cotidiano da vida dos trabalhadores, ao menos dos homens que passaram pelos grupos assistidos pela pesquisadora ao longo da observação, era uma prática mais do que mencionada, celebrada pelos integrantes dos grupos. Portanto, cabe compreender que os respondentes ao mencionarem no *survey* o uso do álcool “*socialmente*” isso significará várias idas a bares ao longo da por semana.

Gráfico 41. Uso de Álcool, Drogas e Armas entre HAV, BH/MG, 2019



Fonte: Elaboração própria.

Em estudo desenvolvido no Brasil, em Fortaleza (CE), por Souza Vieira et al (2008), os resultados mostraram que mulheres conhecem alguns fatores de risco para violência, porém aparentam não saber agir no sentido de evitá-la. As condições desfavoráveis de habitação e entorno familiar também são percebidos como risco. A violência é percebida, principalmente pela mulher, como “*algo comum*” no cotidiano do casal. Em resumo, o estudo mostrou que o álcool, o uso da droga ilícita, o desemprego e a baixa escolaridade também agravavam a ocorrência da violência entre as famílias participantes.

Concluiu-se que as mulheres enfrentam, em seu cotidiano, diferentes modos de violência. Elas vivem em um sistema de isolamento social e político que pode contribuir para a reprodução de mecanismos mais complexos de violência, impedindo-as de se manifestarem de forma mais autônoma (conf. SOUZA VIEIRA et al, 2008:113).

7 O aprisionamento da ordem

Prólogo – O sol da tarde vai entrando pela janela (tipo basculante) de uma pequena cozinha na casa alugada por uma ONG. Ali homens participam de grupos de reflexão, como pena alternativa em razão de condenações pela Lei Maria da Penha (Lei 11.340). E um senhor de pele trigueira (que chamaremos de José), cabelos grisalhos e baixa estatura, mãos grossas e acostumadas ao trabalho, vai pegando sobre a geladeira pequena um copinho de plástico onde derrama discreto o seu café. Vai se iniciar uma das 14 sessões do grupo que ele precisa frequentar por força da decisão judicial. A cena se passa em uma tarde qualquer em Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais, Brasil. Procuro ser também discreta. Estamos em pé ali, um em frente ao outro no espaço apertado. Estendo a ele páginas de papel da complementação de um questionário que ele na semana anterior havia concordado em responder. Agora me devolveu preenchido.

José concorda em responder questões novas que recebeu naquele papel. Estou anotando suas respostas sobre uso de álcool, drogas ilícitas e armas que anoto à mão ali mesmo na 1ª página de um longo survey, onde estão questões sobre costumes, experiências e valores com que foram educados na infância e juventude. Precisei tomar coragem para começar a perguntar a meus entrevistados sobre uso de drogas, álcool ou armas. A maneira como José começa a explicar o motivo da denúncia que o levou a esse grupo, me faz lembrar que não havia perguntado a ele detalhes no código que decidi anotar à mão em cada questionário de juventude já respondido (AL= álcool; DR= drogas; AR= armas).

Precisei pedir que voltássemos ao assunto desses códigos. É então que ele, a despeito de grande timidez, interrompe tudo e faz sua interpelação: “*O juiz não me escutou. A senhora também não vai me escutar?*” É a mesma queixa que ouvi nos grupos de reflexão durante um ano, na fase de *observação participante*, antes de aplicar estes questionários. Mas dada a justeza de sua reivindicação e o tom da queixa, voltamos então às folhas do que ele já havia respondido - sobre os motivos que o levaram ao grupo de reflexão e formas de cada um lidar com conflitos com a parceira íntima. Então ele consegue me explicar sua versão.

Esse exemplo, com toda a sua rede de significados entrelaçados que se oferece à análise, não importando os temas em debate, nos dão uma dimensão das questões atravessadas que se interpõem - seja na relação da pesquisadora com homens rudes que de leitura conhecem melhor a bíblia do que os manuais de metodologia; seja nas tensas relações entre os

especialistas que coordenam os grupos reflexivos e seus integrantes; seja na própria revisão que essa pesquisa propõe que os homens façam de suas histórias de vida.

7.1 A PRIMEIRA COISA

A primeira coisa que é preciso ter em mente ao chegar a uma reunião de um grupo reflexivo de homens, numa ONG ou um organismo de governo, é que não está em um encontro de adultos antes do jogo de futebol. Não é uma reunião de igreja. Você não está indo a um parque num conagraçamento entre as classes sociais de seu país. Não. O ambiente é pesado, tenso. É ali onde você se vê diante das mazelas do mundo. Digamos que às vezes lembra uma visita à prisão. Uma vez por semana, os grupos de reflexão espalhados pelo país reúnem homens punidos pela justiça em cumprimento de penas alternativas. A ida desses homens a um grupo de reflexão acontece não por mágica ou por escolha pessoal, assim como a classe média letrada escolhe ir a uma terapia: “*Hoje estou com vontade de falar de meus problemas e vou a um grupo de reflexão*”. Não. Muito facilmente você pode associar essa experiência a uma antessala da prisão. Isso é acompanhar um grupo de reflexão de homens punidos pela Lei Maria da Penha.

Ali se agrupam trabalhadores simples, com baixa escolaridade e baixa renda. Raramente você irá encontrar homens muito letrados, das classes de rendas média ou alta. Já foi constatado em estudos do Fórum Nacional de Segurança que do total de delitos de violência cometidos contra mulheres no Brasil, apenas 10% chega às delegacias – isto é, chega a ter registro nas estatísticas. Nesses grupos vão estar carpinteiros, metalúrgicos, pedreiros, eletricitas, motoristas, seguranças, policiais, a contravenção e, junto de todos estes, a turma do trabalho manual que vive de bicos. Além dos desempregados, há também os chamados trabalhadores autônomos ou empreendedores - antigamente chamavam-se camelôs e corriam da polícia. Agora subiram na escala social sem melhorar instrução ou renda.

7.2 ANÁLISE DO DISCURSO

Observou-se, ao longo das sessões dos Grupos de Reflexão, cinco discursos típicos que se repetiam, mudando apenas os sujeitos: *Discurso da Ignorância* (ignoram que cometeram violência); *Discurso da Crise* (na relação íntima); *Discurso da Origem* (de que famílias vieram e o modo como foram educados); *Discurso do Desamparo* (diante do Sistema de Justiça); e *Discurso da Cura* (na relação com sua própria história). Não necessariamente, mas em geral acontecem nessa ordem. Quase como se essa proposta de tomada de consciência

se desse emulando o processo de amadurecimento do sujeito social: ignorância como simbolização da infância e as várias fases que se sucedem no desenvolvimento da consciência até amadurecer a conduta.

Discurso da Ignorância – Raros foram os casos de integrantes dos Grupos de Reflexão, ao longo dos 12 meses de observação, que assumiam de início a consciência da prática de violência contra mulher. Esse ponto é melhor desenvolvido na análise feita no capítulo 6 (relativa a dados dos homens adultos, págs. 135 e 136) em que lembro as noções de Welzer Lang em que o autor francês descreve a construção das masculinidades. Lang cita alguns dos processos vividos pelos meninos em ambientes masculinos que ele denominou “*a casa dos homens*”. Ali se refere às várias violências simbólicas ou físicas implícitas nos processos de socialização como o conhecemos, vividas pelos meninos durante a infância e a adolescência. E, em minha análise, me refiro ao esquecimento que a ordem impõe a estes sujeitos, mostrando que a convivência com as várias violências é diária e seu esquecimento é parte implícita na institucionalização dessas práticas na vida social. Portanto, em minha visão, o mesmo desconhecimento das violências que praticam contra mulheres é parte do processo social como um todo – um esquecimento que envolve tanto praticadas como sujeito como as vividas enquanto objeto das várias violências.

Pedreiro – “*Vim para ensinar e aprender. Vim pra cá porque bebia cachaça o dia inteiro. Aprontava muito. Fui sempre trabalhador e que assumi meus compromissos. A Justiça é doida porque eu estou aqui inocente. Trabalho de pedreiro desde que nasci. Bebia até rolar na rua. Conheci uma mulher que achei que tudo ia dar certo. No começo tudo parecia que ia dar certo. Ela é aquele tipo de mulher que joga a gente na rua. Muitas vezes me jogava na rua. Eu voltava quando ela chamava. Foi até que eu comecei a conhecer outra pessoa. Ela não me ajudava a largar a cachaça. Ela dizia que tinha nojo de olhar na minha cara*”. (Sessão de grupo de 25/04/2018)

Pastor – “*Na maioria das vezes nós todos que estamos aqui, a gente na hora não sabe que está extrapolando*”. (Sessão de grupo de 11/07/2018).

Sindicalista – “*Em que outra parte que você acha que eu estou errado? A gente não teve contato físico. Tivemos palavras ofensivas (de prostituta para lá). Só palavras de “alto” calão. Nesse caso, por ela ficar rebaixada por aquelas palavras, ela se machucou toda, chamou a polícia. O propósito que eu fiz com Deus foi maravilhoso*”. (Sessão de grupo de 11/07/2018)

Psicóloga – *Ela acreditava que a violência física era denunciável. Ela teve que marcar o corpo dela para conseguir te denunciar. Foi saída porque não existe o entendimento que a violência psicológica é violência. E hoje 51% das denúncias não têm violência física. (Sessão de grupo de 11/07/2018).*

Comerciante – *“Vim também sem expectativa, de mente aberta. Sem saber o que é. Sou comerciante (loja de bikes), tenho uma loja no Barreiro. Tive um problema com minha ex-mulher. Tenho um filho de 10 anos. Pelo que aconteceu, eu acho que não tinha histórico para estar aqui. Meu processo tem só um empurrão que eu dei nela. Eu estava muito alterado. Meu advogado não me enquadrava na Lei Maria da Penha. Ela avançou pra cima de mim! Você vai me desculpar que a única coisa que eu fiz foi empurrar, mas para justamente evitar e não agredir”.* (Sessão de grupo de 18/07/2018).

Técnico Computador – (29 anos, técnico em manutenção de impressoras) – *“Nunca tive tempo para nada. Depois de 12 anos de serviço no trabalho de manutenção de impressora (em hospitais)... Tinha 4 dias sem dormir, trabalhando direto. Foi questão não verbal. A psicóloga me ajudou também. Eu fazia com ela a terapia, me ajudou no passado e vai me ajudar a passar por isso. Eu tenho três meninos. Pai você melhorou demais. Meus filhos me adoram. Graças a Deus estou ótimo. Foi só agressão. Estou trabalhando para mim agora. Abri uma empresa. Quando aumenta o serviço eu terceirizo. Eu tenho uma enteada, hoje com 20 anos. Foi juntando muita coisa. Pedi demissão da empresa. Tive um princípio de infarto aos 28 anos. Sorte que eu estava em um hospital. O médico disse que dos quatro que chegam lá , só um que sobrevive”.* (Sessão de grupo de 18/07/2018).

Discurso da Crise – Não é parte do comportamento dos integrantes que chegam aos grupos reflexivos a consciência de sua própria responsabilidade na prática de violência contra mulheres. No entanto, é fato que estão envolvidos em uma denúncia, pela qual foram condenados. Há uma crise da relação íntima que se torna, então, o foco e objeto de longas análises durante as primeiras sessões. Desse modo alguns deles se apresentam aos colegas de grupo – histórias cheias de detalhes, de dor e fúria, se revelam aos homens ali reunidos. Nesses momentos em que outros sujeitos se mostram em suas vulnerabilidades, supõe-se que revivam suas próprias histórias de vida os que nada dizem - são a maioria dos cerca de 17, ou 18 participantes.

Motoboy (rapaz jovem, 24 anos, diploma de ensino médio) – “Cheguei à conclusão que quem vive junto é abelha ou formiga. Se começa mal não tem como melhorar. Tudo começa de uma forma linda, ninguém casa para se divorciar. No meu caso foi traição. Ela falava comigo: ‘Vou acabar com a sua vida’! Ela queimou minhas roupas, quebrou meu celular. Até que ponto você tem que ficar aguentando? E me pergunto: será que ela ficou me provocando até o ponto que eu não aguentar mais? Eu vejo a situação dele [colega do grupo]: a mulher xinga até chegar a um ponto. Eu sou muito tranquilo e cheguei a esse ponto”. Conta que tentou suicídio. (Sessão de grupo de 18/04/2018)

Motoboy - Eles foram morar juntos. “Expliquei que achava que ela deveria fazer as coisas na casa. Meu serviço é pesado. Aí ela arrumou um serviço e eu não ajudava na casa. Os dois trabalhando... Então ela foi ficando irritada, irritada. Aí separamos. Ela arrumou um namorado. Eu cresci em uma cidade, em uma geração em que muitos amigos estão presos. Eu cheguei a ameaçar de morte. Eu passei a pensar mais nisso”. (Sessão de grupo de 25/04/2018)

Corvo – “Viajar não vai adiantar. Eu maquiei o problema. Passava uma semana boa e na outra estava mal. A pessoa gosta de viver naquele jogo. Ela quer viver como coitada. Eu queria ir cada um para um lado. Polícia prende. Mulher não prende homem não”. (Sessão de grupo de 18/04/2018)

Careca/Policial (tem 37 anos) – “Eu acho que meu casamento acabou por causa disso. Eu não ajudava em casa. Ela trabalhava e eu não ajudava em nada. Ela vai definhando... Eu não sabia fazer nada. Eu dizia pra ela que não fez faculdade porque não quis. Dizia que eu apoiava. Eu nem pegava os meninos pra cuidar pra ela poder sair e arejar a cabeça...” (Sessão de grupo de 25/04/2018)

Pastor/Caminhoneiro – “Meu primeiro casamento acabou. A ex-mulher pediu a separação só porque eu fui para a fé evangélica. Antes de ir para a igreja eu bebia muito, era farrista mesmo. Ela pediu para sair. Eu dei entrada do apartamento e paguei as primeiras entradas para ela: ‘As outras são com você. Se perder o apartamento é problema seu’. Minha filha mais velha agora me deu razão. O namorado dela era mula de drogas. Eu falei com ela que esse homem não era pra ela. O rapaz foi preso. Ele não quis ficar com ela mais. No caso da minha outra filha, estou esperando o mesmo – o namorado é usuário de drogas. Sobre minha filha mais velha, fiquei satisfeito dela ter visto o erro”. (Sessão de grupo de 18/04/2018).

Pedreiro – *“Eu acho que ela poderia ser companheira, me ajudar. Uma vez ela me deu umas marteladas na cabeça. Fui parar no Pronto Socorro. Não quis registrar ocorrência contra ela. Ela tentou voltar comigo, foi no pátio da empresa em que trabalhava. Ela tentou voltar para não assinar o divórcio. Tivemos despedida no motel e na manhã seguinte avisei a ela: ‘Não vamos mais viver juntos’.* Agora tô morando com a segunda mulher. A gente bebia e paramos de beber. Ela é uma mulher abençoada”. Ele pegou três meses de serviço comunitário. E agora é que chamaram para frequentar o grupo reflexivo. (Sessão de grupo de 25/04/2018)

Branco de Boné – *“Sobre machismo, eu tinha preguiça de fazer tarefa doméstica. Quando a mulher saiu de casa, eu olhei toda aquela roupa acumulada. Fui pro YouTube, Google, mãe, fiquei muitos meses nessa. E aí percebi que ela estava certa. Faltava diálogo, atrapalhou a falta de diálogo. Eu achava que ela estava errada. Para a Justiça ela ainda estava comigo: ela voltou para casa. Ela me denunciou porque ela não estava em casa e eu disse que ia pegar todas as coisas dela e tirar de casa. E ela me denunciou. A gente ficava uma semana sem conversar. E a gente ficava sem transar até um mês”.* (Sessão de 25/04/2018)

Grande (homem negro, muito alto, cerca de 34 anos) - Ri e diz que já teve ciúmes. Mas dá poucos detalhes. Viu a esposa conversando com um vizinho ao passar de carro. E foi em casa pegar o revólver para matar o cara. Não conta o desfecho da história. Ele diz que, hoje em dia, só se beber se envolve num situação assim.

Careca/Policial – *“Você começa a pensar nas consequências e você vê que não vale a pena”.*

Grande – *“Hoje em dia eu fico pensando sobre isso...”* E mostra um sorriso largo. (Sessão de grupo de 16/05/2016)

Corvo – *“Sobre violência patrimonial foi até o que me trouxe aqui. Minha ex-esposa: eu tinha pago o telhado dela no Espírito Santo, o telhado da casa dela. Aí veio a questão do carro, comprei e paguei e era tudo flores. Na divisão [de bens com a separação] não falou do carro. Depois ela quis o carro. Mesmo eu tendo pago mais, como eu comprei. Passei o carro pra ela. Minha mãe me falou: isso é violência patrimonial. Mas eu não sabia... e a raiva, aquela mágoa de levar o que é meu. Não sou uma pessoa de muita raiva dos outros. Eu tinha o carro da empresa. Ela estava em mais dificuldade do que eu. A gente*

acha que o 'sempre' é para sempre. Vem alguma coisa que destrói aquilo ali". (Sessão de 16/05/2018).

Sindicalista – *“Eu fui injustamente acusado de uma coisa que eu não fiz. Tive uma discussão com a minha irmã – minhas irmãs são guerreiras. Aquela que me denunciou se na feriu na mão, sozinha mesmo [Descreve auto-mutilação da irmã]. Eu não ‘tava presente. Mas Deus me deu a vitória. Na primeira instância ganhei, na segunda instância ganhei. Eu tinha feito uma cirurgia, quebrei 4 costelas, clavícula do lado direito, quebrei a coluna – tenho 16 parafusos na coluna”.*

Da Ordi – *“Tô no shopping – o cara viu que a mulher era minha. Eu comecei a discutir. Eu queria pegar ele na porrada. Na hora fiquei nervoso. Ele tinha visto que a mulher era minha. Eu larguei essa ex. E a atual estou até hoje. Ela quebrou, tijolo, arranhei. Avançou pra cima da menina que estou hoje. Eu fui e empurrei ela automaticamente. Ela estava com duas amigas. Elas queriam bater na minha namorada. Fui pra delegacia. Ela tinha cortado no meu braço. Fomos todos parar na delegacia. Eu tenho três filhas. Ela [a atual]trata minhas meninas como se fossem dela. Minha ex vai pra casa da minha mãe. Eu não poderia ir com a minha atual mulher não. Meu braço estava saindo sangue, a namorada;... A vida continua. Hoje em dia eu consigo controlar mais. Com a namorada atual... comprei uma casa, nós dois moramos juntos faz 5 anos. Minhas meninas já estão grandinhas... já estava ficando com a outra há muitos anos. Eu terminei com ela, disse a verdade. Eu mandei pra ela a real: ‘Estou me envolvendo com outra pessoa’. Ela era muito ciumenta. A menina era muito surtada!” (Sessão de grupo de 18/07/2018)*

Advogado – *Sou advogado, 45 anos, estou aqui por causa de uma briga com minha ex-namorada. É um homem fino, arrumado. Chega às sessões do grupo de bike importada e capacete, roupas esportivas caras. Barba grisalha e olhos claros, meio esverdeados. Rosto muito branco, cabelos negros meio encaracolados. (Sessão de grupo de 18/07/2018)*

Advogado – *“Mas meu último relacionamento era bem difícil. Tudo o que eu fazia era um stress. Ela saía [com amigas] por vingança”. (Sessão de grupo de 1º/08/2018)*

Estudioso – *“Comecei a namorar essa ex-esposa, a mãe não deixava sair. A ex questionou a mãe que ela ficava muito presa. Um ano antes de terminar ela começou a sair sozinha. Hoje eu penso o seguinte: acho mais viável ter cada um sua vida, sair. Sair todo dia, não, sair com uma amiga. É preciso isso. Eu tinha várias amigas e ela questionou tudo. Parei*

de jogar bola, me desliguei dos amigos. Às vezes ela não se sente segura consigo mesma. Eu ia todos os dias ver a namorada”. (Sessão de grupo de 1º/08/2018).

Jardineiro – *“Minha primeira vez é hoje. Pensei que era serviço comunitário. Estou seguindo a vida, trabalhando. Sou separado da minha mulher. Eu moro no Sion, um casarão velho. Eles [filhos] moram longe de mim, só tenho contato por telefone. Tenho seis netos. Eles moram em Betim. E vêm me visitar na cidade quando querem me ver. Só quando ela bebia e sentava ela mudava completamente. Eu só quero escutar e não falar nada. Ela já morreu.”* [ele está de camisa preta em sinal de luto]. (Sessão de grupo de 1º./08/2018)

Discurso da Origem – É quando se apresentam, falam de suas famílias e do modo como foram educados. Muitas vezes começam ali a associar valores recebidos e motivações para as violências praticadas. Parte do desenvolvimento de sua consciência crítica começa com o *Discurso da Origem*. Começam assim a crítica a respeito de valores da hierarquia masculina na relação com as mulheres. Quando resgatam velhas histórias de seus pais, parentes, modos de vida aprendidos em família e têm os primeiros lampejos de consciência de que as práticas aprendidas estão conectadas às crises nas relações íntimas.

Pedreiro – *“Eu nasci em família grande. Meu pai não deixava filho na cozinha. Minhas irmãs não trabalhavam fora”.* (Sessão de grupo de 25/04/2018)

Motoboy – *“Minha mãe me criou sem me deixar fazer nada dentro de casa”.* (Sessão de grupo de 25/04/2018)

Pedreiro – *Eu sou criado no sistema do meu pai. ‘Lugar de homem é no serviço’. Eu com 18 anos já era profissional. Fazer um arroz eu não sei.* (Sessão de grupo de 09/05/2018)

Do Movimento – *“Eu fui sim do Movimento [tráfico de drogas], eu vivia na rua. Mãe cheirava [cocaína], fumava [maconha], era louca demais. Tenho dois filhos: não queria, sei como o mundo é. Fui na reunião dos pais do colégio porque o filho foi criticado na escola. Mas pediram para eu não ir, só a mãe. Um dos professores pediu perdão – ‘porque te julguei’. Eu disse que perdoava. Me abraçou e chorou. Diretor falou: ‘Olha o que você tá fazendo’. Aí eu falei como eu saí [do tráfico, que chamam de Movimento]. A explicação que eu tive aqui eu passei pra eles. Eu aprendi uma coisa: aprendi a pensar. Foi isso que me ajudou”.* (Sessão de grupo de 23/05/2018).

Sindicalista – “*Fui criado numa periferia violenta. Fui um cara brabo. Deus tirou isso da minha cabeça. Seis meses depois essa minha irmã faleceu. Minha família me chamou. No dia que essa irmã faleceu eu não fui ao velório. Andei armado. Deus tirou isso de mim. Eu nunca tive problema. Eu amava um revólvinho. Foi Deus. Eu pedi tanto a Deus*”. (Sessão de grupo de 06/06/2018).

Da Ordi – “*Olha, o que eu conquistei foi com dinheiro do crime: casa, 2 carros, moto, lote, loja. Tá pela ordi... Agora tô mais tranquilo, muito mais tranquilo. Fui preso, paguei. Fui preso com mandato. Não tem boi. Rolou um culto na cela. Eu falei: ‘Não aceito ficar aqui. Se eu ficar aqui, consola meu coração, porque eu estou preso de novo’. Orando, orando. Às 6h da manhã, eu dormindo, os policiais chamaram: ‘Charles Augusto, levanta daí e vai embora’. Quem me tirou de lá? A juíza me mandou prender e mandou me soltar. Meu passado deu zebra e estou pagando. Eu creio só em Jesus Cristo; eu levo ele para minha vida*”. (Sessão de grupo de 11/07/2018)

Pastor – “*Eu, dos 12 aos 25 anos, tive que fazer tudo. Eu saí de casa com 12 anos. Ela [a mãe] arrumou outro homem. Meu tio trabalhava com caminhão e levava carga para Unai. Ficou lá e nunca mais voltou. Minha mãe ajudou meus irmãos financeiramente. Eu discordei da escolha dela porque ele era casado [o segundo companheiro da mãe]. Eu estudava na Aeronáutica em Lagoa Santa. Eu amo minha mãe da mesma maneira. Cada um vivendo a sua vida. Eu estou com 52 anos e conheço o Brasil todo, e conheço outros países através do trabalho*”. (Sessão de grupo de 11/07/2018)

Discurso do Desamparo – Falar de sua própria condição de punido pela Justiça conduz a dolorosas memórias sobre a crise vivida. Essa etapa do processo leva a longas sessões em que se debate a Lei Maria da Penha. Ali os integrantes expressam de forma direta ou indireta o que um dos homens chegou a afirmar: “*Estamos desamparados pela Justiça*”. Sim, há uma sensação de desamparo dos homens punidos pela Lei Maria da Penha diante do Sistema de Justiça. A sensação de desamparo é uma clara manifestação do fenômeno que chamo aqui de “*o aprisionamento da Ordem*”. Eles foram criados dentro de expectativas e em certo modelo de sociabilidade onde estava instituída e socialmente aceita a hierarquia de poder entre homens e mulheres. No entanto, esse sistema que teóricas feministas chamam de “*patriarcado moderno*” está em transição para uma ordem mais democrática das relações de gênero. No interior dessa mudança surge esse sentimento de desamparo dos homens punidos. Uma ordem está sendo modificada e suas estruturas passam por uma flexibilização que não mais referenda

os comportamentos rígidos de hierarquia de poder entre homens e mulheres aprendidos no sistema anterior. Há uma ordem sendo posta em questão, talvez no futuro caia em desuso e não mais terá amparo dentro das instituições. Esse desamparo se manifesta quando os *sujeitos* se confundem com suas *práticas*. Em dado momento, há práticas que não são mais completamente aceitas na vida social.

Motoboy – “*Você sempre nos pergunta o que a gente faz. Eu entro em conflito: o que a gente só pode fazer é ficar passivo*”. (Sessão de grupo de 18/04/2018)

Careca (Policia) – “*Na minha ficha não tem nada. Eu sempre deixei ela falar, falar e não fazia nada. Aquele dia aconteceu. Hoje já estou em outro relacionamento. Um dia, a ex-ligou dizendo que não tinha nada pra levar pra uma festa. Levei os dois e comprei o presente. Voltei e ela ‘tava xingando minha namorada. Ela disse que iria tirar tudo de mim. O Comandante da Cia. me manda um zap com uma mensagem: ‘Ataíde o que está acontecendo na sua residência’? Ela chamou a polícia e tudo, colocaram [a história] no rádio das viaturas. Até hoje sou revoltado com isto. Até hoje na Cia sou motivo de chacota. Todo mundo está sabendo. Eu morro de vergonha*”. (Sessão de grupo de 06/06/2018)

Barbicha de Boné – (homem negro de 35 anos) – “*Tem uma ausência de provas contra o homem. Essa lei [Maria da Penha] tem uma leitura parcial. Se eu tivesse feito queixa dela estaria numa situação melhor. Penso no caso do motorista que matou a esposa [motorista de uma dupla sertaneja]. Lembro que o motorista não reagiu contra a mulher, fazendo denúncia dela*”. (Sessão de grupo de 06/-6/2018)

Advogado – “*Estou levando, mas está sendo difícil. Focando em trabalho. Agora está sendo difícil porque já está todo mundo sabendo. Difícil a denúncia, essa coisa toda. Vai ter um concurso agora em setembro. Eu trabalho em um escritório [de advocacia]. Vou levando, tem dias piores, melhores. Saí e até peguei uma gatinha. Tem essa restrição que não posso chegar perto dela [da ex-namorada]. Eu sigo em frente – apesar de que vai ficar uma mancha na minha imagem⁹⁰. Até sarar essa ferida mesmo vai demorar pra*

⁹⁰ O advogado é um caso típico de expressão dos temores da classe média com a questão da denúncia (“agora todo mundo já está sabendo”; “vai ficar uma mancha na minha imagem”). Enquanto para a classe trabalhadora a história ter vazado para seu círculo de amigos e parentes envergonha quando a polícia bate na porta de casa, para a classe média a questão é tratada com panos quentes, abafada, de preferência de forma que não chegue aos ouvidos alheios. Tudo é marketing e reafirmação de distinção social, nada que associe esta classe social aos métodos os trabalhadores para resolver os problemas familiares. Delegacia é o último recurso a ser pensado.

passar. Não desejo mal a ela. Estou tentando perdoar ela. Eu sinto falta e tal...” [e se emociona]. (Sessão de grupo de 25/07/2018).

Da Ordi – *“A mulher chamar a polícia para um homem... O homem é orgulhoso. Não será jamais a mesma coisa. Vai ter consequências. Minha ex-namorada quebrou meu carro todo. Ela chamou a polícia para mim. Fomos para a delegacia da mulher. Eu tirei fotos, ela cortou fundo meu braço. Você quer entrar com processo contra ela? E esse cortado...? Ela [a policial] viu que ela cortou meu braço. Eu não quis fazer processo. Resumindo: tinha que ter uma investigação. Eu tive um advogado. Ele agora recente resolveu tudo para mim”.* (Sessão de grupo de 1º./08/2018)

Discurso da Cura - No cotidiano dos grupos e especialmente quando alguém novo ingressa naquele horário, esse discurso surge entre os participantes mais antigos. O processo observado durante as sessões do grupo é construído pelos coordenadores para adequar seus integrantes a esse ideal do homem civilizado, adestrado em modos mais flexíveis ou democráticos nas relações de gênero. Para descrever o processo que os teria levado à uma “cura”, a maioria dos integrantes irá acionar o *discurso da ignorância* – dentro da lógica de sombra e luz. Há uma dinâmica interna aos grupos de forma que os homens são “convidados” ou “conduzidos” a enxergar a existência de outra ordem – esse processo pressupõe a adesão a uma norma de igualdade de direitos entre homens e mulheres. O reconhecimento da violência cometida é seguido, ao final, do *discurso da cura*. Emula os testemunhos de conversão religiosa. É a demonstração de adesão à proposta implícita na participação nos Grupos Reflexivos – a de se tornar um homem novo, cuja ideia de fundo pressupõe a reeducação incorporada. Aderir ao “*discurso da cura*” é a demonstração mais cabal de que o participante está se propondo a fazer parte de uma ordem mais democrática nas relações íntimas. Se, ao sair do grupo, isto se manterá e por quanto tempo ou se é uma demonstração performática para ser assimilado pelo grupo não é possível saber aqui. E não é o objetivo desta pesquisa. Seria necessária a realização de um estudo empírico específico com ex-integrantes de grupos de reflexão para analisar o quão profunda é esta conversão a uma nova ordem. Pode ser comparada às conversões religiosas? Emula de certa forma a mesma dinâmica, inclusive os testemunhos que são feitos no momento de deixar o grupo e retomar sua vida diária.

Pastor/Caminhoneiro – *“Antes de me converter eu usava revolver todos os dias. Faço três penitências de manhã. Eu falava o que eu queria falar, de um jeito de falar. Estou tentando entender”.* (Sessão de grupo de 09/05/ 2018). *“Na nossa reunião de 10 ou 15*

pastores, às vezes a gente sai, grita, parece que está tendo um problema e depois ora e fica tudo bem. Nesse caso, depois que estou aqui, minhas atitudes mudaram muito. Há 25 anos atrás, se um policial fizesse isso, se ele me jogasse na caçamba de um camburão... Mudei, medo que a gente toma das atitudes da hora, palavras”. (Sessão de grupo de 13/06/2018).

Grande – *“Aprendi sobre agressão, direitos e deveres. Fiquei feliz com a experiência. Levei muito dessa experiência pra fora daqui. Mudou minha mente demais. Só tenho a agradecer. Vou sentir saudades. Sobre psicólogo, eu tinha outra visão. Queria que ela fosse uma mãe presente. Só tenho a agradecer pela vida de meu filho. Tem cinco anos agora”. (Sessão de grupo de 16/05/2018).*

Corvo - *Isso aqui está muito bom para mim. O que você ouve dos participantes, tem o caso de um e de outro, você vai comparando e vê que todo mundo está no mesmo patamar. (Sessão de grupo de 23/05/2018).*

Pedreiro – *“Hoje é diferente. Eu casei com ela. Eu era cachaceiro e não sou mais. Eu converso com eles [amigos do Bar de Da. Terezinha]: eu falo com eles sobre parar de beber. Eu com meu testemunho eu tento ajudar eles. Mas ela xinga. Ela quer que eu deixe de ir lá. É perto de casa, eu bebia muito lá. Eu vou lá, bato papo, tomo café. Eu nunca mais bebi - tô cinco anos sem beber. Deus me ajudou muito. Todo mundo na rua fala comigo”. (Sessão de grupo de 23 /05/2018)*

Da Ordi– *“Domingo dá pra dar uma brincada pela “ordi”. Às vezes vou para a casa de minha mãe. Rotina é essa mesma. E às vezes dou um rolê no bairro. Se a gente não arranjar o tempo para ela... Ela trabalha, estuda, vai para escola. Conversamos bastante. Antes era conturbado. Nós ‘dá’ um rolê, a gente entra, nós ‘conversa’ e acha onde tá o erro. Porque parei de beber e melhorou bastante. Quando saía pra beber eu saía na 6af e não voltava, só na segunda.” (Sessão de grupo de 18/07/2018)*

Técnico de Computação – *“Fiquei 12 anos só trabalhando...Trabalhava na madrugada, fiquei com stress e tive infarto aos 28 anos de idade. Quando é tempo de férias a gente dá uma relaxada. Agora conversei com os filhos sobre voltar a rotina quando acabarem as férias. Segunda-feira agora, primeira vez que os meus filhos falaram que era legal sair. Tenho um enteado também. A vida é assim. Eu vou voltar a estudar agora. Na rua da Bahia eu encontrei a diretora da escola lá na rua. Ela disse pra eu voltar a estudar. Fiz o ensino fundamental. Com seis meses eu termino o supletivo do ensino fundamental. O*

médio eu vou poder fazer a partir disso. Por isso fiquei parado lá... e vou voltar a estudar”. (Sessão de grupo de 25/07/2018)

Barbudo – *“Rebeca [a psicóloga] diz que ele [colega do grupo] é bem disciplinado. Eu não era não, mas eu comecei a ser. No sábado também estou estudando, no sábado vai até 13h. Fico um pouco com meus pais e domingo a gente vai para casa de minha avó. Se eu consegui mudar a chave de minha cabeça? Eu consegui quando eu decidi estudar. Já tenho um foco de fazer as coisas... Você vê que você pode. Eu imaginava que só ia ter filhos, trabalhar e mais nada”.* (Sessão de grupo de 25/07/2018).

Estudioso – *“Cheguei como todos indefinido, fiquei calado por três sessões. Pensando em como aconteceram coisas. As reuniões me ajudaram muito a entender tudo o que aconteceu. Eu falei que ia enforca-la e jogar ela do 4º andar. Liguei e disse que iria levar as coisas dela para a casa da avó, onde ela morava antes. Como pessoa eu mudei muito a partir dos vídeos (sessões passadas nos grupos), das histórias de outros, comparando a outros, comparado a mim. Foi aí que percebi que isso aqui vale muito. Vejo colegas meus O grupo é excelente local para você falar, ouvir, trocar ideias. Ajuda a gente a seguir em frente, Me ajudou muito. Eu aprovo muito todo o Instituto Albam, os dois psicólogos... Um aprendizado!”* (Sessão de grupo de 1º./08/2018)

7.3 O MODELO DE SOCIEDADE

O modelo de sociedade estruturada na maior autoridade atribuída aos homens e na prática da violência no qual foram criados não funcionou para eles. São homens que perderam no jogo da vida. Assim chegaram ali, depois que o juiz bateu o martelo: desolados, infelizes, raivosos, revoltados, muitos com ódio verdadeiro. Talvez tenham vivido assim toda a vida ... E preparados para o pior. Chegam contra sua vontade, passam as duas horas previstas ali, espremidos em salas apertadas, solitários com sua derrota, inconformados com o sistema no qual foram adestrado com lições de como ser um homem. E, lá adiante, esse mesmo sistema os pune por alguma coisa que para eles soa como não identificada e até abstrata – a violência praticada contra mulheres. Muitas vezes estarão diante de uma oportunidade única de fazer as reflexões que lhes foram negadas durante toda a vida. E, quem sabe, seguir adiante munidos de novas ferramentas para melhor compreender e viver num mundo envolvido em grandes transformações.

8 CONCLUSÕES -

(...) as ciências sociais estudam “objetos” que são dotados de intencionalidade e que pensam a si mesmos. Os sujeitos produzem interpretações do mundo social. Cada ator social é também um teórico social, no sentido de que interpreta a sua própria conduta e a situação social em que se insere para poder agir. Essa circunstância impõe aos cientistas sociais a necessidade de procederem ao que Anthony Giddens (1978) chamou de “dupla hermenêutica”: o sociólogo interpreta a interpretação que os sujeitos produzem de sua prática. Além disso, as ciências sociais são autoinfluentes: o processo de estudar afeta o que será estudado. (ALONSO, Angela, 2017).

Esta pesquisa foi mobilizada, em todas as etapas, pela necessidade de compreender empiricamente, a partir da análise das formas de socialização de homens autores de violência, algumas tendências a respeito das determinações/estruturações de seu comportamento nas relações íntimas. A tentativa feita neste estudo foi desligar-se de pré-concepções, estigmas e senso comum sobre um tema que, a despeito da premência em se acumular conhecimento para embasar procedimentos e novos métodos de abordagem do problema da violência doméstica, nos pede reverência aos princípios de alguma neutralidade e, ao mesmo tempo, o reconhecimento de nossos próprios vieses na discussão.

O que observamos aqui, ao longo de todo o estudo, sem sombra de dúvida, foi o reconhecimento da existência de sujeitos que encarnavam e representavam (mesmo que ambigualmente muitas vezes) a velha ordem com seus valores e práticas restritivas às mulheres. O cerne dos conflitos mostrados pelos entrevistados de nossa amostra pode ser interpretado como resultado de uma longa e onerosa disputa entre *cidadãos que são sujeitos de direitos* e *cidadãs* que passaram séculos como *sujeitos não portadores de direitos*, no caso, as mulheres. Como num retorno ao século XIX, a tentativa que se observa é de recuar ao período anterior, como se não houvesse ocorrido todo o fenômeno das lutas de mulheres por leis que deliberassem e protegessem seus [novíssimos] direitos. Toda essa situação observada também através deste estudo sugere a imagem da dança trágica de um pássaro, em seus estertores, simbolizando a ordem antiga que, ao mesmo tempo que se vai, tenta resistir à sua extinção em vista de novos sujeitos de direitos entrando em cena.

Havia um frequentador dos grupos de reflexão que expôs de forma enérgica uma das faces dessa resistência à mudança de costumes. Era um dos raros jovens das camadas de renda alta que apareceram por ali - um advogado de 34 anos condenado por conflitos com a ex-namorada. Sua entrada em um desses grupos reflexivos suscitou novos debates sobre a forma

como a justiça é hoje exercida no país - o que para eles é simbolizado pela introdução em 2006 da Lei 11.340 (ou Lei Maria da Penha) no sistema legal brasileiro. Nas sessões de grupos que acompanhei, esse advogado chegou a afirmar com veemência que o principal resultado da ação desta lei tem sido o aumento do feminicídio, *como consequência da reação dos homens*, conforme argumentou algumas vezes.

Sem ter consciência que o fazia, o advogado acabou por expor a seu modo o paradoxo da luta das mulheres - o aumento da violência a despeito do avanço dos direitos no campo legal. Fenômeno tratado pela teoria como próprio das fases de transição de costumes e normas que regulam comportamentos nessa área, e que se tornou o problema central discutido nesta pesquisa – questão que embasa a construção da hipótese que foi investigada. O que nosso estudo encontrou na investigação pode ser, grosso modo, resumido em três fenômenos que, articulados, comprovam o que a hipótese levantou como ponto de partida e que será melhor explicado nos parágrafos seguintes: i) a existência do que denominei de “*duplo padrão de resposta na crise*”, onde os homens misturam referências morais da velha ordem e outros padrões normativos representando a transição para uma nova ordem onde a rigidez da hierarquia de poder entre homens e mulheres se apresenta fragmentada, fendida e em mutação; ii) o fenômeno da “*ordem aprisionada*”, representado pela punição do exercício de padrões de violência permitidos anteriormente pela ordem tradicional na qual os homens da amostra foram educados; iii) o fenômeno dos “*cinco discursos*”, representando o processo desencadeado pela participação de homens punidos pela Lei 11.340 (Lei Maria da Penha) nos grupos reflexivos, como parte da execução de suas pernas alternativas estabelecidas pelo sistema de justiça.

O que os dados revelam - A experiência de análise desses dados nos trouxe informações que revelam alguma coisa do que foram, são, serão estes homens autores de violência doméstica condenados em Belo Horizonte. Por exemplo, sabemos agora que a prática de *Violência Verbal* (xingamentos, palavrões, alteração de voz) obteve a maior prevalência dos delitos cometidos pelos respondentes da pesquisa, atingindo o índice de 37,4%. No entanto, para quase 30% dos entrevistados, suas práticas nos momentos de conflito devem ser compreendidas como produto de um “*mal entendido*” - opção registrada por 27,5% dos respondentes. Neste estudo, práticas de *violência física* contra mulheres nas relações íntimas somaram 16,5% do percentual da amostra. Separadas, essas formas de violência assim foram observadas nos casos punidos em Belo Horizonte: sob a denominação de *violência física* (socos, pontapés, bofetadas) aparecem em 14,3% das situações de conflito; e *surras*

foram observadas em 2.2% dos casos. Foram expressivos os índices de *ameaças* contra mulheres: 13,2% dos homens desta pesquisa foram punidos pela Lei Maria da Penha por este delito.

Conforme nosso banco de dados, 60% dos respondentes têm menos de 40 anos e 40% têm mais de 40 anos. Ao relacionar as variáveis “*idade do agressor*” e “*tipo de violência*”, encontrou-se que os respondentes punidos pela prática de *violência verbal* estão mais associados com idade menor do que 40 anos.

Conflitos vividos pelos entrevistados resultaram em delitos, descritos e enquadrados pela Lei Federal no. 11.340. Foram dirigidos às parceiras ou ex-parceiras nas relações íntimas – 44% dos entrevistados responderam ter cometido algum tipo de agressão contra ex-companheiras e outros 41% o fizeram contra suas companheiras. Menores, e ainda assim expressivos, foram os percentuais envolvendo conflitos desses homens em outras relações familiares - 15% tiveram conflitos com amigas, filhas ou suas mães. A separação entre os casais nem sempre significa ruptura nas interações conflituosas, uma vez que 37% dos entrevistados têm 2 filhos com suas ex-companheiras ou companheiras, enquanto 28% declararam ter 3 ou mais filhos.

Aqui não estamos falando de homens das camadas de renda alta ou de altos níveis educacionais. Em 2019, havia 36,3% dos respondentes com renda individual⁹¹ na faixa de 1 a 2,5 salários mínimos⁹²; 16,5% com valor menor ou igual a 1 salário mínimo. O percentual cai visivelmente na faixa entre 2,5 a 3,5 salários mínimos: 6,6% dos respondentes alcançavam esta faixa de renda. Da amostra, 14,3% tinha renda individual acima de 3,5 salários mínimos. Desempregados eram 14%. Os restantes 8% eram não respondentes e, possivelmente, não trabalhavam fora nem estavam procurando trabalho. Mesmo nesta situação financeira que os dados revelaram, os homens entrevistados mostraram rejeição às explicações de que vulnerabilidade econômica seria um fator de risco ou motivação para a violência⁹³.

⁹¹ A opção de uso desse indicador “*renda individual*” se justifica em razão de a grande maioria dos respondentes ter preferido declarar essa modalidade de renda, deixando “*renda familiar*” em branco.

⁹² Se somarmos o percentual dos entrevistados com carteira assinada (26%) ao percentual dos autônomos (20%) teremos uma taxa de ocupação de 46% entre os integrantes dessa amostra. Por outro lado, a taxa de desemprego entre nossos entrevistados alcançou 14% dos respondentes: entre os sem trabalhar e à procura de trabalho no momento da entrevista. Os dados relativos à temática trabalho, mostraram que os homens entrevistados apresentam condições semelhantes ao que foi encontrado no Censo de 2019 (IBGE, 2019)

⁹³ Apenas 8,8% dos respondentes credita à falta de dinheiro a explicação para seu conflito, enquanto 73,6% rejeita essa visão. Também no campo econômico outro item, falta de emprego, foi rejeitada por 71,4% dos

8.1 PADRÕES DE DUPLA RESPOSTA NA CRISE

Entre os achados deste trabalho de pesquisa, um padrão vai se desenhando, emergindo da análise dos dados, especialmente na seção dedicada à juventude – naquilo que chamei ali de “*ambiguidades*”. Uma transição cultural e de valores morais se processa desde final do século XIX e se apresenta de forma pronunciada no século XXI. Esse é um pressuposto do qual partimos no início desta jornada de estudo dos padrões estruturados, os padrões de socialização e as vivências desses homens. Isso parece produzir na experiência deles o que chamarei de “*padrões de dupla resposta na transição*” ou *na transição e na crise*. Isso nos mostra seu apego a uma visão ainda tradicional das mulheres e suas liberdades, ao mesmo tempo em que aponta para outras visões que traduzem uma noção moderna de gênero pela qual as mulheres vêm lutando há cerca de 300 anos.

O que estamos defendendo ter encontrado nesta pesquisa, a existência de um *duplo padrão de resposta dos agentes* em momentos de transição, é um fenômeno que não estava descrito na literatura consultada. Indo um pouco além: é possível que, nos momentos de crise, o padrão tradicional vença a disputa na dinâmica para ceder lugar ao padrão de equidade entre os gêneros. Talvez outra forma de se referir/explicar a persistência da violência contra mulheres nas relações íntimas esteja neste fenômeno que denomino de “*Padrão de Dupla Resposta na Transição e na Crise*”. Desse modo acreditamos que estamos construindo uma noção explicativa que dê conta da dinâmica dos agentes em face do conflito nas relações íntimas. Uma visão que possa explicar (por dentro do processo) a alta dos números da violência doméstica e nas relações íntimas - registrada ano a ano pelos estudiosos do fenômeno. Essa noção, “*padrão de dupla resposta na transição*” (ou *na transição e na crise*), pode ser vista como complementar à interpretação desenvolvida por Connell (1995b) de que o recrudescimento da violência acontece na dinâmica que se estabelece na tentativa de manter a hierarquia de poder na mãos dos homens durante os períodos de mudança de padrões. Tal noção poderá se constituir, sendo testada em nível nacional e com amostragem mais ampla, em uma explicação possível para o fenômeno identificado pelos estudiosos.

Ao serem perguntados⁹⁴ sobre o que teriam aprendido sobre as moças, 40,7% deles sinalizam que pensam em “*escolher uma moça trabalhadeira dentro e fora de casa, para ajudar a criar a família*”, sugerindo que a mudança nos valores e costumes é possível, porém sem grandes rupturas – confirmando que as moças escolhidas por eles poderiam trabalhar fora, mas o trabalho doméstico se manteria como importante referencial. Esses “*aprendizados*” parecem indicar que a fidelidade conjugal e a fidelidade ao lugar social da mulher eram grandes apostas a serem concretizadas nas relações íntimas.

Nesse campo, as ambiguidades são parte do processo: 31% dos respondentes sinalizou ser “*totalmente favorável*” à virgindade das mulheres, conforme discutimos em detalhes no capítulo 5 (começa na pág. 86). Colocou-se no *survey* a pergunta: “*Em sua época de juventude, você percebia se havia costumes diferentes recomendados para a vida sexual de rapazes e moças?*” Como retorno, 23,1% reconheceram: “*Havia as moças para deitar, as fáceis; e as moças para namorar, as difíceis*”. Outros 19,8% assinalaram com mais clareza a frase que contextualiza a questão: “*Todos sabíamos os limites e as moças viviam com menos liberdade*”. Como esperado, 19,8% defenderam que “*moças deveriam se manter virgens até o casamento*”.

Ao lado deste “*duplo padrão de resposta na crise*” apontado por nosso estudo, um ambíguo padrão moral que não se confunde com este, e já descrito pelos estudiosos, foi observado também entre os entrevistados de nossa pesquisa: o chamado “*duplo padrão moral burguês*”. Isto é, os limites distintos da moral aplicada à vida social, quando se trata do tema sexo associado à experiência masculina ou quando o tema está associado à experiência feminina. Quando a discussão entra no terreno da igualdade de direitos entre homens e mulheres, a respeito da vivência sexual destes homens, vimos, por exemplo, que 43% fizeram sua iniciação sexual entre 15 e 17 anos; 29% entre 10 e 14 anos; e 12% entre 18 e 22 anos de idade⁹⁵.

Não por acaso, raramente alguém iria se referir a uma suposta “*iniciação sexual das moças*”, visto que, na cultura brasileira, esse termo costuma ser usado para se referir aos adolescentes e jovens do sexo masculino. Por essa razão, parcela significativa dos entrevistados se diz “*totalmente favorável à virgindade para as moças*” (precisamente 31,9% dos respondentes). Ao mesmo tempo, observa-se que 15% assinalam *apoio moderado* à

⁹⁴ Os respondentes eram estimulados a marcar mais de uma resposta, razão pela qual a soma dos percentuais irá ultrapassar os 100%.

⁹⁵ Os entrevistados que responderam essa questão somam 83,3%, enquanto 16,7% não responderam.

virgindade para moças, ou nenhum apoio, caso dos 25% *indiferentes* a essa restrição. Quando somados, essas porcentagens constituem uma fatia não desprezível de 40% dos entrevistados - tendência que pode representar uma visão menos conservadora nessa temática. De volta à ambiguidade, na mesma esfera da igualdade de direitos, 54,9%, número considerável, se diz totalmente favorável a *mais liberdade para as moças de sua época*.

Os homens que foram socializados com *maior religiosidade* apontaram *ciúmes* como um importante fator de conflito. No cruzamento dos dois indicadores, aqueles que responderam *Sim* para “*minha família valorizava isso e crescemos recebendo educação religiosa*” apareceram mais associados à resposta *Sim* para *Ciúmes* como *Motivações para Conflito* ($p=0,027$)⁹⁶. Note-se que 65% dos respondentes acreditam que a religião significa “*o caminho do bem*”, enquanto 38% interpretam que as famílias reforçavam o ensino dos valores religiosos porque acreditavam que “*transmitir valores religiosos ajudava na educação*”.

Ao consultar minhas notas do período de observação dos grupos reflexivos, fica claro que, não importando a classe social, o nível de renda ou de educação, os homens têm um pressuposto comum em torno das questões da masculinidade e da hierarquia – do modo de compreender a relação amorosa, a sua visão do mundo feminino e de como se conduzir na relação íntima. Recuperando os diálogos e discussões observadas nas sessões de grupos de reflexão, fica claro que ainda estão referidos a valores antigos e consolidados no mundo masculino, referidos a seu poder na vida social. São debates que transitam das questões de posse do Outro e do ciúme, até a divisão sexual do trabalho, o papel do provedor, liberdade para homens e mulheres, limites da hierarquia existente entre os casais. Nesse sentido, só a crise instaurada é capaz de estabelecer a dúvida que poderá ou não conduzir à mudança de padrões e costumes em direção à flexibilização desses limites, para encontrar alguma democracia nessas relações íntimas e na vida social mesmo.

8.2 A ORDEM APRISIONADA E OS CINCO DISCURSOS

Acompanhar as discussões nos grupos mostra que a grande crise que esse contingente masculino enfrenta é potencializada pela capacidade de a Lei Maria da Penha dar poder às mulheres nessa relação. Isto é, ao exigir que os homens autores de violência contra mulheres frequentem grupos de reflexão, essa Lei abre a possibilidade para uma espécie de *turning*

⁹⁶ Quando a discussão enfoca motivações para o conflito, os indicadores foram, pela ordem: Falta de Diálogo (41,8%); Ciúme (38,5%); Falta de confiança (34,1%); Incapacidade de Comunicação (33%); incapacidade de lidar com crises (22%); visões diferentes de mundo (20,9%). São nuances importantes que compõem o quadro das relações/questões em análise nesse estudo.

point na vida de homens e de mulheres envolvidos nas situações de violência. Não há dúvida de que frequentar os grupos torna possível alguma reflexão para estes homens em torno de seu papel nas relações sociais e nas relações íntimas, a construção de suas histórias de vida, colocando em questão os pilares que sustentam o poder masculino nas relações sociais.

Ao longo das sessões dos grupos reflexivos, identificamos cinco tipos de discursos emitidos pelos frequentadores como num processo de reflexão em que estes discursos típicos se sucedia, normalmente nessa ordem: *Discurso da Ignorância*; *Discurso da Crise*; *Discurso da Origem*; *Discurso do Desamparo*; *Discurso da Cura*. Essa dinâmica se repetia como se o processo de conscientização emulasse o processo de amadurecimento do sujeito social: ignorância como simbolização da infância e as várias fases do desenvolvimento da consciência até amadurecer a conduta.

Discurso da Ignorância – Raros foram os casos de integrantes dos Grupos de Reflexão, ao longo dos 12 meses de observação, que assumiam de início a consciência da prática de violência contra mulher. Esse ponto é melhor desenvolvido na análise feita no capítulo 7 (relativa a dados dos homens adultos, início na págs. 151) no qual lembro as noções de Welzer Lang em que o autor francês descreve a construção das masculinidades. Lang cita alguns dos processos vividos pelos meninos em ambientes masculinos que ele denominou “*a casa dos homens*”. Ali se refere às várias violências simbólicas ou físicas implícitas nos processos de socialização como conhecemos, vividas pelos meninos durante a infância e a adolescência. E, em minha análise, me refiro ao esquecimento que a ordem impõe a estes sujeitos, mostrando que a convivência com as várias violências é diária e seu esquecimento é parte implícita na institucionalização dessas práticas na vida social. Portanto, em minha visão, o mesmo desconhecimento das violências que praticam contra mulheres é parte do processo social como um todo – um esquecimento que envolve tanto as violências praticadas como sujeito como as vividas enquanto objeto.

Discurso da Crise – Não é parte do comportamento dos integrantes que chegam aos grupos reflexivos a consciência de sua própria responsabilidade na prática de violência contra mulheres. No entanto, é fato que estão envolvidos em uma denúncia, pela qual foram condenados. Há uma crise da relação íntima que se torna, então, o foco e objeto de longas análises durante as primeiras sessões. Desse modo alguns deles se apresentam aos colegas de grupo – histórias cheias de detalhes, de dor e fúria, são reveladas aos homens ali reunidos. Nesses momentos, em que outros sujeitos se mostram em suas vulnerabilidades, supõe-se que

os que nada dizem – estes são maioria entre os cerca de 17 ou 18 participantes - revivam suas próprias histórias de vida.

Discurso da Origem – É quando se inicia o processo de descer a camadas mais profundas das vulnerabilidades, falam de suas famílias e do modo como foram educados. Muitas vezes começam ali a associar valores recebidos e motivações para as violências praticadas. Parte do desenvolvimento de sua consciência crítica começa com o *Discurso da Origem*: quando resgatam velhas histórias de seus pais, parentes, modos de vida aprendidos em família e têm os primeiros lampejos de consciência de que as práticas aprendidas estão conectadas às crises nas relações íntimas. Começam assim a crítica a respeito de valores da hierarquia masculina na relação com as mulheres.

Discurso do Desamparo – Falar de sua própria condição de punido pela Justiça conduz a memórias sobre a crise vivida. A etapa subsequente do processo leva a longas sessões em que se debate a Lei Maria da Penha. Há uma sensação de desamparo dos homens punidos pela Lei Maria da Penha diante do Sistema de Justiça. Ali os integrantes expressam de forma direta ou indireta o que um dos homens chegou a afirmar: “*Estamos desamparados pela Justiça*”. A sensação de desamparo é uma clara manifestação do fenômeno que chamei de “*o aprisionamento da Ordem*” (e dá título ao capítulo 7). O fenômeno se torna visível no sentimento de abandono expressado por estes homens - eles se criaram dentro de certas expectativas e em certo modelo de sociabilidade na qual estava instituída e socialmente aceita a hierarquia de poder entre homens e mulheres. No entanto, esse sistema, que feministas chamam de “*patriarcado moderno*”, está em transição para uma ordem mais democrática das relações de gênero. No interior dessa mudança surge esse fenômeno do sentimento de desamparo dos homens punidos. Uma ordem está sendo desmontada e suas estruturas sofrem uma flexibilização que não mais referenda os comportamentos aprendidos no sistema anterior. Tudo está em mutação e há uma ordem sendo posta em questão, que talvez cairá desuso, não recebendo mais amparo dentro da maioria das instituições. Esse desamparo se manifesta quando os *sujeitos* se confundem com suas *práticas*.

Discurso da Cura - No cotidiano dos grupos e especialmente quando alguém novo ingressa naquele horário, esse discurso surge entre os participantes mais antigos. O processo observado envolve um esforço para se adequar ao ideal de homem civilizado, adestrado em modos mais flexíveis ou democráticos nas relações de gênero. Os participantes começam a fazer o que denomino de *discurso da cura*. Para descrever o processo que levou à cura, a

maioria dos integrantes irá acionar o *discurso da ignorância* – dentro da lógica de sombra e luz. Há uma dinâmica interna nos grupos de forma que os homens são “convidados” ou “induzidos” a aderir a uma nova ordem que pressupõe uma norma de igualdade de direitos entre homens e mulheres. O reconhecimento da violência cometida é seguido, ao final, do *discurso da cura*. Emula os testemunhos de conversão religiosa. É a demonstração de adesão à proposta implícita na participação nos grupos reflexivos – a ideia de se tornar um novo homem incorpora a noção da reeducação. Aderir ao “*discurso da cura*” é a demonstração mais cabal de que o participante está se propondo a incorporar uma norma de conduta mais democrática nas relações íntimas. Se ao sair do grupo isto se manterá e por quanto tempo ou se é uma demonstração performática para ser assimilado pelo grupo não é possível saber. E não é o objetivo desta pesquisa. Seria necessária a realização de um estudo empírico específico com ex-integrantes de grupos de reflexão para analisar o quão profunda é essa conversão a uma nova ordem. Pode ser comparada às conversões religiosas? Emula de certa forma a mesma dinâmica, inclusive os testemunhos que são feitos no momento de abandonar o grupo.

8.3- LIÇÕES APRENDIDAS E POR APRENDER

O apelo ao recurso da lei não irá, por si só, saltar sobre as etapas que produzem os conflitos existentes nos processos de mudança de tradições e costumes. Poderá sim, regular limites, estabelecer fronteiras – dotar cidadãos e cidadãs de direitos legitimados e trabalhar para que sejam do conhecimento de todos os recursos legais existentes aos quais se pode recorrer no caso de desrespeito aos direitos garantidos pelas leis. É sabido que a ação dos operadores do Direito e do sistema de Justiça se exerce *a posteriori* em relação a conflitos produzidos nas mudanças em hierarquias de gênero na vida social e nas relações íntimas, nas diferenças de poder na vida ordinária, na vida cotidiana. E as conquistas jurídicas de direitos das mulheres (historicamente recentes) não permitiram ainda avançar no campo de políticas públicas preventivas. Estamos no estágio de assegurar a manutenção das políticas públicas de atendimento às mulheres em situação de violência, processo em construção. Por outro lado, muitos dos estudos citados observam que nesses espaços institucionais estabelecidos nas várias esferas públicas, se pode (e várias pesquisas constataam isso) reproduzir e reforçar hierarquias e injustiças que estruturam nossa sociedade. Há evidências de que práticas mais

democráticas e esclarecidas nos espaços de atendimento público mudam para melhor a experiência daqueles que buscam seus direitos⁹⁷.

Finalizamos aqui com a reflexão de que o impacto produzido cotidianamente e cumulativamente pelas práticas de violência contra mulheres nas várias dimensões da vida social não acontece no momento de uma situação limite como o assassinato das mulheres. Se, na vida familiar, o chamado “*ciclo de violência*” se inicia com pequenas agressões e retirada de direitos de mulheres/jovens/crianças nas famílias nessa situação, na vida social o impacto dessas vivências se amplia e se dissemina em ciclos que se retroalimentam.

Acreditamos na educação como prática transformadora da vida social. Toda essa hesitação diante do novo observada na dinâmica social, pode ser alterada com auxílio dos processos educativos, tendo em vista a ação profunda que pode ser exercida sobre as consciências de crianças e jovens em processos educativos construídos com este fim – estes efeitos também ocorrem nos processos de reeducação de adultos. Desta forma entendemos que a educação pode ser decisiva para justamente auxiliar no rompimento da velha ordem e, afinal, possibilitar a realização do que dizia o poeta, pois “*o novo sempre vem*” (trecho da canção Belchior, “*Como nossos pais*”, de 1976).

⁹⁷Ver p. ex: ARAÚJO, A.N. *Atuação do Juizado Especial Criminal de Belo Horizonte nos Casos de Violência Contra Mulher: intervenções e perspectivas*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG. AGUIAR, J.M. & D’OLIVEIRA, A.F.P.L. *Violência Institucional em Maternidades Públicas sob a ótica das usuárias*. In: *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, 2010.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAD, M. Crítica política das políticas de juventude. In: FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda (Org.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2003.

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, ANPED n. 5-6, p. 25-36, 1997. Número especial.

_____. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: FREITAS, Maria Virginia (org). **Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais**, 2ª ed. Ação Educativa, 2005.

_____. & BRANCO, P. P. M. (orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005, 448 pp. Disponível em: https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/perfil_juventude_brasileira2.pdf. Acesso em setembro de 2020.

_____. *Estação Juventude. Conceitos Fundamentais - Pontos de partida para uma reflexão sobre políticas públicas*. Documento do IPEA, Brasília, 2014. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/politicas%20de%20juventude1.pdf>. Acesso em agosto de 2020.

ABRANTES, Pedro. Revisitando a teoria da reprodução: debate teórico e aplicações ao caso português. In: **Análise Social**, vol. XLVI (199), 2011, 261-281.

AGUIAR, Neuma. Patriarcado. In: Fleury-Teixeira, E.M. e Meneghel, S.N. **Dicionário Feminino da Infância**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.

_____. Perspectivas feministas e o conceito de patriarcado na sociologia clássica e no pensamento sociopolítico brasileiro. In: AGUIAR, N. **Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

ALMEIDA, M. E. G. G. & PINHO, L. V. Adolescência, Família e Escolhas: Implicações na orientação profissional. In: **PSIC. CLIN.** Rio de Janeiro: v. 20, n. 2, p. 173–184, 2008.

ALMEIDA, Miguel Vale de. **Senhores de si**. Lisboa: Fim de século, 1995.

ALONSO, Angela. Introdução: Método Qualitativo. In: **Métodos e Técnicas em Ciências Sociais**, 2017. E-book Sesc/Cebrap.

ALTMAN, D. **Homosexual: Oppression and Liberation**. Sydney, Australia: Angus and Robertson, 1972.

ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980. 200p.

ALVES, Edson Ferreira. Diálogos com Pierre Bourdieu e Passeron sobre o Sistema de Ensino e Suas Impossibilidades. In: **InterMeio** - revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, MS, v. 21/22, n. 42/44, p. 121-137, 2015/2016.

ANSARA, D. L., HINDIN, M. J. Perpetration of intimate partner aggression by men and women in the Philippines: prevalence and associated factors. **J Interpers Violence**. 2009;24(9): 1579–90.

ARCHER, L. Muslim Brothers, Black Lads, Traditional Asians: British Muslim Young Men's Constructions of Race, Religion and Masculinity. **Feminism & Psychology**, v. 11, n. 1, p. 79-105, 2001.

ARILHA, M.; RIDENTI, S. G. U.; MEDRADO, B. **Homens e Masculinidades: Outras Palavras**. São Paulo: ECOS/Editora 34, 1998.

AUDI, C.A.F., SEGALL-CORRÊA A.M., SANTIAGO, S.M., ANDRADE, M.G.G., Pérez-Escamilla R. Violência doméstica na gravidez: prevalência e fatores associados. **Rev Saude Publica**. 2008;42(5): 877–85.

AZEVEDO, M. A. **Mulheres Espancadas: a violência denunciada**. São Paulo: Cortez, 1985.

BADINTER, Elisabeth. **XY: sobre a Identidade Masculina**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BADINTER, Elisabeth. Identidade e preferência sexual. In: **XY: sobre a identidade masculina**. Trad. Maria Ignez Duque Estrada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996

BANDEIRA, Lourdes, ALMEIDA, Tânia Mara C. e MENEZES, Andréa M. (orgs.) *Violência contra as mulheres: a capacitação das DEAMs do Centro-Oeste*. Brasília: AGENDE, 2004.

_____. e ALMEIDA, Tânia Mara C. *Relações de gênero, violência e assédio moral*. Brasília: AGENDE/ELETROBRÁS, 2005.

_____.; BATISTA, Anália Soria. *Violências sem sangue*. Universidade Nacional de Brasília. Departamento de Sociologia, 2005. (Mimeogr.).

_____. *Patriarcado e Violência masculina: crimes de morte como construção pública*. 2006. Anais do 30º. Encontro anual da ANPOCS, Caxambu, no GT 27: Violência, conflitos e práticas culturais.

_____, ALMEIDA, Tânia Mara C. e CAMPELO, Eliane. (orgs) *Política públicas e violências contra as mulheres: metodologia de capacitação de agentes públicos/as*. Brasília: AGENDE, 2006.

BANDEIRA, Lourdes. *Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação*. *Revista Sociedade e Estado* - Volume 29 Número 2 Maio/Agosto 2014.

BARKER, D. L.; ALLEN, S. (Ed.). *Sexual Divisions and Society*. London: Tavistock. 1976.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Resenha: A dominação masculina. *Revista de Ciências Sociais*, v. 30, n. 1/2, p. 178-181, 1999.

BARRETT, F. J. The Organizational Construction of Hegemonic Masculinity: The Case of the U.S. Navy. *Gender, Work and Organization*, v. 3, n. 3, p. 129-142, 1996.

BARSTED, Leila Linhares. Lei e realidade social: igualdade x desigualdade. In: **As mulheres e os direitos humanos**. Coletânea que traduz a Legislação com a perspectiva de gênero. Rio de Janeiro: Cepia, 2001. Disponível em: <https://cepia.org.br/>

_____. Lei Maria da Penha: uma experiência bem-sucedida de advocacy feminista. In: CAMPOS, Carmen Hein de (org.). **Lei Maria da Penha comentada na perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: LumenJuris, 2011.

BARKER, Gary; RICARDO, Christine; and NASCIMENTO, Marcos. Engaging men and boys in changing gender - based inequity in health: Evidence from programme interventions.

World Health Organization. In: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/43679> . Assesso em janeiro de 2021.

BEDNARIK, K. **The male in crisis.** Knopf, Nova York. 1970.

BELTON, R. J. **The Beribboned Bomb: The Image of Woman in Male Surrealist Art.** Calgary, Canada: University of Calgary Press, 1995.

BERG, L. D. Masculinity, Place and a Binary Discourse of ‘Theory’ and ‘Empirical Investigation’ in the Human Geography of Aotearoa/New Zealand. **Gender, Place and Culture**, v. 1, n. 2, p. 245-260, 1994.

BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade.** Petrópolis: Editora Vozes 2001, 20ª edição.

BERMÚDEZ, Monica de Martino. Connell y el concepto de masculinidades hegemónicas: notas críticas desde la obra de Pierre Bourdieu. **Estudios Feministas**, Florianópolis, 21(1): 283-300, 2013.

BEIRAS, Adriano. **La (des) Construcción de subjetividades en un grupo terapeutico de hombres autores de violència en sus relaciones afectivas.** Universitat Autònoma de Barcelona. 2012.

BEIRAS, A.; NASCIMENTO, M. ; INCROCCI, C. Programas de atenção a homens autores de violència contra as mulheres: um panorama das intervenções no Brasil. **Saúde Soc.** São Paulo, v.28, n.1, p.262-274, 2019.

BIANCHI, Alvaro. O conceito de estado em Max Weber. In: **Lua Nova.** n.92, p. 79-104, 2014.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. Famílias brasileiras do século XX: os valores e as práticas da educação da criança. **Temas em Psicologia**, 3: 33-49, 1997.

BIGLIA, B. & SAN MARTIN, C. **Estado de Wonderbra: entretejiendo narraciones feministas sobre las violencias de género.** Barcelona: Virus Editorial, 2007.

BIRD, S. R. Welcome to the Men’s Club: Homosociality and the Maintenance of Hegemonic Masculinity. **Gender & Society**, v. 10, n. 2, p. 120-132, 1996.

BLAY, E. A. **Trabalho Domesticado: a mulher na indústria paulista**. São Paulo: Ática, 1978.

BLAY, Eva (org.). **Feminismos e Masculinidades – Novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora. 2014.

BONINO MENDÉZ, L. (2001) **La masculinidad tradicional, obstáculo a la educación em igualdad**. Congreso nacional de Educación em igualdad. Xunta de Galicia. Santiago de Compostela.

_____. Masculinidad hegemónica e identidade masculina, In: **Dossiers Feministes**, 6, pp 7-36. Editada por el Seminario de Investigación Feminista de la Universitat Jaume I de Castellón, España, 2003.

_____. Micromachismos, el poder masculino en la pareja moderna. In: **Voces de hombres por la igualdad**. Comp. J.A. Lozoya y J.C. Bedoya. Edición electrónica de Chema Espada, 2008.

BONNEWITZ, Patrice. Entre enthousiasme et contestation. **Magazine Littéraire**, Paris, n. 369, oct.1998.

BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução - Elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 1970/1992. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 3ª. Edição, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 1979/2007.

_____. **O Senso Prático**. Petrópolis, Rio de Janeiro. Editora Vozes. 1980/2009.

_____. **Coisas Ditas**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1987/ 2004.

_____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil. 1989/1998.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papirus, 1996

_____. **Masculine domination revisited**. Berkeley Journal of Sociology 41:189-203; 1997.

_____. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1998/2003.

_____. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 2ª ed.

BRANNON, R. The Male Sex Role: Our Culture's Blueprint of Manhood, and What It's Done for us Lately. In: DAVID, D. S.; BRANNON, R. (Ed.). **The Forty-nine Percent Majority: The Male Sex Role**. Reading, MA: Addington-Wesley, 1976.

BROD, H. **The Making of Masculinities: The New Men's Studies**. Boston: Allen and Unwin, 1987.

_____. "Some Thoughts on Some Histories of Some Masculinities: Jews and Other Others." In: DAVID, D. S.; BRANNON, R. (Ed.). **Theorizing Masculinities**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1994.

BROKER, M. 'I may be a queer, but at least I am a man': Male Hegemony and Ascribed Versus Achieved Gender. In: BROWN, D. **Complicity and Reproduction in Teaching Physical Education**. *Sport, Education and Society*, v. 4, n. 2, p. 143-159, 1999.

BROWN, D. Complicity and Reproduction in Teaching Physical Education. **Sport, Education and Society**, v. 4, n. 2, p. 143-159, 1999.

BUFKIN, J. L. Bias Crime as Gendered Behavior. **Social Justice**, v. 26, n. 1, p. 155-176, 1999.

BURGESS, I.; EDWARDS, A.; SKINNER, J. Football Culture in an Australian School Setting: The Construction of Masculine Identity. **Sport, Education and Society**, v. 8, n. 2, p. 199-212, 2003.

BUSSAB, W.O. & MORETTIN, P.A. **Estatística Básica**. 5ª Edição, Editora Saraiva, 2002.

CAMPBELL, H. The Glass Phallus: Public Masculinity and Drinking in Rural New Zealand. **Rural Sociology**, v. 65, n.4, p. 562-581, 2000.

CARMO, D; DUARTE, C. e LUZ, J. **Mulheres de Minas: lutas e conquistas**. Belo Horizonte: Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais, Imprensa Oficial, 2008.

CARRIGAN, T.; CONNELL, R. W.; LEE, J. Toward a New Sociology of Masculinity. **Theory and Society**, v. 14, n. 5, p. 551-604, 1985.

CAVENDER, G. Detecting Masculinity. In: FERRELL, J.; WEBSDALE, N. (Ed.). **Making Trouble: Cultural Constructions of Crime, Deviance and Control**. New York: Aldine de Gruyter, 1999.

CHAUÍ, M. Participando do Debate sobre Mulher e Violência. In: CARDOSO, Ruth, CHAUÍ, Marilena e PAOLI, Maria Celia (Org.). **Perspectivas Antropológicas da Mulher**, São Paulo: Zahar, 1985.

CHENG, C. 'We choose not to compete': The 'Merit' Discourse in the Selection Process, and Asian and Asian American Men and their Masculinity. In: CHENG, C. (Ed.). **Masculinities in Organizations**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1996.

COBB, R., ROSS, J. Y. M. Agenda Building as a comparative Political Process. In: **The American Political Science Review**, v. 70. n. 1, 1976.

COCKBURN, C. **Brothers: Male Dominance and Technological Change**. London: Pluto, 1983.

_____. **In the Way of Men: Men's Resistance to Sex Equality in Organizations**. London: Macmillan, 1991.

COLLIER, R. **Masculinities, Crime and Criminology: Men, Heterosexuality and the Criminalised Other**. London: Sage, 1998.

COLLINSON, D.; HEARN, J. Naming Men as Men: Implications for Work, Organization and Management. **Gender, Work and Organization**, v. 1, n. 1, p. 2-22, 1994.

COLLINSON, D.; KNIGHTS, D.; COLLINSON, M. **Managing to Discriminate**. London: Routledge, 1990.

CONNELL, R. W. **Ruling Class, Ruling Culture**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1977.

_____. et al. **Making the Difference: Schools, Families and Social Division**. Sydney, Australia: Allen and Unwin, 1982.

_____. Class, Patriarchy, and Sartre's Theory of Practice. **Theory and Society**, v. 11, p. 305-320, 1982.

_____. **Which Way is up? Essays on Sex, Class and Culture**. Sydney, Australia: Allen and Unwin, 1983.

_____. **Gender and Power: Society, the Person and Sexual Politics**. Stanford, California: Stanford University Press, 1987.

_____. “An Iron Man: The Body and some Contradictions of Hegemonic Masculinity.” In: MESSNER, M.; SABO, D. (Ed.). **Sport, Men and the Gender Order**. Champaign, IL: Human Kinetics, Books, 1990.

_____. **Masculinities: knowledge, power and social change**. Berkeley: University of California Press, 1995.

_____. “Políticas da Masculinidade”. **Educação & Realidade**. 1995b. In: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71725> . Acesso em: julho de 2020.

_____. & MESSERSCHMIDT, James W. **Masculinities**. Cambridge, UK: Polity Press, 1995c.

_____. “Masculinities, Change and Conflict in Global Society: Thinking about the Future of Men’s Studies.” **Journal of Men’s Studies**, v. 11, n. 3, p. 249-266, 2003.

_____. & MITTELMAN, J. H. **Whither Globalization? The Vortex of Knowledge and Ideology**. London: Routledge, 2004.

_____. “Globalization, Imperialism, and Masculinities.” **Political Science**, 2005.

_____. & WOOD, J. Globalization and Business Masculinities. **Men and Masculinities**, v. 7, n. 4, p. 347-364, 2005.

_____. & MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 21(1): 241-282, 2013.

CONSALVO, M. The Monsters Next Door: Media Constructions of Boys and Masculinity. **Feminist Media Studies**, v. 3, n. 1, p. 27-46, 2003.

COSTA L. & BÜCHELE. Revisão crítica sobre o atendimento a homens autores de violência doméstica e familiar contra as mulheres. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 21(2):721-743, 2011.

DALAL, K., RAHMAN, F., JANSSON, B. Wife abuse in rural Bangladesh. **J Biosoc Sci.** 2009;41(5):561–73.

DASGUPTA, R. Performing Masculinities? The ‘Salaryman’ at Work and Play. **Japanese Studies**, v. 20, n. 2, p. 189-200, 2000.

DAVIS, A. **Women, Race, and Class**. New York: Vintage, 1983.

DEEKE, L. P.; BOING, A. F.; OLIVEIRA, W. F.; COELHO, E. B. S. A dinâmica da violência doméstica: uma análise a partir dos discursos da mulher agredida e de seu parceiro. **Saude Soc.** 18(2):248–58, 2009.

DEMETRIOU, D. Z. Connell’s Concept of Hegemonic Masculinity: A Critique. **Theory and Society**, v. 30, n. 3, p. 337-361, 2001.

DENBOROUGH, D. Step by Step: Developing Respectful and Effective Ways of Working with Young Men to Reduce Violence. In: McLEAN, C.; CAREY, M.; WHITE, C. (Ed.). **Men’s Ways of Being**. Boulder, CO: Westview, 1996.

DINGES, M.; RÜNDAL, E.; BAUER, D. Programm. In: **PROGRAM FOR THE HEGEMONIALE MÄNNLICHKEITEN CONFERENCE**, Stuttgart, Germany, 24-26, 2004.

DONALDSON, M. **Time of Our Lives: Labor and Love in the Working Class**. Sydney, Australia: Allen and Unwin, 1991.

_____. “What is Hegemonic Masculinity?” **Theory and Society**, v. 22, p. 643-657, 1993.

DONALDSON, M.; POYNTING, S. The Time of their Lives: Time, Work and Leisure in the Daily Lives of Ruling-class Men. In: HOLLIER, N. (Ed.). **Ruling Australia: The Power, Privilege & Politics of the New Ruling Class**. Melbourne: Australian Scholarly, 2004.

DESSEN, M. A. Estudando a família em desenvolvimento: desafios conceituais e teóricos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 30:202-219, 2010.

DOSSI, A. P., SALIBA, O., GARBIN, C. A. S., GARBIN, A. J. I. Perfil epidemiológico da violência física intrafamiliar: agressões denunciadas em um município do estado de São Paulo, Brasil, entre 2001 e 2005. **Cad Saúde Pública**. 24(8): 1939–52, 2008.

DUNNING, Eric & MENNELL, Stephen. Prefácio à edição inglesa. In: ELIAS, Norbert. **Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

DUNNING, Eric and MENNELL, Stephen. Norbert Elias (4 volumes). London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage Publications, 2003.

DUQUE, Javier Armando Pineda. **Gender, masculinities and development: the case of the Colombian microenterprise plan**. 2000. In: Durham theses, Durham University. Disponível em: <http://etheses.dur.ac.uk/4612/>

EISENSTEIN, Z. R. **Capitalist Patriarchy and the Case for Socialist Feminism**. New York: Monthly Review Press, 1979.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

ERIKSON, E. **Identidade, juventude e crise**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

III Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade. João Pessoa, novembro 2011.

EUROPEAN UNION AGENCY FOR FUNDAMENTAL RIGHTS (FRA). Disponível em: <http://fra.europa.eu/en/project/2012/fra-survey-gender-based-violence-against-women>

FERGUSON, H. Men and Masculinities in Late-modern Ireland. In: PEASE, B.; PRINGLE, K. (Ed.). **A Man's World? Changing Men's Practices in a Globalized World**. London: Zed Books, 2001.

FLEURY-TEIXEIRA, Elizabeth Maria. 2007. **As mulheres no Estado ou o estado das mulheres**. Monografia de Especialização em Políticas Públicas na pós-graduação lato-sensu em Ciência Política. In: acervo Biblioteca Fafich/UFMG. 2007.

_____. 70 horizontes, 70 razões para ir à luta. In: DUARTE, CARMO & LUZ (Orgs.). **Mulheres de Minas: lutas e conquistas**. Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, 2008.

_____. Conselhos dos Direitos da Mulher. In: **Dicionário Feminino da Infância – acolhimento e diagnóstico de mulher em situação de violência**. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2015.

_____. & CHRYSTUS, Mirian. No curso dos rios e das leis: a luta por políticas públicas de enfrentamento da violência contra a mulher. **Cadernos da Escola do Legislativo**, Volume 21, Número 35, 2019. Disponível em: <https://cadernosdolegislativo.almg.gov.br/ojs/index.php/cadernos-ele/article/view/366/313>.

FRANÇA, Viviane Helena de. **Qualidade de vida da população em extrema pobreza de Ribeirão das Neves, região metropolitana de Belo Horizonte**. 2016. 224 f. Tese (Doutorado em Ciências Concentração Saúde Coletiva). Centro de Pesquisas René Rachou, Fundação Oswaldo Cruz, Belo Horizonte, 2016. Acesso em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/32469>. Acesso em Agosto de 2020.

FRASER, Nancy. 2009. **Feminismo, capitalismo e a astúcia da história**. Versão original publicada na *New Left Review*, n. 56, março-abril de 2009, sob o título “Feminism, capitalism and the cunning of history”. **Revista Mediações, UFSC**. Edição 23, vol. 1. 2009. Pág.11 a 33.

FREUD, Sigmund. **From the History of an Infantile Neurosis**. Complete Psychological Works. Standard ed. London: Hogarth, 1955. v. 17.

FRIEDMAN, R. M.; LERNER, L. Toward a New Psychology of Men: Psychoanalytic and Social Perspectives. **Psychoanalytic Review**, v. 73, n. 4, 1986. Special issue.

FRYE, V., LATKA, M. H., WU Y., VALVERDE, E. E., et al. Intimate partner violence perpetration against main female partners among HIV-positive male injection drug users. **J Acquir Immune Defic Syndr**. 46(2):101–9, 2007.

GERSCHICK, T. J.; MILLER, A. S. Gender Identities at the Crossroads of Masculinity and Physical Disability. **Masculinities**, v. 2, n. 1, p. 34-55, 1994.

GIFFIN, Karen. A inserção dos homens nos estudos de gênero: contribuições de um sujeito histórico. **Ciência & Saúde Coletiva**, 10(1):47-57, 2005.

GODOI, C. K.; MELLO, R. B.; SILVA, A. B. Pesquisa qualitativa em estudos

organizacionais: Paradigmas, estratégias e métodos. 2º ed. São Paulo: Saraiva, 2010

GOMES, M. A. e PEREIRA, M. L. D. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. In: **Ciênc. saúde coletiva**, v. 10 n. 2. Rio de Janeiro, 2005.

Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000200013. Acesso em Agosto de 2020.

GONÇALVES, Sérgio Campos. Processo Civilizador e colonização em Norbert Elias: uma teoria interpretativa através da Sociologia, da História e da Psicologia. In: **OP SIS**, Catalão, v. 13, n. 1, p. 200-221, 2013.

GOODE, W. Why Men Resist. In: THORNE, B.; YALOM, M. (Ed.). **Rethinking the Family: Some Feminist Questions**. New York: Longman, 1982.

GOODWIN, J.; HOROWITZ, R. *Introduction: The Methodological Strengths and Dilemmas of Qualitative Sociology*. **Sociology**. 2002.

GREGORI, M. F. **Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

GRENFELL, Michael et al. **Pierre Bourdieu – Conceitos Fundamentais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2018.

GUTMANN, M. C. **The Meanings of Macho: Being a Man in Mexico City**. Berkeley: University of California Press, 1996.

GUZMÁN, Virginia. La institucionalidad de género en el estado: Nuevas perspectivas de análisis, in: **SERIE Mujer y desarrollo** N° 32. Publicación de las Naciones Unidas, marzo de 2001:06. Impreso en Naciones Unidas, Santiago de Chile, CEPAL. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/5878/1/S01030269_es.pdf.

HABKOUK, Patrícia. 2019. O feminicídio é um crime de ódio, não de amor. In: **Relatório de Atividades da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Mulher**. Primeiro Ano. 2019 – Minas Gerais, Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

HACKER, H. M. The New Burdens of Masculinity. **Marriage and Family Living**, v. 19, n. 3, p. 227-233, 1957.

HALBERSTAM, J. **Female Masculinity**. Durham, NC: Duke University Press, 1998.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo, Vértice, 1990.

HANKE, R. Redesigning Men: Hegemonic Masculinity in Transition. In: CRAIG, S. (Ed.). **Men, Masculinity, and the Media**. Newbury Park, CA: Sage, 1992.

HANNER, J. **A Mulher Brasileira e suas Lutas Sociais e Políticas: 1850-1937**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HARAWAY, Donna. **Simians, cyborgs, and women: the reinvention of nature**. New York: Routledge, 1991.

HAWKESWORTH, M. Confounding Gender. Signs: **Journal of Women in Culture and Society**, v. 22, n. 3, p. 649-685, 1997.

HEARN, J. Is Masculinity Dead? A Critique of the Concept of Masculinity/Masculinities. In: MAC AN GHAILL, M. (Ed.). **Understanding Masculinities: Social Relations and Cultural Arenas**. Buckingham, UK: Open University Press, 1996.

_____. "From Hegemonic Masculinity to the Hegemony of Men." **Feminist Theory**, v. 5, n. 1, p. 49-72, 2004.

HEINICH, Nathalie. **A sociologia de Norbert Elias**. Bauru: EDUSC, 2001.

HERDT, G. H. **Guardians of the Flutes: Idioms of Masculinity**. New York: McGraw-Hill, 1981.

HÉRITIER, Françoise. **Masculin/Féminin: la pensée de la différence**. Paris: Odile Jacob, 1996.332p. Apud Grossi, Pilar,1995/2004.

HIGATE, P. R. **Military Masculinities: Identity and the State**. London: Praeger, 2003.

HOCHSCHILD, A. **The Second Shift: Working Parents and the Revolution at Home**. New York: Viking, 1989.

HOLANDA, Sérgio Buarque de, 1902-1982. **Raízes do Brasil**, 26a edição. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

HOLTER, Ø. G. **Gender, Patriarchy and Capitalism: A Social Forms Analysis**. Oslo, Norway: University of Oslo, 1997.

_____. **Can Men do It? Men and Gender Equality: The Nordic Experience.** Copenhagen, Denmark: Nordic Council of Ministers, 2003.

HOROWITZ, G. & KAUFMAN, M. 1987. Male sexuality: Toward a theory of liberation, pp. 81-102. In: M Kaufman (ed.). **Beyond patriarchy: Essays by men on pleasure, power, and change.** Oxford University Press, Toronto- Nova York.

HOOKS, B. **Feminist Theory: From Margin to Center.** Boston: South End, 1984.

HOOPER, C. Masculinist Practices and Gender Politics: The Operation of Multiple Masculinities in International Relations. In: ZALEWSKI, M.; PARPART, J. (Ed.). **The Man Question in International Relations.** Boulder, CO: Westview, 1998.

_____. **Manly States: Masculinities, International Relations, and Gender Politics.** New York: Columbia University Press, 2001.

_____. Masculinities in Transition: The Case of Globalization. In: MARCHAND, M. H.; RUNYAN, A. S. (Ed.). **Gender and Global Restructuring,** London: Routledge, 2000.

HUNT, P. **Gender and Class Consciousness.** London: Macmillan, 1980.

IBGE. CENSO 2019. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=2019>.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). 2018. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2018_3tri.pdf. Acesso em agosto de 2020.

IÑIGUEZ, L. **Manual de Análise do discurso em ciências sociais.** 2º ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

INGLEHART & NORRIS, Pippa. **Sacred and Secular: Religion and Politics Worldwide,** 2nd ed. revisada, Cambridge University Press, 2011.

ISHII-KUNTZ, M. **Balancing Fatherhood and Work: Emergence of Diverse Masculinities in Contemporary Japan.** Routledge, 2003.

IZUMINO, Wânia Pasinato & MCDOWELL, Cecília. E.I.A.L. Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe, da Universidade de Tel Aviv, em. **E.I.A.L.**, Vol. 16 – No 1, pág. 147-163. 2005.

JANSEN, S. C.; SABO, D. The Sport-war Metaphor: Hegemonic Masculinity, the Persian-Gulf War, and the New World Order. **Sociology of Sport Journal**, v. 11, n. 1, p. 1-17, 1994.

JEFFERSON, T. Theorizing Masculine Subjectivity. In: NEWBURN, T.; STANKO, E. A. (Ed.). **Just Boys doing Business? Men, Masculinities and Crime**. London: Routledge, 1994.

_____. "Subordinating Hegemonic Masculinity." **Theoretical Criminology**, v. 6, n. 1, p. 63-88, 2002.

JESSOP, B. 1996. Interpretive sociology and the dialectic of structure and agency. **Theory, Culture and Society** 13:119-128.

KAUFMAN M. 1987. The construction of masculinity and the triad of men's violence, pp.1-29. In: M Kaufman (ed.) **Beyond patriarchy: essays by men on pleasure, power, and change**. Oxford University Press, Toronto- Nova York.

KEHL, M. R. **A Mínima Diferença: Masculino e Feminino na Cultura**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

KESSLER, S., DEAN A., ROBERT C., AND GARY D. **Ockers and Disco Maniacs: Sex, Gender and Secondary Schooling**. Sydney, Australia: Inner City Education Centre. 1982.

KIMMEL, M. S. The cult of masculinity: American social character and the legacy of the cowboy. In: KAUFMAN, Michael (ed.). **Beyond patriarchy: essays by men on pleasure, power, and change**. Toronto-New York: Oxford Universty Press, 1987, p. 235-249.

_____. Rethinking 'Masculinity': New Directions in Research. In: KIMMEL, M. S. (Ed.). **Changing Men: New Directions in Research on Men and Masculinity**. Newbury Park, CA: Sage, 1987.

_____. & KAUFMAN, Michael. Weekend warriors: the new men's movement. Profeminist men respond to the mythopoetic men's movement (and the mythopoetic leaders answer). In:

KIMMELL, Michael & KAUFMAN, Michael (org.). **Politics of Manhood**. Philadelphia: Temple University Press, 1995, p. 16-39.

_____. & MAHLER, M. Adolescent Masculinity, Homophobia, and Violence: Random School Shootings, 1982-2001. **American Behavioral Scientist**, v. 46, n. 10, p. 1439-1458, 2003.

_____.; CONNELL, R. W. (Ed.). **Handbook of Studies on Men & Masculinities**. Thousand Oaks, CA: Sage, 2005.

KRAUSKOPF, Dina. La construcción de políticas de juventud en Centroamérica. In: LEÓN, Oscar (Ed.). **Políticas públicas de juventud en América Latina: políticas nacionales**. Viña del Mar, Chile: Cidpa, 2003.

KREPPNER, K. The child and the family: interdependence in developmental pathways. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 16: 11-22, 2000.

_____. Social relations and affective development in the first two years in family contexts. In: VALSINER, J. & CONNOLLY, K. J. (Eds.). **Handbook of Developmental Psychology**. London: Sage, 2003.

KUPERS, T. A. **Revisioning Men's Lives: Gender, Intimacy, and Power**. New York: Guilford, 1993.

LATANZIO, F. F. & BARBOSA, R. R. Grupos de gênero nas intervenções com as violências masculinas: paradoxos da identidade, responsabilização e vias de abertura. Págs. 87-106. In: LOPES, P. V. L. & LEITE, F. **Atendimento de homens autores de violência doméstica: desafios à política pública**. Rio de Janeiro: Iser, 2013.

LEA, S. & AUBURN, T. The Social Construction of Rape in the Talk of a Convicted Rapist. **Feminism & Psychology**, v. 11, n. 1, p. 11-33, 2001.

LENGERMANN, P. & NIEBRUGGE-BRANTLEY, J. Feminist sociological theory: the near-future prospects. In: GRITZER (org.). **Frontiers of social theory: the new synthesis**. Columbia University Press, Nova York. 1990.

LEÔNICIO K. L., BALDO P. L., JOÃO V. M., BIFFI R. G. O perfil de mulheres vitimizadas e de seus agressores. **Rev Enferm UERJ**. 16(3):307–12, 2008.

LIGHT, R.; KIRK, D. High School Rugby, the Body and the Reproduction of Hegemonic Masculinity. **Sport, Education and Society**, v. 5, n. 2, p. 163-176, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. In: **Pro-Posições**, v. 19, n. 2(56). 2008.

MAC A. N. GHAILL, M. **The Making of Men: Masculinities, Sexualities and Schooling**. Buckingham, UK: Open University Press, 1994.

MACHADO, Lia Zanotta. **Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?** UnB, Departamento de Antropologia – DAN, 2000. Disponível em: <http://www.unb.br/ics/dan/Serie284empdf>.

MacINNES, J. The End of Masculinity: **The Confusion of Sexual Genesis and Sexual Difference in Modern Society**. Buckingham, UK: Open University Press, 1998.

MAGALHÃES, M. N.; LIMA, A. C. P. **Noções de Probabilidade e Estatística**. 6ª edição. IME/SP. Editora EDUSP. 2004.

MAINE, H.S. **Ancient Law**. Glousssester. Massachusetts: Peter Smith Editors. 1970.

MARINHEIRO, A. L. V.; VIEIRA, E. M.; SOUZA, L. Prevalência da violência contra a mulher usuária de serviço de saúde. **Rev Saúde Pública**. 40(4):604–10, 2006.

MARTIN, P. Y. Why can't a Man be more like a Woman? Reflections on Connell's Masculinities. **Gender & Society**, v. 12, n. 4, p. 472-474, 1998.

_____. Mobilizing Masculinities: Women's Experiences of Men at Work. **Organizations**, v. 8, n. 4, p. 587-618, 2001.

MARTINO, W. Boys and Literacy: Exploring the Construction of Hegemonic Masculinities and the Formation of Literate Capacities for Boys in the English Classroom. **English in Australia**, v. 112, p. 11-24, 1995.

MATOS, M. **Reinvenções do vínculo amoroso: cultura e identidade de gênero na modernidade tardia**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000.

McMAHON, A. Male Readings of Feminist Theory: The Psychologization of Sexual Politics in the Masculinity Literature. **Theory and Society**, v. 22, n. 5, p. 675-695, 1993.

MEDRADO, B. & LYRA, J. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(3), 2008.

_____. Princípios ou simplesmente pontos de partida fundamentais para uma leitura feminista de gênero sobre os homens e as masculinidades. In: Blay, E. A. (Org.) **Feminismos e Masculinidades**. Ed. Editora Cultura Acadêmica. v.1 p. 55-74. 2014.

MENNELL, S. **The american civilizing process**. Cambridge: Polity Press, 2007.

MERTEN, T. O. Teste de Associação de Palavras na Psicologia e Psiquiatria: História, Método e Resultados. In: **Revista Análise Psicológica**, 31-541. 1992.

MESSERSCHMIDT, J. W. **Masculinities and Crime: Critique and Reconceptualization of Theory**. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 1993.

_____. Managing to Kill: Masculinities and the Space Shuttle Challenger Explosion. **Masculinities**, v. 3, n. 4, p. 1-22, 1995.

_____. **Crime as Structured Action: Gender, Race, Class and Crime in the Making**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1997.

_____. **Nine Lives: Adolescent Masculinities, the Body, and Violence**. Boulder, CO: Westview, 2000.

_____. **Flesh & Blood: Adolescent Gender Diversity and Violence**. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2004.

MESSNER, M. A.; SABO, D. (Ed.). **Sport, Men, and the Gender Order: Critical Feminist Perspectives**. Champaign, IL: Human Kinetics Books, 1990.

_____. **Power at Play: Sports and the Problem of Masculinity**. Boston: Beacon, 1992.

_____. **Politics of Masculinities: Men in Movements**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1997.

_____. **Taking the Field: Women, Men, and Sport**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002.

MEUSER, M.; BEHNKE, C. Tausendundeine Männlichkeit? Männlichkeitsmuster und Socialstrukturelle Einbindungen. **Widersprüche**, v. 67, p. 7-25, 1998.

_____. This doesn't Really Mean she's holding a Whip: Transformation of the Gender Order and the Contradictory Modernization of Masculinity. **Diskurs**, v. 1, p. 44-50, 2001.

_____. "Modernized Masculinities? Continuities, Challenges and Changes in Men's Lives." In: ERVØ, S. & JOHANNSON, T. (Ed.). **Amongmen: Moulding Masculinities**. Aldershot, UK: Ashgate, 2003.

MIELI, M. **Homosexuality and Liberation: Elements of a Gay Critique**. Translated by D. Fernbach. London: Gay Men's Press, 1980.

MINAYO, Maria Cecília. Violência Social sob a perspectiva da saúde pública. In: **Cadernos de Saúde Pública**, 10, sup. 1: 7-18, 1994.

MORIN, S. F.; GARFINKLE, E. M. Male Homophobia. **Journal of Social Issues**, v. 34, n. 1, p. 29-47, 1978.

MORRELL, R. Of Boys and Men: Masculinity and Gender in Southern African Studies. **Journal of Southern African Studies**, v. 24, n. 4, p. 605-630, 1998.

MORRELL, R.; SWART, S. Men in the Third World: Postcolonial Perspectives on Masculinity. **Proceedings Sociology**, 2005.

MORRIS, C.; EVANS, N. 'Cheese Makers are Always Women': Gendered Representations of Farm Life in the Agricultural Press. **Gender, Place and Culture**, v. 8, n. 4, p. 375-390, 2001.

MOSHER, D. L.; TOMKINS, S. S. Scripting the Macho Man: Hypermasculine Socialization and Enculturation. **Journal of Sex Research**, v. 25, n. 1, p. 60-84, 1988.

MUNIZ, Jacqueline. Os direitos dos outros e os outros direitos: um estudo sobre a negociação de conflitos nas DEAMs/RJ. In: SOARES, Luiz Eduardo (Org.). **Violência e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ISER/Relume Dumará, 1996.

NAMASTE, V. K. **Invisible Lives: The Erasure of Transsexual and Transgendered People**. Chicago: University of Chicago Press, 2000.

NATIVIDADE, Claudia & PIMENTA, Sonia. A construção semiótica da masculinidade na modernidade. **Teoria e Sociedade**, Belo Horizonte, n. 14.1, p. 100-125, 2006.

NEVES, D. A. de B. **Aspectos metacognitivos na leitura do indexador**. 2004. 131 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

NEVES et al. Protocolo Verbal e Teste de Associação Livre de Palavras: perspectivas de instrumentos de pesquisa introspectiva e projetiva na ciência da informação. In: **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 8, n. 3, p. 64-79, 2014.

NEWBURN, T.; STANKO, E. A. **Just Boys doing Business? Men, Masculinities, and Crime**. New York: Routledge, 1994.

NEWMAN, Isadore e BENZ, Carolyn R. 1998. *Qualitative-Quantitative Research Methodology: Exploring the Interactive Continuum*. Carbondale e Edwardsville, IL: Southern Illinois University Press. Capítulos 1, 2, & 3.

NOLASCO, Sócrates. Masculinidade: Reflexões Contemporâneas. In: **Reflexões Líricas**, nº 05, ano 87, v. 87, set.-out., 1993, pp. 71-80.

_____. (org.). **A Desconstrução do Masculino**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995a.

_____. **O Mito da Masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995b.

OLAVARRÍA, J. (Ed.). **Masculinidades y equidad de género en América Latina**. Santiago, Chile: FLACSO/UNFPA, 1998.

OLIVEIRA, L. P. Homens e Mulheres e seus Dramas Conjugais: Ensaio sobre as Representações de Violência Passional na cidade de Senador Pompeu/CE (1988-2006). In: **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH-Brasil**. Natal (RN), 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1363872464_ARQUIVO_ARTIGOLUCA_SANPUHNACIONAL2013.pdf

OLIVEIRA, P. P. Discursos sobre a masculinidade. **Estudos Feministas**, v. 6, n. 1.1998.

_____. **A Construção Social da Masculinidade**. Oliveira PP. Belo Horizonte: Editora UFMG/Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. 2004.

OLIVEIRA, Q. B. M.; ASSIS, S. G.; NJAINE, K.; PIRES, T. O. Violência Física Perpetrada por Ciúmes no Namoro de Adolescentes: Um recorte de Gênero em Dez Capitais Brasileiras. In: **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Jul-Set 2016, Vol. 32 n. 3, pp. 1-12.

Organização Mundial da Saúde (OMS). Disponível em: https://www.who.int/gender/violence/who_multicountry_study/summary_report/chapter1/es/. Acesso em outubro de 2020.

Organização das Nações Unidas (ONU) Mulheres. **Pesquisa de Condições Socioeconômicas e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher**. PCSVDF Mulher, ONU Mulheres, 2017, pág. 06. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2017/11/violencia_domestica_trabalho_ago_17.pdf. Acesso em julho de 2020.

Organização Panamericana da Saúde (OPAS). Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5669:folha-informativa-violencia-contra-as-mulheres&Itemid=820. Acesso em outubro de 2020.

ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

ORTIZ, Renato. 2013. *Nota Sobre a Recepção de Pierre Bourdieu no Brasil*. In: *sociologia&antropologia* Rio de Janeiro, v.03.05: 81 – 90, junho, 2013.

ORTNER, Sherry & WHITEHEAD, Harriet. **Sexual Meanings: The Cultural Construction of Gender and Sexuality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

PANDJIARJIAN, Valéria. Balanço de 25 anos da legislação sobre a violência contra as mulheres no Brasil. In: DINIZ, C. S. G.; SILVEIRA, L.a P. da; MIRIAN, L. A. L. (orgs.). **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher (1980-2005): alcances e limites**. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde. p. 78-139. 2006.

PASINATO, W.; GARCIA, I.; VINUTO, J.; SOARES, J. E.. Medidas Protetivas para mulheres em situação de violência. In: PARESCI, Ana Carolina et al. (orgs.). **Pensando a Segurança Pública**. Vol. 6. Brasília: SENASP/mj. 2016, p. 233-264.

PATEMAN, C. **O contrato sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

_____. **The sexual contract**. Cambridge: Polity Press. 1988.

PEASE, B.; PRINGLE, K. (Ed.). **A Man's World? Changing Men's Practices in a Globalized World**. London: Zed Books, 2001.

PENA, M.V.J. **Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril**. Rio de Janeiro: Paz de Terra, 1981.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes – As estruturas elementares da violência (resenha). **Cadernos Pagu** (29), julho-dezembro de 2007:459-468.

PETER L. B. E THOMAS L. A Construção Social da Realidade, pags. 173 a 195. Editora Vozes, 2001 - 20ª edição.

PETERSEN, A. **Unmasking the Masculine: Men and Identity in a Sceptical Age**. London: Sage, 1998.

_____. “Research on Men and Masculinities: Some Implications of Recent Theory for Future Work.” *Men and Masculinities*, v. 6, n. 1, p. 54-69, 2003.

PIERUCCI, Flávia. 2008. Igualdade de Gênero na Constituição Federal: os direitos civis e políticos das mulheres no Brasil. In: **Constituição de 1988: O Brasil 20 Anos Depois. Os Alicerces da Redemocratização**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-i-constituicao-de-1988/principios-e-direitos-fundamentais-igualdade-de-genero-na-constituicao-federal-os-direitos-civis-e-politicos-das-mulheres-do-brasil>. Acesso em dezembro, 2019.

PILLAR GROSSI, Miriam. Masculinidades: Uma Revisão Teórica. In: **Antropologia em primeira mão** / Programa de Pós Graduação Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: UFSC. n. 1, 1995.

PIMENTEL, Sílvia. Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Mulheres – Cedaw, 1979. In: **Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres**. ONU. 2013.

http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2013/03/convencao_cedaw.pdf. Acesso em dezembro 2019.

PINÇON, Michel et PINÇON-CHARLOT, Monique. 1999. A teoria de Pierre Bourdieu aplicada às pesquisas sobre a grande burguesia: uma metodologia plural para uma abordagem pluridisciplinar. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, n.25, p. 11-20, abril de 1999.

PINTO, Céli R.J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINÇON, Michel et PINÇON-CHARLOT, Monique. A teoria de Pierre Bourdieu aplicada às pesquisas sobre a grande burguesia: uma metodologia plural para uma abordagem pluridisciplinar. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, n.25, p. 11-20, abril de 1999.

PIOVESAN, Flávia; PIMENTEL, Sílvia. 2011. A Lei Maria da Penha na perspectiva da responsabilidade internacional do Brasil. In: CAMPOS, Carmen Hein (Org.). **Lei Maria da Penha – Comentada em Uma Perspectiva Jurídico – Feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 101-118, 2011.

PISCITELLI, Adriana. Gênero em perspectiva. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 11, 1998, p. 141-157.

PITANGUY, Jacqueline. A carta das mulheres brasileiras aos constituinte: memórias para o futuro. In: HOLLANDA, H. B. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo. 2019.

PLECK, J. **The Myth of Masculinity**. Cambridge, MA: MIT Press, 1981.

PLUMMER, K. (Ed.). **The Making of the Modern Homosexual**. London: Macmillan, 1981.

POYNTING, S.; NOBLE, G.; TABAR, P. **Intersections of Masculinity and Ethnicity: A Study of Male Lebanese Immigrant Youth in Western Sydney**. University of Western Sydney, 2003.

RAPAPORT, D. **Testes de diagnóstico psicológico**. Buenos Aires: Editora Paidós, 1965.

ROBBINS, Derek. Sociology and philosophy in the work of Pierre Bourdieu, 1965-75. **Journal of Classical Sociology**, London, v. 2, n. 3, p. 299-328, 2002.

ROBERSON, J. E.; SUZUKI, N. (Ed.). **Men and Masculinities in Contemporary Japan**. London: Routledge Curzon, 2003.

ROBERTS, P. Social Control and the Censure(s) of Sex. **Crime, Law and Social Change**, v. 19, n. 2, p. 171-186, 1993.

ROCHER, Guy. **Talcott Parsons e a sociologia americana**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

ROPER, M. **Masculinity and the British Organization Man Since 1945**. Oxford, UK: Oxford University Press, 1994.

RUBIN, G. The traffic in Women. Notes on the political economy of sex. In: REITER, Rayna. (ed.). **Toward an antropology of women**. New York, Monthly Review Press, 1975.

RUBIN, H. **Self-made Men: Identity and Embodiment Among Transsexual Men**. Nashville, TN: Vanderbilt University Press, 2003.

SABO, D.; GORDON, D. F. (Ed.). **Men's Health and Illness: Gender, Power and the Body**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1995.

SABO, D.; JANSEN, S. C. Images of Men in Sport Media: The Social Reproduction of Gender Order. In: CRAIG, S. (Ed.). **Men, Masculinity, and the Media**. Newbury Park, CA: Sage, 1992.

SAFFIOTI, H. **A Mulher na Sociedade de Classe: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. **Do Artesanal ao Industrial: a exploração da mulher**. São Paulo: Hucitec, 1981.

_____. **O Poder do Macho**. São Paulo, Editora Moderna, 1987.

_____. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAGOT, M. **Ruta Crítica de las Mujeres Afectadas por la Violencia Intrafamiliar en América Latina: estudios de caso de diez países**. San José: Organización Panamericana de la Salud, 2000.

SALISBURY, J.; JACKSON, D. **Challenging Macho Values: Practical Ways of Working with Adolescent Boys**. Washington, DC: Falmer, 1996.

SANTOS, C. M., & IZUMINO, W. P. Violência contra as mulheres e violência de gênero: Notas sobre estudos feministas no Brasil. **E.I.A.L.** Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe, 16, 2005.

SCHRAIBER, L.B. & D'OLIVEIRA, A.F.P.L., 2003. In: PARESCHI, Ana Carolina Cambreses; ENGEL, Cíntia Liara; BAPTISTA, Gustavo Camilo (orgs). **Direitos humanos, grupos vulneráveis e segurança pública** – Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Segurança Pública 2016. 302. Coleção Pensando a Segurança Pública (v.6). Disponível em: http://www.justica.gov.br/seguranca-pblica/analise-e-pesquisa/download/pensando/pensando-a-seguranca-pblica_vol-6.pdf. Acesso em abril de 2020.

SCHRAIBER, L. B. et al. **Violência Dói e Não É Direito: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos**. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

SCHUMAHER, S.; BRAZIL, E. V. **Dicionário de mulheres do Brasil – de 1500 até a atualidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

SCHWALBE, M. Male Supremacy and the Narrowing of the Moral Self. **Berkeley Journal of Sociology**, v. 37, p. 29-54, 1992.

SCOTT, J. **Gender: a useful category of historical analyses**. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989.

SCOTT, J. W. Comment on Hawkesworth's 'Confounding Gender'. Signs: **Journal of Women in Culture and Society**, v. 22, n. 3, p. 697-702, 1997.

_____. Prefácio à Gender and Politics of History. Cadernos Pagu, Campinas, n. 3, 1994, p.11-28.

SEGAL, L. **Slow Motion: Changing Masculinities, Changing Men**. London: Virago, 1990.

SEGATO, R. L. A estrutura de gênero e a injunção do estupro In: SUÁREZ, Mireya e BANDEIRA, Lourdes (Orgs.). **Violência, gênero e crime no Distrito Federal**. Brasília: Paralelo 15. Editora da Universidade de Brasília, 1999.

_____. **Las Estructuras Elementales de la Violencia**. Brasília, UNB. Série Antropologia 334, 2003. Disponível em: <http://dan.unb.br/images/doc/Serie334empdf.pdf>. Acesso em 2016.

SEIDLER, V. J. *Recreating sexual politics: men, feminism and politics*. Routledge, Londres, Nova York. 1991.

SILVA, A.C.L.G., COELHO, E.B.S., MORETTI-PIRES, R.O. O que se sabe sobre o homem autor de violência contra a parceira íntima: uma revisão sistemática. **Rev Panam Salud Publica**. 2014;35(4):278–83.

SIMÓM, S.L., CASTILHO, E. W. e CALASAN de MATOS et al. **Tecendo Fios das Críticas Feministas ao Direito no Brasil**. Ribeirão Preto: USP. 2019.

SINGLY, François de. Bourdieu: nom propre d'une entreprise collective. Magazine Littéraire, Paris, n. 369, oct. 1998.———. Une autre façon de faire de la théorie. **Sciences Humaines**, p. 90-95, 2002. (Numéro Spécial— Pierre Bourdieu).

SKELTON, A. On Becoming a Male Physical Education Teacher: The Informal Culture of Students and the Construction of Hegemonic Masculinity. **Gender and Education**, v. 5, n. 3, p. 289-303, 1993.

SNODGRASS, J. (Ed.). **For Men against Sexism: A Book of Readings**. Albion, CA: Times Change Press, 1977.

SOARES, PEREIRA, SUZUKI E EMMENDOERFER. *Análises de Dados Qualitativos: Intersecções e Diferenças em Pesquisas Sobre Administração Pública*. III Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade. João Pessoa, novembro 2011.

SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. In: **Revista Brasileira de Educação**, n. 15. Universidade Federal Fluminense, 2000.

SOUZA, Márcio Ferreira de. As análises de gênero e a formação do campo de estudos sobre a(s) masculinidade(s). **Mediações**, Londrina, v. 14, n.2, p. 123-144, Jul/Dez. 2009. Universidade Federal de Londrina.

SPRINTHALL, N. A., & COLLINS, W. A. **Psicologia do adolescente: Uma abordagem desenvolvimentista** (3. ed.). Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian. 2003.

STOLLER, R. J. *Sex and Gender: On the Development of Masculinity and Femininity*. New York: Science House, 1968.

STOLLER, R. J. *Masculinidade e feminilidade: apresentação de gênero*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

STRATTON, P. Contemporary families as contexts for development. In: VALSINER, J. & CONNOLLY, K. (Eds.). **Handbook of Developmental Psychology**. London: Sage, 2003.

TAGA, F. Rethinking Male Socialization: Life Histories of Japanese Male Youth. In: LOUIE, K.; LOW, M. (Ed.). **Asian Masculinities**. London: Routledge Curzon, 2003.

THOMPSON, Andrés A. (Org.). **Associando-se à Juventude para construir o futuro**. São Paulo: Peirópolis, 2006. p. 59- 106.

THORNE, B. **Gender Play**. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 1993.

THORNTON, M. Hegemonic Masculinity and the Academy. **International Journal of the Sociology of Law**, v. 17, p. 115-130, 1989.

THYRTI-CHERQUES, H. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **RAP**, Rio de Janeiro 40(1):27-55, 2006.

TOENNIES, F. **Community and Society**. New York: Dover Publications, 2002.

TOLSON, A. **The Limits of Masculinity**. London: Tavistock, 1977.

TOMSEN, S. Hatred, Murder and Male Honour: Anti-homosexual Homicides in New South Wales, 1980-2000. Canberra: **Australian Institute of Criminology**, v. 43, 2002.

TRIOLA, MARIO F. **Introdução à Estatística**. 10a Edição. Editora LTC. 2008.

VALDÉS, T.; OLAVARRÍA, J. Ser hombre en Santiago de Chile: a pesar de todo, un mismo modelo. Masculinidades y equidad de género en América Latina. **FLACSO, UNFPA**. Santiago, Chile, 1998.

VANDENBERGHE, Frédéric. The real is relational; an epistemological analysis of Pierre Bourdieu's generative structuralism. **Sociological Theory**, v. 17, n. 1, p. 32-67, Mar. 1999.

VANDENBERGHE, Frédéric. A Sociologia como uma Filosofia Prática e Moral (e vice versa). Porto Alegre: **Sociologias**, ano 17, no 39, 2015, p. 60-109.

VARGAS, M. de Lima Ferreira. Estudos sobre o funcionamento do sistema de ensino: da reprodução das desigualdades sociais ao efeito escola. In: **Cadernos de Educação FaE/PPGE/UFPel**, Pelotas, 32:105-122, 2009.

VIANA, N. Memória e Sociedade: uma breve discussão teórica sobre memória social. 2006. In: **Espaço Plural** - Ano VI, No. 14, I semestre de 2006.

VIEIRA, M. M. **Educar Herdeiros: Práticas Educativas da Classe Dominante Lisboa nas Últimas Décadas**. Lisboa, Gulbenkian. 2003.

VIGOYA, Mara Viveros. Teorias feministas y estudios sobre varones y masculinidades. **Dilemas y desafíos recientes. La manzana de la discordia**, Año 2. No. 4:25-36, 2007.

VUNG, N.D., OSTERGREN, P., KRANTZ, G. Intimate partner violence against women in rural Vietnam— different socio-demographic factors are associated with different forms of violence: need for new intervention guidelines? **BMC Public Health**. p. 8-55, 2008.

WACKANT, L. O Legado Sociológico de Pierre Bourdieu. **Revista de Sociologia e Política**, nº 19: 95-110 Nov. 2002.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Juventude, violência e cidadania: os jovens de Brasília**. Brasília: UNESCO. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

WALBY, S. **Theorizing Patriarchy**. Oxford: Basil Blackwell, 1990.

_____ **Gender Transformations**. London: Routledge, 1997.

WARREN, S. Who do these Boys think they are? An Investigation Into the Construction of Masculinities in a Primary Classroom. **International Journal of Inclusive Education**, v. 1, n. 2, p. 207-222, 1997.

WEBER, Marianne. 2003, p. 799. Apud Bianchi (2014:83, 84) In: **Lua Nova**, São Paulo, 92: 79-104, 2014.

WEBER, Max. **Economy and Society**. (1979) Ed. By Guenther Roth and Claus Wittic. Berkeley, CA: Berkeley University Press.

WELZER-LANG, Daniel; FILIOD Jean Paul (sous la dir.). Des hommes et du masculin. Lyon: **Presses Universitaires de Lyon**, 1994. p. 7-11.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homophobia. In: Florianópolis, UFSC, **Revista de Estudos Feministas**, p. 460-481, 2001.

WETHERELL, M.; EDLEY, N. Negotiating Hegemonic Masculinity: Imaginary Positions and Psycho-discursive Practices. **Feminism and Psychology**, v. 9, n. 3, p. 335-356, 1999.

WHITEHEAD, S. M. Hegemonic Masculinity Revisited. **Gender, Work, and Organization**, v. 6, n. 1, p. 58-62, 1998.

_____. **Men and Masculinities: Key Themes and New Directions**. Cambridge, UK: Polity, 2002.

WILLIS, P. **Learning to Labor: How Working Class Kids Get Working Class Jobs**. Farnborough, UK: Saxon House, 1977.

YANAGISAKO, S. Mixed Metaphors: Native and Anthropological Models of Gender and Kinship Domains. In: COLLIER, J.; YANAGISAKO, S. (Ed.). **Gender and Kinship: Essays Towards a Unified Analysis**. Standfor: Standfor University Press, 1987. p. 3-24.

ZARETSKY, E. Male Supremacy and the Unconscious. **Socialist Revolution**, v. 4, p. 7-55, 1975.

ZINN, M. B. Familism among Chicanos: A theoretical review. **Humboldt Journal of Social Relations**, 10(1), 224–238, 1982.

_____. Chicano Men and Masculinity. **Journal of Ethnic Studies**, v. 10, n. 2, p. 29-44, 1982.

10 ANEXOS

ANEXO I - QUESTIONÁRIO DA INFÂNCIA

QUESTIONÁRIO 1 DA PESQUISA “MODOS DE EDUCAR HOMENS BRASILEIROS”

Prezado Entrevistado,

Estamos iniciando um estudo sobre a forma como os homens brasileiros foram/são educados. Nossa proposta é iniciar esse estudo a partir de entrevistas com homens que frequentam Grupos de Reflexão. Vamos trabalhar com vários tipos/estilos de homens brasileiros e pretendemos detalhar de forma mais profunda algumas situações que interessam a este estudo. Pedimos sua colaboração, por favor, para tentar ser o mais fiel possível às suas próprias lembranças e fazer um esforço para recordar detalhes que, sabemos, nem sempre a gente tem vontade ou paciência de recordar.

Mesmo que algumas coisas pareçam a vocês sem muita importância, poderão ser bastante valiosas para quem está estudando esses temas. Portanto, pedimos, por favor, que respondam o questionário até o final. Isso é fundamental, pois estamos estudando um período importante de suas vidas, e esperamos contar com sua ajuda para tentar compreender os modos de viver das famílias em que vocês foram educados.

As perguntas serão divididas em dois questionários, um sobre a **Infância** e outro sobre a **Juventude**.

Número de controle do pesquisador

QUESTIONÁRIO 1- INFÂNCIA -

Infância – (de 0 a 10 anos) -

Q1- Convidamos você a dividir conosco suas memórias. Pensando em sua vida de criança, a partir de que idade você consegue se lembrar de si próprio e de suas experiências?

- 1- De 0 a 3 anos (); 2- De 3 a 5 anos (); 3- 06 anos ();
 4- 07 anos (); 5- 08 anos (); 6- 09 anos ();
 7- 10 anos (); 8- De 11 a 13 anos ().

Q2- Durante sua infância, você mudou de cidade?

- 1- Sim ()
 2- Não ()

Q3- Se sim, para onde você mudou?

- 1- P/ cidade no mesmo estado onde morava. (). Qual? _____
 2- P/ cidade em outro estado () Qual cidade e qual estado? _____

Q4- Até você ter 3 anos de idade, quem cuidava diariamente de você?

- 1- Mãe ()
 2- Pai ()
 3- Avó ()
 4- Avô ()
 5- Tia ou tio ()
 6- Prima ou primo ()
 7- Vizinhos ()
 8- Empregada da família ()
 9- Babá ()
 10- Outros () Quem ? _____

Q5- Quando você tinha de 3 a 5 anos de idade, quem cuidava diariamente de você?

- 1- Mãe ()
 2- Pai ()
 3- Avó ()
 4- Avô ()
 5- Tia ou tio ()
 6- Prima ou primo ()
 7- Vizinhos ()
 8- Empregada da família ()
 9- Babá ()

10- Outros () Quem ? _____

Q6- Quando você tinha de 5 a 9 anos de idade, quem cuidava diariamente de você?

- 1- Mãe ()
- 2- Pai ()
- 3- Avó ()
- 4- Avô ()
- 5- Tia ou tio ()
- 6- Prima ou primo ()
- 7- Vizinhos ()
- 8- empregada da família ()
- 9- Babá ()
- 10- Outros () Quem ? _____

Q7-Com que idade você entrou para a escola? _____

Q8-Você tinha irmãos e irmãs?

- 1- Sim ()
- 2- Não ()

Se você tinha irmãos e irmãs:

Q9- Quantos irmãos? _____

Q10- Quantas irmãs? _____

Q11- Na ordem de nascimento de você e de seus irmãos, em que lugar você se situa?

- 1- 1ª ()
- 2-- 2ª ()
- 3-- 3ª ()
- 4---4ª ()
- 5- 5ª ()
- 6- Outro. Qual? _____

Q 12 – Havia comidas lembradas por você de serem importantes na época de sua infância em família?

- 1-Não me lembro ()
- 2-Sim ()
- 3-Não ()

Q13- Se sim, de quais comidas você se lembra? Cite até 3 e diga quem cozinhava:

- 1- _____
- 2- _____
- 3- _____
- 4- _____
- 5- _____

Q 14- Em sua educação na infância existiam regras (maneiras corretas de se fazer as coisas) importantes para quem te criou (pais ou avós ou tios ou pais adotivos) ?

- 1-Não me lembro ()
 2-Sim ()
 3-Não ()

Q15- Depois de crescido, alguma coisa foi relatada a você sobre o jeito de educar os meninos em sua família?

- 1-Sim ()
 2-Não ().
 3-Não me lembro ().

Q16- Se sim, conte que coisas eram mais vezes relatadas.

- 1- _____
 2- _____
 3- _____
 4- _____
 5- _____
 6- _____

Q17- Que pessoas da família costumavam contar estas formas de se educar meninos? _____.

Q18- Havia horário médio para o café da manhã?

- 1 - Sim ()
 2- Não ()

Q19- Qual era o horário mais comum para o café da manhã?

— —

Q20- Havia horário médio para o almoço?

- 1-Sim ()
 2-Não ()

Q21- Qual era o horário mais comum para o almoço?

Q22 - Havia horário médio para o lanche de tarde?

- 1 – Sim ()
 2- Não ()

Q23- Qual era o horário mais comum para o lanche da tarde?

Q24- Havia horário médio para o banho?

- 1-Sim ()
 2-Não ()

Q25- Qual era o horário mais comum para o banho?

Q 26- Havia horário médio para o jantar?

1-Sim ()

2-Não ()

Q27- Qual era o horário mais comum para o jantar?

Q 28-Havia horário médio para dormir?

1-Sim ()

2-Não ()

Q29- Qual era o horário mais comum para ir dormir?

Q30 Havia horário determinado para brincar?

1-Sim ()

2-Não ()

Q31- Qual era o horário mais comum para brincar?

Q 32- Dentro de casa era permitido brincar?

1-Sim ()

2-Não ()

Q33- Em que espaços dentro de casa era permitido brincar?

1-Em qualquer espaço ()

2-Apenas em alguns espaços ().

Quais espaços? __

Q34- Do lado de fora da casa/apto/moradia, era permitido brincar?

1-Sim ()

2-Não ().

Q35- Em que locais fora da moradia você podia brincar?

1- Quintal do vizinho ().

2-Praça perto de casa ().

3-Casa de parentes ou amigos ().

4-Na rua ().

5-Outros locais. Quais? ____.

Q36- Quando brincava fora de casa, você deveria estar acompanhado de um adulto responsável?

1-Sim ()

2- Não ()

Q37-Em que locais externos à casa as meninas tinham permissão para brincar?

1-Quintal do vizinho ().

2-Praça perto de casa ().

3-Casa de parentes ou amigos ().

4-Na rua ().

5-Outros locais. Quais? _____.

Q38- Quando as meninas brincavam fora de casa deveriam estar acompanhadas de um adulto responsável?

1-Sim ()

2-Não ()

Q 39- Cite até cinco brincadeiras que você se lembra de ter brincado na sua infância:

1- _____

2- _____

3- _____

4- _____

5- _____

Q 40- Cite até cinco brincadeiras das quais você mais gostava e qual a razão:

1- _____.

2- _____

3- _____

4- _____

5- _____.

Q41- Cite até cinco brincadeiras das quais você não gostava e qual a razão:

1- _____

2- _____

3- _____

4- _____

5- _____

Q42- Você foi proibido de brincar de alguma coisa?

1-Sim ()

2-Não ()

Q43- De quais brincadeiras você foi proibido de brincar? Cite até 5.

1- _____

2- _____

3- _____.

4- _____.

5- _____.

Q44- Você era um menino agitado:

1-Sim ()

- 2-Não ()
- 3-As vezes ()
- 4-Não me lembro ()

Q45- Alguma vez lhe ocorreu, quando menino, que você deveria se comportar de uma certa maneira para agradar teu pai, tua mãe ou teus responsáveis?

- 1-Sim ()
- 2-Não ()
- 3-Às vezes ()

Q46- Que modo de ser menino você acreditava que agradaria teu pai e/ou mãe, ou avós, ou tios ou responsáveis por você?

- 1-Menino obediente ()
- 2-Menino corajoso ()
- 3-Menino divertido/alegre ()
- 4-Menino cuidadoso ()
- 5-Menino despreocupado ()
- 6-Menino atencioso ()
- 7-Menino conformado ()
- 8-Menino zangado/rebelde ()
- 9-Menino feliz ()
- 10-Outros: _____.

Q47- A quem você tentava agradar mais?

- 1-Pai ()
- 2-Mãe ()
- 3-Outra pessoa () Quem? _____

Qual era a maior encrenca na qual um menino poderia se envolver na época em que você era criança? Escolha até 3 opções.

- Q48--Quebrar a janela do vizinho ()
- Q49- Roubar frutas do quintal de conhecidos ()
- Q50-Envolver-se em briga de rua ()
- Q51 Bater na irmã ou irmão menor ()
- Q52- Fugir para jogar futebol no campinho do bairro ()
- Q53- Sair com colegas que os pais ou outros responsáveis não gostavam ()
- Q54- Brigar na escola ()
- Q55-Tirar notas ruins na escola ()
- Q56- "Matar" aulas com colegas ()
- Q57- Fazer alguma coisa errada com as garotas da rua ou famílias amigas ()

Como teus pais/avós/tios/responsáveis reagem a isso se acontecesse com você ou com teus irmãos/primos? Aponte as três formas mais comuns.

- Q58 Colocavam de castigo ()

- Q59- Não permitiam jogar futebol ou outra diversão de que gostava ()
 Q60- Proibiam assistir televisão durante algum tempo ()
 Q61- Davam umas palmadas ()
 Q62- Davam umas cintadas ()
 Q63- Tiravam o passeio com os amigos/primos ()

Q 64- Como é que tua mãe/avó/tia/responsável demonstrava a você e a outras crianças da família que estava zangada? O que ela fazia?

_____.

Q65- Como é que teu pai/avô/tio/responsável demonstrava a você e a outras crianças da família que estava zangado? O que ele fazia?

_____.

Como você reagia quando fazia algo que desagradasse muito a tua mãe/responsável? Marque até 03 respostas:

- Q66- Pedia desculpas. ()
 Q67- Prometia não repetir aquilo novamente. ()
 Q68- Chorava. ()
 Q69- Enfrentava mãe/responsável e ia embora. ()
 Q70- Saía de fininho para outro lugar. ()
 Q71- Colocava a culpa em outra pessoa. ()
 Q72- Fazia as vontades de tua mãe por um bom tempo. ()
 Q73- Ficava quieto lendo um livro ou ouvindo/vendo Rádio/TV por algumas horas. ()
 Q74- Ligava Rádio/ TV para não ouvir a bronca da mãe/responsável. ()
 Q75- Mostrava que não gostava de ser chamado a atenção. ()
 Q76- Fazia outra coisa. O que? _____.

Como tua mãe/responsável reagia para mostrar que estava bem chateada com teu comportamento? Marque até 03 respostas:

- Q77- Chamava para conversar. ()
 Q78- Fechava a cara e ficava dias sem falar com você. ()
 Q79- Falava com teu pai, quando ele chegava em casa à noite; depois te chamavam para conversar. ()
 Q80- Colocava você (e se fosse o caso, irmãos e/ou irmãs) de castigo na hora. ()
 Q81- Dava umas palmadas nos envolvidos na situação. ()
 Q82- Proibia, por um tempo, que você fizesse algo de que gostasse muito. ()
 Q83- Outro. Qual? _____

Q84- Você se lembra da casa de algum amigo/primo/vizinho onde os castigos eram piores dos que seus pais/responsáveis davam a você e teus irmãos/ irmãs?

- 1-Sim ()
 2-Não ().

Q85- Poderia citar alguns exemplos desses castigos e situações?

Q86- Havia castigos diferentes em se tratando de meninas e meninos, em tua casa?

- 1-Sim ()
2-Não ()

Se havia castigos diferentes, quais eram aplicados em meninos e quais eram aplicados em meninas em tua família? Cite um para menino e um para menina.

Q87- Meninos - _____

Q88-Meninas -

Pensando em pessoas próximas e/ou de tua família, quem eram os meninos mais castigados? (Marque até 2 respostas)

- Q89- Irmão (ou irmãos) ()
Q90- Primos ()
Q91- Era eu mesmo ()
Q92- Outro – Qual? _____

Q93- Sabe explicar qual a razão disso?

Q94- Com que idade você veio a saber que mulheres e homens faziam sexo para ter seus bebês? _____

Q95- Quem te passou essa informação? _____.

Q 96- Como teus familiares tratavam o assunto com as crianças em tua casa?

- 1- () Não diziam nada;
2- () A gravidez de mulheres da família (tias, primas, amigas de família) não eram comentadas;

- 3- () A gravidez de mulheres da família (tias, primas, amigas de família) era festejada;
- 4- () A mãe/avó/tia/responsável ensinava o que era ter bebê;
- 5- () As professoras da escola falavam do assunto.

Q97- E que impressão você teve disso?

Q98- O que você e seus amigos achavam disso? Como o assunto era comentado entre vocês?

- 1- () A gente tinha muita curiosidade;
- 2- () Minha família tinha animais no quintal e muita coisa da natureza a gente sabia;
- 3- () Cada um contava ao outro o que sabia;
- 4- () Tinha um amigo mais velho, que sabia mais, e explicava para os outros.

Q99- Em sua família, em algum momento da infância você reparou haver maneira especial de tratamento dirigido às meninas?

- 1- Sim
- 2- Não

Q100- Em que idade você reparou? _____

Q101- Em sua família, em algum momento você reparou haver maneira especial de tratamento dirigido aos meninos?

- 1- Sim
- 2- Não

Q102-Em que idade você reparou? _____

Q103- Se houve essa percepção, como você compreendeu isso naquele momento?

- 1-() Achei normal, pois era o certo;
- 2-() Senti raiva, achava que elas eram mais bem tratadas;
- 3- () Implicava com as meninas, achava que eram mimadas;
- 4- () Meninos da minha época não davam importância para meninas;
- 5- () Achava tudo coisa de mulherzinha.

Q104 - E na escola, percebeu tratamento diferente para meninas na época?

- 1- Sim ()
- 2- Não ()

Q105- Como você descreveria o que percebeu?

- 1- () Na minha infância, meninas brincavam com meninas; e meninos com meninos;
- 2- () Meninos que brincassem com meninas a gente chamava de “*Maricas*”;
- 3- () Achei errado, afinal todos são crianças, deveriam ter tratamento igual;
- 4- () Meninas são mais choronas, então é assim mesmo;
- 5- () Meninos são brutos, melhor que a escola proteja as meninas.

No sentido de bom comportamento, tido como o mais adequado para os meninos de sua época, selecione três (3) dos tipos listados a seguir:

- Q 106 () Meninos educados devem falar com calma, sem gritar;
- Q 107 () Meninos corajosos devem reagir se os colegas ameaçarem;
- Q 108 () Meninos espertos não devem ser passados pra trás pelos colegas;
- Q 109 () É preciso demonstrar coragem para ser fazer respeitar;
- Q 110 () Meninos espertos não ficam correndo risco à toa;
- Q 111 () Meninos medrosos não são respeitados nas ruas;
- Q 112 () Educação se demonstra na hora das refeições com a família;
- Q 113 () Meninos inteligentes devem tirar boas notas;
- Q 114 () Meninos que estudam demais não são tratados como espertos;
- Q 115 () Meninos que estudam pouco não são tratados como espertos;
- Q116 () Os bons meninos devem se comportar com espontaneidade e sinceridade em família;
- Q 117 () Os meninos respeitados não falam tudo o que pensam, nem em família;
- Q 118 () Não se deve gritar pela casa na hora das brincadeiras;
- Q 119 () Lugar de meninos é na rua;
- Q 120 () Lugar de Meninos é na rua e de Meninas é em casa;
- Q 121 () Garotos devem se dirigir aos pais de forma respeitosa, mesmo nas brigas;
- Q 122 () Meninos educados devem dizer “Sim senhora /Não senhora” ou “Sim senhor /Não senhor”;
- Q 123 () Meninos não devem ser rudes ao se dirigir às crianças mais novas;
- Q 124 () Os garotos devem tratar os mais velhos com respeito;
- Q 125 () Meninos não devem ter que ajudar suas mães nas tarefas;
- Q 126 () Meninos podem ajudar os pais quando solicitados;
- Q 127 () Meninos não devem responder a seus pais quando criticadas;
- Q 128 () Meninos não devem deixar seus pais fazerem muitas críticas;
- Q 129 () Meninos devem ser responsáveis por organizar seus pertences em seus quartos;
- Q 130 () Meninos devem se apresentar sempre limpos, cabelos penteados;
- Q 131 () Meninos muito limpos e muito arrumados não parecem meninos;
- Q 132 () Meninos devem manter em dia seus deveres da escola;
- Q 133 () Meninos devem tratar seus colegas com educação/cortesia;
- Q 134 () Bons garotos não esquecem de devolver troco aos pais depois de uma compra.
- Q 135 () Quando forem solicitados, os meninos devem cuidar com atenção de seus irmãos menores;

Q 136 () Sem permissão de seus pais não se deve ir a locais distantes com amigos;

Q 137 () Garotos espertos não ficam pedindo permissão para tudo;

Q 138- Teria alguma outra frase que foi importante em sua educação?

Q 139 Você poderia descrever que tipo de repreensões/castigos/punições teria recebido na infância? (responda a mais frequente)

- 1- () Quarto escuro muitas vezes;
- 2- () Quarto escuro algumas vezes;
- 3- () Tapas no rosto;
- 4- () Tapas no bumbum;
- 5- () Socos;
- 6- () Pontapés;
- 7- () Palmadas nas mãos;
- 8- () Beliscões;
- 9- () Puxões de cabelo/empurrões;
- 10- () Ficar sem televisão;
- 11- () Ficar sem passeio com os amigos/primos;
- 12- () Ficar sem futebol no bairro/ou esporte favorito;
- 13- () Perder a mesada.

Q 140- Como você descreveria algumas reações que castigos/repreensões/punições poderiam ter provocado em você? E em seus irmãos e irmãs?

Marque até três (03) palavras que mais te recordam o ambiente de infância em que você foi criado:

- Q 141 ()- Conforto;
- Q 142 ()- Desconforto
- Q 143 ()- Alegria;
- Q 144 () – Tensão
- Q 145 ()- Nervosia;
- Q 146 () – Relaxamento
- Q 147 () – Desesperança
- Q 148 () – Tristeza
- Q 149 () – Esperança
- Q 150 () – Desorganização
- Q 151 () – Pobreza
- Q 152 () – Muito controle
- Q 153 ()- Abandono;

- Q 154 () – Cuidado
- Q 155 () – Classe Média
- Q 156 () – Simplicidade
- Q 157 () – Amor
- Q 158 ()- Ausência de Cuidado
- Q 159 ()- Rejeição
- Q 160 ()- Riqueza
- Q 161 ()- Violência
- Q 162 ()- Abuso
- Q 163 ()- Autoridade
- Q 164 ()- Desorientação;
- Q 165 ()-Organização
- Q 166 ()- Descontrole
- Q 167 ()- Vigilância
- Q 168 ()- Aceitação

Ficha Perfil do Entrevistado - (seu nome será *INVENTADO*; os dados tem que ser reais)

CRIE um Nome Fantasia –

Data de Nascimento (real) – _____

Q 169 Idade em anos completos _____

Q 170 Município e Estado de Nascimento (real) –

- 1- Belo Horizonte ()
- 2- Outro município da Região Metropolitana de Belo Horizonte ()
- 3- Outros municípios do Estado de Minas Gerais ()
- 4- Municípios de outros estados da Região Sudeste ()
- 5- Municípios da Região Nordeste ()
- 6- Municípios da Região Centro-Oeste ()
- 7- Municípios da Região Sul ()
- 8- Municípios da Região Norte ()
- 9- Outro país. Qual? ()

Q171- Você nasceu

- 1- Na zona rural ()
- 2- Na zona urbana ()

Q 172 Nível Educacional (real)–

- 1- I grau incompleto ();
- 2- I grau completo ();

.....

- 3- II grau incompleto ();
- 4- II grau completo ();
- 5- Ensino Profissionalizante Nível Básico ();
- 6- Ensino Profissionalizante II Grau ();
- 7- Grau universitário incompleto ();
- 8- Grau universitário completo ();
- 9- Pós-graduação no nível de Especialização ();
- 10- Pós -graduação no nível de Mestrado ();
- 11- Pós-graduação no nível de Doutorado (); Pós-Graduação no nível de Pós-doutorado ().

.....

Q 173- Raça/Etnia - Como você define tua raça ou etnia?

Q 174- Qual é a cor de sua pele? Marque uma das cores sugeridas pelo IBGE:

- 1- Branca ()
- 2- Parda ()
- 3- Preta ()
- 4- Amarela ()
- 5- Indígena ()

Q 175- Qual é sua profissão (ou profissões nas quais foi treinado) –

Q 176 Nesse momento, qual é a sua situação de trabalho?

- 1- Não estou trabalhando no momento, mas procuro trabalho. ()
- 2- Não estou trabalhando no momento e não estou procurando trabalho. ()
- 3- Não estou trabalhando e desisti de procurar trabalho. Perdi a esperança. ()
- 4- Tenho feito “bicos”, mas estou procurando outro trabalho ()
- 5- Tenho feito “bicos” e não estou procurando outro trabalho ()
- 6- Não estou trabalhando, só estudando. ()
- 7- Trabalho como empregado em uma empresa, COM carteira registrada. ()
- 8- Trabalho como empregado em uma empresa, SEM carteira registrada. ()
- 9- Trabalho como autônomo, ou por conta própria. ()
- 10- Sou proprietário de uma empresa e tenho empregados. Quantos? ____ ()
- 11- Sou aposentado e CONTINUO trabalhando. Em quê? _____ ()
- 12- Sou aposentado e NÃO continuo trabalhando. ()
- 13- Outra situação. Qual? _____

Nível de Renda –

Q 177- Renda Individual mensal – _____

Q 178-Renda Familiar mensal – _____

Q 179- Quantas pessoas da família dependem dessa renda? _____

Q 180-Vive em casa ou apartamento?

- 1- () Casa
- 2- () Apartamento

Q 181- O imóvel onde você mora é próprio?

- 1- Sim ()
- 2- Não ()

Q 182-Paga financiamento de casa/apto/moradia?

- 1- Sim ()
- 2- Não ()

Q 183- Paga aluguel?

- 1- Sim ()
- 2-Não ()

Q 184- Estado Civil -

- 1- () Viúvo ;
- 2- () Divorciado;
- 3- () Separado;
- 4- () Solteiro;
- 5- () Casado;
- 6- () Em União Estável;
- 7- () Separado de União Estável;
- 8- () Namorando;
- 9- () Outro. Qual? _____

Q 185- Orientação Sexual –

- 1- () Heterossexual ;
- 2- () Homossexual;
- 3- () Bissexual.
- 4- () Não quer responder

Q 186 Tem filhos?

- 1- Sim ()

2- Não ()

Q 187 Se sim , quantos filhos? _____

.....

Agora a Pesquisadora irá entregar o Questionário da Juventude. Procure responder tudo, para finalizar sua contribuição a esse estudo. Obrigada pela colaboração à nossa pesquisa.

ANEXO II – QUESTIONÁRIO DA JUVENTUDE

Número de controle do pesquisador _____

QUESTIONÁRIO 2 – JUVENTUDE-

Adolescência (11-14 anos) e Juventude (15-24 anos) ⁽⁹⁸⁾

1- Vamos começar convidando você a dividir conosco suas memórias. Pensando em sua vida de **adolescente/jovem**, a partir de que faixa etária você consegue se lembrar de si próprio e suas experiências?

- a- () Da adolescência em diante, entre 11 e 14 anos;
- b- () De 14 anos em diante;
- c- () Do início da juventude, 15 anos em diante;
- d- () De 16 anos em diante;
- e- () De 17 anos em diante;
- f- () De 18 anos em diante;
- g- () De 19 anos em diante;
- h- () De 20 anos em diante;
- i- () De 21 a 24 anos em diante.

2- Durante esse período de adolescente/jovem houve mudança de cidade? Sim ()
Não ()

Estado? Sim () Não ().

Para onde? Cidade _____ Estado _____.

3- Em que momento você começou a perceber que seu corpo de criança estava se transformando? Saber dizer com que idade? __ ____

4- Numere, por ordem de chegada, o tipo de transformação que aconteceu:

- a- Começou a mudar a voz () ;
- b- Começaram a crescer pelos no bigodinho (buço) () ;
- c- Apareceram pelos debaixo dos braços e sobre o púbis () ;
- d- Surgem mudanças no teu desejo sexual (tipo, intensidade) () .

5- Você sabia o que estava acontecendo? () Sim; () Não.

6- Você conversou com alguém da família a respeito?

- a) () Pai
- b) () Mãe

⁹⁸ Conforme definições da Organização das Nações Unidas, ONU: "*Youth... those persons between the ages of 15 and 24 years.*" (n.d.) *Frequently Asked Questions Youth at the UN website.*

- c) () Avô
- d) () Primo
- e) () Responsável -

7- E o que foi dito a você sobre o assunto?

- a) () Pra ficar calmo porque isso é natural;
- b) () Normalmente essas modificações trazem mais vantagens que desvantagens – mais independência e liberdade que crianças não têm;
- c) () Por que estava se importando com isso? Faz parte do crescimento;
- d) () Antes da criança se tornar um adulto, passa por essas mudanças e se torna jovem;
- e) () Nada de mais, todo mundo vive isso e não é para ficar assustado;
- f) () Ninguém disse nada;
- g) () Minha família não comentava esse tipo de coisa;
- h) () Ninguém se importou.

8- Que tipo de sensação você tinha em relação a seu corpo a partir dessas mudanças todas?

- a) () Eu estava preparado para as mudanças;
- b) () Tenho irmãos e já conhecia tudo isso;
- c) () Pouco sabia o que aconteceria;
- d) () Eu me sentia estranho;
- e) () Demorei um pouco para entender o que acontecia;

9- Houve alguma alteração na maneira de se relacionar com as meninas da rua, bairro, escola? () Sim () Não.

10- Que tipo de alteração? Que preocupações em relação às colegas/amigas/conhecidas você passou a ter?

- a) () Tentei esconder que nasciam pelos no buço (acima do lábio superior);
- b) () Fiquei mais tímido com as moças, garotas que eu conhecia;
- c) () Fiquei mais atirado, mais ousado com as garotas;
- d) () Com os amigos, passamos a trocar ideias sobre isso;
- e) () Sexo passou a ser assunto importante no grupo de colegas e amigos;
- f) () Não me sentia muito atraente e me afastei das moças;
- g) () Comecei a me sentir mais poderoso e com mais liberdade.

11- Como a entrada na adolescência foi vista dentro de sua casa? Houve alguma mudança de tratamento em relação a você? –

- a) () Sim b) () Não.

12- Notou que as regras da casa mudaram em relação a você a partir do momento em que foi se tornando um rapazinho?

- a) () Sim

b) () Não

13- O que mudou em tua família em relação a você porque entrou na adolescência?

- a) () Comecei a trabalhar em meio-horário;
- b) () Comecei a trabalhar em horário integral e tive que estudar de noite;
- c) () A mãe passou a me exigir mais cuidado com os irmãos;
- d) () A parte do orçamento doméstico eu tinha que ajudar a cuidar junto com meus pais (ajudar fazendo contas, etc);
- e) () Passei a ter que fazer compras da casa para ajudar meus pais;
- f) () Comecei a poder chegar mais tarde de noite, quando saía com amigos;
- g) () Meu pai me deu a chave de casa;
- h) () Pude começar a tomar bebidas alcoólicas;
- i) () Não precisei mais pedir permissão para sair pra festas e bares, shows.
- j) () Não mudou nada – nem tive mais liberdade e nem mais responsabilidades.

14- Houve aquela conversa com teu pai/avô/tio/responsável a partir do momento em que você se tornou rapaz?

() Sim () Não.

15- Que tipo de coisa foi dito a você sobre o assunto?

16- E na Escola, o que percebeu que mudou com a tua entrada na vida de adolescente? Entre os colegas? Com os professores/ As regras da escola eram as mesmas da infância? _____

17- E sobre as brincadeiras mais comuns entre as moças e os rapazes nesse período? Poderia citar até 5 brincadeiras comuns?

- a) _____
- b) _____
- c) _____
- d) _____
- e) _____

18- Havia festas de adolescente?

- a) () Sim
- b) () Não

19- Qual era a principal preocupação quando você ia para estas festas?

- a) () Só queria me divertir um pouco e esquecer os problemas;
- b) () Queria agradar as garotas que me interessavam;
- c) () Momento para estar com os amigos, curtir a vida jovem;
- d) () Gostava de beber e curtir as garotas;
- e) () De uma turma que ia a festas e gostava de uma bagunça;
- f) () Meu grupo era meio da pesada e gostava de confusão.
- g) () Queria encontrar uma garota que valesse a pena namorar;
- h) () Ficava de olho em quem buscava companhia.

20- Como os jovens de seu grupo eram orientados com relação a comportamento durante as festa/esportes/atividades de grupo? Marque ao menos 2 respostas:

- a) () Observe quais as regras e não desrespeite;
- b) () Procure ficar longe de problemas;
- c) () Não force a barra com as garotas;
- d) () Se houver uma briga saia do local;
- e) () Fique com teus amigos;
- f) () Não ofenda ninguém;
- g) () Procure participar sem exagero;
- h) () Seja educado com as moças;

21- Você seguia a orientação dada por tua família/responsáveis?

- a) () Sim
- b) () Não
- c) () Às vezes sim
- d) () Às vezes não

22- Onde você aprendeu alguma coisa sobre as moças, como lidar com elas?

- a) () Na família;
- b) () com primos;
- c) () com amigos;
- d) () com minhas irmãs;
- e) () Com meu pai;
- f) () com minha mãe;
- g) () Outros - _____.

23- O que você aprendeu a respeito das moças? Marque pelo menos 2 respostas:

- a) () Que eram muito diferentes dos rapazes;
- b) () Que não se podia confiar nelas;
- c) () Que a gente tem que ser duro com elas, senão perde a autoridade;
- d) () Que elas precisam de delicadeza, mas não demais, senão ficam mimadas;
- e) () que gostam muito de dinheiro;
- f) () que as religiosas são mais confiáveis;
- g) () que existiam aquelas para se divertir e existiam aquelas para casar;
- h) () Que era preferível se divertir primeiro e se casar com as virgens depois;
- i) () Que moça trabalhar fora era perda de tempo, mulher séria fica em casa;

- j) () que bom mesmo é escolher uma moça trabalhadeira dentro e fora de casa, pra ajudar a criar a família;
- k) () que moça muito ambiciosa não era confiável;
- l) () que mulher sem ambição nenhuma faz a gente andar pra trás;
- m) () que as bem educadas também podem ser bem geniosas;
- n) () mulher sincera e despachada é o melhor para um homem criar família;

24- O que sua família valorizava mais:

- a) () Trabalho;
- b) () Estudo;
- c) () Os dois.

25- Em sua família havia cuidados diferentes para as moças e os rapazes?

- a) Sim () b) () Não.

26- Poderia explicar isso melhor?

- a) () Rapazes começavam a trabalhar mais cedo;
- b) () Moças só estudavam até o ensino básico;
- c) () Rapazes completavam os estudos, poderiam ir até a faculdade;
- d) () Meus pais não queriam que moças trabalhassem fora;
- e) () Meus pais queriam que as moças se casassem cedo;
- f) () Não havia diferença de tratamento. Minha Irmã era tratada com mais delicadeza e mimo.

27- E quanto à religião, como foi sua educação a respeito?

- a) (.) Minha família valorizava isso e crescemos recebendo educação religiosa;
- b) () Não tive orientação religiosa em casa
- c) () Havia uma preocupação com formação religiosa só na infância;
- d) () Minha família dava uma orientação religiosa mas não cobrava muito que fôssemos à igreja.

28- Em sua família qual era a preocupação sobre a orientação religiosa nos colégios?

- a) () Estudamos sempre em colégios religiosos;
- b) () Em minha família, sempre estudamos em colégios laicos/não religiosos;
- c) () Sempre estudamos em colégios públicos e em geral a orientação era Católica;
- d) Estudamos sempre em colégio ligada à nossa religião. Qual?

29- Em sua opinião, o que tornava a religião importante para seus pais/familiares?

- a) () Achavam que a religião ajudava a educar as pessoas;
- b) () Achavam que acreditar em algo ajuda a tocar a vida melhor;
- c) () Meus pais nunca educariam filhos sem religião;
- d) () Meu bairro era perigoso e achavam que um pouco de religião ajudaria a nos manter no caminho certo;
- e) () Era tradição de família educar os filhos desse modo;

- f) () Transmitir valores religiosos ajudava na educação.

30- O que a religião transmitia para você?

- a) () O caminho do bem;
 b) () Uma regra para seguir sem me prejudicar na vida;
 c) () Muita regra e pouca liberdade;
 d) () Vida espiritual me dava paz nesse mundo difícil;
 e) () Uma forma de não me desesperar com os problemas;
 f) () Uma forma de controle da família através da religião;
 g) () Não me transmitia nada de importante;
 h) () Não acredito nisso;
 i) () Sou mais pé na terra; religiões não me atraem;
 j) () Orientação para a vida, orientação moral também.

31- Entre os colegas de escola, quais eram as regras mais importantes de comportamento que os garotos deveriam seguir? Cite pelo menos 5 exemplos:

- a) _____
 b) _____
 c) _____
 d) _____
 e) _____

32- Como era visto em sua época um rapaz que seguia estas regras?

- a) () Caxias ou CDF;
 b) () Filhinho da mamãe;
 c) () Responsável;
 d) () Corajoso;
 e) () Confiável;
 f) () Medroso;
 g) () Sério;
 h) () Puxa saco;
 i) () Na linha;
 j) () Rebelde

33- Alguma vez lhe ocorreu, quando rapaz, que você deveria se comportar de certa maneira para agradar teu pai, tua mãe ou teus responsáveis?

- a- Sim ()
 b- Não ()
 c- Às vezes ()

34- Que modo de ser de rapaz você acreditava que agradaria teu pai e/ou mãe, ou avós, ou tios ou responsáveis por você?

- a- Rapaz trabalhador ()

- b- Rapaz estudioso ().
- c- Rapaz divertido/descontraído ().
- d- Rapaz cuidadoso ().
- e- Rapaz despreocupado ().
- f- Rapaz atencioso ().
- g- Rapaz conformado ().
- h- Rapaz zangado/rebelde ().
- i- Rapaz tranquilo ().
- j- Outros: _____.

35- A quem você tentava agradar mais?

- a) Pai ()
- b) Mãe ()
- c) Outra pessoa () Quem? _____

36- Na opinião de sua família, quais seriam as principais encrencas que um rapaz de sua época poderia se envolver? Dê notas de 1 a 10 para as frases abaixo (marque quantas respostas preferir)

- a- Andar em más companhias ();
- b- Envolver-se em problemas com a polícia ();
- c- Envolver-se em briga de rua ();
- d- Não ajudar no orçamento familiar ();
- e- Perder emprego por sua responsabilidade ();
- f- Não aceitar trabalhar e estudar ();
- g- Bater na irmã ou irmão menor ();
- h- Sair e demorar sem avisar os pais ();
- i- Sair com colegas que os pais/responsáveis reprovaram ();
- j- Brigar na escola ();
- k- Tirar notas ruins na escola ();
- l- Enforçar/Matar/Cabular aulas com colegas ();
- m- Abandonar a escola ();
- n- Fazer alguma coisa errada com as garotas da rua ou famílias amigas ();

37- Qual era a punição que você recebia por faltas cometidas?

- a) () Ficar sem a chave de casa;
- b) () perder a confiança dos pais;
- c) () Ficar sem moral na família;
- d) () Perder a mesada;
- e) () Ficar de castigo;
- f) () Apanhar do pai/avô/tio/responsável;
- g) () Ser desprezado pela família.

38- Com que idade aconteceu sua iniciação sexual? ____ anos.

39- Estava dentro das regras de tua família? () Sim; () Não

40- Algum adulto da família ou pessoa próxima foi ouvido por você antes ou depois da situação? () Sim () Não

41- Cite até 5 detalhes da opinião dessa pessoa adulta o assunto?

- a) _____
- b) _____
- c) _____
- d) _____
- e) _____

42- Isso era importante para você?

() Sim; () Não. Sabe explicar as razões?

43- O que pensa sobre as mulheres terem os mesmos direitos que os homens?

- a- Totalmente favorável
- b- Moderadamente favorável
- c- Indiferente
- d- Moderadamente contrário
- e- Totalmente contrário

44- Você acredita que as moças de sua época deveriam ter mais liberdade?

- a- Totalmente favorável
- b- Moderadamente favorável
- c- Indiferente
- d- Moderadamente contrário
- e- Totalmente contrário

45- O que você pensa da virgindade?

- a- Totalmente favorável
- b- Moderadamente favorável
- c- Indiferente
- d- Moderadamente contrário
- e- Totalmente contrário

46- Você pessoalmente era favorável que suas irmãs trabalhassem?

- a- Totalmente favorável
- b- Moderadamente favorável
- c- Indiferente

- d- Moderadamente contrário
- e- Totalmente contrário

47- E em relação às suas filhas (se você as tiver), é favorável que elas trabalhem?

- a- Totalmente favorável
- b- Moderadamente favorável
- c- Indiferente
- d- Moderadamente contrário
- e- Totalmente contrário

48- Tem consciência de que tipo de rapaz tua família esperava que você fosse?

Sim Não. Marque pelo menos 2 respostas:

- a) Arrimo de família;
- b) Trabalhador;
- c) Estudioso e trabalhador;
- d) Esperavam que os estudos ajudassem a arrumar um bom emprego;
- e) Queriam que eu tivesse emprego e uma bela família;
- f) O principal era não me envolver com drogas e ser trabalhador;
- g) Que eu me tornasse um homem respeitador e tivesse bom emprego;
- h) Queriam que fizesse faculdade, bom emprego e bem sucedido na profissão;
- i) Queriam que eu fosse feliz com o que escolhesse;
- j) Esperavam que eu fosse uma pessoa de boa conduta e tivesse emprego e família;
- k) Sabiam que eu teria um bom futuro porque me comportava direito;
- l) Nunca entendi o que queriam de mim;
- m) Minha família era meio largada, nem me transmitia muita coisa.

49- Em algum momento de sua juventude você sentiu que atendia as esperanças de sua família sobre que tipo de jovem você deveria ser?

Sim Não.

50- Poderia descrever isso em 5 exemplos?

- a- _____.
- b- _____.
- c- _____.
- d- _____.
- e- _____.

51- Na época de sua juventude, que tipo de rapaz você mesmo pensava que deveria ser?

- a- Alguém que sabia se divertir, mas levava a vida a sério;
- b- Queria mais da vida, precisava estudar e trabalhar;
- c- Diversão era tudo o que eu queria;

- d- () Queria ajudar minha família;
- e- () Ser feliz, estudar, arrumar um bom trabalho e uma boa moça;
- f- () Eu era cabeça de vento, não me preocupava com o dia de amanhã;
- g- () Sempre fui amadurecido, tinha ambição;
- h- () Só queria sair de casa e ter um futuro melhor.

52- Quais eram as preocupações de sua família quando o assunto envolvia amor? Que tipo de orientação vocês recebiam em casa sobre esse assunto?

Pode marcar quantas quiser.

- a- () O principal era escolher uma moça direita;
- b- () Não precisava ser bonita, mas moça de família;
- c- () Tinha que saber cozinhar e cuidar de uma casa;
- d- () Pra ser feliz basta o amor ser verdadeiro;
- e- () Se os gênios não combinam, só amor não resolve;
- f- () Amor tem que ser acompanhado de respeito;
- g- () Amor era bom mas a moça tinha que ser de confiança;
- h- () Não falavam em amor, mas a moça tinha que ter moral;
- i- () Ser feliz e saber respeitar a moça;
- j- () Escolher alguém com calma, sem paixão.

53- Havia histórias de pessoas da família que marcaram sua lembrança, que os mais velhos sempre repetiam? Poderia citar alguma?

54- Como o assunto Sexo era tratado por teus familiares com os jovens em sua casa?

- a- () Nem tocavam no assunto;
- b- () Era proibido falar nisso;
- c- () Os adultos se preocupavam em nos dar orientação;
- d- () Só os homens adultos falavam com os rapazes e a mãe/avó/tia/responsável falava com as moças;

55- E como você mesmo, na tua juventude, percebia esse assunto, o sexo?

- a- () Gostava de revistas para homens;
- b- () Tinha interesse em sexo igual todo mundo;
- c- () Sabia que era bom;
- d- () Percebia que era importante na vida do casal;
- e- () Queria saber tudo sobre o assunto;
- f- () Tinha que esconder o interesse sobre sexo da família;
- g- () Falar de sexo era natural na minha família.

56- Como você e os amigos, primos, pessoas próximas, conversavam sobre isso?

- a- () Era um assunto importante no grupo de amigos;
- b- () Todo mundo queria saber quem já tinha feito sexo;
- c- () A gente queria saber as garotas que topavam;
- d- () Sexo saudável poderia ser muito bom.

57- Em sua época, você percebia se havia costumes diferentes para a vida sexual de rapazes e moças? Como descreveria isso?

- a- () Havia as moças para deitar (as fáceis) e as moças para namorar (as difíceis);
- b- () Rapazes eram ensinados a ir ao bordel ou zona para aprender e se divertir;
- c- () Moças deveriam se manter virgens até o casamento;
- d- () Não havia nada muito claro, mas as moças que gostavam de se divertir não eram bem vistas;
- e- () Não havia muito preconceito ou diferença onde eu fui criado;
- f- () Todos sabíamos os limites e as moças viviam com menos liberdade.

58- E na escola, houve alguma aula que tocasse no assunto? Como a escola tratava esse tema do sexo em turmas de jovens? Cite até cinco exemplos que se lembre:

- a- _____
- b- _____
- c- _____
- d- _____
- e- _____

59- Em família, em algum momento da juventude você reparou haver maneira especial de tratamento dirigida às moças? Uma maneira especial de tratamento dirigido aos rapazes em sua família?

- a) () Sim. Em que idade? _____.
- b) () Não percebi haver isso.

60- Se houve alguma coisa que te chamou atenção sobre isso, como você descreveria essas situações?

- a- () Quando eu era jovem, garotas tinham grupos de garotas; e rapazes tinham grupos de rapazes;
- b- () Garotos que brincassem muito com grupos só de garotas a gente chamava de “Maricas”;
- c- () Moças que saíam em grupos só de rapazes eram mal vistas; melhor que as famílias controlassem isso;
- d- () Achei errado, afinal todos eram jovens, deveriam ter tratamento igual;
- e- () Garotas tinham menos liberdade, então é assim mesmo;
- f- () Achava errado muito controle sobre as moças;
- g- () Moças podem engravidar, então tem que ter mais controle.

61- E na escola, reparou algo semelhante na época? Como você descreveria o que percebeu?

- a- () Rapazes são brutos, melhor que a escola proteja as meninas.

- b- () Rapazes e moças são diferentes e é natural terem tratamento diferente;
- c- () Acho que todos deveriam ter o mesmo tratamento e os mesmos direitos;
- d- () Hoje é diferente, mas na época em que eu era jovem achava normal o tratamento ser diferenciado;
- e- () Minhas amigas e parentes também reclamavam que não tinham liberdade de comportamento.

62- Em tua época de juventude a virgindade era um assunto tratado pelos adultos da família com as moças?

- a- () Nunca;
- b- () Só sugerido e nunca abertamente;
- c- () Conversas de mãe/avó/tia com as moças;
- d- () Adultos falavam abertamente;
- e- () Assunto era ignorado

63- Em algum momento de sua juventude você foi estimulado a se preocupar com o que seria sua vida profissional?

- () Sim; () Não.

64- De que maneira isso era feito?

- a- () Havia perguntas sobre o que eu pensava de meu futuro;
- b- () Já estava certo que eu ficaria no pequeno negócio da família, aprendendo e depois assumindo o negócio;
- c- () Durante o colégio eu já comecei a trabalhar para ajudar a família; as oportunidades eram poucas;
- d- () Fui consultado e recebi conselhos de meus pais/responsáveis;
- e- () Fui estimulado a seguir estudando até a faculdade;
- f- () Já sabia que teria que terminar o colégio (ou ensino fundamental) e trabalhar no que desse.

65- Havia conversas sobre vida profissional na escola?

- a- () Em algumas matérias da escola tínhamos conversas com professores;
- b- () A Escola trazia profissionais para conversar sobre as possibilidades;
- c- () Tivemos discussões em grupo e leitura de textos sobre a vida profissional e nossas escolhas;
- d- () Minha escola não focava muito no assunto das profissões;
- e- () Nunca falaram do assunto.

66- E com os amigos/colegas/parentes?

- a- () Nós éramos muito confusos sobre o que fazer;
- b- () A gente trocava ideias sobre como sair da situação difícil de nossas famílias;
- c- () Eu é que levava informação para meus amigos;
- d- () Tinha um amigo que recebia muita informação da família e nos ajudava bastante;

- e- () A gente tinha uma boa situação e só falávamos do assunto com familiares;
- f- () O pai de um colega tinha com contatos no Sesc/Sesi/Senai e isso ajudou a fazer contato com o Sistema S;
- g- () Meu primo/tio tinha amigos bem colocados e levava para conversar em família;
- h- () Em meu grupo de amigos, chegando perto dos 18 anos, começamos a falar do assunto, preocupados com o futuro;
- i- () Nunca nos preocupamos com o assunto.

67- Se você tem filhos, em que você manteve e em que modificou a educação, os costumes, as regras, a formação que recebeu em sua família?

- a- () Quis criar minha própria família com mais liberdade;
 - b- () Conversamos mais e dou menos castigos;
 - c- () Tento dar mais responsabilidades e as regras nós estabelecemos juntos, em conversa;
 - d- () Liberdade com responsabilidade;
 - e- () Aprendi com minha família, que devemos nos responsabilizar pelos resultados de nossos atos;
 - f- () A educação de meus filhos (as) é rígida como a de meus pais;
 - g- () Mantive a parte boa (afeto, solidariedade) e modifiquei a parte complicada (rigidez, agressividade, tristeza);
 - h- () Não mudei nada;
 - i- () Fiz tudo diferente, sem violência.
-

68- Cite até cinco exemplos que expliquem suas escolhas nesse caso:

- a- _____
 - b- _____
 - c- _____
 - d- _____
 - e- _____
-

69- Marque as palavras que mais lembrem o ambiente **de adolescência/juventude em que você foi criado:**

- a- ()- **Conforto;**
 - b- ()- **Desconforto;**
 - c- ()- **Alegria;**
 - d- ()- **Tensão;**
 - e- ()- **Nervosia;**
 - f- ()- **Relaxamento;**
 - g- () **Desesperança;**
 - h- ()- **Tristeza;**
 - i- () **Esperança;**
 - j- ()- **Desorganização**
 - k- () **Pobreza;**
 - l- () **Muito controle;**
 - m- () **Abandono;**
-

- n- () Cuidado;
 - o- () Classe Média;
 - p- ()- Simplicidade;
 - q- ()- Amor;
 - r- ()- Ausência de cuidado;
 - s- ()- Rejeição;
 - t- () – Riqueza;
 - u- ()- Violência;
 - v- ()- Abuso;
 - w- () Autoridade;
 - x- () Desorientação;
 - y- () Organização;
 - z- () Descontrole;
 - aa- () Vigilância;
 - bb- () Aceitação.
-

A situação que levou o entrevistado a este Grupo:

- 1- Com quem você viveu a situação que te trouxe ao grupo?
 - a) () Esposa;
 - b) () Ex-esposa;
 - c) () Amante;
 - d) () Noiva;
 - e) () Ex-noiva;
 - f) () Namorada;
 - g) () Ex-namorada;
 - h) () Irmã;
 - i) () Mãe;
 - j) () Parente;
 - k) () Amiga;
 - l) () Outros _____

- 2- Esse conflito já existia há mais tempo?
 - a) Sim (); b) Não ()
- 3- A situação envolveu:
 - 1- () Violência verbal (xingamentos, palavrões; alteração de voz);
 - 2- () Ameaças;
 - 3- () Chegou à violência física (socos, pontapés, bofetadas);
 - 4- () Envolvia surras há mais tempo;
 - 5- () Foi um mal entendido que se transformou em conflito.
 - 6- () Outros. _____

- 4- **Você acredita que, por trás do problema, havia** *(marque quantas opções achar necessário):*

- 1- () Falta de confiança;
- 2- () Ciúme;
- 3- () Falta de diálogo;
- 4- () Incapacidade de comunicação entre vocês;
- 5- () Relacionamento já havia acabado;
- 6- () Falta de amor;
- 7- () Abandono de um de vocês;
- 8- () Você ou ela já tinham outra pessoa na vida;
- 9- () Falta de dinheiro;
- 10- () Falta de emprego;
- 11- () Falta de rumo na vida
- 12- () Falta de envolvimento amoroso;
- 13- () Visões muito diferentes de mundo.
- 14- () Valores diferentes e que não combinavam.
- 15- () Objetivos diferentes na vida.
- 16- () Incapacidade de enfrentar as crises.
- 17- () Outros - _____

5- A pessoa envolvida com você teve que ser atendida em hospital/posto de saúde:

- a) Sim (); b) Não (); c) Não sei ().

6- Sua condenação envolveu:

- a) Houve prisão em flagrante? Sim () Não ();
 - b) Uso de tornozeleira eletrônica? Sim () Não ();
 - c) Medidas Protetivas? Sim () Não ();
- Quais? _____

7 – Qual foi a denúncia que foi feita contra você?

8 - Como você costuma tratar os conflitos de relacionamento? Escolha pelo menos três (03) opções.

- a) () Não sou do tipo que gosta de conversar;
- b) () Se o tratamento comigo não é respeitoso eu apelo;
- c) () Se o clima está tenso, conversar acho que ajuda;
- d) () Sou do tipo “pavio curto” e me chateio rápido;
- e) () Tenho paciência, mas tudo tem seu limite;
- f) () Quando a outra pessoa está errada, tem que reconhecer;
- g) () Se envolve erro meu, sou capaz de reconhecer;
- h) () Não aceito ouvir desaforo numa conversa de casal;
- i) () Fico confuso e nervoso nos conflitos de casal;
- j) () Gosto de ser ouvido e tenho dificuldades de escutar;
- k) () Se não concordo com a opinião da pessoa, fico sem paciência;
- l) () Quando a pessoa falta com a verdade eu costumo apelar;
- m) () Se percebo que estou sendo enganado fico bravo;
- n) () Aprendi na minha família a levantar a voz nessas horas;

- o) Gosto que concordem comigo, é uma questão de personalidade;
 p) Tenho pouca confiança na outra pessoa e parto para a ignorância.

9- Como é sua relação com o álcool?

- a) Socialmente; b) Não uso; c) Usei na Juventude; d) Tenho Alcoolismo; e) Alcoolismo em tratamento; f) Alcoolismo em abstenção. g) Não faço tratamento.

10- Como é sua relação com as drogas?

- a) Socialmente; b) Não uso; c) Usei na Juventude; d) Sou dependente químico; e) Dependente químico em tratamento; f) Dependente químico em abstenção.

11- Como é sua relação com as armas?

- a) Nunca andei armado; b) Andei armado na juventude; c) Armado na juventude porque pertenci a uma gang; d) andei armado por causa de meu trabalho; e) Não uso armas; f) Ainda ando armado por causa de meu trabalho; g) Ando armado porque me deixa seguro.

Ficha Perfil do Entrevistado - (seu nome será *INVENTADO*; os dados tem que ser reais)

CRIE um Nome Fantasia – _____

Data de Nascimento (real): _____

Cidade e Estado de Nascimento – _____

Nível Educacional –

- I grau incompleto; I grau completo;
 II grau incompleto; II grau completo;
 Ensino Profissionalizante-Básico; Ensino Profissionalizante-Médio;

() Grau universitário incompleto; () Grau universitário completo; () Pós-graduação no nível de Especialização; () Mestrado;

() Doutorado; () Pós-doutorado.

Qual é a sua cor de pele? Marque uma das cores sugeridas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística):

6- Parda ()

7- Preta ()

8- Branca ()

9- Amarela ()

10- Indígena ()

Qual é sua profissão (ou profissões nas quais foi treinado)

Nesse momento, qual é a sua situação de trabalho?

14- () Não estou trabalhando no momento, mas procuro trabalho.

15- () Não estou trabalhando no momento e não estou procurando trabalho.

16- () Não estou trabalhando, mas desisti de procurar trabalho. Perdi a esperança.

17- () Tenho feito “bicos” e estou procurando outro trabalho

18- () Tenho feito “bicos” e não estou procurando outro trabalho

19- () Não estou trabalhando pois estou estudando.

20- () Trabalho como empregado, com carteira registrada, em uma empresa.

21- () Trabalho como empregado, sem carteira registrada, em uma empresa.

22- () Trabalho como autônomo ou por conta própria.

23- () Sou proprietário de uma empresa e tenho empregados. Quantos?

24- () Sou aposentado e continuo trabalhando.

Que tipo de trabalho? _____

25- () aposentado e não continuo trabalhando.

26- () Outra situação. Qual? _____

Nível de Renda –

Faixa de Renda Individual mensal – R\$ _____

ANEXO III

QUADRO I – CONFERÊNCIAS E ACORDOS INTERNACIONAIS

QUADRO II – LEIS APROVADAS EM FAVOR DAS MULHERES NO BRASIL

QUADRO I – CONFERÊNCIAS E ACORDOS INTERNACIONAIS

ANO	CONFERÊNCIA/ CONVENÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PRINCIPAIS PONTOS	OBSERVAÇÃO
1969	Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica)	Assinada em 22/11/1969, entrou em vigor internacional em 18 de julho de 1978.	“Estados-partes (...) comprometem-se a respeitar direitos e liberdades nela reconhecidos e a garantir seu livre e pleno exercício a toda pessoa que esteja sujeita à sua jurisdição sem discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição social.” (Cont.)	Governo brasileiro promulga Decreto 678 em 6/11/1992, no qual decide que a referida convenção internacional “deverá ser cumprida tão inteiramente como nela se contém”. Assina o documento o vice-presidente, Fernando Henrique Cardoso, que naquela data substituiu Itamar Franco. (Cont.)
1975	I Conferência Mundial sobre a Mulher	No Ano Internacional da Mulher, essa conferência foi realizada no México, América Central.	<u>Lema</u> : “ <i>Igualdade, desenvolvimento e paz</i> ”. <u>Tema central</u> : a eliminação da discriminação da mulher e o seu avanço social. Plano de ação para governos e a comunidade internacional no decênio 1976-1985: igualdade plena de gênero e eliminação da discriminação por razões de gênero, participação das mulheres no desenvolvimento e maior contribuição das mulheres para a paz mundial.	Propiciou a criação do <i>Fundo de Contribuições Voluntárias das Nações Unidas para a Década da Mulher</i> , o qual viria a ser convertido no <i>Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem)</i> , em 1985, por decisão da Terceira Conferência Mundial sobre a Mulher.

QUADRO I – CONFERÊNCIAS E ACORDOS INTERNACIONAIS (Continuação)

ANO	CONFERÊNCIA/ CONVENÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PRINCIPAIS PONTOS	OBSERVAÇÃO
1980	II Conferência Mundial sobre a Mulher	Realizada em Copenhague, Dinamarca, região da Escandinávia.	<p>Lema: “Educação, emprego e saúde”. Tomou-se consciência da falta de participação dos homens, da vontade política insuficiente dos Estados p/ o enfrentamento das desigualdades de gênero, da escassez de mulheres nos postos de decisão, do baixo investimento nos serviços sociais de apoio, entre outros fatores.</p> <p>Programa de ação: medidas nacionais mais fortes para garantir a propriedade e o controle de propriedade das mulheres; direitos das mulheres em relação à herança, à guarda dos filhos e à nacionalidade.</p> <p>Estratégia: reforço nas leis locais.</p> <p>Fonte: ONU Mulheres.</p>	<p>São avaliados os progressos ocorridos nos primeiros cinco anos da Década da Mulher, e o Instituto Internacional de Pesquisa e Treinamento para a Promoção da Mulher (INSTRAW) é convertido em um organismo autônomo no sistema das Nações Unidas.</p> <p>Fonte: http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/internacional/documentos-internacionais.</p>
1984	Promulgação da CEDAW no Brasil	<p>A convenção de 1979, também chamada CEDAW (da sigla em inglês ou Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher) ou Convenção da Mulher, é o primeiro tratado internacional que dispõe amplamente sobre os direitos humanos das mulheres.</p> <p>Fonte: ONU Mulheres.</p>	<p>São duas as frentes propostas: promover os direitos da mulher na busca da igualdade de gênero e reprimir quaisquer discriminações contra as mulheres nos Estados membros. Até outubro de 2005, 180 países haviam assinado a CEDAW.</p>	<p>Com o Decreto 89.460, de 20/3/1984, o Brasil promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW), de 1979.</p> <p>Fonte: Câmara Legislativa.</p> <p align="right">(Continua)</p>

QUADRO I – CONFERÊNCIAS E ACORDOS INTERNACIONAIS (Continuação)

ANO	CONVENÇÃO/ CONFERÊNCIA	ENTRADA EM VIGOR	PRINCIPAIS PONTOS	OBSERVAÇÕES
1985	III Conferência Mundial sobre a Mulher	Realizada em Nairóbi, no Quênia, África Oriental.	<u>Lema</u> : Estratégias orientadas ao futuro, para o desenvolvimento da mulher até o ano 2000. <u>Temas tratados</u> - No balanço de dez anos, poucas metas foram alcançadas, sugerindo mais organização e pressão da sociedade civil. Houve cobrança de mais participação das mulheres na produção das riquezas das sociedades. O Fundo de Contribuições Voluntárias das Nações Unidas para a Década da Mulher é convertido no <i>Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher</i> (Unifem).	Comentários de técnicos da ONU: “ <i>Nas nações pobres, os currículos dos meninos incluem matérias técnico-científicas para acesso a ocupações mais bem remuneradas, e o das meninas, matérias úteis nas tarefas domésticas</i> ” ⁹⁹ . São aprovadas as <i>estratégias de aplicação voltadas para o progresso da mulher</i> ”.
1992	Promulgação da Convenção Americana firmada na Costa Rica em 1969.	Decreto 678, de 6/11/92.	Promulga, 23 anos depois, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos.	Convenção Americana de Direitos Humanos de San José, Costa Rica.
1993	Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena	Está no artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos: “ <i>Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos</i> ”.	<u>Lema</u> : Direitos Humanos Para as Mulheres. <u>Temas</u> - O princípio da universalidade dos direitos humanos é a pedra angular do direito internacional dos direitos humanos. A Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena, em 1993, observou que é dever dos Estados promover e proteger todos os direitos humanos e as liberdades fundamentais, independentemente de seus sistemas políticos, econômicos e culturais.	O princípio se aplica a todos em relação a todos os direitos e liberdades humanos e proíbe a discriminação com base em uma lista de categorias não exaustivas, como sexo, raça, cor e assim por diante. Fonte: Organização das Nações Unidas.
1994	CEDAW, ou Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher	Em 22/6/1994, o Brasil ratifica sem reservas a CEDAW (texto publicado no <i>Diário do Congresso Nacional</i>).	Na sua abordagem, a convenção abrange três dimensões da situação da mulher. Os direitos civis e o <i>status</i> legal das mulheres são tratados com grande detalhe. Além disso, e ao contrário de outros tratados de direitos humanos, a convenção também se preocupa com a dimensão da reprodução humana, bem como com o impacto de fatores culturais nas relações de gênero.	A agenda para a igualdade é especificada em 14 artigos subsequentes. Fonte: Organização das Nações Unidas. (Continua)

QUADRO I – CONFERÊNCIAS E ACORDOS INTERNACIONAIS (Continuação)

⁹⁹O Fundo das Nações Unidas para Atividades de População (FNUAP) recomenda reduzir essas desigualdades. O alvo é o crescimento da mulher. Salienta: “A questão essencial está no grau de participação das mulheres na tomada de decisões, dentro da família e da sociedade”. Na América Latina, mulheres migram da zona rural para as cidades em número maior que os homens. Buscam trabalho e estudo. O trabalho, na maioria, é como empregada doméstica, com remuneração mais baixa.

ANO	CONFERÊNCIA/ CONVENÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PRINCIPAIS PONTOS	OBSERVAÇÃO
1994	Convenção de Belém do Pará	Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher	A convenção definiu (nos termos da OMS) a violência contra mulheres como “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado”. O Brasil promulga a Convenção em 1996 ¹⁰⁰ .	A convenção reconhece que a violência contra a mulher pode ocorrer na família, no trabalho, na sociedade ou nas instituições do Estado. Medidas específicas para a sua prevenção, punição e erradicação são requeridas. Fonte: <i>Dicionário feminino da infâmia</i> , Editora Fiocruz. 2015.
1995	IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 1995)	Realizada em Pequim (Beijing), China.	Lema: “Igualdade, desenvolvimento e paz”. A conferência instaura uma nova agenda de reivindicações: além dos direitos, as mulheres reclamam a efetivação dos compromissos políticos assumidos pelos governos em conferências internacionais através do estabelecimento de políticas públicas.	Foi assinada por 184 países a Plataforma de Ação Mundial da Conferência, propondo objetivos estratégicos e medidas para a superação da situação de descriminalização, marginalização e opressão vivenciadas pelas mulheres (pg. 38). Sobre a interrupção voluntária da gravidez, o plano de ação aprovado recomendou a revisão das leis punitivas para a questão. Assinado pelo Brasil em 1995.

Fonte: Elaboração própria.

¹⁰⁰ BARSTED, Leila Linhares. Verbete “Convenção de Belém do Pará”. In: *Dicionário feminino da infâmia*, Editora Fiocruz. 2015.

QUADRO II – LEIS PARA MULHERES BRASILEIRAS

Ano	Lei	Decreto	Conteúdo	Observação
1983	<p>Governo de São Paulo cria o Conselho Estadual da Condição Feminina.</p> <p>Governo de Minas Gerais cria o Conselho Estadual da Mulher.</p>	<p>Governador Franco Montoro assina o Decreto 20.892, de 4 de abril de 1983.</p> <p>Governador Tancredo Neves assina o Decreto 22.971, de 24 de agosto de 1983.</p>	<p>SP: “Art. 1.º – É criado, junto ao Gabinete Civil do Governador, o Conselho Estadual da Condição Feminina, com as seguintes atribuições:</p> <p>I – propor medidas e atividades que visem à defesa dos direitos da mulher, à eliminação das discriminações que a atingem e à sua plena inserção na vida socioeconômica, política e cultural;</p> <p>II – desenvolver estudos, debates e pesquisas relativos à condição da mulher;</p> <p>III – desenvolver projetos que promovam a participação da mulher em todos os setores da atividade social; (...).”</p>	<p>MG: “Art. 1º – Fica instituído, junto da Secretaria de Estado do Governo e Coordenação Política, o Conselho Estadual da Mulher, destinado a promover melhores condições para a integração desta, em todos os seus aspectos, na vida comunitária, competindo-lhe:</p> <p>I – aprovar o plano de ação de suas atividades, definindo prioridades de atuação;</p> <p>II – recomendar medidas que viabilizem a participação da mulher em todos os setores que compõem a sociedade (...).”</p> <p><i>(Continua)</i></p>

QUADRO II – LEIS PARA MULHERES BRASILEIRAS (Continuação)

Ano	Lei	Decreto	Conteúdo	Observação
1985	Lei 7.353, de 28/8/1985	Em 29 de agosto de 1985, institui o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, vinculado ao Ministério da Justiça.	<p>“Art. 1º – Fica criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM, com a finalidade de promover, em âmbito nacional, políticas que visem a eliminar a discriminação da mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e de igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do País (...).</p> <p>Art. 6º – “O Conselho Deliberativo será composto por 17 (dezesete) integrantes (...), p/ mandato de 4 (quatro) anos, (...).</p> <p><u>Parágrafo único:</u> 1/3 (um terço) (...) do Conselho Deliberativo (...) indicadas por movimentos de mulheres. (...).”</p>	
1988	A Assembleia Nacional Constituinte aprova o texto da nova Constituição Brasileira.			A Constituição Federal de 1988, § 8º, art. 226 dispõe que o Estado criará mecanismos para coibir a violência no âmbito das relações familiares.
1997	Lei de Cotas para Mulheres	Decreto Presidencial promulga a Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997.	Conforme art. 10º, § 3º do registro dos candidatos: “Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo.” (Redação dada pela Lei 12.034, de 2009).	<p>Conforme texto do decreto do então vice-presidente da República, Marco Maciel, em substituição ao então presidente Fernando Henrique Cardoso.</p> <p>Fonte: Casa Civil da Presidência da República.</p>

QUADRO II – LEIS PARA MULHERES BRASILEIRAS (Continuação)

Ano	Lei	Decreto	Conteúdo	Observação
2003	Lei de Notificação Compulsória	Lei 10.778, de 24/11/2003. A notificação corresponde ao processo de informar o caso à vigilância em saúde do município para a tomada de ações de saúde.	Lei estabelece obrigatoriedade de notificação dos casos de violência contra mulheres, crianças e adolescentes atendidos na saúde pública ou privada.	A comunicação diz respeito ao ato de informar o caso aos órgãos de garantia de direitos para a tomada das medidas de proteção. Fonte: Ministério da Saúde.
2006	Lei 11.340, de 7/8/2006	Lei Maria da Penha cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.	“Art. 1º – Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal (...)”	Medidas protetivas são um dos principais mecanismos de amparo às mulheres previstos. Tanto podem obrigar o agressor a conduta como amparar a vítima, com seu encaminhamento a programa de proteção ou atendimento. Fonte: STJ.
2009	Mudança no Código Penal: Lei 12.015	Título VI: Crimes contra a dignidade sexual.	O Código Penal existente foi bastante modificado e certos crimes foram extintos: p.ex., atentado violento ao pudor, substituído p/ art. 213, que define estupro.	
2010	Criação da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180	Decreto 7.393, de 15/12/2010	“Art. 3º – Caberá à Central: I – receber relatos, denúncias e manifestações relacionadas a situações de violência contra mulheres; II – registrar relatos de violências sofridas pelas mulheres; III- orientar as mulheres em situação de violência sobre seus direitos, bem como informar sobre locais de apoio e assistência na sua localidade; (...)” (Continua)	

QUADRO II – LEIS PARA MULHERES BRASILEIRAS (Continuação)

Ano	Lei	Decreto	Conteúdo	Observação
2012	Interrupção da gravidez em caso de feto anencefálico autorizado pelo STF.	STF – ADPF 54	Este último caso foi decidido em 2012 pelo Supremo Tribunal Federal, pela ADPF 54, que descreve a interrupção da gravidez de fetos anencefálicos como um “parto antecipado” para fim terapêutico.	No Brasil, o aborto só não é qualificado como crime quando ocorre naturalmente ou quando praticado em três situações: risco de vida para a mulher; quando é resultante de um estupro; ou se o feto for anencefálico.
2013	Atendimento de casos de violência sexual	Decreto 7.958, de 13/3/2013	Estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS).	
2014	Congresso Nacional cria Comissão Permanente de Combate à Violência Contra Mulheres.	Resolução 1, de 16/1/2014	Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher do Congresso Nacional.	
2015	Mudança no Código Penal – Lei 13.104 – Femicídio	Incluiu o inciso VI e o parágrafo § 2º-A no art. 121 (feminicídio).	<p>Lei considera homicídio qualificado o assassinato de mulheres em razão do gênero (feminicídio).</p> <p>(Continua)</p> <p>A norma altera o Código Penal e também inclui feminicídio entre crimes hediondos, previsto na Lei 8.072, de 1990.</p> <p>A pena prevista é de reclusão de 12 a 30 anos.</p> <p>(Continua)</p>	

QUADRO II – LEIS PARA MULHERES BRASILEIRAS (Continuação)

Ano	Lei	Decreto	Conteúdo	Observação
2016	Lei Estadual de 22.256, de 26/7/2016	Oficializa no âmbito estadual a Política de Atendimento à Mulher Vítima de Violência.	Governador do Estado de Minas Gerais promulgou a seguinte lei: “Art. 1º – Fica instituída a política de atendimento à mulher vítima de violência no Estado. <u>Objetivos da política:</u> I – assegurar o atendimento integral à mulher vítima de violência; II – aperfeiçoar os serviços especializados de atendimento; funcionamento em tempo integral, inclusive aos finais de semana; (...).”	
2017	PMMG cria em Belo Horizonte a Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica.	A Polícia Militar de Minas Gerais iniciou, em maio de 2017, a Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica. O autor de violência doméstica também é notificado e monitorado pela patrulha, como forma de inibir novas agressões.	Essa patrulha atua na prevenção e no enfrentamento da violência doméstica e familiar contra as mulheres no Estado de Minas Gerais. O serviço tem o intuito de quebrar o ciclo da violência contra a mulher, protegendo a vítima e impedindo novas agressões.	

Fonte: Elaboração própria.

